UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE (PPGEduC)
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

JOSÉ RAIMUNDO OLIVEIRA LIMA

A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO

Salvador
2014

JOSÉ RAIMUNDO OLIVEIRA LIMA

A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO

Tese de Doutorado apresentada à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC), Doutorado em Educação e Contemporaneidade, Salvador-BA, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável.

Orientadora: Profa. Dra. Ronalda Barreto Silva.

Salvador
2014

Ficha Catalográfica elaborada pelo CDI/UNEB
BIBLIOTECÁRIA Hildete Santos Pita Costa/CRB737-5

L732 Lima, José Raimundo Oliveira
A Economia Popular Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário no Município de Feira de Santana- BA/ José Raimundo Oliveira Lima. Salvador. 2014
305f. : il

.

Orientadora Profª Drª Ronalda Barreto Silva.
. Tese de Doutorado - Universidade do Estado da Bahia Faculdade de Educação. Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade

1. Economia Solidária 2. Desenvolvimento Local 3. Economia Popular 4. Incubadora 5. Feira de Santana I. Titulo.

CDD 334

Autorizo a reprodução parcial ou total dessa dissertação para fins acadêmicos, desde que seja citada a fonte.

FOLHA DE APROVAÇÃO

A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO

JOSÉ RAIMUNDO OLIVEIRA LIMA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 30 de setembro de 2014, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

Profa. Dra. Ronalda Barreto Silva
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil

Profa. Dra. Sonia Marise Salles Carvalho
Universidade de Brasília - UnB
Doutorado em Sociologia
Universidade de Brasília, UnB, Brasil

Profa. Dra. Christiane Girard Ferreira Nunes
Universidade de Brasília- UnB
Doutorado em Sociologia
Universidade de Brasília, UnB, Brasil

Profa. Dra. Tatiana Ribeiro Velloso
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
Doutorado em Geografia
Universidade Federal de Sergipe, UFS, Brasil

Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Análise Geográfica Regional
Universidade de Barcelona

Prof. Dr. José Humberto da Silva
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil

Dedico este trabalho a toda minha família, pela compreensão sobre a necessidade objetiva de sua realização, e aos sujeitos que militam na Economia Popular e Solidária, como forma sutil de uma humilde contribuição para a luta por um processo de desenvolvimento mais justo e socialmente referenciado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que, no exercício de suas atividades laborais, possibilitaram a realização desta pesquisa, em especial aos representantes da UEFS: Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores de Ensino, Pesquisa e Extensão, professores, funcionários, estudantes, bem como todos que, de uma forma ou de outra, mantêm o Curso de Economia – apesar do extremo tradicionalismo – ainda em funcionamento. Agradeço à UEFS por inteiro, instituição na qual trabalho o quanto for necessário e não me canso! E, nesse contexto especial, externo meu agradecimento com entusiasmo a toda a Equipe da Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da UEFS.

Agradeço, em especial, à minha orientadora, Profa. Dra. Ronalda Barreto Silva, por uma orientação que reforçou nossa militância no campo da Economia Popular e Solidária e nos faz eficientes em nosso trabalho de pesquisadores, com toda autonomia que se fez necessária. Digo *nosso* trabalho, porque este envolveu desde o empenho da minha mãe, Dona Helena, que – contrariando a racionalidade contextual ao início dos meus estudos – encorajou-me para o enfrentamento deste enorme desafio que foi começar a estudar, permanecer estudando e desafiando a possibilidade de superação da subalternidade; minha esposa, filho e filha que abriram mão do curto tempo do nosso convívio familiar, diminuído pela extensa jornada de trabalho, estudos e pesquisas a qual estive submetido durante os últimos quatro anos, possibilitando-me tranquilidade na realização das atividades que movem a elaboração de uma pesquisa desta natureza.

Agradeço aos meus irmãos em nome de João (são dez irmãos!), amigos e colegas de estudo (como é difícil de escolher um para representá-los! peço licença aos demais para destacar o nome do professor, colega e amigo Jerônimo Rodrigues de Souza) em todos os segmentos educacionais, desde a Escola Manoel Alves Mascarenhas na Fazenda Mamoneira (ensino fundamental – escola multisseriada), passando pelo Ginásio no Colégio Estadual São José, ambos no município de Santa Bárbara, seguindo pelo segundo grau na Escola João Durval Carneiro (noturno) em Feira de Santana até a estimada UEFS. Agradeço a toda escola pública na qual estudei e/ou trabalhei e aos colegas e companheiros por este resultado.

Por fim, não posso deixar de agradecer a todos os companheiros trabalhadores com os quais enfrentei jornadas complexas e complicadas de trabalho, estes desenvolvidos na roça, açougue, bar, loja de material de construção e farmácia até a docência nos ensino médio e superior; todos esses ajudaram, de alguma forma e ao seu modo, a tecer o que penso.

A todos muito obrigado!

“Quero contar nos meus versos
E na rima da minha poesia
As origens da minha terra
Como o seu povo e valia
Seus costumes, suas festas.
Política e economia”.

(Maria Erotildes de Lima Macedo)

RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar os elementos que contribuem para que a Economia Popular e Solidária seja uma estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário. Para tanto, visa a identificar os elementos que contribuem para que essa Economia se constitua em tal estratégia, assinalando quais os agentes ou iniciativas possibilitam este cenário e de que maneira o Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) torna possível articular saberes e conhecimentos diversos à referida Economia. Além disso, examina de que maneira o Programa, enquanto universidade em diálogo com a comunidade, se posiciona como agente que contribui para possibilitar a mencionada forma de Desenvolvimento em Feira de Santana-Ba. A Economia Popular e Solidária no Brasil tem-se mostrado capaz de abrigar tanto os trabalhadores alijados do processo produtivo mercadológico do modo de produção capitalista como aqueles que, por opção, preferem um movimento de reprodução da vida que satisfaça as necessidades fundamentais dos sujeitos, sem, contudo, fazer com que aspectos da racionalidade econômica tradicional – especialmente o lucro, a competitividade, o individualismo e o utilitarismo – sejam a dimensão dominante da vida do trabalhador. Assim, nesta pesquisa, articula-se de forma orgânica a Economia Popular e Solidária a um processo de desenvolvimento contra-hegemônico que tem se mostrado, através de iniciativas ou agentes de desenvolvimento, serem elementos fundamentais para o Desenvolvimento Local Solidário. O percurso metodológico aborda, inicialmente, uma discussão geral sobre os aspectos teóricos da economia tradicional e desenvolvimento econômico, analisando conceitos e categorias específicas relacionadas a este tema. Teoriza-se numa síntese ao encontro de conhecimentos-base de desdobramentos que abrangem a educação, o trabalho e os conflitos de classes. A abordagem metodológica, surge na medida em que se estabelecem os antagonismos e os contraditórios presentes nos diálogos, nos aspectos da historicidade, bem como na totalidade da unidade analítica para a síntese teórica que permeia a articulação e a sistematização dos conhecimentos pertinentes ao objeto de estudo, entrelaçando as pesquisas bibliográfica, documental e entrevistas, observando o período de 2008 a 2012. A indagação que permeia o processo de estudo consiste em querer saber de que maneira a Economia Popular e Solidária, constitui-se em uma estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário no município de Feira de Santana-Ba? Como resultado das discussões encontra-se subsídios que permite afirmar que esta Economia se constitui numa estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário, através de vários agentes, destacando as Incubadoras Universitárias, consideradas por seus pares, no processo de incubação como capaz de articular saberes e conhecimentos diversos e locais e, em especial, universidade, políticas públicas, ciência e tecnologia social articulados com e em benefício dos setores populares.

Palavras-Chave: Economia Popular e Solidária. Desenvolvimento Local Solidário. Processos de Incubação. Programa Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária. Agentes ou Iniciativas de Desenvolvimento Local Solidário.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the elements that contribute to the Popular and solidary Economy is a strategy for Local development in solidarity. To this end, it aims to identify the elements that contribute to this economy if constitutes in this strategy, noting that agents or initiatives that enable this scenario and how the program Incubator of Popular and solidary Economy initiatives of the Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) makes it possible to articulate knowledge and diverse knowledge to the economy. Furthermore, examines to what extent the program is positioned as an agent that contributes to enhancing the mentioned form of Development in Feira de Santana-Ba. The Popular and solidary Economy in Brazil has been shown to be able to House both workers priced out of the productive process of the capitalist mode of production as those who, by choice, prefer a breeding movement of life that satisfies the basic needs of the subjects, without, however, making aspects of traditional economic rationality – especially the profit, competitiveness, individualism and utilitarianism – are the dominant dimension of life of the worker. So, in this research, articulates organically Popular and solidary economy to a counter-hegemonic development process that has been shown, through initiatives or agents of development, are fundamental elements for Local development in solidarity. The course addresses methodological, initially, a general discussion on the theoretical aspects of traditional economy and economic development, analyzing concepts and specific categories related to this theme. It is theorized inductively to knowledge-based developments covering education, job and class conflicts. The dialectical method arises to the extent that they establish the contradictory and antagonisms present in dialogues, aspects of historicity, as well as the entire analytical unit for theoretical synthesis that permeates the articulation and the systematization of knowledge pertinent to the object of study, intertwining the bibliographical research, documents and interviews, observing the period of 2008 to 2012. The question that pervades the study process is to want to know how Popular and solidary Economy constitutes a strategy for Local development in solidarity in the municipality of Feira de Santana-Ba? As a result of the discussions is subsidies that allows you to assert that this is an Economy strategy for Local development in solidarity, via various agents, highlighting the University Incubators, considered by his peers, in the process of incubation as able to articulate knowledge and diverse and local knowledge and, in particular, University, social science and technology linked to and for the benefit of the popular sectors.

Keywords: Popular and Solidarity Economy. Local Solidary Development. Incubation processes. Incubator Program Initiatives Popular and Solidarity Economy. Agents or Local Development Initiatives Outreach.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relação conceitual da Economia Popular e Solidária.....85
Figura 2 – Representação do campo de atuação da Economia Solidária no Brasil.....100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Vínculos dos empreendimentos solidários populares com as entidades de apoio e fomento no Brasil no período de 2005 a 2007 93
Gráfico 2 – Os principais desafios enfrentados pelos empreendimentos solidários populares no Brasil no período de 2005 a 2007 106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Agentes ou Iniciativas de Desenvolvimento Local Solidário – Feira de Santana – BA – 2008 - 2012. 43
Quadro 2 – Caracterização e vínculos dos agentes ou iniciativas envolvidas em processo de incubação na UEFS no período de 2008 a 2012 45
Quadro 3 – Composição das entrevistas 47
Quadro 4 – A evolução do processo de desenvolvimento enquanto objetivo de orientação socioeconômica 63
Quadro 5 – Elementos comparativos entre cooperativa, associação e empreendimento empresarial nas orientações sociopolíticas e econômicas 86
Quadro 6 – Agentes Governamentais e Não Governamentais da Economia Popular e Solidária com área de atuação definida 95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Renda, Pobreza e Desigualdade - Feira de Santana - BA 136
Tabela 2 – Pessoal ocupado no mercado formal de trabalho, por setor de atividade econômica, no município de Feira de Santana, Bahia – 2008 138
Tabela 3 – Organização da Economia Solidária em Feira de Santana 142
Tabela 4 – Cooperativas do município de Feira de Santana por área de atuação – 1970 a 2011 143
Tabela 5 – Equipe da Incubadora 148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABICRED – Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito

ACOMVISA - Associação Comunitária dos Moradores da Vila Santa Inês e Adjacência

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

ADLS – Agentes de Desenvolvimento Local Solidário

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

ANCOSOL – Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária

ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão

APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores da Bahia – Valente

BB – Banco do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CCA – Cooperativas Centrais dos Assentados

CEAPE – Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos

CEES – Conselho Estadual de Economia Solidária

CESOL – Centros Públicos de Economia Solidária

CF – Constituição Federal

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNES – Conselho Nacional de Economia Solitária

COOBAFS – Cooperativa dos Bandameiros de Feira de Santana

CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária

CONAFIS – Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPERMASOL – Cooperativa Mãos Solidárias

COP – Conselho do Orçamento Participativo

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRA – Centro de Recursos Ambientais

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

EEA – Equipe de Educação Ambiental

EES – Empreendimentos Econômicos Solidários

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EUA – Estados Unidos da América

FACES – Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário

FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional

FAT – Fundo de Amparo do Trabalhador

FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social.

FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FBB – Fundação Banco do Brasil

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FETAGS – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FIFI – Físico Financeiro

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FLC – Fórum do Lixo e Cidadania

FRS – Fundo Rotativo Solidário

FSM – Fórum Social Mundial

FTC – Faculdade de Tecnologia e Ciências

FORPROEXT – Fórum de Pró-Reitores de Extensão

GEPOSDEL – Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local Solidário

GOSPLAN – Comitês Estatal do Planejamento Soviético

GT – Grupo de Trabalho

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Socioeconômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEPS – Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária

INCRA – Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Social de Segurança Social

IOF – Imposto sobre Operações Financeiras

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

ISS – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MAV – Movimento Água é Vida

MCP – Movimento Comunitário Popular

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MOC – Movimento de Organização Comunitária

MP – Ministério Público

MS – Ministério da Saúde

MST – Movimento dos Sem Terra

MSTB – Movimento dos Sem Tetos da Bahia

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NESOL – Núcleo de Estudos sobre Economia Solidária

NIT – Núcleo de Inovações Tecnológicas

OCA – Organização das Cooperativas Americanas

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OCE – Organização das Cooperativas do Estado da Bahia

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

OP – Orçamento Participativo

OS – Organização Social

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC – Projetos Alternativos Comunitários

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PACS – Políticas Públicas para o Cone Sul

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo

PCP – Projeto Cantina Solidária

PEA – População Economicamente Ativa

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PMFS – Prefeitura Municipal de Feira de Santana

PIA – População em Idade Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PIEPS – Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária

PIS – Programa de Integração Social

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNQ – Plano Nacional de Qualificação

POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares

PPA – Plano Plurianual de Aplicação

PPGEduC – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade

PROEMPREGO – Programa de Emprego

PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda

PRONACOOP – Programa Nacional de Fomento as Cooperativas de Trabalho

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA – Programa de Educação do Campo

PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RBSES – Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária

RITCP – Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

RTS – Rede de Tecnologia Social

SALTE – Saúde Alimentação Transporte e Energia

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEI – Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SESOL – Superintendência de Economia Solidária

SETRE – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

SFS – Sistema de Finanças Solidárias

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SINDICAME – Sindicato dos Camelôs de Feira de Santana

TC – Tecnologia Convencional

TS – Tecnologia Social

UC – Unidade de Consumo

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio grande do Norte

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICAFES – União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

UNISOL – Central de Cooperativas de Empreendimentos Solidários do Brasil

UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

UP – Unidade de Produção

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 20
ASPECTOS METODOLÓGICOS 34
A COMPOSIÇÃO DAS ENTREVISTAS E O PERFIL DO GRUPO ENTREVISTADO 46

1 O PROCESSO DE ORIENTAÇÃO ECONÔMICA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA ENQUANTO ECONOMIA POLÍTICA DOS SETORES POPULARES 51
1.1 O PROCESSO DE ORIENTAÇÃO ECONÔMICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO 52
1.2 O OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO E SUA PERSPECTIVA LOCAL 60
1.3. O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO ENTRELAÇADO À ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA 64

2 AS FRONTEIRAS CONCEITUAIS E AS TIPOLOGIAS ORGANIZATIVAS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NO BRASIL 72
2.1 OS AGENTES E INICIATIVAS: RELEVANTE PAPEL NA ORGANICIDADE ENTRE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL 89
2.1.1 Formas de Organização, Vínculos Governamentais e Não Governamentais 92
2.2 O MOVIMENTO DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA 98
2.3 AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS INICIATIVAS DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA 102
2.4 O PRONINC E AS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS COMO AGENTES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO 107

3 ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA SOCIAL E UNIVERSIDADE 113
3.1 O PROCESSO DE INCUBAÇÃO E A CULTURA ACADÊMICA UNIVERSITÁRIA 117
3.2 A UNIVERSIDADE CONTEMPORÂNEA NO CONTEXTO DE POSSIBILIDADES DAS NOVAS RELAÇÕES COM A COMUNIDADE LOCAL 119
3.3 UNIVERSIDADE, COMUNIDADE E A POSSIBILIDADE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO: A TAREFA DA INCUBADORA NAS DIVERSAS FORMAS DE DIÁLOGOS 123

3.3.1 A Economia Popular e Solidária imbricada pela incubação com os saberes e conhecimentos locais 126
3.4 TECNOLOGIAS SOCIAIS E AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO LOCAIS 128
3.5 A POLÍTICA PÚBLICA COMO ELEMENTO ORIENTADO PELO PROCESSO DE INCUBAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO..... 130

4 O PROGRAMA INCUBADORA DE INICIATIVAS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA UEFS E OS ELEMENTOS ESTRATÉGICOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA-BA 134
4.1 A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA-BA..... 141
4.2 ORIGEM E ESTRUTURA DO PROGRAMA DE INICIATIVAS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA – IEPS/UEFS 145
4.3 ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO: RELAÇÃO QUE PASSA PELA ORIENTAÇÃO E ORGANICIDADE DOS AGENTES OU INICIATIVAS DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA 151
4.3.1 A Economia Popular e Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário..... 151
4.3.2 Orientação, Organicidade Popular e Desenvolvimento Local Solidário 156
4.3.3 Agentes ou iniciativas da Economia Popular e Solidária para o desenvolvimento 160
4.3.4 A incubadora universitária como agente articulador da Economia Popular e Solidária para o Desenvolvimento Local Solidário 164

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 176

REFERÊNCIAS 185

APÊNDICES..... 204

ANEXOS 230

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico tem se constituído em um processo de orientação e organização das forças produtivas baseado na concentração e acumulação de capital de forma a se confundir com o crescimento. Entretanto, concebe uma contradição histórica intrínseca que move a economia tradicional e ao mesmo tempo expõe os elementos que articulam outro modelo de desenvolvimento denominado de local solidário.

O desenvolvimento local solidário manifesta-se pela orientação a partir das contradições do modelo de desenvolvimento tradicional. A concepção do desenvolvimento nas escolas tradicionais baseia-se nos processos exógenos centrados na concentração de capital e no entendimento de que era sinônimo de crescimento econômico. Essa concepção permeou um modelo *desenvolvimentista* que tinha características externas nas quais a industrialização, por exemplo, deveria ser conduzida estritamente pelo Estado Nacional como única possibilidade de combater as desigualdades sociais.

Nesta perspectiva, foi observada a insuficiência do modelo exógeno para a promoção de um desenvolvimento capaz de superar as desigualdades sociais. Na década de 1980, surge outra perspectiva de desenvolvimento, de base endógena, denominado de *desenvolvimento local*, cuja dinâmica vem a partir de interações e de interdependência na geração de conhecimentos e de aprendizagens fundamentadas no lugar.

Neste período, por conta da estagnação econômica provocada pelas consequências do modelo de desenvolvimento e do processo de acumulação do capital, como contradição surge a *economia popular e solidária* no Brasil. Essa forma traz elementos de organização da classe trabalhadora na perspectiva da coletividade e da distribuição de riquezas geradas a partir da relação intrínseca e integrada entre o capital e o trabalho. Entretanto, é na década de 1990 que esta economia ganha visibilidade enquanto proposta articulada para a construção de outro modelo de desenvolvimento, que se denomina de *local solidário*.

Dentre as diversas iniciativas e agentes comprometidos surgem as incubadoras universitárias de iniciativas da economia popular e solidária, em 1995, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, possibilitado a construção do desenvolvimento local solidário. Essas incubadoras foram constituídas nas universidades, especialmente as públicas, como entes capazes de promover a construção de conhecimentos voltados para a adequação tecnológica implicados com a inclusão social e econômica. Segundo Dagnino e Fonseca (2007, p. 20), as incubadoras são entes legítimos da política pública e promotores do desenvolvimento local solidário, capazes de contribuir em todo o seu conjunto “para dentro e

para fora das universidades". Portanto, as incubadoras universitárias de iniciativas de economia popular e solidária são instrumentos promotores de geração de conhecimentos capazes de contribuir para a construção de estratégias voltadas à inclusão social e econômica calcada em valores de cooperação, democracia, autogestão e solidariedade.

As Incubadoras de Iniciativas da Economia Popular e Solidária emposta o papel da universidade em relação à comunidade, como protagonista estratégica da economia popular e solidária, que articula os demais agentes ou iniciativas desta economia para o desenvolvimento local solidário, mediante o entrelaçamento de saberes, conhecimentos diversos e políticas públicas de incubação.

Neste contexto, em 2008, surge a Incubadora de Iniciativa da Economia Popular e Solidária na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), no município de Feira de Santana – Bahia, cuja origem tem como referência, especialmente, a Equipe de Educação Ambiental (EEA), a qual contribuiu na relação da universidade com a comunidade na década de 1990, através do associativismo, da cooperação e da educação popular. A partir das ações da educação ambiental, trouxe elementos na relação com as comunidades mesmo ainda não se tratando do efetivo processo de incubação. Existe, portanto, a relação da EEA com a própria formação da IEPS na UEFS a partir de processos de mobilização com as comunidades de Feira de Santana para o trabalho com a incubação de iniciativas de economia popular e solidária.

Essa pesquisa insere-se nesta perspectiva temática, inicialmente, pela nossa militância nos movimentos populares e sociais, na reação contra o uso "abusivo" do *economês* no ambiente universitário, especialmente, trabalhando a incubação compreendida no tripé do ensino, pesquisa e extensão ensejado no ambiente de trabalho docente.

Outro aspecto não menos relevante que nos estimulou foi o estudo das duas maiores pesquisas realizadas na UEFS, demandadas no processo de incubação de iniciativas locais, sobre crescimento e desenvolvimento econômico em Feira de Santana, pela representatividade local desvelada no cenário econômico regional e nacional, empreendidos no Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) de 1968 e na Tese do Professor Dr. Rossine de Cerqueira Cruz sobre a "Desconcentração centralizada de capital", realizada em 1999.

O objeto de estudo desta pesquisa é, portanto, a Incubadora Universitária ancorada e envolta na economia popular e solidária mediante seus agentes e iniciativas, a qual demarca o itinerário do pesquisador em seu encontro, por ter militado num caminho permeado de trabalho e educação entre economia popular, economia tradicional e a economia popular e solidária. Procura-se, portanto, delinear de maneira específica este objeto, as suas dimensões e

abrangências, inclusive para situar o pesquisador em torno do seu contexto social, ambiental, educacional, cultural, político e econômico, bem como em outros aspectos que se fizerem necessários.

Desta forma, propõe-se estudar a economia popular e solidária como uma estratégia para o desenvolvimento local solidário no município de Feira de Santana – Bahia, a partir do envolvimento da Incubadora de Empreendimentos Populares Solidários da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) como programa capaz de construir conhecimentos e proporcionar formação técnico-científica e cidadã comprometida com os preceitos da economia popular e solidária comuns à promoção do desenvolvimento local solidário. Esta incubadora foi transformada em Programa de Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária (PIEPS) no ano 2012, com envolvimento de professores, alunos e técnicos administrativos da universidade. Portanto, esta pesquisa é realizada no município de Feira de Santana no período de 2008 a 2012, a partir da atuação da IEPS no processo de incubação de iniciativas da economia popular e solidária.

A Economia Popular e Solidária é compreendida como um movimento de reprodução da vida em que as pessoas buscam satisfazer suas necessidades mediante trocas justas, consumo consciente, democracia, trabalho coletivo, finanças solidárias, entre outras práticas, sem, no entanto, imprimir a racionalidade indiscriminada na alocação ótima de recursos, própria da economia tradicional, apregoada especialmente na teoria econômica neoclássica.

Os neoclássicos tratam as relações de produção a partir de um enfoque exclusivamente econômico, considerando o mercado como um ambiente de encontro entre ofertantes (unidades de produção) e demandantes (unidades de consumo) de bens e serviços qualificados, cuja dinâmica através do individualismo e da competitividade promovem a eficiência e a eficácia das relações produtivas e de consumo. Mais do que isso, apresenta o modo de produção capitalista como único caminho para se articular o trabalho como elemento central de formação da consciência do homem, mediante exploração do egoísmo e de sua "tendência inata para trocas". Ressalte-se que o ajustamento entre quantidades ofertadas e demandadas se dá através da "mão invisível" do mercado, segundo Smith (1982), mecanismo que se atém apenas às relações mercadológicas, e não às necessidades sociais, ambientais, educacionais, culturais, políticas dos trabalhadores, entre outras, que compõe a organicidade total da sociedade e as formas socioprodutivas democráticas conforme assevera Polany (1980).

O princípio de *autoajustes* dos mercados transita entre os teóricos clássicos e neoclássicos da economia como lei máxima que rege as relações produtivas. Dessa maneira,

em nenhum momento os neoclássicos consideram a possibilidade do trabalho coletivo nem de uma sociedade composta de classes sociais, nem pensam na satisfação da sociedade como um todo. Para esses autores, trata-se de uma competição em que vence o melhor indivíduo, o mais competente, tanto no mercado de trabalho quanto no produtivo de bens e serviços, não considerando as diferenças e as desigualdades, nem outras dimensões de atuação dos sujeitos em sua análise. Assim, a lógica da análise neoclássica distancia-se da totalidade social, mesmo considerando esta o somatório da ação dos indivíduos e dos agentes econômicos. Por exemplo, circunscreve-se à especificidade do mercado como se este representasse todo o funcionamento da economia ou da sociedade, desconsiderando outras formações como as econômicas e sociais.

A economia popular e solidária – ao contrário da neoclássica – é capaz de abrigar-se num movimento como a economia política daqueles alijados do processo produtivo capitalista, embora ainda não consiga abarcar a todos. Não se atem apenas ao mercado, antes, preocupa-se com toda a sociedade, ao não aceitar depender da "mão invisível", ou seja, do poder do mercado de se autoequilibrar entre oferta e demanda de trabalho, bens e serviços, demarcando a necessidade de algo planejado para todos.

Assim, esta economia torna-se um elemento indispensável e estratégico à politização, ao empoderamento e ao desfazimento das relações impostas pelo mercado de trabalho. Em especial, é relevante para a conscientização sobre a importância do trabalho como elemento central e político para um processo educativo dialético que considera a relação de classes e os conflitos inerentes aos seus interesses por vezes antagônicos. Articula-se, principalmente, a partir da condição orgânica dos movimentos sociais, produzindo conhecimento fora da lógica formativa das escolas tradicionais.

No século XXI, com a reafirmação da economia popular e solidária, o desenvolvimento local constitui-se como base para a discussão de uma nova vertente do desenvolvimento econômico, mas também enquanto um "novo" olhar sobre a crise ecológica, de consumo, cultural, entre outras vertentes, entre as quais as limitações dos "recursos" naturais, de maneira avessa àquela posta pelo desenvolvimento tradicional vinculado diretamente ao crescimento econômico, ou seja, às relações técnicas e de trabalho organizacional, denominado de Desenvolvimento Local Solidário. Este desenvolvimento centra-se nas relações sociais, em contraposição à economia tradicional que trata das relações de trabalho como categoria definidora de todas as demais. Neste caso, relações diversas articulam e têm propiciado o desenvolvimento da Economia Popular e Solidária nas localidades.

Desta forma, compreende-se o Desenvolvimento Local Solidário como um modelo socioeconômico que centraliza as preocupações sociais, ambientais, educacionais, culturais, políticas e econômicas, a partir e sobre o comando do homem enquanto sujeito orientador da sua existência. Manifesta-se politicamente na construção de um conjunto de valores almejados como um horizonte de desenvolvimento humano, calcados nos elementos inter-relacionados e mais próximos da sua existência como saber local, conhecimento local, relações entre pessoas e laços de solidariedade entre outros elementos.

Nesse aspecto, a política pública (embora muitas ações relacionadas a ela tenham se dado de forma fragmentada e desintegrada) tem permeado diversas reivindicações dos sujeitos e movimentos. Historicamente, vem sendo tratada como uma intervenção do Estado na economia e na sociedade em favor do cidadão, o que contraria imensamente os fundamentos liberais e neoliberais em favor do estado mínimo. Mais recentemente, mediada por tipologias variadas, especialmente por Organizações Não Governamentais (ONGs), tem se colocado como apta a lidar com recursos públicos de forma a minorar os custos das ações ou projetos e como possibilidade de atuar diretamente junto às pessoas, reduzindo a burocracia do aparelho estatal, conforme menciona Coraggio (1996). Ressalte-se que, segundo os preceitos do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a economia solidária enquanto política específica não se confunde com ações do chamado Terceiro Setor, o qual substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. Esta economia, orientada por suas políticas, afirma a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico.

Esta perspectiva não vem dando conta da necessária presença do Estado em favor da classe trabalhadora por existirem políticas gestadas de forma pontual e conforme o governo, sem o envolvimento efetivo das comunidades locais. Em 2003, entretanto, foi instituída a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), como conquista da II Plenária Nacional de Economia Solidária das organizações da sociedade civil e representantes de governos, com o objetivo de viabilizar e coordenar as iniciativas da economia popular e solidária, visando à geração de trabalho e renda, voltado para a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário (SENAES, 2012).

A SENAES surge como garantia de o Governo Federal institucionalizar as iniciativas da economia popular e solidária na relação com a construção e a execução de programas governamentais e de políticas públicas. Para Boneti (2006), a questão da política pública, guiada pelos recursos públicos, tem sido discutida, especialmente na academia, muito mais

numa perspectiva jurídica, em torno dos direitos, do que em qualquer outra especificidade. Também, nesse sentido, as iniciativas de políticas públicas têm recebido uma abordagem de dever legal do Estado perante o cidadão. Entretanto, outra perspectiva se destaca e, às vezes, prepondera, a da eficiência alocativa dos investimentos públicos na medida em que se cobram produtos ou resultados em prazos e formas incompatíveis com setores não ambientados à mercadologia. Com efeito, os movimentos populares, os movimentos sociais organizados, entre outras iniciativas, têm trazido o debate para uma perspectiva de sociedade civil como ampliação do poder de atuação do Estado (BOBBIO, 1982).

Inserem-se, nessa situação, os movimentos e iniciativas políticas populares de consciência de classe, assim como movimentos pela educação popular, em defesa do meio ambiente, contra a violência, de valorização da cultura e saberes locais, pela economia popular solidária. Estes reivindicam do poder público muito mais do que simples políticas públicas, mas, principalmente, uma presença constante em defesa daqueles historicamente oprimidos, inclusive pela "instrumentalização" de instituições burguesas, tanto na educação quanto nos planos e ações da economia tradicional. Reivindica-se, portanto, outro processo de desenvolvimento.

O fortalecimento de uma sociedade via desenvolvimento local, através da Economia Popular e Solidária, torna-se mais factível. A Economia Popular e Solidária compreende, em sua estrutura, especialmente cooperativas, associações, bem como grupos populares solidários, além de outras tipologias organizativas. A cooperativa autogestionária caracteriza-se como possível alternativa de organização social, predominante quanto à forma mais dinâmica de funcionamento para desenvolver uma economia dessa natureza, na direção de outro modelo produtivo (SINGER, 2002). Além disso, sua natureza jurídica possibilita a coabitação no sistema capitalista, tendo em vista a possibilidade versátil para os negócios de diversas naturezas, seja serviço, crédito, finanças, produção de bens e até mesmo a comercialização, inclusive, de contratação com o Estado nas suas diversas esferas.

Nesse contexto, faz-se necessária – por sua natureza interdisciplinar – a articulação dialética entre a Economia Popular e Solidária, a educação popular, tecnologias sociais, o Desenvolvimento Local Solidário e as políticas públicas diversas, especialmente, promovidas pela SENAES.

Dessa forma, o processo histórico apresenta contradições que transmite a ideia de que a Economia Popular e Solidária seria uma resposta ao capitalismo ou uma alternativa a este modo de produção. Por conta disso, apenas, não se pode prever em quanto tempo uma transformação dessa natureza deva ocorrer. Entretanto, trata-se, especialmente, de um

fenômeno de forte criticidade política por parte do trabalhador, que ganha força na contemporaneidade e independe de crises sistêmicas, embora nelas se agravem as tensões por estes espaços, visto atuar nas contradições históricas do sistema capitalista, provavelmente, desde suas origens.

Quanto à forma de organização do processo econômico popular e solidário em cooperativas, esta deve ser entendida como um formato jurídico que se utiliza para organizar uma unidade socioprodutiva de autogestão dos mais apropriados. Não é aceita, por um lado, a ideia do "simples cooperativismo" empresarial como representação do modelo econômico popular solidário, pois algumas cooperativas, como as do agronegócio e da saúde, têm se constituído em "oligopólios" que concentram recursos e poder econômico e político. Por outro lado, observam-se fronteiras conceituais como referência tipológica no cultivo e no respeito aos princípios que norteiam a produção coletiva, ao tempo em que as empresas tradicionais, ao longo dos anos têm protagonizado encaminhamentos opostos como individualismo, exclusão, competitividade, divisão do trabalho para aumento indiscriminado de escalas produtivas que visam, tão somente, ao aumento da oferta e redução de custos por unidades produzidas, bem como estímulo ao consumismo.

Centrando-se o foco do conceito de autogestão como elemento histórico forjado pelo cooperativismo, percebem-se os meios sobre os quais a Economia Popular e Solidária se desenvolve, a forma de organização e os instrumentos disponíveis para fomentá-la – de ordem periférica, local, marginal. Nesse sentido, as dificuldades encontradas para atuar conjuntamente no sistema capitalista hospedeiro de empresas e cooperativas, de maneira concomitante, especialmente porque a Economia Popular e Solidária constitui-se numa matriz para outro modo de produção e não em um sistema exclusivamente de mercado.

Existem dificuldades, entretanto, como a ausência de formação adequada, instrução e aperfeiçoamento do trabalho em outra concepção educacional mais ampla, como a popular e formas democráticas, por exemplo, que considerem o sujeito dotado de um saber. É preciso citar também as formas de gestão e de condução das tecnologias sociais, do crédito, da comercialização e da sustentabilidade das atividades de incubação.

Compreende-se a necessidade de desfazer o estigma de "economia de pobres" ou periférica, em que pese seu espaço de atuação mais frequente seja o ambiente de pobreza e desigualdades, atribuído de forma pejorativa e à Economia Popular e Solidária, pois o fato de o cidadão estar envolvido no processo de relação solidária, proporciona-lhe o despertar da consciência política sobre seu trabalho como elemento central da produção e do processo educativo e político do sujeito em processo de empoderamento individual, coletivo e

comunitário referenciado na solidariedade de suas ações socioprodutivas, e não na competitividade excludente.

Nesse contexto, todo movimento de produção inicial da sobrevivência do homem, depois transformado em mercadoria e, portanto, econômico, nasce do fazer popular e se sofistica a partir do circuito simples de produção, passando posteriormente para o circuito ampliado, conforme Migliolli (1985). Nesse sentido, depreende-se a importância do desenvolvimento de uma consciência democrática sobre o processo de produção e consumo para além do que determinam as leis de oferta e demanda. Busca-se, assim, uma forma de vida socioeconomicamente diferenciadas da que se tem na sociedade capitalista, representada exclusivamente pela "competência" do mercado, mediante circuitos simples e ampliados de produção (MIGLIOLLI, 1985).

Com isso, pretende-se nesta pesquisa discutir como a Economia Popular e Solidária pode se apresentar como uma estratégia de Desenvolvimento Local Solidário, em especial porque este deve acontecer sobre a égide de um processo dialético entre Economia Popular e Solidária, desenvolvimento local, políticas públicas e educação popular. Diferenciado do desenvolvimento tradicional, tendo em vista a necessidade de educação em níveis indiscriminados que respeite a integralidade dos saberes e a articulação dos conhecimentos científicos, associados a outras formas de conhecimentos, adequados a um processo de desenvolvimento mais completo e mais humano ancorado na localidade estrategicamente.

A estratégia é entendida como um caminho possível para se chegar a um objetivo de forma clara, educativa e politizada, segundo Mintzberg (2001), consiste na forma de pensar o futuro, integrada no processo decisório, com base em um procedimento formalizado e articulador de resultados. Os resultados consistem em uma construção política e coletiva dos sujeitos agentes de desenvolvimento em pluralidade de formas econômicas, na perspectiva de outra institucionalização que não a balizada exclusivamente pelo mercado (POLANY, 1980). Vislumbram-se, como agente capaz de auxiliar, contribuir, articulador e até potencializar a relação social e técnica para este desenvolvimento, as incubadoras universitárias e os elementos da Economia Popular e Solidária, conforme França Filho (2004).

Nessa perspectiva, as incubadoras universitárias brasileiras, através da aproximação dos conhecimentos acadêmicos, dos saberes populares, das relações sociais e técnicas, balizam o ensino, a pesquisa e a extensão sob um novo patamar de relações entre as instituições universitárias e as comunidades, possibilitando quebrar a hegemonia do trabalho individualizado e competitivo, com o processo de incubação das iniciativas de economia popular e solidária.

Nessa esteira, o Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade assume referências e postulados que possibilitam verticalizar sua área da atuação mediante princípios como democracia para a equidade social e a participação na formulação e avaliação de políticas públicas, gestão social e local da intervenção educacional, preservação da memória social e da educação, bem como dimensões experienciais da vida e da formação. A trajetória histórica e o movimento de formação potencializado pelo PPGEduC têm contribuído para a consolidação da pesquisa e da pós-graduação na UNEB ao destacar a elevação da competência acadêmica, científica e profissional da área de educação no contexto socioinstitucional contemporâneo, presentes, inclusive, nos processos de incubação de iniciativas da economia popular e solidária.

Nesse contexto, no processo de incubação, as incubadoras universitárias não se sobrepõem aos princípios que norteiam as atividades das iniciativas de Economia Popular e Solidárias sob pena de estarem sendo contraditórias na relação de interação no que se refere ao conhecimento produzido no processo de trabalho, por, eventualmente, locupletar-se numa relação de poder por vezes existente.

Sendo assim, a incubação deve ser compreendida como um processo político, prático-educativo de organização e acompanhamento sistêmico ou de assessoria a grupos de pessoas interessadas no processo econômico popular e solidário. As incubadoras, para dar suporte e orientar suas atividades, organizam-se em estruturas simplificadas, na medida do possível não hierarquizadas e adotam um método pedagógico que se ampara num processo de construção interativo/dialógico entre a equipe orientadora e os trabalhadores, com vistas à união e interação de saberes. Deve compreender o conjunto do funcionamento na iniciativa (visão de totalidade integrada) e estímulo à formação da identidade de grupo, da localidade, da democracia interna e da sua autonomia, objetivando a construção de outra institucionalização socioeconômica (UEFS, 2012).

Nessa perspectiva, apresentam-se os fundamentos iniciais da Economia Popular e Solidária com base em princípios adotados para políticas públicas de apoio ao cotidiano das iniciativas, bem como de institucionalização das relações de organizações estatais com a comunidade local. Define-se incubadora, portanto, como um espaço para a produção e socialização de conhecimento técnico e científico direcionados aos empreendimentos populares e solidários. Contribui para a viabilização de alternativas de geração de trabalho e renda, através da mobilização, articulação e acompanhamento de grupos populares excluídos do mercado formal de trabalho, visando à contribuição para a construção de novos valores centrados nas práticas autogestionárias de iniciativas solidárias (UEFS, 2012).

As incubadoras das universidades articuladas às cooperativas, às associações, às agências de fomentos ou financiamentos e aos grupos solidários, passo a passo, associam-se ao movimento nacional da Economia Popular e Solidária, que, uma vez orientado estrategicamente, possibilita o Desenvolvimento Local Solidário como outro processo de institucionalização do sistema de desenvolvimento socioeconômico.

Portanto, diante do exposto, compreende-se a perspectiva do problema a que se propõe discutir, a Economia Popular e Solidária como campo de estudo, visando a torná-la compreensível à luz de um processo de pesquisa que coloca a incubadora universitária como agente de articulação desta economia enquanto estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário, cujas características são propícias à evolução dos elementos essenciais dessa economia, na construção de conhecimentos baseados no tripé da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão universitários e implicados com a construção do desenvolvimento local solidário.

Nesse, contexto, embora a economia popular e solidária ainda não tenha um campo de estudo definido conforme assinala Gaiger (2012) e por sua natureza interdisciplinar, os problemas de pesquisas têm transitado entre diversas vertentes. Notamos ao longo dessa pesquisa, entre outros, os campos da sociologia, administração, educação e também dentro da economia uma atuação crítica de forma a negar as abordagens que dão soberania ao mercado e ao utilitarismo, bem como se observa discussões localizadas espacialmente em origem europeia ou latino-americana, conforme assinala França Filho (2002).

Neste processo histórico, observa-se o entrelaçamento entre educação e trabalho. A organização do trabalho, entretanto, ocupou e continua ocupando lugar de destaque nos modelos socioprodutivos. Além disso, em meio a esta discussão, em nenhum momento a Economia Popular e Solidária é considerada como relevante no pensamento econômico enquanto processo socioprodutivo, embora tenha dado sinais de manifestação de sua existência ao longo da história. Nesse sentido, faz-se necessária outra forma de abordagem sobre o desenvolvimento que seja capaz de abrigar as dimensões sociais, ambientais, educacionais, culturais, políticas e econômicas do desenvolvimento local (DOWBOR, 1995).

Neste contexto, segundo Köche (1997), um problema está bem delimitado quando, através de perguntas pertinentes, especifica com clareza as diversas dúvidas inerentes. É da dificuldade, inicialmente sem solução, que deve ser respondido e expresso em forma de enunciado interrogativo que contém no mínimo a relação entre duas variáveis. Se não manifestar essa relação, é sinal de que não está suficientemente claro para a investigação.

Os questionamentos em campos temáticos ou lacunas de conhecimento pertinentes a problematização são oportunidades cientificas de pesquisa. Para Gil (1999), na acepção científica, o problema consiste em qualquer questão não resolvida ou que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento. Kerlinger (1980), por sua vez, entende um problema de pesquisa como a questão que mostra uma situação necessitada de discussão, investigação, decisão ou solução.

Em meio a essa discussão, percebendo que a Economia Popular e Solidária é intrinsecamente relacionada à variável categórica desenvolvimento local, tem-se a seguinte questão: de que maneira a Economia Popular e Solidária se constitui uma estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário no município de Feira de Santana (BA), a partir das contribuições da IEPS?

A tese ora apresentada trata de iniciativas que compõem o universo da Economia Popular e Solidária como possível forma alternativa de organização política, econômica, social, ambiental, cultural, educacional, entre outras, que se contrapõem aos efeitos destrutivos e de exclusão impostos pelos modelos de crescimento e de desenvolvimento originários do capitalismo. Além disso, se coloca especialmente como estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário no município de Feira de Santana na Bahia, a partir das contribuições da IEPS nas ações de construção do conhecimento, através da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, capitaneadas pela economia popular e solidária local.

Segundo Santos (2005), a localidade não compreende apenas um espaço físico de delimitações geográficas, mas uma conjunção de elementos que se articulam para a formação política do sujeito na sua integralidade, propiciando-lhe condições de agir de forma contra-hegemônica ao modelo de globalização neoliberal. Nessa lógica, também, pode-se demarcar um enfrentamento necessário a se produzir para viver os caminhos de uma sociedade não capitalista onde quer que ela esteja.

O município de Feira de Santana, na Bahia, neste complexo mundo do trabalho, segundo o IBGE (2013), conta com 91,7% dos seus habitantes na zona urbana, 8,3% na zona rural, 47,4% do sexo masculino e 52,6% do sexo feminino. Com indicadores (PIB, renda *per capita*, Gine, IDH) de analfabetismo e desemprego equiparados aos das grandes cidades e capitais do Brasil e do mundo, mostra a contradição entre riqueza e pobreza, em um modelo de desenvolvimento controvertido no mesmo lugar.

No processo de formação socioeconômica do município de Feira de Santana, está presente desde 1970 a forte mobilização popular e, também, dos setores tradicionais da

sociedade e da economia feirense para a criação de uma universidade, cujos desejos culminaram na Fundação Universitária de Feira de Santana, em 1975, a qual posteriormente deu origem à criação da Universidade Estadual de Feira de Santana, em 1982. Assim, desde sua origem, esta instituição tem demonstrado ser uma relevante parceira tanto para o crescimento quanto para o desenvolvimento local, pois se percebe a intensa concentração em força de trabalho especializado para as diversas áreas do conhecimento diretamente relacionadas à formação oferecida por esta instituição.

Paradoxalmente, de um lado observa-se a implantação e evolução institucional desta autarquia que estimula a produção do conhecimento e fortalece o tripé indissociável do ensino, pesquisa e extensão, mas, do outro lado, tem-se estimulado a evolução mercadologia do modelo capitalista, nas propostas de formação tradicional academicistas que encampa, pois prossegue dando ênfase à formação e qualificação dos segmentos mais abastados da sociedade local, mesmo que venha a contemplar interesses alheios a esta mesma comunidade, a exemplo das indústrias multinacionais e transnacionais expropriadoras do trabalho.

Neste sentido, observa-se empenho de quase todas as suas energias, recursos diversos e orçamento em formação qualificada para o mercado clássico, em cursos tradicionais, como odontologia, medicina, engenharias e direito, além de bacharelados em economia e administração, e das licenciaturas, que atendem às necessidades com a formação, essencialmente, para as classes dominantes. Entretanto, deve-se reconhecer que seus trabalhadores, docentes, técnicos e estudantes têm mobilizado e articulado conhecimentos em outra perspectiva: a dos saberes locais, dos conhecimentos locais, da educação popular etc., mediante extensão, pesquisas e ensino no processo de incubação.

Nesse contexto, a UEFS, mesmo relativamente dominada pela lógica do crescimento econômico, movimenta grande parcela de técnicos, estudantes, professores e sujeitos da comunidade em ações, projetos e políticas públicas que visam a organizar e relacionar-se com os movimentos sindicais, populares e sociais, dentro e fora da sua circunscrição. Desta forma, põe-se, contraditoriamente, a lutar por outra perspectiva socioeconômica que aponta para um modelo diferenciado de desenvolvimento, com objetivos que atendam aos anseios da população local de forma emancipatória e em patamares das aptidões e perfil originário e orgânico do cidadão feirense.

Mister se faz compreender que a universidade é, portanto, também, atingida pela lógica de exploração verticalizada e globalizante, mas, tem procurado enfrentar os ditames do capital através de estudos que levam em consideração elementos como a cooperação, a autogestão, a ação econômica e a solidariedade consubstanciadas na organização do trabalho

em outras tipologias organizativas, como as cooperativas, associações e grupos solidários através do processo de incubação e da incubadora de iniciativas da economia popular e solidária.

Tem-se como objetivo geral, portanto, analisar, a partir do PIEPS/UEFS, os elementos que possibilitam a Economia Popular e Solidária, tornar-se uma estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário no Município de Feira de Santana (BA), a partir da universidade enquanto promotora de geração de conhecimentos através da relação ensino, pesquisa e extensão empreendidos no diálogo com a comunidade no processo de incubação no período 2008 a 2012.

Quanto aos objetivos específicos pretende-se: i) identificar **os elementos** da Economia Popular e Solidária que contribuem para que ela se constitua numa estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário; ii) Identificar quais os **agentes ou iniciativas** que contribuem para a Economia Popular e Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário; iii) analisar de que maneira o **Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS** possibilita articular saberes e conhecimentos diversos à Economia Popular e Solidária e; iv) examinar de que maneira **o Programa Incubadora** de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS se constitui em um agente que auxilia ou contribui para o Desenvolvimento Local Solidário no município de Feira de Santana – Bahia, através da geração de conhecimentos nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão universitária.

Nesta esteira, apresentam-se as questões norteadoras que procuram facilitar o atendimento dos objetivos, conforme segue: i) quais **elementos** da Economia Popular e Solidária contribuem para que ela se constitua em uma estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário?; ii) com base no processo de incubação, quais **agentes ou iniciativas** possibilitam à Economia Popular e Solidária tornar-se uma estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário?; iii) de que maneira as **Incubadoras universitárias** possibilitam articular saberes locais, conhecimentos diversos, especialmente sobre políticas públicas e tecnologia social à Economia Popular e Solidária?; iv) de que forma o **Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS se constitui num agente** que contribui para o Desenvolvimento Local Solidário no município de Feira de Santana-Ba?

Além desta Introdução e das Considerações Finais, esta tese é composta por quatro capítulos. Salienta-se que a amplitude das discussões, reflexões e análises pode ter implicado no fato de deixar algum aspecto não aprofundado, entretanto, realizou-se o máximo de esforço para dar conta daquilo que se propôs.

Desta forma, no primeiro capítulo apresenta-se a discussão do processo de desenvolvimento tecendo categorizações sobre o objetivo Desenvolvimento em busca de uma síntese no desenvolvimento Local Solidário. Este capítulo, portanto, cumprem a função de analisar no processo histórico, presente nas teorias econômicas, como fornecedor de elementos que demonstram, através das contradições do modo de produção capitalista, presentes no processo de orientação econômica para os objetivos de crescimento e desenvolvimento, fatores que determinam tanto a opção em favor desta forma organizativa do processo produtivo pelo trabalho coletivo, quanto à exclusão do modelo tradicional mercadológico, cujas situações levam o trabalhador à Economia Popular e Solidária como uma estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário.

No segundo capítulo, faz-se uma contextualização sobre a Economia Popular e Solidária, apresentando-se algumas fronteiras conceituais e tipológicas, mostrando de que maneira os empreendimentos, mormente as cooperativas, estão estruturadas no Brasil, como estão organizados iniciativa e agentes, inclusive, como se vinculam por ações governamentais e não governamentais. Neste capítulo, realiza-se uma retrospectiva histórica sobre o cooperativismo e o associativismo, ressaltando as suas mais relevantes experiências e os cenários socioeconômicos em que foram suscitados, pois ambos se apresentam como os elementos condutores que formam uma ponte entre as discussões sobre desenvolvimento e crescimento da economia tradicional para a economia autogestionária, associativa e solidária, em que pese não se tenha no cooperativismo dominante a melhor opção de agente ou iniciativa para a economia popular e solidária, em vista da sua implicação com a economia tradicional.

Ainda neste capítulo são discutidas as peculiaridades da economia popular solidária no Brasil, as instituições governamentais e da sociedade civil, incluindo os fóruns de economia solidária e, em especial, as incubadoras universitárias que apoiam e/ou assessoram iniciativas em parceria com o Estado. Primeiramente, entretanto, desvela-se e apreende-se a teoria sobre Economia Popular Solidária e alguns outros tipos de empreendimentos coletivos existentes no sistema, os quais se assemelham a essas experiências coletivas, de forma que se possa ter clareza sobre o tema em estudo. Este capítulo, portanto, busca dar conta do objetivo de identificar quais os **agentes ou iniciativas** que auxiliam ou contribuem para Economia Popular e Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário.

No terceiro capítulo, procura-se discutir a universidade no contexto do século XXI, discutir a relação entre a Economia Popular e Solidária e as políticas públicas, ciência e tecnologia, enfocando-se principalmente as tecnologias sociais, no contexto do processo de

incubação e da cultura acadêmica universitária, considerando elementos da incubação como contributos para o Desenvolvimento Local Solidário. Dessa forma, apresentam-se as contradições históricas presentes nos conceitos e categorias e, cumpre-se o objetivo de analisar como as **Incubadoras universitárias** em especial, juntamente com outros agentes, possibilitam articular saberes, conhecimentos diversos e, notadamente, ciência, tecnologia social e políticas públicas à Economia Popular e Solidária.

Finalmente, no quarto capítulo, apresenta-se o Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS e os elementos estratégicos para o Desenvolvimento Local Solidário. Para o seu entendimento, discutem-se a origem e a estrutura deste Programa.

Nessa perspectiva, foram feitas a análise e discussão dos resultados da pesquisa, a partir do que pensam os agentes ou iniciativas de Economia Popular e Solidária selecionados para as entrevistas por terem participado de processo de incubação na Universidade Estadual de Feira de Santana, considerando-se a articulação no/do Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS (PIEPS/UEFS) como um dos agentes que contribui para possibilitar o desenvolvimento local solidário.

Nas considerações finais apresentaremos a síntese do trabalho. Destacamos os principais resultados da pesquisa, contribuições e méritos do trabalho. Suscitaremos algumas recomendações de pesquisas, apontando novas linhas de estudo relacionadas a cada categoria destacada, a partir da experiência na lida com os temas da economia popular e solidária e do desenvolvimento local solidário.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa sobre a economia popular e solidária denota, necessariamente, em dinâmica peculiar, voltada para a observação das diferenças tendo em vista a busca pela igualdade de oportunidades para trabalhadores/as em situação de vulnerabilidade social (CRUZ, 2006). O movimento dessa economia se dá através de iniciativas que podem se tornar empreendimentos ou não, mas são pontos de partida a serem considerados com atenção especial por conta do protagonismo que manifestam.

Embora não se tenha um método específico para a pesquisa em Economia Popular e Solidária, existe um processo dialético que conduz os estudos e as análises de forma própria, mesmo que em diversas situações sejam negados os conceitos e categorias tradicionais da economia e de outras dimensões. Apesar disso, nessa mesma negação, constrói-se uma nova possibilidade, uma síntese.

Neste contexto, a ideia de informalidade, entretanto, mostra-se como um campo vasto de estudo instigante passível de ser delimitado, segmentado ou problematizado para apropriação temática que se avizinha desta concepção econômica, entretanto, para Soares (2008), as interpretações de inspirações marxistas veem a informalidade de forma integral no sistema, subsumida, mas, por vezes instrumentalizada, de modo que dentro do próprio setor formal existe também informalidade. Assim, não pode ser considerada como setor pela sua dinâmica intrínseca ao sistema produtor de informalidade de toda ordem, capaz de formar um exército de desempregados que apela para qualquer atividade que lhe possibilite o sustento.

Dessa forma, constitui-se em base dialética fundamental a discussão da relação orgânica entre Economia Popular e Solidária, educação popular, políticas públicas e tecnologias sociais, no sentido de que não haverá desenvolvimento local solidário fora da relação histórica que compreenda essas dimensões. No respectivo processo educativo se inserem as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, em que está sempre o protagonismo popular, sejam manifestados na ação econômica ou em outros movimentos.

O método de pesquisa, entretanto, apresenta-se com faces de dedutivo, no momento em que se pretende fazer uma análise descritiva e conceitual para se chegar ao tema Economia Popular e Solidária como elemento teórico conceitual específico para uma síntese que abrigue historicidade, totalidade e contradição. De fato, segundo Razeto (1982), compreende-se a "economia da solidariedade" como um projeto civilizatório, por isso é preciso compreender a malha teórica que constitui o termo, o que conduz à indagação quanto a que lugar este tema ocupa na perspectiva de um desenvolvimento diferenciado. Coraggio (1997), por sua vez, busca estabelecer uma trilha que parte da economia popular à economia do trabalho como alternativas de desenvolvimento socioeconômico numa perspectiva local, conduzindo ao questionamento sobre de que maneira este tema se relaciona com o trabalho na trajetória proposta nesta pesquisa. Singer (2000) considera a economia solidária como um novo modo de produção, perspectiva esta que nos conduz ao questionamento em relação a como este campo e objeto de pesquisa (incubadora universitária) pretende colocar o desenvolvendo local solidário no seio dessa possibilidade de uma das formas produtivas.

Assim, a perspectiva de localização temática neste estudo detém-se a partir de uma análise geral visando a situar o objeto para, então, delimitar um entendimento mais específico do universo de estudo. Em seguida, mais particularmente, pretende explicitar a análise de cada tipologia consultada (cooperativa, associação, grupo solidário, entidade de apoio e fomento e a própria incubadora universitária). Dessa maneira, será possível examinar como

cada ator/protagonista compreende, enquanto iniciativa de economia popular e solidária ou agente de desenvolvimento local, o que se entende por Economia Popular e Solidária e se esta pode contribuir para o Desenvolvimento Local Solidário.

Com a identificação das tipologias organizativas existentes no município de Feira de Santana, através dos instrumentos apropriados como entrevistas e levantamento documental – busca-se o conhecimento mais específico do fenômeno em estudo, numa perspectiva indutiva. Far-se-á o caminho teórico de volta a partir do conhecimento popular empregado nas categorias encontradas, no sentido de generalizar as descobertas que poderão ter aplicação enquanto ciência ou estudo em outros lugares e, assim, demonstrar como está situado, teoricamente, o que os atores/protagonistas do movimento popular solidário pensam.

Neste processo, a perspectiva da construção indutiva, as contradições entre os comportamentos das diversas tipologias, cujos desempenhos são por vezes opostos e não lineares. Como exemplo, observa-se nos dados da SETRE (2012) a existência de 75 (setenta e cinco) cooperativas no município de Feira de Santana, entretanto, mais de 80% delas não atuam sobre os princípios do trabalho coletivo, adesão voluntária, autogestão, cooperação, solidariedade entre outros, ou seja, existem como "empresas tradicionais" ou foram liquidadas. Dessa forma, observam-se as contradições sobre a natureza das organizações, o que possibilita compreender que não basta ser cooperativa para ser um elemento potencializador da Economia Popular e Solidária, bem como a sua fragilidade de existência organizacional.

Dessa maneira, o método indutivo considera que o conhecimento é fundamentado na experiência, não levando em conta princípios preestabelecidos. No raciocínio indutivo, portanto, a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta. Assim, as constatações particulares levam à elaboração de generalizações (GIL, 1999).

As considerações esboçadas quanto ao processo metodológico para a pesquisa sobre a Economia Popular e Solidária podem ser avaliadas, inicialmente, como abertas, tendo em vista as dimensões que abrigam o problema de pesquisa. Além disso, é preciso observar as necessidades inerentes ao campo empírico de estudo, em que se apresenta conhecimento acumulado ainda superficial, tendo em vista a pouca utilização de estudos desta natureza no município de Feira de Santana. Entretanto, a historicidade, a totalidade e as contradições se mostram sempre presentes no decorrer de toda a pesquisa.

Ressalte-se que, neste processo de pesquisa, faz-se uma abordagem qualitativa, detendo-se sobre as variadas iniciativas do município mapeadas pelo PIEPS, de tipologias diversas, somadas a outras informadas pelo Sistema de Informação sobre Economia

Solidária(SIES). Em 2007 Feira de Santana possuía 26 (vinte e seis) iniciativas, sendo 19 (dezenove) grupos solidários, 5 (cinco) associações e 2 (duas) cooperativas (BRASIL, 2008b). O mapeamento da economia solidária está sendo atualizado a partir do ano 2009 em todo o país. Na Bahia, ela está sendo executada em 27 territórios sob a coordenação da Organização Não Governamental Vida Brasil e realizada pela SENAES, com pesquisadores (alunos e professores) vinculados à UEFS no trabalho de mapeamento dos municípios do Território de Identidade Portal do Sertão[1].

Todos os elementos selecionados, entretanto, compõem uma totalidade analítica a partir do entendimento do Desenvolvimento Local Solidário como uma unidade de análise, de contradições, de negações e, em contraposição ao desenvolvimento global tradicional, sem perder de vista o desenvolvimento humano, também como expressão da unidade dialética de análise.

Nessa esteira, este estudo foi realizado tendo como embasamento elementos essenciais que compõem o leque de discussões sobre alguns conceitos no decorrer da pesquisa, a saber: Desenvolvimento Local Solidário; saber local; conhecimento local; Economia Popular e Solidária; tecnologia social; e políticas públicas elementos envolventes de uma economia diferenciada. Nesse contexto, as categorias teórico-metodológicas historicidade, totalidade e contradição, cuja base dialética e temática norteia a pesquisa literária, a construção e observação de indicações do quadro documental e também a coleta das informações e dados obtidos com os trabalhadores em entrevistas.

Para Kosick (2002), o processo de transformação da realidade produz historicidade que imbrica as partes dialeticamente, mediante o conflito que se repercute na contradição, objetivando a transformação da realidade. Demo (1999), por seu turno, explica que a formação histórica da realidade, por ser conflituosa e, com isso, essencialmente forjada em contradição, deve ser historicamente superada. Cury (2000), nesse mesmo sentido, entende que não existe fenômeno real que, historicamente, nas relações com outros fenômenos ou com as partes deles entrelaçadas numa teia de relações humanas, não apresente contradição em suas partes. Não apenas pelos seus somatórios que compõem uma totalidade, mas como um

[1]O Território Portal do Sertão abrange 17 municípios:Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antonio Cardoso, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará,Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova.Conta com população de 856.252 (oitocentos e cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta e dois) habitantes, dos quais o município de Feira de Santana detém 556.642 (quinhentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e dois) habitantes: 46.200 (quarenta e seis mil e duzentos) na zona rural e 510.442 (quinhentos e dez mil, quatrocentos e quarenta e dois) na zona urbana, segundo dados do IBGE (2013).

todo estruturado, dialético, no qual um fato ou parte do real pode ser compreendido integralmente.

Nesse contexto, o caráter qualitativo será predominante nesta pesquisa, embora se leve em consideração, também, as questões quantitativas, ao se compreender que ambos os aspectos se complementam e, em alguns momentos, um contradiz o outro ou não o representa satisfatoriamente, mas, em benefício da construção crítica e teórica de um todo, não se deve, entretanto, renegar a interação existente entre eles. Os indicadores macroeconômicos, entre tantos outros – com relação a níveis de emprego, níveis de desemprego, níveis de preços, por exemplo – são naturalizados na economia tradicional, de forma que existe um coeficiente de desemprego ou elevação de preços aceitáveis e considerados como uma normalidade. Entretanto, na Economia Popular e Solidária esses elementos podem ser dimensionados como um problema que ecoa fora da ação econômica em si, mas, é observado e respeitado sobre outros aspectos, em outras dimensões como subocupacão, exército de reserva, informalidade, trabalhos precarizados, "corrosão" do poder de compra dos salários, pequenos rendimentos, entre outros.

Em consonância com isso, um estudo qualitativo e exploratório possui uma abordagem que "se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, porque trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes" (MINAYO; DESLANDES, 1994, p. 21). Para Gil (1991), a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade que não pode ser traduzida em números, mas que compõe um todo.

Assim, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são essenciais no processo de pesquisa qualitativa. Isso não requer, portanto, necessariamente, o uso de métodos e técnicas estatísticas, tendo em vista que o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o elemento chave. Na estratégia descritiva os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente, pois o processo e seu significado são os focos principais de abordagem. Para Guerreiro Ramos (1981), entretanto, nessa perspectiva analítica, a reflexão é indissociável da experiência, por isso, ao refletir sobre a sua experiência, o ser humano está em ação e, portanto, transformando-se com essa experiência historicamente.

Percebe-se, então, que somente uma metodologia capaz de dar conta da realidade em trânsito, que incorpora a experiência do sujeito, poderá responder a este intricado problema que consiste na relação entre conhecimento científico e experiência pessoal ou social.

Assinala Guerreiro Ramos (1981) que, para se manter certa coerência teórica entre os vários modelos conceituais disponíveis nas pesquisas sociais, faz-se necessário perceber que não existe uma validação externa: as coerências do operar do próprio ser humano, na ação prática, é que irão propiciar a autovalidação da experiência como conhecimento. Desta forma, o sujeito pesquisador, nesta economia, se confunde com o objeto, pois o objeto também está presente no dia a dia deste sujeito, portanto, sendo algo orgânico a sua própria vida.

Este processo de pesquisa indica a melhor maneira para atingir a análise pleiteada sobre o problema, de forma clara e concisa, de maneira que não recaiam dúvidas sobre a veracidade, sobre a forma como se chegou aos resultados propostos nos objetivos, a partir da problematização do objeto e das categorias que se entrelaçam. O processo metodológico não pode assumir o papel ou a relevância da pesquisa em si, uma vez que seu lugar na investigação deve ser o de fornecer o caminho mais adequado para uma interpretação eficiente sobre o fenômeno pesquisado, embora os estudos científicos sobre o método tenham sua particular relevância.

A metodologia, entretanto, possibilita conhecer e estabelecer um caminho para o estudo, articulando cada passo com instrumentos necessários. Nesse aspecto, trata-se de um processo que requer disciplina, rigor e fidedignidade no levantamento e trato das informações ou dos dados obtidos. Segundo Luna (1999, p.08), envolver-se num processo de pesquisa requer comprometimento com certo rigor ou sistemática, pois este "visa à produção de conhecimento novo, relevante teórica e socialmente, além de fidedigno". Portanto, embora não seja uma empreitada fácil ou simples, a pesquisa com o devido rigor metodológico não é algo impossível de ser realizado, basta que se planeje adequadamente cada passo.

A definição dos passos metodológicos é o que Magalhães (2005) chama de "explicitação da metodologia" da pesquisa, passo a passo, o que implica descrever uma versão preliminar que contenha os objetivos necessários para se responder ou não à questão problema, discutindo a hipótese, e por isso fez-se necessária a clara definição do problema e dos objetivos, bem como das questões norteadoras.

Os passos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa científica se dão de diversas maneiras. Em geral, contudo, alguns autores apontam para quatro em especial: a) preparação, inclusive, motivando-se para a pesquisa; b) a elaboração de um plano ou projeto de pesquisa; c) a execução do que foi planejado, e d) o registro sistemático do ocorrido através de um relatório. Segundo Köche (1997), esses passos são descritos para que os/as pesquisadores/as consigam observar ou seguir uma sequência de ações necessárias.

Nesse contexto, Gil (1991) argumenta que a pesquisa qualitativa, em algumas situações, associa, independentemente do método pertinente, alguns procedimentos técnicos que assumem características do próprio método, a saber: a) **Pesquisa Bibliográfica**, quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, com material disponibilizado na internet; b) **Pesquisa Documental**, quando elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento sistematizado ou analítico e; c) **Entrevista**, quando a pesquisa envolve a consulta direta às pessoas com a intenção de saber o que pensam sobre determinado tema ou problema de pesquisa.

A pesquisa é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo discutir problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos. Nesse sentido, este trabalho utiliza a **pesquisa bibliográfica** como uma etapa do todo pesquisado, conforme argumenta Andrade (1999, p. 108): "A pesquisa bibliográfica tanto pode ser um trabalho independente como constituir-se no passo inicial de outra pesquisa". Nesta situação, apresenta-se como etapa inicial relevante, porém, integrada as outras.

A pesquisa bibliográfica é o passo inicial na construção efetiva de um planejamento para a investigação científica que visa a uma tese ou mesmo a elaboração de outros estudos. Nesse sentido, após a escolha de um assunto é necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema apontado. Deste modo, auxilia na escolha, inclusive, de um método mais apropriado, assim como no conhecimento das variáveis e na autenticidade dos resultados (GIL, 2005).

Nesse contexto, argumenta Andrade (1999) que a pesquisa bibliográfica consiste numa diversidade de procedimentos sistemáticos para a compreensão de conceitos e definições tornados públicos como leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, documentos mimeografados ou xerocopiados, mapas, imagens, manuscritos, entre outros. Desta forma, "a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo" (LAKATOS; MARCONI, 1999, p.73).

Na **pesquisa documental** trata-se de levantamento de documentos que assumem uma diversidade de formas, modelos e estilos, servindo para inúmeros fins lícitos, entre eles a pesquisa. Para Bravo (1991), documentos são todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver. Sobre esta compreensão, é possível apontar vários tipos de documentos: os escritos; os numéricos ou estatísticos; os de reprodução de som e imagem; e os documentos-objeto.

Ressalte-se, que nesta pesquisa, foram levantados todos os documentos recebidos e encaminhados, presentes nos arquivos do PIEPS da UEFS, no período de 2008 a 2012, perfazendo um total de, aproximadamente, 1.350 (mil e trezentos e cinquenta) peças documentais, entre e-mails e escritos materiais na forma tradicional. Entretanto, foi dada atenção especial aos documentos oficiais que dizem respeito aos agentes ou iniciativas envolvidas no processo de incubação numa base de 134 (**ver apêndices).**

Observou-se o diálogo entre os agentes e iniciativas do Desenvolvimento Local Solidário e o PIEPS/UEFS, no sentido de responsabilizá-lo capaz para o protagonismo como agente que possibilita ou se coloca como articulador para o Desenvolvimento Local Solidário no Município de Feira de Santana. O PIEPS/UEFS, por vezes, é referendado como responsável por informação, formação, orientação, capacitação, ensino, pesquisa, extensão, incubação e representação em diversos espaços políticos como conselhos, fóruns e também por guarda de equipamentos e bens patrimoniais, encaminhamentos e esclarecimentos que dizem respeitos aos destinos das suas ações e aspirações.

A finalidade desse levantamento documental não é efetuar uma análise semântica dos documentos, nem discutir o valor conteudístico inerentes a estes. Embora se compreenda a riqueza informativa destes, prima-se por observar a indicação da relação estabelecida pelo PIEPS/UEFS nas comunidades internas e externas à universidade, bem como o comprometimento da instituição universitária. Assim, busca-se investigar o que pensam os agentes ou iniciativas da Economia Popular e Solidária entrelaçados nesta relação no que concerne ao Desenvolvimento Local Solidário, tendo em vista a credibilidade atribuída a este Programa, em especial no processo de incubação.

O levantamento documental, entretanto, possibilitou conhecer diversos agentes ou iniciativas que têm procurado o PIEPS/UEFS em uma frequência maior ou menor, a depender da demanda de eventos que julgam necessitar de orientação, da vulnerabilidade e, até da carência, a que estão submetidos. A **entrevista**, por sua vez, é uma conversa estruturada ou semiestruturada, com finalidade definida e que pressupõe uma estratégia de condução na qual, dois lados, entrevistado e entrevistador, interagem em uma dinâmica. Nesta tese, tornou-se necessária a referida dinâmica entre o pesquisador e os agentes ou iniciativas selecionadas, os quais dispõem de atributos muito próprios para se obter informações e dados do ambiente da Economia Popular e Solidária.

A entrevista, para Lakatos e Marconi (2001), consiste em um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto mediante uma conversação de natureza profissional, estruturada ou não, mas planejada. É um

procedimento utilizado na pesquisa social para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

A entrevista semiestruturada, por sua vez, segundo Triviños (1987), tem como características questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa para facilitar o entendimento tanto do pesquisador quanto sobre o que está respondendo ou comentando o entrevistado. Dessa forma, "[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também a explicação e a compreensão de sua totalidade [...]" (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). Assim, além da obtenção de dados, mantém a presença consciente e atuante do pesquisador na dinâmica de coleta de informações. A entrevista é, nesta perspectiva, não apenas um instrumento importante na coleta de dados e informações diretamente com as pessoas envolvidas nesta economia, antes, compreende uma pesquisa específica complementar e necessária ao conjunto das pesquisas desta tese (bibliográfica - documental - entrevista).

O universo inicial desse processo de relações e pesquisas, conforme Quadro 1, envolveu, inicialmente, 41 (quarenta e um) protagonistas agentes e iniciativas, dentre os quais se apresentaram como potenciais entrevistados 18 (dezoito), considerados estratégicos para o Desenvolvimento Local Solidário no Município de Feira de Santana, naquilo que concerne às suas concepções e respectivas competências, bem como envolvimento com o PIEPS/UEFS.

A delimitação do grupo de entrevistados numa amostra, entretanto, compôs-se de um bloco com 5 (cinco) agentes ou iniciativas, escolhidos pelo envolvimento direto no **processo de incubação** no período pesquisado. Este bloco, não computadas as agências de fomento e financiamento e as incubadoras, representa 98%, enquanto características da amostra intencional composta de associações 52%; grupos solidários 36% e cooperativas 10%conforme mapeamento efetuado pela SENAES no censo de 2007.

O Quadro 1 apresenta a primeira caracterização do universo total de agentes ou iniciativas locais que de alguma forma envolveu-se com a IEPS no período estudado. A partir desse balanço, deu-se a escolha para as entrevistas.

Quadro 1 – Agentes ou Iniciativas de Desenvolvimento Local Solidário – Feira de Santana – BA – 2008 - 2012.

QUANTIDADES	AGENTES/ INICIATIVAS	DEFINIÇÃO
19	Grupos Solidários	Grupos "informais" que compõem a categoria de trabalhadores não dotados de natureza jurídica definida que buscam identificação socioprodutivas e, entre outras demandas, geração de trabalho e renda.
1	Empresa Massa Falida	Sindicato de categoria de trabalhadores detentores da massa falida de empresa que iniciou a discussão para processo de recuperação de transição para cooperativa autogestionária.
5	Associação	Categoria de trabalhadores associados para defender interesses específicos sem fins lucrativos.
2	Cooperativa	Categoria de trabalhadores em sociedade sem fins lucrativos, mas de fins econômicos e com especificidade de atuação na atividade produtiva/comercial.
1	Incubadora Universitária	Programa de extensão, ensino e pesquisa universitária que possibilita o diálogo com categorias diversas de trabalhadores sobre conhecimentos socioprodutivos mediados entre universidade e comunidade.
1	Incubadora Territorial	Atividade de assessoria e acompanhamento socioprodutivo às diversas categorias de trabalhadores em situação de vulnerabilidade socioeconômica
1	Agências de Fomento	Órgão, na maioria das vezes público ou sem fins lucrativos, que busca fomentar as atividades relativas ao desenvolvimento socioeconômico.
2	Agências de Financiamento	Entidades de natureza financeira que se constituem em Cooperativas de Créditos, Bancos ou OSCIPs que financiam projetos socioeconômicos.
3	Fóruns de Economia Popular e Solidária.	Articular categorias de trabalhadores envolvidos nas atividades de caráter político, formando redes e defendendo os interesses da Economia Popular e Solidária nos âmbitos locais, estaduais e federais.
04	Redes	Estrutura Dinâmica, juridicamente constituída ou não, capaz de integrar politicamente o movimento da Economia Popular e Solidária nos âmbitos local, regional, nacional e internacional.
1	SESOL – Superintendência Estadual de Economia Solidária da Bahia. Agente de desenvolvimento local Solidário.	Órgão público subordinado à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte que tem como objetivo articular as ações de governo para a Economia Popular e Solidária.
1	Conselho Estadual de Economia Solidária.	Órgão colegiado de caráter consultivo ligado à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte que visa a orientar a política de economia solidária no Estado da Bahia.
41		

Fonte: Elaborado pelo autor (2012).

Nesse processo, as principais categorias desta pesquisa destacam-se no desmembramento dos agentes ou iniciativas que respondem aos questionamentos referentes à entrevista aberta sobre os conceitos entrelaçados à Economia Popular e Solidária enquanto estratégia política para o Desenvolvimento Local Solidário. Tais agentes ou iniciativas compreendem o resultado de um empoderamento coletivo, provindos do protagonismo político dos sujeitos trabalhadores que defendem a organicidade da Economia Popular e Solidária enquanto economia política dos setores populares. Os setores populares, nesse sentido, são protagonistas orgânicos (GORENDER, 1980) de toda origem e sequência histórica da economia enquanto atividade humana que articula o trabalho como elemento fundamental da sua existência. Tanto na produção dos bens necessários à satisfação das suas necessidades básicas e de reprodução ampliada da vida, quanto na construção de um saber popular dinâmico no permanente processo educativo que o faz sujeito responsável pelo desenvolvimento humano consciente.

Nesse contexto, entretanto, foi traçada a teia de entrevistas na ordem dos eventos ocorridos na IEPS. Assim, as etapas da pesquisa indicaram os elementos necessários, bem como a sequência de acontecimentos que influenciaram o processo. Pode-se afirmar que a escolha dos entrevistados se deu numa triagem de gradação (da quantidade máxima para a mínima representativa), a partir de observações aos grupos, dos documentos que os envolvem, até se chegar ao mais alto grau de envolvimento entre os 3 (três) blocos agregados de agentes ou iniciativas: primeiro o bloco de iniciativas e experiências que influenciou a criação da Incubadora da UEFS, referindo-se a uma parte histórica, contextual, pois atraiu para estudo interessados internos e externos à UEFS.O Quadro 1 representa este bloco de agentes ou iniciativas, que, de alguma forma, demandou a Incubadora da UEFS, sendo que dentro dele estão os demais blocos; o segundo bloco que compreende os 18 (dezoito) agentes ou iniciativas que têm uma atuação mais direta e não se repetem quanto à tipologia, ou seja, todos atuam de uma forma ou de outra de maneira diferenciada; e, finalmente, o terceiro bloco, constituído por todos aqueles envolvidos no processo de incubação ao longo do período de 2008 a 2012, que são: 1º) a própria Incubadora da UEFS (Agente articulador); 2º) a SESOL (Agente Fomentador/financiador de políticas); 3º) Associação Comunitária Vila Santa Inês (ACOMVISA) representante da iniciativa Projeto “Cantina Solidária Juntos pela Agricultura Familiar”; o 4º) A Cooperativa Mãos Solidárias (COOPERMASOL) responsável pelo “Projeto Cantina Solidária” e 5º) Grupo Solidário MSTB com trabalhadores diversos e variadas atividades potenciais, conforme caracteriza o Quadro 2.

Quadro 2 – Caracterização e vínculos dos agentes ou iniciativas envolvidas em processo de incubação na UEFS no período de 2008 a 2012

ORDEM	AGENTES INICIATIVAS	VÍNCULO	TIPO DE AÇÃO	INCUBAÇÃO
	AGENTES			
01	INCUBADORA - PIEPS/UEFS	Governamental	Continuada	Iniciou-se informalmente em 2007, tornou-se Incubadora em 2008 e em 2012 passou a ser um Programa de extensão, ensino e pesquisa universitária que possibilita o diálogo para/entre/com categorias diversas de trabalhadores sobre conhecimentos socioprodutivos mediados entre universidade e comunidade. Propõe-se a acompanhar, dialogar, orientar as diversas categorias de trabalhadores/as interessados na incubação de iniciativas de Economia Popular e Solidária e no Desenvolvimento Local Solidário.
02	SESOL – Superintendência de Economia Solidária	Governamental	Contratual 2 anos	Órgão público subordinado à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte que tem como objetivo articular as ações de governo para a Economia Popular e Solidária. Agente público responsável por programar e fomentar, através de políticas públicas, as ações do governo junto aos agentes ou iniciativas envolvidas com a Economia Popular e Solidária. Fomentou a incubação de um grupo junto a Incubadora da UEFS e da própria IEPS.
	INICIATIVAS DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA			
03	- Cooperativa COOPERMASOL Responsável pelo Projeto Cantina Solidária	Não Governamental	Contratual – 2 anos	Grupo composto de 20 (vinte) mulheres que buscam identificação socioprodutiva e geração de trabalho e renda, organizado em Iniciativas de Economia Popular e Solidária através da IEPS/UEFS.
				O Projeto Cantina Solidária – composto de trabalhadores/as não dotados de natureza jurídica definida que buscam identificação socioprodutiva e geração de trabalho e renda. Organizam-se em Iniciativas de Economia Popular e Solidária para desenvolver atividades socioeconômicas, sendo acompanhados pela Incubadora da UEFS com parte financiada com recursos da FAPESB, dando sequência ao processo de incubação de grupo originário da COOPERMASOL. A parte do grupo que não comporta nesta iniciativa recebe outras orientações em atividades de natureza diversa em outros projetos.

04	- Associação ACOMVISA Responsável pelo Projeto Cantina Rural Santa Inês Juntos pela Agricultura Familiar	Não Governamental	Contratual – 1 ano	Categoria de trabalhadores/as associados/as para defender interesses específicos, mas sem fins econômicos. Visa a representar e defender os interesses dos trabalhadores associados rurais da comunidade Vila Santa Inês. Incubado parcialmente pela Incubadora da UEFS sem fomento nem financiamento por todo o período de contrato.
05	GRUPO INFORMAL (MSTB) Responsável pelo assentamento Quilombo Lucas da Feira	Não Governamental	Mista	Grupo da economia popular organizado no assentamento MSTB formalizado como pessoa jurídica para viabilizar a comercialização de alimentos como "empreendedor individual", em processo de incubação pela Incubadora da UEFS, atuando contratualmente associada a uma parte do grupo Coopermasol; outra parte do grupo orientada em atividades diversas no próprio assentamento de forma continuada.
05	02/03	02/03	03	05

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012.

O Quadro 2 apresenta a caracterização dos agentes ou iniciativas quanto ao vínculo governamental e não governamental, tipo de ação, cuja duração indica possibilidade de discutir-se a diversidade de acontecimentos no processo de incubação. Busca-se complementar as discussões.Com efeito, isso permite inferir que outra economia e outra forma de desenvolvimento existam ou precisam existir na perspectiva de possibilitar outra (s) forma (s) de organicidade do trabalho e da vida (MST/PA, 2005).

A COMPOSIÇÃO DAS ENTREVISTAS E O PERFIL DO GRUPO ENTREVISTADO

Procurou-se entrevistar as tipologias organizativas que melhor representam todos os envolvidos no processo de incubação, por apresentar protagonismo na perspectiva do desenvolvimento local solidário. O perfil do grupo entrevistado mostra as características de cada sujeito e como foi escolhido para a entrevista. Neste sentido, sua postura e liderança dentro do grupo enquanto representante do agente ou iniciativa foi destacada por seus pares. O Quadro 3 dispõe sobre os agentes ou iniciativas que interagiram com a Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária no período.

Neste sentido, entre as cooperativas, escolheu-se uma de maior proximidade e frequência participativa no PIEPS por maior tempo de incubação; entre as associações, uma, também, pelo mesmo motivo (incubação); uma agência de fomento/financiamento, cuja ação

demarca um espaço de execução de políticas públicas para grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica com perspectiva de inclusão socioprodutiva pela Economia Popular e Solidária, inclusive, pelo fato de ter financiado e acompanhado a incubação de um grupo e implantação da própria incubadora; um grupo solidário, por marcar a iniciativa de pessoas interessadas em trabalhar coletivamente em prol de um objetivo comum e do trabalho coletivo demarcando local de ação nas proximidades da incubadora num assentamento ocupado por populares em situação de vulnerabilidade de toda ordem e, finalmente uma incubadora universitária, escolhida pelo papel articulador da Economia Popular e Solidária local, denotado ao longo do estudo e apontado por todos os entrevistados, como agente central do processo de incubação.

Nessa perspectiva, o Quadro 3 demonstra o número de ordem que denota o acesso ao processo de incubação, o que coloca a incubadora como primeiro agente que protagoniza sua própria existência. Os demais números foram selecionados por apresentarem especificidades no processo[2].Apresentaremos o perfil descritivo dos entrevistados em uma ordem, tipos, forma de escolha e representação como E1, E2, E3, E4 e E5.

Quadro 3 – Composição das entrevistas

Nº ORDEM	TIPOLOGIA	ENTREVISTADO	FORMA DE ESCOLHA
1º	Incubadora	E1 – Coordenador	Escolhido o coordenador porque, no decorrer de cinco anos, participou de todo o processo de implantação e organização da incubadora, bem como da incubação de outras iniciativas.
2º	Cooperativa	E2 – Coordenadora	Escolhida para entrevista pelo grupo e por ter coordenado a cooperativa em dois momentos – 6 (seis) anos de mandato (maior tempo entre todos).
3º	Agente de Fomento	E3 – Coordenadora	Escolhida para entrevista por compor a Coordenação de Fomento de Empreendimentos Solidários (COFES) e por ter acompanhado o projeto de organização/implantação da incubadora durante o período pesquisado**.**
4º	Associação	E4 – Coordenadora	Escolhida por participar diretamente do processo de incubação, ter coordenado a associação, bem como o projeto Cantina Solidária: juntos pela agricultura familiar no mesmo período.
5º	Grupo Solidário	E5 – Coordenadora	Escolha através de reunião com pauta específica sobre a entrevista solicitada para esta pesquisa e por ser a segunda e atual coordenadora do Assentamento/Projeto MSTB-Quilombo Lucas da Feira.

Fonte: Elaboração própria do autor, julho, 2012.

[2] Os nomes dos entrevistados não serão mencionados por questões de preservação das identidades e anonimato, conforme termo de consentimento e autorização anexados a esta tese, embora alguns tenham se colocado a disposição para serem diretamente responsabilizados por suas participações neste trabalho, permitindo, inclusive, exibição de fala e imagem.

As entrevistas foram dirigidas ao grupo de maneira livre e aberta, objetivando colher a compreensão dos agentes ou iniciativas selecionadas sobre o problema levantado como uma indagação pertinente à natureza originária da Economia Popular e Solidária com a dinâmica e organicidade do trabalho coletivo, conforme MST/PA (2005). Nessa direção, as diversas dimensões em que se apresentam os problemas de ordem social, educacional, cultural, política, ambiental, entre outros, remontam à necessidade de associação, organização ou coletivização do trabalho das pessoas numa perspectiva de se procurar viver melhor, satisfazendo as reais necessidades coletivas.

Em face disso, procurou-se seguir a mesma base para todos os entrevistados – embora o processo seja dinâmico e possa variar quanto à forma de perguntar ou de compreender de cada sujeito – com um roteiro elaborado de acordo com as questões norteadoras da pesquisa. Foram realizadas, de forma oral, gravadas e depois transcritas para análise e discussões dos resultados. Ressaltamos que a entrevista retornou em forma textual aos entrevistados para serem assinadas e, caso necessário, revistas.

Assim, descreveremos os perfis apresentados nas entrevistas:

E1 – O primeiro entrevistado reside em Feira de Santana desde 1990. Envolveu-se com o ambiente da Economia Popular e Solidária quando ocupou a coordenação de extensão universitária na Pró-Reitoria de Extensão da UEFS. Acredita que esta economia é "a porta de entrada" da comunidade na universidade. Mobilizou a comunidade universitária para a **implantação da Incubadora** em 2007, implantou e coordenou desde a sua fundação até junho de 2012. Quanto à sua formação, possui graduação em Engenharia de Agrimensura pela Universidade Federal de Viçosa (1982), Especialização em Geoprocessamento pela Universidade Federal da Bahia (1997), Mestrado em Engenharia de Transportes pela Universidade de São Paulo (2001) e doutorado em Engenharia de Transportes pela Universidade de São Paulo (2004). Tem experiência na área de Engenharia, com ênfase em Cadastro Urbano e Rural e atua principalmente nos temas: georreferenciamento, GPS, sistema de referência, sistema de coordenadas e cadastro rural. Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual de Feira de Santana e diz que assumir a incubadora é ter um compromisso com o desenvolvimento local.

E2 – A segunda entrevistada é mulher, natural de Feira de Santana, nasceu no bairro da Queimadinha com população de, aproximadamente, 10.300 (dez mil e trezentos) habitantes. Gostaria que o bairro onde mora tivesse tudo de que deseja para não precisar ir a outro lugar, inclusive trabalhar. Concluiu o segundo grau faz mais de vinte anos, **coordenou a**

Cooperativa de 2007 (quando fundada) a 2013 em duas oportunidades. Chefa da família, trabalhou poucas vezes com registro em carteira, trabalha como autônoma em diversas atividades, artesanato, costura e com alimentação num dos projetos da cooperativa em parceria com a Incubadora da UEFS. Trabalha um pouco com computador, nunca exerceu atividade político-partidária, mas gosta de participar das reuniões e atividades da cooperativa.

E3 – A terceira entrevistada surge em virtude do acompanhamento do projeto de implantação/organização da incubadora da UEFS e ao mesmo tempo por fomentar a incubação de uma cooperativa popular para atuar no ramo de alimentação em Feira de Santana. É graduada e mestra em Administração pela Universidade Federal da Bahia e especialista em Gestão do Desenvolvimento Local pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Atua com políticas públicas, especialmente com o Projeto de apoio a incubadoras públicas de empreendimentos econômicos solidários como **Coordenadora de Formação e Divulgação da Superintendência de Economia Solidária da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia**. Além disso, é professora do Curso de Administração de uma Universidade particular. Durante o mestrado, desenvolveu pesquisas sobre desenvolvimento local, gestão social, sustentabilidade e economia solidária. Tem, também, experiência profissional como gestora social em organizações da sociedade civil, como docente e orientadora de trabalhos de conclusão de curso, de pós-graduação, além de consultoria na área de processos e gestão em organizações públicas e privadas. Atualmente, todas as suas atividades são na área de economia popular e solidária.

E4 – A quarta entrevistada **representa uma Associação**, cuja entidade presidiu por 4 anos. Reside na Vila Santa Inês, Distrito de Tiquaruçu, Zona Rural do município de Feira de Santana (BA), nas proximidades da BR 116 – Norte, no entorno da UEFS. Nasceu em Feira de Santana, saiu para trabalhar como doméstica aos 14 anos, voltando à Vila aos 28 anos quando começou a participar das feiras de economia solidária entre 2006 e 2007. Tem segundo grau completo, faz 9 anos que concluiu. Considera tudo que aprendeu ou tem veio mediante sua participação na Associação dos Moradores da Vila Santa Inês (ACOMVISA), embora já tenha trabalhado em várias atividades como doméstica, manicure, segurança e outras.

E5 – A quinta entrevistada diversifica mais ainda o rol de protagonistas do desenvolvimento local articulado pela Economia Popular e Solidária **–** A Entrevistada é **Coordenadora do Grupo solidário** do Assentamento Quilombo Lucas da Feira do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto da Bahia, localizado no Km 03 da BR 116 – Norte em frente ao Campus da UEFS. É mulher, negra, nasceu em Feira de Santana no bairro

Campo Limpo, de aproximadamente 47 mil habitantes. Tem 2º grau completo, faz bem as operações básicas de matemática, manuseia computador, embora não tenha cursos, lê e escreve bem, entende o que lê sem dificuldades. É dona de casa e trabalha na organização do movimento, pensa em organizar com o pessoal do assentamento, entre outras atividades, um salão de beleza com que já trabalhou por muito tempo, atividade que considera fazer muito bem. Não tem atuação política partidária, mas diz que faz política na organização do movimento e que pretende transformar o grupo solidário com a luta das companheiras em uma associação e uma cooperativa com o processo de incubação. Entre as atividades de geração de renda, além de um salão de beleza, ver a possibilidade de fabricação de bolsas, de uma lavanderia comunitária e uma horta comunitária, pois este leque de possibilidades de atividades foi detectado no primeiro diagnóstico IPES/UEFS.

As informações elencadas no perfil dos entrevistados serão complementadas ou articuladas com outras informações de ordem pessoal, política e técnica, responsáveis por uma dinâmica que representa liderança, protagonismo, empoderamento individual, coletivo e comunitário, frente aos desafios do processo político e educativo vivenciado pelos agentes ou iniciativas do desenvolvimento local, embora cada entrevistado tenha se responsabilizado por representar o agente ou iniciativa de que participa.

No capítulo a seguir, discorre-se sobre o processo de orientação econômica para o desenvolvimento local solidário, configurando-se em uma análise na perspectiva da economia popular e solidária enquanto economia política dos setores populares.

1 O PROCESSO DE ORIENTAÇÃO ECONÔMICA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA ENQUANTO ECONOMIA POLÍTICA DOS SETORES POPULARES

O processo de orientação econômica é um movimento histórico e dinâmico que remonta a uma evolução do fazer e refazer dos processos políticos e socioprodutivos, norteado por um direcionamento macroeconômico, que se aproxima de um ordenamento de totalidade produtiva tendo em vista a mobilidade global dos fatores de produção capital e trabalho. Por isso, uma ação econômica aplicada no centro financeiro dos Estados Unidos, por exemplo, pode causar efeitos (consequências) numa localidade[3] no interior do Brasil. Entretanto, esta premissa respalda-se, essencialmente, pela economia de mercado que é regida, apenas, pelo encontro entre ofertantes e demandantes para a realização de uma oferta criada sem compromissos com o consumo consciente da população.

Tal processo de orientação mercadológica globalizante desconsidera os movimentos sociais, as classes sociais, os processos educativos, de consumo, de trabalho, bem como outras formas de organizações produtivas como as da Economia Popular e Solidária que se guia nas ações de orientação econômica considerando outros elementos de ordem social, cultura, educacional, ambiental, organizacional, político e, em especial, atributos locais, impondo uma ordem econômica verticalizada através do maior acúmulo de capital para o menor. Este processo foi, de certa forma, discutido nas teorias econômicas apresentadas nas sessões anteriores, cujas intenções foram justificar a eficiência do modo de orientação capitalista que elege como seus grandes objetivos o crescimento e o desenvolvimento das forças e processos produtivos. Nesse contexto, questiona-se como se dá, então, o processo de orientação da ação econômica movido pela Economia Popular e Solidária com vistas ao Desenvolvimento Local Solidário?

As reflexões acerca dessa questão não são tão simples de serem feitas, pois as referências sobre orientação econômica têm sido muito restritas, o que permite, nesta pesquisa, trabalhar exclusivamente a partir de Migliolli (1983), para quem o processo de orientação econômica se dá através dos instrumentos diretos que são as leis, decretos, normas e elementos jurídicos afins, na orbita do poder público e, pelos instrumentos indiretos que são

[3] Localidade, neste caso, está compreendida como um lugar, uma comunidade de pessoas com estrutura administrativa ou não, mas que tenha características próprias na sua identificação socioeconômica que a faça unidade representativa de alguma dimensão da vida (LIMA, 2010).

de ordem fiscal, cambial e monetário, na orbita, preponderantemente, do poder do mercado. Tem–se como objetivo, desta forma, discutir o processo de orientação da ação econômica a partir de um dos seus principais objetivos: o desenvolvimento.

Com efeito, estendem-se, como desdobramentos, as reflexões teóricas da orientação econômica referentes ao objetivo do desenvolvimento para a perspectiva do Desenvolvimento Local Solidário; este, necessariamente, origina-se de dois processos: da ação normatizada pelo poder público local, compreendida como instrumento direto de orientação; e do movimento organizativo de Economia Popular e Solidária de base local como instrumento indireto. Estes dois processos, não raro, são entrelaçados pela ação do poder público nas dimensões da Economia Popular e Solidária: social, econômica, educacional, ambiental e cultural, entre outras.

Dessa forma, a presente seção tratará do processo de orientação econômica com destaque para o objetivo do desenvolvimento, que será discutido na perspectiva de um processo de orientação local a partir de iniciativas do poder público local, do movimento pela Economia Popular e Solidária ou de ambos, conjuntamente. Ressalte-se que, apesar do uso frequente no decorrer deste texto dos termos *planejamento*, *planificação* e *orientação* quase como sinônimos, tanto Migliolli (1983) – referência base – quanto a proposta desta pesquisa darão preferência ao termo *orientação*, por este ter aplicabilidade inconfundível ao objetivo do desenvolvimento, mormente enquanto processo socioeconômico educativo e político de amplitude local.

Dadas essas informações, discutiremos em seguida o referido processo e suas implicações no desenvolvimento; posteriormente, faremos uma reflexão sobre o objetivo do desenvolvimento e sua perspectiva local e, como desdobramento deste item, será discutido o entrelaçamento deste desenvolvimento com a Economia Popular e Solidária, apontando-se algumas inferências no sentido da coerência e integralidade do conjunto de ações que move o poder local por uma dinâmica de Economia Popular e Solidária para uma orientação da ação econômica local no sentido do Desenvolvimento Local Solidário.

1.1 O PROCESSO DE ORIENTAÇÃO ECONÔMICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO

O processo de orientação – como elemento de organização estrutural dos Estados, das organizações, entidades, instituições de fins econômicos ou não – tem se destacado ao longo da história quanto à dinâmica das relações institucionalizadas da sociedade de regras e

normas. Nesse sentido, quando elaborado com coerência interna, externa e política, tem sido uma forma eficaz para se conseguir o desenvolvimento de um país, de um estado, de uma região e, em especial, de uma localidade.

Migliolli (1983) afirma que a planificação ou planejamento, considerado exclusivamente, no seu início, de relevância em economias socialistas, iniciou-se na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e passou a ser visto como um conjunto de procedimentos para se atingir determinados objetivos de economia política, tendo se estendido posteriormente às demais economias da Europa. Destaca também que o processo de planejamento econômico se dá em fases, tais como o levantamento de dados, análise da economia a se planejar, elaboração do plano documento e a sua implantação, esta última sendo considerada a fase mais complexa. Esse plano deve manter as coerências internas, externas e políticas, a fim de estar economicamente adequado à realidade a que se destina, além de compreender a área de abrangência, o período de duração, modo de implantação, as variáveis dependentes ou independentes, bem como a estrutura jurídica pertinente ao instrumento.

Assim, com o objetivo de compreender o planejamento como processo, Migliolli (1983) lembra o surgimento da planificação na URSS e a forma como foi desenvolvida, como ocorreu seu processo de elaboração e execução dos planos socioeconômicos, destacando a importância dos procedimentos técnicos utilizados. Para este autor, o planejamento econômico ou "modo de orientação da economia" é a adoção de um conjunto de medidas para realizar determinados objetivos econômicos com base nas relações sociais. Argumenta que, de certa forma, toda orientação econômica está focada na esfera macroeconômica, mas deixa claro que pode haver, também, orientação no sentido da esfera microeconômica, na medida em que essas, de alguma maneira, encontram-se inter-relacionadas.

Com efeito, o modo de orientação da economia refere-se tanto à política econômica quanto aos planos e aos programas econômicos. Os planos, os programas e as políticas públicas são formas mais específicas de orientação, e para que sejam utilizados é necessária uma política econômica organizada ou orientada nas diretrizes gerais, o que explica a preferência pelos aspectos macroeconômicos. Ainda conforme Rossetti (1986), os economistas soviéticos consideravam o plano como forma de orientação apropriada da economia socialista; por outro lado, o programa seria o modo de orientação adotado nas economias capitalistas.

Para Migliolli (1983), o entendimento sobre planejamento econômico do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD)[4] – maior financiador mundial dos "desenvolvimentos" – é de que o plano, o programa e o projeto se diferenciam de acordo com a maior ou menor amplitude do campo econômico por ele abarcado. Um plano é constituído de um conjunto de programas e os programas abrangem uma série de projetos.

Os planos, programas e os projetos, quando eficazmente elaborados, possuem uma previsão (projeção ou prognóstico) para serem implementados, gerarem resultados, responderem às necessidades, entre outros aspectos. Não obstante, essa previsão não é em si mesma um modo de orientação da economia. Segundo Lima (2011), trata-se na realidade da forma como se conduz o processo de orientação da ação econômica, na medida em que se articulam de maneira equilibrada o lado indicativo do planejamento – que são as iniciativas independentes ou particulares – e o lado normativo – que é a capacidade do Estado (nos âmbitos da União, Estados e Municípios) de intervir na economia que garante eficiência e eficácia no processo de orientação, especialmente para o Desenvolvimento Local Solidário – condição, na maioria das vezes, não aceita nos financiamentos promovidos pelo Banco Mundial e outros grandes agentes.

Nos países socialistas, até meados de 1940, não se imaginava que o planejamento de âmbito macroeconômico fosse possível em países capitalistas, pois era entendido enquanto uma característica própria das economias socialistas, ou seja, como planificação da economia. Entretanto, a planificação deixou de ser vista como uma característica exclusiva das economias socialistas para ser compreendida como um conjunto de procedimentos, muitos deles utilizáveis em qualquer economia (a teoria keynesiana, por exemplo, lança mão de alguns deles), para o alcance dos objetivos previamente fixados. Logo, encaminhou-se para o planejamento ou orientação, não obstante sejam claras as diferenças entre os sistemas socioeconômicos (socialista e capitalista) quanto ao processo de articulação e o uso dos instrumentos de orientação econômica.

O planejamento, na concepção de Migliolli (1983), apresenta um conjunto de características comuns em qualquer economia: a) é voltado para o futuro; b) visa a objetivos

[4] O Banco Mundial é uma instituição financeira internacional que fornece empréstimos para países em desenvolvimento em programas de capital. É composto por duas instituições: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). O Banco Mundial começou a partir da criação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) nas Conferências de Bretton Woods, em 1944, junto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Por costume, a presidência das duas instituições é dividida entre a Europa e os Estados Unidos, sendo o Banco Mundial presidido por um norte-americano, enquanto o FMI é presidido por um europeu.

determinados; c) implica a existência de um sujeito; d) sugere a escolha de um caminho ou caminhos alternativos. As ações necessárias para atingir determinados objetivos apresentam uma sequência lógica e são compreendidas de modo organizado. Condiciona, portanto, uma ampla diversidade de conhecimentos; os órgãos de planejamento, quando existentes, são, em sua maioria, constituídos de especialidades de diferentes áreas.

Dessa forma, um método de orientação da ação econômica tende a apresentar uma validez universal à medida que incide sobre um grupo social ou caracteriza uma economia de maneira comum em diferentes Países, Estados ou Municípios. Entretanto, com relação aos aspectos sociológicos do planejamento, é impraticável a aplicação de métodos iguais de mobilização social para o desenvolvimento em sociedades que tenham diferentes padrões culturais, religiosos, de valores e ideais.

Migliolli (1983) refere-se a um trabalho de Oska Lange[5] sobre a economia política do socialismo, no qual se apresenta uma classificação das leis econômicas com base no grau de generalidades dessas leis, conforme se segue: a) leis gerais para todos os sistemas socioeconômicos; b) leis próprias de cada sistema econômico particular; c) leis comuns a alguns sistemas econômicos (venda de mercadorias em dinheiro); e d) leis comuns a tipos particulares de superestrutura da economia (no capitalismo, pode haver uma preponderância da livre concorrência ou uma preponderância da organização monopólica; no socialismo, pode predominar a propriedade estatal ou a propriedade cooperativa dos meios de produção).

Desta forma, para ser efetivo, o planejamento precisa ser contínuo. Isto implica, entre outras coisas, que a coordenação de planejamento seja permanente, acompanhe o processo em todas as suas fases e coordene os diferentes organismos encarregados da implantação do plano, controle o grau de realização dos objetivos propostos, estude os motivos pelos quais os objetivos foram ou não atingidos e revise o plano periodicamente.

O plano economicamente adequado deve ter coerências internas, externas e política. A coerência interna consiste em os objetivos estarem adequados e de acordo com o modelo ou documento e suas medidas de implantação; já a coerência externa é a adequação do plano com

[5] OskarRyszard Lange, economista e diplomata polonês, acusado de defender o comunismo, foi expulso do Partido Socialista Polonês e resolveu, então, deixar a Polônia e radicar-se nos Estados Unidos, tendo chegado a se naturalizar americano em 1945. Naquele mesmo ano, porém, retomou sua nacionalidade, ocasião em que foi nomeado embaixador da Polônia em Washington. No ano seguinte, representou seu país no Conselho de Segurança da ONU e, de 1957 até pouco antes de sua morte, seria presidente do Conselho de Ministros, tendo também ocupado o cargo de presidente da Associação Central de Cooperativas. Escreveu diversas obras sobre economia, com destaque para *Ensaios sobre planificação econômica* (1960) e *Problemas da economia socialista e da planificação* (1964).

a economia para a qual foi elaborado; e, por fim, a coerência política, que consiste na adequação do plano ao contexto de possibilidade política de sua implantação.

Os planos econômicos, sejam capitalistas, sejam socialistas, segundo Migliolli (1983), possuem alguns critérios que são comuns para classificá-los: a) quanto aos objetivos, **em planos de desenvolvimento e seus desdobramentos**, crescimento, estabilização, redistribuição; b) quanto à área de abrangência, em planos nacionais, regionais e **locais**; c) quanto à extensão do plano, em globais, setoriais e **projetos**; d) quanto ao período ou duração, em planos de curto, médio e longo prazos; e) quanto às formas de implantação, em planos **indicativos e normativos**; f) no que se refere à complexidade ou intensidade do plano, em maior ou menor intensidade em função do número de variáveis. Os elementos em destaque acima dizem respeito aos aspectos comuns à orientação para o Desenvolvimento Local Solidário.

Os planos podem ser caracterizados recorrendo-se a todos esses critérios. Segundo Migliolli (1983), esse modelo de planejamento teve início na URSS na década de 1920, com a elaboração do plano de eletrificação da Rússia, implantado após a instituição do comunismo, que ampliou a intervenção estatal na economia. Logo após, em 1921, foi criado o Comitê Estatal de Planejamento Soviético (GOSPLAN), que veio a ser o principal órgão de planificação da URSS. Em 1927, o governo elaborou o I Plano Quinquenal com abrangência de 1928 a 1932. A partir de 1930, esses planos quinquenais foram acompanhados de planos anuais e, na década de 1960, foi elaborado um plano de longo prazo que abrangia dos anos de 1961 a 1980.

O planejamento soviético, além de todo o perfil anteriormente descrito, tinha, segundo Migliolli (1983), as seguintes características: a) voluntarismo, que se fundamentava na vontade revolucionária da classe trabalhadora e que provocou muitas distorções com a proposição de objetivos incoerentes e difíceis de serem alcançados; b) centralismo, que se manifestava num órgão central que tomava as decisões no âmbito das empresas (nível de produção, investimentos, técnicas produtivas, etc.) e as transmitia aos entes econômicos para serem seguidas rigidamente; essa dinâmica propiciava o desperdício sistêmico de recursos; c) complexidade e rigidez, que era o resultado do centralismo, traduzido em um grande número de informações que tinham que ser processadas pela GOSPLAN e transferidas a toda a sociedade em forma de pirâmide, com o máximo de verticalização: no topo, a GOSPLAN, no meio, os ministérios e na base, as unidades produtivas. Já que as empresas não tinham autonomia e o processo de implantação dos planos era rígido, isso dificultava o entendimento e a execução na base; d) finalmente, o autoritarismo, traduzido na falta de consulta à

sociedade para a elaboração dos planos e na tomada de decisões pela cúpula dirigente do país em nome dos tais conhecimentos acumulados pela burocracia estatal.

Os planos socialistas eram uma mescla de longo, médio e curto prazo. Os de longo prazo estabeleciam as linhas de desenvolvimento socioeconômico; os de médio prazo – os quinquenais – constituíam os objetivos gerais através de metas específicas; os de curto prazo – ou correntes – eram desdobramentos dos de médio prazo. Contudo, Migliolli (1983) afirma que o planejamento socialista, apesar do rigor metodológico, não foi coeso, assim, a partir da metade da década de 1950, o sistema de planificação nesses países começou a se tornar cada vez mais diversificado.

Em outra perspectiva, entretanto, a Iugoslávia implantou mudanças fortes como a autogestão dos trabalhadores nas empresas e sua consequente autonomia, a descentralização dos poderes públicos, a restrição de ação dos planos centrais, o que conferiu a este país um sistema planificado mais flexível. Nessa esteira, mudanças foram também observadas na China – com uma planificação menos centralizada, mas com os fatores de produção mais centralizados – e na Hungria e Polônia, ambas apresentando tendências de maior participação dos trabalhadores nas decisões.

No que diz respeito aos países capitalistas, Migliolli (1983) destaca que o fim da Segunda Guerra criou condições favoráveis à adoção do planejamento. A reconstrução econômica dos países da Europa devastados pela guerra requeria a aplicação de recursos em setores estratégicos, e o Plano Marshall[6] constitui-se em estímulo ao planejamento ao impor que os países beneficiários elaborassem um plano econômico de reconstrução.

A França saiu na frente no planejamento e, a partir de 1960, os demais países europeus decidiram seguir esse mesmo caminho. Pode se afirmar que a implantação do planejamento econômico na França – país que contava com circunstâncias educacionais e, principalmente, políticas favoráveis – obteve êxitos e continua funcionando, relativamente, de forma eficaz, tendo em vista o desenvolvimento da economia social ou de controle social. Segundo Migliolli (1983), o economista Jean Monnet[7] defendia a planificação como o melhor instrumento para fazer da França uma potência econômica mundial, por isso, aquela nação

[6] O Plano Marshall, um aprofundamento da Doutrina Truman (Lei Americana de contenção para o avanço do socialismo no mundo), conhecido oficialmente como Programa de Recuperação Europeia, foi o principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. A iniciativa recebeu o nome do Secretário de Estado dos Estados Unidos, George Marshall.

[7]Jean Omer Marie Gabriel Monnetfoi um político francês, visto por muitos como o arquiteto da unidade europeia. Nunca eleito para cargos públicos, Monnet atuou nos bastidores de governos europeus e americanos como um internacionalista pragmático bem relacionado.

elaborou seu primeiro plano em 1945, um plano de reconstrução com abrangência de 1946 a 1950, e daí seguiram-se os demais.

A evolução desses planos, desde a elaboração, implantação e descrição de seus elementos básicos, pontua que o planejamento francês traz em si duas vantagens: a primeira, o teor participativo, pois engloba toda a sociedade, inclusive a participação das empresas, o que o torna mais fácil de ser implantado, aceitando com facilidade o lado indicativo da orientação. Como segunda, a metodologia francesa se sofisticou ao longo dos anos, uma vez que começou com uma simples junção de programas setoriais, incorporou novas técnicas quantitativas de elaboração até chegar ao modelo FIFI (Físico Financeiro) que projeta simultaneamente as variáveis físicas e monetárias.

Dentre os países considerados desenvolvidos, Migliolli (1983) destaca o Japão que, assim como a França, promoveu um planejamento econômico prevendo a concentração de capital para aumentar a produtividade. Outros países da Europa Ocidental, como Noruega, Suécia, Holanda, Bélgica, Áustria, Itália e Inglaterra também adotaram o planejamento, apresentando coerência na orientação em todas as perspectivas.

Paradoxalmente, nos países subdesenvolvidos, segundo Migliolli (1983), os planos econômicos não passaram de documentos oficiais, que de plano têm apenas o nome, feitos sem qualquer pretensão de serem implantados, ou seja, sem nenhum tipo de coerência no processo de elaboração. Para ele, esses são "pseudoplanos" com o objetivo de conseguir empréstimos com instituições financeiras internacionais e, uma vez adquiridos os recursos, tornavam-se "planejamento simbólico". Porém, alguns países, nessa classificação, tentaram implantar efetivamente o planejamento, como a Índia, mas não dispunham de pessoal técnico habilitado para atender as recomendações externas. Por isso, acabaram recorrendo a técnicos estrangeiros, o que efetivamente não dava certo, tendo em vista tentativas aligeiradas entre outras dificuldades, como seguir orientação completamente externa.

Nesse sentido, o principal problema do planejamento em países subdesenvolvidos não estava na sua elaboração, e sim na sua implementação, principalmente devido à insuficiência de apoio governamental, falta de integração dos organismos de Estado e, principalmente, inadequação dos instrumentos de política econômica, diretos (normas, leis, decretos etc.) e indiretos (políticas fiscais, cambiais e monetárias e seus desdobramentos).

No Brasil, Migliolli (1983) salienta que uma das primeiras experiências com o planejamento econômico ocorreu no pós-guerra, com o Plano Especial de Obras Públicas e

Aparelhamento da Defesa Nacional. Logo após a visita da Missão Cooke[8], foi proposta a criação de um órgão central de planejamento, criado em 1952 sob o nome de Conselho de Coordenação e Planejamento Econômico. Antes disso, em 1948, o presidente Dutra elaborou o plano SALTE, que era, na verdade, um programa de aplicação de recursos nos setores de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia, conforme sigla. Três anos depois, em 1951, Vargas criou o Plano de Reaparelhamento e Fomento da Economia Nacional.

Com a criação do Conselho de Desenvolvimento – primeiro órgão central de planejamento do Brasil – foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Econômico, o conhecido Plano de Metas[9], que contemplava somente as áreas estratégicas de energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação. Posteriormente, foi elaborado o Plano Trienal em 1961 e o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social em 1962, com o objetivo de manter a taxa de crescimento econômico dos anos anteriores, diminuir a inflação, refinanciar e reduzir a dívida externa e melhorar a distribuição de renda.

Depois do golpe político-militar de 1964, foi elaborado o Plano de Ação Econômica do Governo que se estendeu até 1966. Em 1967, foi introduzida na Constituição a obrigatoriedade da elaboração de planos nacionais de desenvolvimento e o consequente surgimento do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico, um conjunto de diretrizes que serviam de bases para a elaboração de outros planos. Daí por diante, o que se viu foi uma serie de planos; cada governante que ascendia ao poder elaborando o seu próprio plano, normalmente, de desenvolvimento. Foi assim com Costa e Silva e o Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-70); com Médici e as Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-71), o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND (1972-74); com Geisel e o II PND (1975-79).

Por conseguinte, todos esses planos tinham algo em comum, que eram os objetivos básicos de crescimento econômico, contenção da inflação e o equilíbrio da balança de

[8] A Missão Cooke, que visitou o país em 1942 e 1943, constituída de técnicos estadunidenses, foi uma iniciativa patrocinada conjuntamente entre os governos brasileiro e americano. Sua origem fora o ingresso de ambos os países na Segunda Guerra Mundial e o seu objetivo era avaliar a contribuição que o Brasil poderia dar ao esforço de guerra. A Missão Cooke analisou inúmeros fatores que representavam obstáculos ao crescimento rápido, e especialmente à industrialização, destacando-se: o precário sistema de transportes, o atrasado sistema para distribuição de combustíveis e a falta de recursos para investimentos industriais. Assim, o Brasil era naquela época um país eminentemente agrário, exportador de produtos primários e importador de manufaturas. A Missão acreditava que o governo deveria deixar a tarefa de industrializar o país para a iniciativa privada, centrando-se no planejamento industrial geral. Para tanto, apresentou uma série de sugestões visando a incentivar o crédito mais fácil, abertura de escolas de cursos técnicos, institutos de pesquisas para o desenvolvimento industrial, dentre outras ações.

[9] O Plano de Metas foi um importante instrumento de industrialização e modernização levado a cabo na presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Apesar de conter metas ambiciosas, visava essencialmente a dar continuidade ao processo de substituição de importações.

pagamentos, além do fracasso que foi inerente a cada um deles, conforme assinala Migliolli (1983). O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) constitui-se num capítulo à parte sobre orientação econômica, e é matéria para recomendações de um trabalho específico, mas podemos adiantar que contém alguns fundamentos dos Planos Collor I, II e Real.

Com efeito, observa-se em todos os planos implementados no Brasil, orientação, apenas, na órbita macroeconômica, embora algumas referências, especialmente o próprio Migliolli (1983) ressalte a possibilidade também no campo microeconômico, no ambiente especificamente local.

Com isso, a orientação da ação econômica, seja planificada, planejamento ou simplesmente orientação, tem se mostrado essencial para a organização ou o desenvolvimento socioeconômico de um país, região ou município. Apresenta um processo metodológico que tem evoluído, uma vez que um plano bem elaborado, coerente e implantado de forma racional, democrática e amplamente debatido trará à sociedade ou à comunidade relevantes resultados quando se tomam por base as coerências e alinhamento aos objetivos propostos. Guardam estreita relação como os orçamentos participativos e são elementos fundamentais das políticas keynesianas para o desenvolvimento, cujos acúmulos ou experiências positivas podem ser aproveitados.

1.2 O OBJETIVO DO DESENVOLVIMENTO E SUA PERSPECTIVA LOCAL

O objetivo do desenvolvimento econômico – tornou-se, talvez, o principal motivo das orientações para as ações econômicas, embora seja observado que a prática quase unânime das economias de mercado seja a busca desenfreada pelo crescimento. De fato, não raro assistimos líderes de países desenvolvidos ou em desenvolvimento discursando em favor do aumento do consumo, sem muita preocupação se este é fugaz ou necessário; para eles, o relevante é aumentar o PIB (Produto Interno Bruto), especialmente, porque quase “tudo” nessas economias, setores e segmentos, está a ele “indexado”.

No tocante ao desenvolvimento local verticalizado (próprios das formas indicativas), observa-se a criação de “ilhas de excelências”, normalmente em regiões metropolitanas dos grandes centros ou em regiões especializadas ou de aptidão agrícola, seguindo a mesma lógica do desenvolvimento tradicional – aquele que é mais crescimento que propriamente desenvolvimento e quase sempre depende de impulso externo –, constituindo-se, dessa forma, em desenvolvimento exógeno.

Contrariamente a esse processo, temos observado um movimento pelo Desenvolvimento Local Solidário orientado por uma ação econômica mais específica, que se dá através de políticas públicas, mobilizadas por movimentos sociais por meio de outras dimensões, como ambiental, cultural, educacional, política e social, e não apenas, mercadológicas; na maioria das vezes, estas são conduzidas pela Economia Popular e Solidária, cuja ação – embora articulada às políticas de caráter nacional e de orientação macroeconômica – move-se e tem tido caráter, eminentemente, local e de atenção mais voltada para associações, cooperativas, grupos solidários e Incubadoras Universitárias, o que não deixa de ser um movimento de caráter "microeconômico", ou seja, trabalha as iniciativas a partir dos seus comportamentos específicos.

Busca-se, com isso, dar mais ênfase aos projetos, ao desenvolvimento de ações a partir de desdobramentos dos grandes planos, trabalhando-se, assim, as especificidades que identificam as necessidades de cada fragmento social. Em outros termos, trabalha-se, desta forma, uma totalidade integrada de "baixo para cima", num caminho inverso ao processo econômico imposto pela globalização mercadológica, especialmente financeira, tendo em vista que o processo financeiro ou creditício que sustenta o processo de Desenvolvimento Local Solidário pela Economia Popular e Solidária advém de fundos específico, próprios e, na maioria das vezes, locais ou regionais. Este tem priorizado financiamentos próprios ou desvinculado de cartilhas financeiras como, por exemplo, a do Fundo Monetário Internacional (FMI)[10] e de vínculos de dependência às moedas nacionais e internacionais, preferindo-se as moedas locais.

Os recursos federais liberados através de editais ou demandas espontâneas, embora dotados de alguma relevância, não têm ajudado muito a esta forma de desenvolvimento, pois os seus efeitos na "ponta" do processo socioeconômico (nos agentes e sujeitos) tornam-se muito demorados e bastante contraditórios em relação às reduções e isenções de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a grande indústria tradicional, à pouca ou quase nenhuma atenção dispensada pelo Banco Central, ou até mesmo aos empréstimos efetuados

[10] O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização internacional que se iniciou em 1944 na Conferência de Bretton Woods, formalmente instituído em 27-12-1945 por 29 países-membros (homologado pela ONU em abril de 1964). O objetivo declarado do FMI era a reconstrução do sistema monetário internacional no período pós-Segunda Guerra Mundial. Os países contribuem com dinheiro para o fundo através de um sistema de quotas a partir das quais as nações com desequilíbrios de pagamento podem pedir fundos emprestados temporariamente. Através desta e outras atividades, tais como a vigilância das economias dos seus membros e a demanda por políticas de autocorreção, o FMI trabalha para "melhorar" as economias de seus membros, e para tanto criou diversas regras segundo os interesses dos países membros, uma espécie de "cartilha" para aplicação dos recursos oriundos dos empréstimos, o que agonizou diversos problemas nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES[11]), que têm se dado com eficácia imediata.

No Quadro 4, mostra-se a evolução das discussões sobre desenvolvimento. Ressalta-se que, de maneira geral, ele é compreendido como um processo socioeconômico que qualifica os elementos que compõem o processo produtivo, dentro ou fora dele, uma vez que buscam melhorar as condições de infraestrutura como estradas, escolas, equipamentos de saúde, etc., mesmo que seja para a própria ampliação e melhoramento do processo produtivo agregado. Também atua sobre as condições da força de trabalho como formação, qualificação, informações tecnológicas adequadas a cada tempo e processo, com isso, melhora a vida do sujeito trabalhador. Entretanto, esse processo não tem sido focado diretamente nos sujeitos, e ainda mais no processo produtivo que o envolve no mercado, principalmente.

Dessa maneira, certamente, existem outras formas de desenvolvimento caracterizadas como conceitos ou categorias com algum sentido naquilo que se pretende estudar ou demonstrar enquanto pesquisa. Entretanto, no Quadro 4, procura-se demonstrar uma lógica entre as definições estabelecidas, tendo em vista as discussões sobre o processo de orientação econômica com um sentido histórico que procura organizar as economias numa perspectiva de coerência política, articulado com cada especificidade ou setor predominante, seja agricultura, indústria, comércio e serviços ou setores populares num sentido integrador de todos os trabalhadores que não conseguem se ver como classe burguesa ou como coniventes com esta, perpassando toda a malha econômica e social.

[11] O BNDES foi criado pela Lei nº. 1.628, de 20 de junho de 1952, com o nome de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, como uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda (arts. 8º e 9º), tendo autonomia administrativa e personalidade jurídica própria, sendo depois repassado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (MPCG), em 1967. Em 1971 foi transformando em empresa pública, de personalidade jurídica de direito privado, com seu patrimônio próprio (art. 1º), permanecendo vinculado ao MPCG. Em 1982, o Banco passou a ter a sua atual denominação, ou seja, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, vinculado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Atualmente, a instituição é o principal instrumento de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, de âmbito social, regional e ambiental, entretanto para a Economia Popular e Solidária tem deixado a desejar.

Quadro 4 – A evolução do processo de desenvolvimento enquanto objetivo de orientação socioeconômica

Desenvolvimento – Crescimento	Desenvolvimentismo	Desenvolvimento Local	Desenvolvimento Sustentável	Desenvolvimento Local Solidário
Processo produtivo puramente econômico, desordenado e com ênfase apenas no volume da produção e no aumento da renda nacional concentrada. Posiciona-se mais do ponto de vista de uma estrutura fechada, acumulação interna de capital. Movimento exógeno de capital.	Processo produtivo mais organizado e orientado, que desenvolve as forças produtivas nas quais aparecem os parâmetros de mercado como base organizativa, numa perspectiva global, nas relações entre economias. Movimento exógeno, mas com perspectiva endógena de acumulação de capital.	Processo produtivo mais organizado, no qual aparece a ideia de mercado como base organizativa, com ênfase em algumas "ilhas de excelência" diferenciadas que se projetam como uma dimensão representativa do nacional ou global. Movimento exógeno de capital, mas, normalmente, interno à economia nacional.	Processo sistêmico que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades; preocupa-se com os recursos da terra e busca preservar as espécies e seus habitats. Movimento exógeno de capital, mas com alguma regulação.	Processo de desenvolvimento que considera outras dimensões como social, política, ambiental, cultural, educacional, não apenas a mercadológica. Relaciona-se globalmente, em especial pela solidariedade em rede entre os povos, sem perder sua totalidade e características locais, propõe-se como um desenvolvimento de "baixo para cima". Pode-se considerar como "Desenvolvimento Local Solidário". Movimentos exógenos e endógenos de sobras e experiências.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012.

O Quadro 4 apresenta algumas categorias de desenvolvimento, embora existam outras, agrupadas e pensadas a partir do conceito relacionado ao processo de produção capitalista. Este, ao longo dos anos, procura se afastar da dependência da relação com o desenvolvimento das forças produtivas que remete a um vínculo essencial com o crescimento econômico pelo movimento exógeno de capital, ainda que, no caso do Desenvolvimento Local Solidário, se encontrem bases para uma orientação contra-hegemônica aos modelos de desenvolvimento predominantes, porque se articula numa ordem de "baixo para cima".

Paradoxalmente, no entanto, os modelos predominantes articulam-se de "cima para baixo", numa clara imposição hierarquizada e orquestrada globalmente, da maior para a menor acumulação de capital, através de grandes planos, predominantemente, indicativos que são aqueles orientados exclusivamente pelo movimento do capital em busca da maior lucratividade possibilitada pelos instrumentos indiretos fiscal, cambial ou monetário.

O processo de desenvolvimento econômico sempre esteve ligado à lógica do modo de produção capitalista, que classifica a evolução da economia numa ordem de setores: o primário, como sendo o setor agrícola, voltado às atividades de extração primária dos insumos para elaboração; o setor secundário, como a indústria, responsável para transformação dos insumos em bens elaborados; e o setor terciário, como sendo o setor de serviços, acompanhado de tecnologias, conhecimento científico, comércio, financeiro etc.; queira ou não, amparado por uma estrutura tecnológica elevada e mais simples de manutenção e avanços, relativamente natural, potencializador da chamada "inovação tecnológica".

Essa lógica de setores, mesmo ultrapassada e já tendo sido abandonada pelas teorias econômicas, hierarquiza e classifica as relações produtivas entre economias nacionais, regionais e locais e as coloca numa escala de poder de acordo com seu nível de acumulação de capital, o que praticamente estabelece distâncias e critérios impossíveis de serem alcançados por diversas nações/economias.

Por conseguinte, faz-se necessária outra perspectiva de valorização das riquezas de cada nação/economia que quebre essa ordem hierárquica a partir da institucionalização de outra lógica produtiva que, por exemplo, faça com que um país bem posicionado mundialmente – quanto às riquezas naturais (preservação da natureza), como é o caso do Brasil, ou de preservação histórico cultural, como é o caso da África, que na estrutura global anterior estaria situado em um amplo setor primário – possa situar-se em outra escala de valores que transcendam a classificação por setores e possam colher "créditos" que recomponham suas relações e, com isso, reverta sua situação de pobreza.

Em vista disso, o conhecimento livre, o conhecimento e a educação popular, os saberes locais e as tecnologias sociais passam a assumir uma posição com sentido específico para outra realidade que prefira uma economia voltada para a reprodução da vida e satisfação das necessidades que não despendam esforços com a produção fugaz. Nesta situação, a informalidade que permeia todos os setores da economia tradicional passa a ser um potencial organizativo para uma economia em outra perspectiva: a Economia Popular e Solidária.

1.3. O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO ENTRELAÇADO À ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

A Economia Popular e Solidária, apesar das dimensões que ocupa e do contingente potencial de trabalhadores que pode atingir, ainda é uma economia considerada periférica segundo Paiva (2006b), é aquela que tendo em vista a sua dinâmica que emerge de reações

adversas às imposições do capitalismo globalizante. Além disso, as características ou traços referentes aos laços de pertencimento, culturais, geográficos, saberes locais, políticos, educacionais, das políticas públicas específicas, entre outros fatores, favorecem ao movimento contra-hegemônico pelo Desenvolvimento Local Solidário em detrimento do desenvolvimento tradicional, por conta da possibilidade da construção de uma articulação no seu cotidiano, nas suas relações genuínas e orgânicas.

Para Lima (2012), o Desenvolvimento Local Solidário constitui-se num processo de desenvolvimento que considera outras dimensões como social, ambiental, educacional, cultural, política, econômica, não apenas a mercadológica, mas atributos pertinentes à dimensão desta economia. Para o autor, tal desenvolvimento sincroniza-se globalmente em rede sem perder sua totalidade e características locais; constitui-se num desenvolvimento de "baixo para cima", agregando processos endógenos e exógenos de produção de forma articulada para os interesses das comunidades.

Corroborando com esta perspectiva, por desenvolvimento local entende-se ser

> [...] o processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo a comunidade o protagonismo principal nesse processo segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas. (AMARO, 2009, p. 108)

Sendo assim, é preciso mencionar uma forte tendência "localista" que permeia essa perspectiva, que opõe ao global qualquer capacidade de influência na mobilização dos atores locais. Entretanto, conforme a análise de Dowbor e Pochmann (2008), diversas iniciativas que têm como foco o desenvolvimento local se fortaleceram em um ambiente macroeconômico adverso na década de 90, período de aprofundamento das ideias neoliberais, de desregulamentação do trabalho e de diminuição do Estado na manutenção dos direitos sociais, o que ajuda a desmistificar a ideia segundo a qual o desenvolvimento local nada tem a ver com o ambiente nacional-global.

Adota-se também a ideia de desenvolvimento local, este compreendido em suas múltiplas dimensões, além da econômica, buscando assim uma abordagem holística dos problemas e questões colocadas para a sociedade (FRANÇA; VAZ; SILVA, 2002), que consiga conjugar participação e mobilização social, melhoria nas condições de vida e acesso aos bens materiais e culturais para a população em geral, das localidades e dos territórios.

Sugere-se, também, outro conceito mais amplo e complexo, qual seja, o de Desenvolvimento Local Solidário, posto que consiga sinalizar com elementos de síntese e superação das ideias anteriores de desenvolvimento e de desenvolvimento local. Para essa

perspectiva, o desenvolvimento segue em um duplo aspecto: quantitativo e qualitativo. Conforme Pateo e Sígolo (2010, p. 9):

> Desenvolvimento (local solidário) então seria o acesso a bens materiais e culturais de cada uma das pessoas da localidade que se desenvolve, e seria também a alteração qualitativa das relações sociais, o que pode inclusive alterar o modo como se tem acesso àqueles bens, ou mesmo, qual desses bens se deseja.

Ademais, a Economia Popular e Solidária se vincula à dimensão do Desenvolvimento Local Solidário de um ponto de vista estratégico para consolidar "modelos" que rompam com o viés economicista, geralmente imbricados nas perspectivas do desenvolvimento enquanto produto da modernização, conforme argumenta Singer (2002). Essa estratégia tem apontado para o redimensionamento das ações do desenvolvimento local e sua inclusão na esteira das formas solidárias de desenvolvimento, que conseguem perceber as interconectividades entre os diversos elementos que permeiam a complexidade das questões contemporâneas do mundo do trabalho.

Nesse contexto, a dinâmica de desenvolvimento não está limitada apenas aos indicadores do Produto Interno Bruto (PIB) e ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), embora os considerem relevantes como medidas referenciais relativas à leitura de cenários socioeconômicos nos quais estamos inseridos e, especialmente, por não dispor de um indicador numérico que a represente de forma ampliada, tendo em vista as dificuldades de quantificação das dimensões supracitadas. Em outras palavras, trata-se do que essas dimensões efetivamente representam para encetar e mobilizar os circuitos de uma economia que se dinamiza a partir da ótica dos movimentos populares, numa direção segundo as necessidades de reprodução da vida com base em uma demanda efetiva não criada pela oferta indiscriminada de produtos, simplesmente para serem vendidos ou propiciar negócios que visam ao aumento das utilidades e riquezas concentradoras e não coletivizadas, mas por um consumo consciente e orientado segundo as necessidades reais dos sujeitos e das comunidades locais.

Por conta disso, não é o processo econômico que orienta as necessidades dos sujeitos detectadas nas diversas dimensões da vida, mas as necessidades dos sujeitos observadas nas dimensões da vida materializadas numa demanda efetiva indicam os rumos da orientação econômica: o que se dever produzir e em que quantidade, quando, como e para quais setores, segundo as prioridades estabelecidas nas localidades que agreguem maior quantidade de vínculos e relações possíveis, às vezes conflitantes, mas, especialmente, de ordem identitárias,

culturais, políticas, de trabalho coletivo, entre outras, encampadas de forma própria pela economia política dos setores populares: a Economia Popular e Solidária.

Essa economia, com efeito, constitui-se na principal estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário porque se apropria de forma orgânica de tipologias organizativas que favorecem os processos educativos de trabalho com base em princípios que reforçam a união dos sujeitos em cooperação, autogestão, associação, ação econômica e solidariedade, cujo movimento acontece em contraposição à competitividade, ao individualismo, à lucratividade para acumulação de capital que só tem produzido elementos que, de um lado, formam concentração de riquezas sob o comando de poucos e, por outro, distribuição de pobreza à grande maioria da população.

Na perspectiva de Singer (2002), tipologias como cooperativas, associações, empresas recuperadas e grupos informais permitem gestões mais democráticas e solidárias capazes de abrigar trabalhadores fora do mercado formal de trabalho, mas situados nas diversas dimensões de atuação humana, por isso, necessitam de investimento público para organizá-los mediante um processo educativo específico. Ressalta-se que estes trabalhadores, entretanto, pagam um preço pelo endividamento público da estrutura produtiva vigente, mas não são responsáveis pelo déficit público existente como contrapartida, arquitetado pela orientação econômica tradicional.

Saliente-se, ainda, que o Desenvolvimento Local Solidário não tem potencializado o déficit público, o desequilíbrio fiscal, nem o endividamento público progressivo, até porque as condições orçamentárias dos municípios, das localidades, mormente no Brasil, não permitem e, além disso, o controle normativo e regulatório sobre o endividamento está de certa forma sob o poder da União.

Nesse sentido, a despeito da situação fiscal das localidades de gestão administrativas próprias é preciso ressaltar que o “bolo” de receitas tributárias está na ordem de, aproximadamente, 70% da arrecadação sobre o controle da União, conforme explica Dowbor (2010). Isso, além de tornar um entrave ao desenvolvimento local, agrega um grande custo operacional na sua redistribuição aos municípios, sem falar na corrupção, que é potencializada por este sistema de distribuição.

Note-se que algumas cidades da Europa, consideradas melhores lugares do mundo para se viver, agregam estas características (desenvolvimento local formado por laços de união e solidariedade), guardadas as devidas proporções. Nesses locais, a ordem de distribuição das receitas tributárias está na ordem inversa, sendo entre 50% e 70% circulando nas localidades, não centralizadas pelo poder central.

Para Wanderley (2010), é preciso produzir uma forma de desenvolvimento que se contraponha à ordem imposta pelo crescimento econômico tradicional permeado de grande endividamento e inversão de capital que não beneficia toda a população, mas sim um pequeno grupo, como, aliás, tem sido a construção de riquezas em várias partes do mundo de forma concentrada em alguns polos.

Para Furtado (1981), os efeitos desse endividamento, através de grande inversão de capital, produzem, em algum momento crises, desequilíbrios, deseconomias de escala e, consequentemente, desníveis de desenvolvimento entre o centro do capitalismo mundial e a periferia subdesenvolvida, cuja dinâmica é sempre muito difícil de ser controlada ou regulada pela sociedade.

Este modelo de orientação econômica, portanto, tem se espalhado numa lógica verticalizada entre continentes, países, regiões, estados, municípios, organizações e, até mesmo, entre indivíduos, provocando variadas consequências que rebatem em problemas centrais nas diversas dimensões aqui relatadas, inclusive em comportamentos humanos, relações de convivência, relações interpessoais, etc. São, portanto, os elementos (princípios e práticas) do modo de produção capitalista como individualismo, competitividade, egoísmo, indiferenças em rebatimento como práticas nas relações do dia a dia dos sujeitos.

Segundo Santos (2005), a localidade não compreende apenas um espaço físico de delimitações geográficas, mas, também, elementos que se articulam para a formação política do sujeito na sua integralidade, propiciando-lhe condições de agir de forma contra-hegemônica ao modelo de globalização neoliberal na perspectiva de outro processo de desenvolvimento, um desenvolvimento mais humanizado.

Para Teixeira (2001), embora o desenvolvimento local esteja inteiramente relacionado ao desempenho político do poder público local, ele não se dá por decreto, constrói-se com os cidadãos. Não depende somente da combinação de recursos e fatores de produção, mas também de fazer aflorar e viabilizar recursos e capacidades diversas. Desse modo, significa dizer que não há localidades previamente condenadas à pobreza ou ao desprezo *a priori* por uma ordem internacional, mas espaços sem projetos de desenvolvimento ou orientação de uma ação econômica politizada e em outra direção que não a perseguida pela economia tradicional.

> Constitui uma forma de articulação do local com o global, numa expostas as políticas globais que afetam a população, atingindo, sobretudo os grupos sociais de menor força que começam a resistir e buscar alternativas. Tais políticas materializam-se no local, seja com o uso das tecnologias disponíveis seja com efeito perverso: desemprego, destruição da natureza, agravamento da pobreza. Ao

> resistirem as, as populações locais compelem os centros internacionais de decisões a revisarem seus projetos. (TEIXEIRA, 2001, p. 69)

Para Migliolli (1983), tanto a orientação econômica como seus resultados estão diretamente relacionados à sensibilidade do agente planejador, e podem ser demonstrados nas coerências internas e externas dos planos, programas ou projetos constituídos com bases nos instrumentos de orientação econômica diretos (leis, decretos, normas, regulamentos etc.) ou indiretos (políticas fiscais, monetárias e cambiais).

Desta forma, o poder público – seja oferecendo, seja negando apoio – de alguma maneira interfere na orientação econômica de determinada localidade ou sociedade. É preciso que este agente planejador seja um sujeito revestido da resistência da economia política dos setores populares, pois, assim, agirá na perspectiva do Desenvolvimento Local Solidário como uma ação discricionária[12].

Nesse caso, a produção e a comercialização de alimentos pela engrenagem econômica – possibilitadas pela fome e fartura que representam, pelas carências inequívocas apresentadas pelos estudos de segurança alimentar que demonstram a má alimentação de forma generalizada, por exemplo, entre tantas outras – têm evidenciado ser um dos seguimentos da economia mais promissores e com características de respostas mais rápida aos investimentos. Constituem-se, portanto, em elemento fundamental para implantação de políticas de fortalecimento da Economia Popular e Solidária, principalmente em nível local, por serem capazes de influenciar decisivamente no aumento da produtividade e das condições que viabilizam menores custos, condições de saúde, educativas, preço justo e consumo consciente, facilitando, então, o Desenvolvimento Local Solidário e das redes de economia solidária (MANCE, 2004).

Na concepção de Dowbor (1995), as gestões ou intervenções relativas ao planejamento têm se concretizado na orientação de políticas que visam a obter eficácia em determinados pleitos econômicos tradicionais, as quais, sendo adotadas em algumas especificidades, como educação e desenvolvimento, mesmo de maneira adaptada, certamente apresentam-se como medidas relevantes de responsabilidade do poder público local para o desenvolvimento

[12] A ação discricionária neste caso é decorrência, via de regra, do ato discricionário, aquele praticado com liberdade de escolha de seu conteúdo, do seu destinatário, tendo em vista a conveniência, a oportunidade e a forma de sua realização. Isso não significa que o ato discricionário, por dar certa margem de liberdade ao administrador, será realizado fora dos princípios da legalidade e moralidade, pelo contrário, segue o mesmo parâmetro do ato vinculado. O ato discricionário, porém, tem suas limitações, que são determinadas pela Lei. Se um ato discricionário causar prejuízo a terceiro, seja a um cidadão ou à coletividade, pode-se entrar com ação civil pública, mandado de segurança, mandado de segurança coletivo ou ação popular.

integrado, tendo na educação a possibilidade de uma importante engrenagem que faz rodar também o processo econômico.

Nesse contexto, a coerência e integralidade do conjunto de ações podem mover o poder local ou o movimento da Economia Popular e Solidária para uma orientação da ação econômica local, porque essa economia atua em diversas dimensões da vida social, cultural, ambiental, política e educacional, e, com isso, move-se através de uma orientação econômica mais ampla e flexível com base nos projetos que se caracteriza, conforme observado neste estudo, pelo aspecto da especificidade da dimensão discricionária local.

Diante disso, ao mesmo tempo em que se ocupa da dimensão local – através de políticas públicas específicas – a Economia Popular e Solidária possibilita a "fuga" oportuna das "armadilhas" para a exclusividade do atendimento ao movimento das leis gerais de mercado; "oferta que cria sua própria demanda", por exemplo, lei clássica da economia tradicional. Encontram-se nesse contexto ações como o orçamento participativo, as compras públicas através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da alimentação escolar, as cooperativas de trabalhos e produção, de crédito, as moedas sociais, em especial, da agricultura familiar.

Os projetos que, conforme observado, são parte integrante do processo de planejamento constituem-se em políticas públicas orientadas e atingem as esferas microeconômicas na medida em que estudam, educam e lidam com "unidades" específicas de cooperação, associações, grupos informais e sujeitos que fazem um consumo consciente e solidário pensado sobre uma lógica dos interesses da comunidade.

Com efeito, o envolvimento do sujeito atrelado à possibilidade de mobilização do poder público local torna-se elemento estruturante da ação contra-hegemônica para o enfrentamento dos grandes planos verticalizados e de natureza indicativa, dinamizados – essencialmente – por uma pressão privada por parte de grupos econômicos de origem externa ou de fora do circuito que propicie uma articulação das coerências de maneira integrada.

Portanto, percebe-se que a ação econômica orientada pela dinâmica da Economia Popular e Solidária apresenta-se como uma estratégia política de coerência interna e externa para o Desenvolvimento Local e Solidário, desde que envolva o sujeito no processo de orientação através de mecanismos, especialmente conduzidos por instrumentos diretos, como a criação de leis municipais, centros públicos, fóruns e outros elementos locais de Economia Popular e Solidária, mas sem desconsiderar os impactos e influências dos indiretos na criação de moedas sociais e fundos rotativos, por exemplo, porque engendram um relevante processo educativo e de trabalho.

Procura-se compreender o panorama de atuação da Economia Popular e Solidária, historicizando sua existência a partir das contradições do modelo capitalista, especialmente com base nos conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico. Desta forma, pergunta-se: de que maneira o cooperativismo contribuiu para as tipologias da Economia Popular e Solidária? De que maneira estabelece a relação entre a economia tradicional e a Economia Popular e Solidária? Essas questões, de fundamental relevância para o presente estudo, serão discutidas no capítulo seguinte.

2 AS FRONTEIRAS CONCEITUAIS E AS TIPOLOGIAS ORGANIZATIVAS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NO BRASIL

Neste capítulo, apresentam-se algumas fronteiras conceituais e tipológicas e faz-se uma contextualização sobre a Economia Popular e Solidária, mostrando de que maneira as diversas tipologias, mormente as cooperativas, estão estruturadas no Brasil, como estão organizados iniciativa e agentes, inclusive, como se vinculam por ações governamentais e não governamentais. Faz-se uma retrospectiva histórica sobre o cooperativismo e o associativismo, seus principais precursores, na Europa e no Brasil, ressaltando experiências e cenários socioeconômicos em que foram suscitados, pois ambos se apresentam como os elementos condutores que formam uma ponte entre as discussões sobre desenvolvimento e crescimento da economia tradicional para a economia autogestionária, associativa e solidária, em que pese não se tenha nessa abordagem sobre o cooperativismo tradicional a melhor opção de agente ou iniciativa para a economia popular e solidária enquanto estratégia para o desenvolvimento local solidário.

São discutidas as peculiaridades da economia popular solidária no Brasil, as instituições governamentais e da sociedade civil, incluindo os fóruns de economia solidária e, em especial, as incubadoras universitárias que apoiam e/ou assessoram iniciativas em parceria com o Estado. Primeiramente, entretanto, desvela-se e apreende-se a teoria sobre Economia Popular Solidária e alguns outros tipos de empreendimentos coletivos existentes no sistema, os quais se assemelham a essas experiências coletivas, de forma que se possa ter clareza sobre a interdisciplinaridade sobre o tema em estudo. Este capítulo, portanto, busca dar conta do objetivo de identificar quais os **agentes ou iniciativas** que auxiliam ou contribuem para Economia Popular e Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário e como estes se relacionam.

Procura-se compreender a importância da estreita relação entre o cooperativismo e a Economia Popular e Solidária. A relação que estes estabelecem entre si ao longo da construção de uma perspectiva de desenvolvimento mais politizado, educativo, democrático e mais humano, não expropriador dos direitos dos trabalhadores.

Nessa linha, o cooperativismo marca o processo de organização socioprodutiva com base na associação de pessoas e não de capital como é comum na economia tradicional. Este, portanto, tal como o associativismo, os grupos populares solidários, bem como entidades de apoio, assessoria e fomento, estabelecem uma relação orgânica com a Economia Popular e

Solidária a qual possibilita ao sujeito enxergar o processo socioprodutivo numa perspectiva das relações sociais para as relações técnicas e, não a partir desta última.

A Economia Popular e Solidária se realiza na prática das múltiplas formas socioeconômicas de vida dos sujeitos pelos princípios do cooperativismo, cuja dinâmica e processo educativo de trabalho, convergem para compor um movimento de base popular daqueles que ou estão à margem do modo de produção capitalista por exclusão, ou prefere outra forma de organização socioprodutivas, mais justa, mais democrática e solidária.

À Economia Popular e Solidária são atribuídas algumas denominações, como *economia social*, *economia popular*, *economia solidária*, *economia do cooperativismo*, entre outras. Entretanto, nesta pesquisa optou-se pela expressão *Economia Popular e Solidária*, tendo em vista que, em nosso pensar, trata-se de uma expressão que demarca uma passagem de transição organizativa, por vezes, vinda da economia popular, bem como pela representatividade epistemológica forjada na América Latina, segundo França Filho (2002) e pela intersecção entre economia popular e economia solidária, conforme Razeto (1997).

Esta economia representa as dimensões que possibilitam outra forma de desenvolvimento, diferenciado do tradicional, dependente do crescimento econômico *ad infinitum*, cujos princípios estão intrinsecamente relacionados à concepção competitiva do modo de produção capitalista, historicamente hegemonizador e, ao mesmo tempo, contraditório.

Nesse sentido, alguns autores foram referências fundamentais, a partir da perspectiva das dimensões não só econômicas, mas também social, política, educacional, cultural e ambiental, além de articulá-las aos princípios da economia solidária mencionados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a saber: cooperação, associativismo, solidariedade, autogestão e ação econômica. São elementos fundamentais na retratação das contradições presentes nos objetivos de crescimento e desenvolvimento capitalista (SINGER, 2005a).

A economia popular e solidária, segundo Tiriba (2006), resgata o "popular" na medida em que o termo a ela sempre pertenceu e amplia seu campo de atuação, campo este que se constitui numa dimensão de atuação da grande maioria dos sujeitos, mediante seus desejos e necessidades coletivas aglutinadoras. Mesmo sobre a imposição da dimensão mercadológica predominante, esse tipo elementar de economia resistiu, resiste e prossegue divergindo nas contradições inerentes a chamada economia natural, conforme Smith (1982).

Atua, de maneira geral, descontratualizada sob o protagonismo popular que se manifesta em trabalhos familiares e coletivos, pela escolha por atividades autônomas ou por

não se adequar ao modelo mercadológico vigente ou, ainda, por opção consciente em relação a outro modelo socioprodutivo. Assim, percebe-se que a ação econômica popular constitui-se numa existência individual e coletiva na qual não é a economia em si o elemento mais importante na orientação da vida das pessoas. Foi assim nas primeiras organizações produtivas, perpassa os dias atuais diante dos avanços nas novas formas tecnológicas de produzir e, ao que parece, subsistirá enquanto houver a dimensão popular, pois o sistema econômico utilitarista é um daqueles que compõem as dimensões da vida, mas não compõe a totalidade da vida, pois a dimensão do popular existiu e existe, Inter e intra-sistemas diversos.

Nesse contexto, a Economia Popular e Solidária, mesmo sendo a opção conceitual deste trabalho – pois denota um sentido amplo de atuação que abarca as diversas dimensões da vida onde se localiza o povo, assumindo, por isso, um caráter de economia política dos setores populares, ao integrá-los numa totalidade – não oferece impedimentos, nem fronteiras antagônicas à convivência com o conceito de economia popular (KRAYCHETE, 2010). Não tem nas trocas econômicas nem na exploração da mais-valia seu fundamento base, nem se distancia também de economia solidária (SINGER, 2005b). Esta, além de oferecer-se como modo de produção, viabiliza políticas públicas que possibilitam a organização política do trabalho na forma coletiva de produzir e elevar a classe trabalhadora à condição de condutora do processo que articula economia e política.

Segundo Kraychete (2010), a ação econômica popular liga o fazer econômico "inocente", sem pretensões da expropriação do trabalho, da exploração do homem pelo homem à economia solidária, afirmada por Singer (2005b) como sendo um novo modo de produção, cujas orientações possibilitam, mediante as políticas públicas, uma conexão necessária com o Estado[13]. É nessa perspectiva, de uma síntese conceitual, que a Economia Popular e Solidária faz-se centro temático desta pesquisa.

Nesse sentido, será necessário observar que uma comunidade, para garantir a construção do seu desenvolvimento via Economia Popular e Solidária, deve observar alguns princípios, que se constitui em desafios: o respeito ao meio ambiente para além da questão educacional de preservação nos moldes tradicionais, a democracia participativa em detrimento da representativa, entre outros que venham a estimular as iniciativas pertinentes à perspectiva dessa economia, visando a formar correntes e construir redes de empoderamento para o desenvolvimento do processo de incubação de iniciativas da economia popular e solidária.

Faz-se necessário, por isso, construir projetos que recuperem a destruição do passado e

[13] Compreende-se Estado como arena de luta entre as classes de forma organizadamente ampliada pela atuação da sociedade civil (GRAMSCI, 1989) para construção de outro modelo de desenvolvimento socioeconômico.

reconstruam um futuro não destrutivo (VEIGA, 2008); encaminhar o processo de trabalho pela autogestão, pois garante a autonomia dos grupos solidários para que estes possam subsistir enquanto classe, inclusive aos governos tirânicos e controversos aos movimentos democráticos (GOHN, 2005).

Os grupos, imbuídos das relações solidárias, resistem à competitividade individualista inerente ao modo de produção capitalista e preservam a posse coletiva dos meios de produção, inclusive criam maneiras alternativas de acesso ao crédito, às finanças solidárias, aos fundos rotativos, entre outros elementos necessários. Isso se dá na medida em que os sujeitos são capazes de compreender o processo econômico solidário com base nas dimensões defendidas nesta pesquisa em que se procura localizar e integrar os populares em redes (FRANÇA FILHO, 2010).

Nessa perspectiva, ressalta-se a importância de todos se considerarem donos dos meios de produção, reportando-se não apenas ao valor material dos bens, mas também à ideia de preservação do bem que pertence a todos e, neste processo, se respeita melhor o meio ambiente e a vida de forma integral. A própria autogestão passa a ter um sentido eminentemente coletivo e de aplicabilidade local mais efetiva, não dependente de forma direta das decisões globais. Este processo possibilita o empoderamento individual, coletivo e da comunidade que passa, também, a praticar uma educação dialógica, que consiste no respeito aos saberes e competências nela existentes (FREIRE, 1987; 1996; 2001).

É nesse contexto que se insere a necessidade de um processo educacional instrumentalizando o desenvolvimento (DOWBOR, 1995) a fim de que não se permita perder de vistas os saberes das comunidades. Quanto a isso, é importante respeitar e compartilhar os saberes motivadores ou apropriados pelas iniciativas, bem como os seus tempos de aprendizagem para o passo seguinte do processo e organização dos agentes da economia popular e solidária (FRANÇA FILHO, 2010).

Neste contexto, pretende-se nortear esta discussão pela seguinte pergunta: quais os **agentes ou iniciativas** contribuem para a Economia Popular e Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário? A cooperativa proporcionou historicamente a possibilidade de um movimento de construção de princípios em detrimento do empreendedorismo empresarial no sentido de negar a extremada competitividade e individualismo que submetem as relações sociais à condução das relações técnicas de produção, ainda que, ao longo da história e, especialmente, na atualidade, não se apresente como a principal tipologia organizativa da economia popular e solidária, em que pese possa contar com a parceria de outros importantes agentes ou iniciativas como associações, grupos

solidários, incubadoras universitárias, agências públicas de fomento à pesquisa, estudos, extensão e prestação de serviços, bem como agências de financiamentos que proporcione capacitação técnica, créditos, orientação para preços justos, além dos agentes sociopolíticos como redes e fóruns e principalmente as universidades públicas. Assim, conheceremos melhor esta relação nas seções seguintes, cuja dinâmica reforça e amplia outra perspectiva de cooperação, no cooperativismo popular.

A cooperação é uma experiência humana que compreende os primórdios da sociedade, momento em que as pessoas se juntavam para enfrentar as adversidades da vida selvagem, bem como outros aspectos como adversidades climáticas, geográficas, referentes às secas, à fome, às doenças, entre outras, portanto, problemas de diversas dimensões. A cooperação tem contribuído bastante para os avanços da humanidade, garantindo, especialmente a sobrevivência. Contemporaneamente, por certo, tem feito do homem um ser mais sociável e tendente a viver coletivamente em relativa harmonia, apesar dos conflitos naturais à *polis*.

Etimologicamente, cooperar significa "trabalhar juntos"; a palavra é de origem latina, *cum operari*, e quer dizer, então, "com trabalhar" ou "trabalhar juntos". É fácil observar, entretanto, que muitas pessoas trabalham juntas, mas não estão organizadas formalmente para o cooperativismo como uma maneira de produzir, ou seja, não estão integradas num sistema de cooperativismo produtivo, não exerce o trabalho coletivo. Assim, a cooperação não está necessariamente articulada ao cooperativismo como forma de conduzir a vida em sociedade socioprodutivamente. Carece, então, de uma articulação política e social mais elaborada e sistematizada, livre do utilitarismo econômico presente na economia tradicional globalizada.

Historicamente, a cooperação constitui-se em um princípio advindo da primeira cooperativa do mundo, que surgiu em Rochdeale (Inglaterra), em 21 de dezembro de 1844, formada por 28 tecelões. Eles se juntaram diversas vezes, durante um ano, para definir os princípios de um novo sistema socioeconômico e os estatutos de uma nova organização do trabalho, diferente das empresas mercantis então existentes na época. Nessa experiência, conseguiram economizar mensalmente suas pequenas quantias monetárias para acumular um valor inicial de 28 libras (conversão atualizada em dezembro de 2012 no valor de R$ 91,13) que serviu para abrir uma cooperativa de consumo. Esta cresceu rapidamente e se multiplicou, tanto na Inglaterra quanto em outros países, desencadeando em todo o mundo a criação de novas cooperativas de diversos ramos de atividade, baseadas nos mesmos princípios definidos pelos chamados pioneiros de Rochdeale.

Em 1895, foi fundada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), com sede em Genebra (Suíça), que representa o sistema cooperativo em âmbito mundial e tem, entre outras funções, a de definir os princípios e valores que regem esse sistema.

No ano de 1995, no Congresso Centenário da ACI, em Manchester (Inglaterra), reuniram-se cooperativistas de todos os continentes para definirem a tipologia cooperativa, valores e princípios do cooperativismo, mantendo-se na mesma linha historicamente orientada.

Ressalta-se que o cooperativismo é também considerado uma doutrina cultural e socioeconômica que consagra os princípios fundamentais de liberdade humana, apoiada por um sistema de educação e participação permanente, ressurgindo como forma de organização social para a solução de problemas socioeconômicos e não só uma prática produtiva – que muitas vezes atua como um monopólio (controle de mercado, especialmente, de preços por uma única unidade produtiva) ou oligopólio (controle de mercado, especialmente, de preços, entrada e saída de empresas por poucas unidades produtivas) empresarial comum – como ocorre, por exemplo, no agronegócio brasileiro e nas áreas médicas.

O cooperativismo, entretanto, nasceu no mesmo contexto e na mesma época das ideias do comunismo e do sindicalismo, que tinham objetivos semelhantes, mas propostas distintas em alguns aspectos. O comunismo propunha a estatização dos meios de produção como forma de superar o sistema capitalista. O sindicalismo, por sua vez, incentivava a organização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses, diante das empresas capitalistas e de maneira geral também tinha a intenção de superá-lo.

Para Singer (2005), o movimento cooperativista *Rochdaleano* optou pela organização autogestionária de pessoas para a solução de problemas referentes às relações de produção inerentes ao capitalismo, cuja organização se traspunha para toda a sociedade, subordinando ao seu julgo as relações técnicas pelas sociais.

Depois de alguns anos de surgimento dessas experiências socioprodutivas, observam-se dificuldades quanto à manutenção do comunismo, das economias estatais, bem como dificuldades quanto ao sindicalismo, entretanto, o cooperativismo – já implantado e atuando em todos os países e em todos os setores da economia – continua resistindo como forma de organização dos trabalhadores, sejam daqueles que não encontram espaços na economia tradicional das empresas, seja por opção e oportunidade àqueles que buscam organiza-se socioprodutivamente de maneira mais autônoma e independente sem a relação verticalizada e impositiva da heterogestão.

Sem dúvida, entretanto, essa perspectiva organizativa do trabalho não convive com empresas em completa harmonia no modo de produção capitalista, pois, contrariamente, esta perspectiva de relação de trabalho põe o homem no centro da condução dos processos produtivos, fazendo submeter às relações sociais, as relações técnicas de produção a partir das diversas dimensões em que os sujeitos se façam presentes. Com isso, por exemplo, as tecnologias ou técnicas elaboradas de como fazer as coisas no cooperativismo relacionado a Economia Popular e Solidária não comandam o homem, não são independentes, nem individualizadas, são tecnologias sociais, porque o esforço do invento, por exemplo, não é patenteado e apropriado tecnicamente por um empreendedor, um homem, orquestrador ou comprador de trabalhos, é, sim, o esforço social para o acúmulo e ação de experiências coletivas.

No Brasil, para a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2013), uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. Vale salientar que os cooperativistas populares não aceitam a cooperativa ser caracterizada como empresa ou algo similar, principalmente por conta de sua forma de gestão.

Portanto, o Brasil define cooperativa como uma sociedade de pessoas unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades comerciais, não obstante a OCB não seja de caráter popular e, sim, mais relacionada ao campo empresarial do agronegócio. Ressalte-se o processo de construção de outro movimento cooperativista que vem trabalhando na perspectiva dos movimentos populares mais identificados à economia popular e solidária.

Nesse sentido, de acordo com o X Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em Brasília, no ano de 1988 (SESCOOP-AP, 2012), a cooperativa passa também a fundamentar-se na economia solidária e se propõe a obter um desempenho econômico eficiente, através da qualidade e da confiabilidade dos serviços que presta aos próprios associados e aos consumidores conscientes. Essas cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Conforme os pioneiros, o cooperativismo acredita nos valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e preservação do ambiente para o desenvolvimento.

O cooperativismo está calcado em princípios aperfeiçoados pelos “Probos Pioneiros de Rochdeale”, conforme mencionado, que foram aprovados e incorporados ao estatuto social da

cooperativa criada no ano de 1844 e reformulados nos Congressos de 1937, 1966 e 1995 da Aliança Cooperativa Internacional, ACI, constituindo-se, atualmente, nas linhas orientadoras para as cooperativas levarem os seus valores à prática.

Os congressistas, representando cooperativistas do mundo inteiro, em 1995, consubstanciaram os princípios básicos do cooperativismo como sendo: **Adesão voluntária e livre:** as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e/ou religiosas; **Gestão democrática e livre:** as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau, os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática; **Participação econômica dos membros:** os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado como condição de sua adesão. Eles destinam os excedentes a um ou mais dos seguintes objetivos: i) desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; ii) benefício aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa e; iii) apoio a outras atividades aprovadas pelos membros; **Autonomia e independência:** as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem à capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa; **Educação, formação e informação:** as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação, bem como aprimoram suas técnicas políticas e produtivas; **Intercooperação:** as cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais; **Interesse pela comunidade:** as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas

comunidades através de políticas aprovadas pelos membros, levando em conta suas relações de proximidade, de confiança, entre outras.

Esses princípios parecem ter traçado ou construído diretrizes para outra economia forjada na criatividade dos trabalhadores através de associações, sindicatos, grupos solidários, incubadoras universitárias, bem como outros movimentos considerados progressistas (GHON, 2009).

Nesse sentido, os trabalhadores organizavam-se politicamente em sindicatos, associações, mas não conseguiam comandar os resultados dos seus trabalhos, pois precisavam comandar e apropriar-se organicamente do processo produtivo como próprios gestores dos produtos e processos. Essas evidências, cada vez mais, mostram-se nas contradições antagônicas representadas nas classes sociais latentes na estrutura produtiva do modo de produção capitalista, onde poucos possuem riquezas e valores para reinvestir e continuar acumulando capital, e outros, apenas a força de trabalho restrita ao pagamento pelo valor mínimo para seus sustentos e em constante precarização.

Nesse caminho, mesmo considerando as importantes dificuldades de diversas ordens – sejam organizativas, de créditos, técnicas, financiamentos em fundos próprios, políticas públicas integralizadoras do movimento de orientação para o setor – alguns avanços são notáveis como a criação de leis específicas de um cooperativismo mais adequado à Economia Popular e Solidária em diversos Estados da Federação. Ressaltamos que o cooperativismo vem crescendo no país, e que a Lei nº. 5.764/71 vem sendo questionada por este movimento, mormente nos aspectos da sua incompatibilidade com a Constituição de 1988, com o atual Código Civil e também com outros textos legais. O cooperativismo pode ser estimulado como instrumental de ação social e organização econômica coletiva. Neste contexto, a UNICAFES, a UNISOL Brasil e a CONCRAB têm se empenhado em construir uma nova Lei das cooperativas que preserve valores e cumpra sua função social de transformação da realidade.

Destaca-se, por oportuno, a Lei nº. 12.690, de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP, revogando o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT que reza que qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

Ressalte-se, nesse sentido, a relevância do Art. 6º, que permite que a Cooperativa de Trabalho possa ser constituída com número mínimo de 8 (oito) sócios. Esse aspecto é uma

conquista do movimento da Economia Popular e Solidária em toda ordem, em especial, do âmbito local que dispunha de enormes dificuldades para mobilizar grande número de trabalhadores em diversas áreas laborais, enquanto que para criar empresas bastariam um indivíduo com recursos, às vezes, sem a formação adequada com apenas vontade para se constituir num empresário dono do seu próprio negócio e contratante, por conseguinte, da força de trabalho desejada. Esta é uma das limitações que colocou o movimento cooperativista em desvantagem na sua evolução em relação ao movimento empresarial, porque enquanto para se registrar uma cooperativa precisava-se de 20 (vinte) trabalhadores na lei anterior, na atual 8 (oito) para uma firma individual basta 1 (um) portador do capital necessário, estimula-se o individualismo e a exploração do trabalho alheio nesta última, enquanto na outra tipologia (cooperativa), tem-se a dificuldade e agregar pessoas.

Nesse contexto, destaca-se também o Art. 3º, que define a Cooperativa de Trabalho pelos seguintes princípios e valores:

> I – adesão voluntária e livre; II – gestão democrática; III – participação econômica dos membros; IV – autonomia e independência; V – educação, formação e informação; VI – intercooperação; VII – interesse pela comunidade; VIII – preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre iniciativa; IX – não precarização do trabalho; X – respeito às decisões de assembleia, observado o disposto nesta Lei; XI – participação na gestão em todos os níveis de decisão de acordo com o previsto em lei e no Estatuto Social (Lei nº. 12.690, de 19 de julho de 20 de 2012).

A Lei, embora seja considerada um grande avanço, inclusive evoluindo com relação a outras anteriores, não assegura que a conquista está ou será implementada, além de não ter atendido ao completo asseio de todo movimento organizado dessa economia (como, por exemplo, o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis que a critica por não observar o acúmulo político na sua perspectiva organizativa). De fato, o documento legal carece, entre outros aspectos, da ação de governantes atentos que defendam ou respeitem os direitos conquistados. Mesmo assim, o que realmente faz valer todos esses avanços é, principalmente, a mobilização permanente dos trabalhadores e dos movimentos nas diversas dimensões de atuação em busca da aplicação desses direitos, bem como melhoramentos que devem ser materializados em políticas públicas ou em uma orientação com base na Economia Popular e Solidária na perspectiva de um marco legal e do Desenvolvimento Local Solidário.

Essa perspectiva de implementação das políticas está sinalizada na mesma lei acima mencionada e se constitui, certamente, numa relevante conquista, embora na mesma linha reivindicativa de atendimento aos princípios da lei visando a sua plena implementação. Essa busca da mobilização permanente, portanto, por parte dos setores populares para o

funcionamento de uma economia dessa natureza, permite afirmar que ainda não é suficiente a atual configuração legal, sendo necessário outros avanços, como a Lei Geral da Economia Solidária (Marco Legal). A exemplo do que ocorre no setor industrial, com uma economia política tradicional – basta observar as reivindicações e o pronto atendimento por redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a indústria automobilística por parte dos governos, um dos maiores oligopólios do mundo (VASCONCELOS, 2005) –, os trabalhadores, de posse deste importante instrumento de orientação direta da economia (nova lei do cooperativismo popular), certamente poderiam agir como uma economia política dos setores populares, mobilizando esforços para que o Estado garantisse os investimentos necessários ao setor, sob um tensionamento constante pelo domínio político das ações de fomento ao Desenvolvimento Local Solidário, numa perspectiva de classe trabalhadora que ora se impõe.

O Capítulo IV desta lei cria a estrutura do Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho (PRONACOOP) da seguinte forma:

> Art. 19. É instituído, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP, com a finalidade de promover o desenvolvimento e a melhoria do desempenho econômico e social da Cooperativa de Trabalho. Parágrafo único. O PRONACOOP tem como finalidade apoiar: I – a produção de diagnóstico e plano de desenvolvimento institucional para as Cooperativas de Trabalho dele participantes; II – a realização de acompanhamento técnico visando ao fortalecimento financeiro, de gestão, de organização do processo produtivo ou de trabalho, bem como à qualificação dos recursos humanos; III – a viabilização de linhas de crédito; IV – o acesso a mercados e à comercialização da produção; V – o fortalecimento institucional, a educação cooperativista e a constituição de cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas; VI – outras ações que venham a ser definidas por seu Comitê Gestor no cumprimento da finalidade estabelecida no caput deste artigo. Art. 20. É criado o Comitê Gestor do PRONACOOP, com as seguintes atribuições: I – acompanhar a implementação das ações previstas nesta Lei; II – estabelecer as diretrizes e metas para o PRONACOOP; III – definir as normas operacionais para o PRONACOOP; IV – propor o orçamento anual do PRONACOOP; V – (VETADO); VI – (VETADO). § 1o O Comitê Gestor terá composição paritária entre o governo e entidades representativas do cooperativismo de trabalho. § 2o O número de membros, a organização e o funcionamento do Comitê Gestor serão estabelecidos em regulamento. Art. 21. O Ministério do Trabalho e Emprego poderá celebrar convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos que objetivem a cooperação técnico-científica com órgãos do setor público e entidades privadas sem fins lucrativos, no âmbito do PRONACOOP. Art. 22. As despesas decorrentes da implementação do PRONACOOP correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas anualmente ao Ministério do Trabalho e Emprego. Art. 23. Os recursos destinados às linhas de crédito do PRONACOOP serão provenientes: I – do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT; II – de recursos orçamentários da União; e III – de outros recursos que venham a ser alocados pelo poder público. Parágrafo único. O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT definirá as diretrizes para a aplicação, no âmbito do PRONACOOP, dos recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Art. 24. As instituições financeiras autorizadas a operar com os recursos do PRONACOOP poderão realizar operações de crédito destinadas a empreendimentos inscritos no Programa sem a

> exigência de garantias reais, que poderão ser substituídas por garantias alternativas, observadas as condições estabelecidas em regulamento. Parágrafo único. (VETADO). Art. 25. (VETADO). (Lei nº. 12.690/2012).

Nesse aspecto, pode-se afirmar que alguns instrumentos de orientação econômica na direção da Economia Popular e Solidária já permitem torná-la uma estratégia para outra forma de desenvolvimento, tendo em vista planos, programas ou projetos que podem desenvolver neste caso um programa, a exemplo, o PRONACOOP em desenvolvimento; entretanto, outros instrumentos mais fortes e que são de quase absoluta condução da economia de mercado, como o fiscal, no que diz respeito à movimentação tributária tanto para isenções, subsídios quanto para reduções e outros desdobramentos; instrumentos monetários que consistem no controle mercadológicos dos meios e formas de pagamentos, mediante taxas de juros diversas e seus desdobramentos em serviços, etc.; e, finalmente o instrumento cambial cuja força está relacionada a divisão internacional do trabalho quanto a quem produzir e o que produzir para se estabelecer nas relações mercadológicas, quanto as trocas internacionais, bem como na relação das trocas de bens e serviços insumos ou elaborados a que estamos submetidos: a relação internacional entre economias ou redes socioprodutivas. Outro aspecto relevante a ressaltar é a consolidação da organicidade potencializada entre Economia Popular e Solidária e cooperativismo em virtude deste programa.

Para França Filho (2007), a Economia Popular e Solidária conta com grandes dificuldades quanto à sustentabilidade para seu desenvolvimento, por isso necessita se fortalecer no enfrentamento das adversidades, neste sentido argumenta o autor:

> Superar o desafio da sustentabilidade tem conduzido as práticas de economia solidária na direção de um maior investimento no seu processo de estruturação política como campo. Neste sentido, mais do que iniciativas inovadoras e singulares em termos da abordagem econômica, o campo da Economia Popular e Solidária no Brasil se impõe também, cada vez mais, como um movimento de atores em busca de reconhecimento institucional. Este movimento reivindica direito, interroga políticas públicas existentes e propõem outras. O objetivo é propor uma mudança institucional na direção do reconhecimento de outro modo de instituir a prática econômica. (FRANÇA FILHO, 2007, p. 168)

Neste contexto, além das relações com o Estado que imbricam os instrumentos diretos e indiretos e os articulam através da força do mercado tradicional, é preciso articular outra institucionalização econômica nas redes de agentes e iniciativas dos setores populares para a construção da estratégia de Desenvolvimento Local Solidário na lógica da Economia Popular e Solidária mediante princípios e dimensões próprias.

Este é um desafio das políticas públicas que pode ser dinamizado por um processo de incubação discutidos nas universidades em diálogo com as comunidades em cada dimensão

específica, em que se manifeste o problema pertinente a uma intervenção sociopolítica. Assim, deve-se conhecer as fronteiras conceituais, bem como as tipologias organizativas apropriadas para uma economia política dos setores populares, cujas definições do autor supracitado apontam para a construção de um campo específico de atuação desta economia.

Para o supracitado autor, a Economia Popular e Solidária tornou-se um campo complexo do conhecimento na medida em que este objeto apresenta-se sobre cinco enfoques fundamentais: a) **enquanto discussão conceitual –** num sentido que permeia desde o enfoque economicista ao antropológico; b) **enquanto discussão contextual** – um fenômeno de prática investigativa que foca uma situação contextual dos problemas sociais na perspectiva do desenvolvimento local; c) **enquanto estudo de caso** – procura entender as práticas organizativas da economia solidária em si mesma; d) **enquanto uma metodologia de intervenção –** uma tecnologia social, um instrumento para geração de trabalho e renda e promoção do desenvolvimento social; f) **enquanto política pública** – vem ganhando espaço nas estruturas de governo pelo país na perspectiva de organização, financiamento devido às manifestações sociais organizadas.

Neste contexto, as fronteiras conceituais assumem um caráter de ambiência por onde transita os agentes ou iniciativas responsáveis por possibilitar a Economia Popular e Solidária uma estratégia política para o Desenvolvimento Local Solidário.

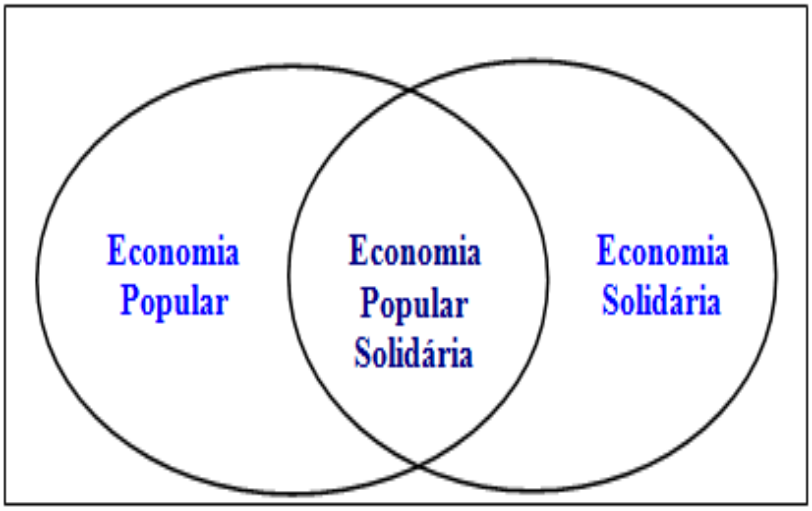
A Economia Popular e Solidária ainda é um conceito novo embora tenha surgido das contradições do próprio modo de produção capitalista desde suas origens. Esta economia, entretanto, encarrega-se de propiciar uma relação de produção em que o sujeito está no centro e condução do processo econômico. Desta maneira, suas organizações são sócias, às vezes, produtivas e sempre constituídas de sociedades de pessoas seja em tipologias como cooperativas – principal agente de desenvolvimento desta economia – seja em associações ou grupos. As tipologias neste caso atem-se a o estudo sistemático de tipos e podendo ser aplicado a interdisciplinaridade, constitui-se no estudo dos elementos similares que se articulam para uma determinada composição organizativa do trabalho coletivo.

Ressalte-se que todos esses agentes ou iniciativas produzem na perspectiva do valor social do trabalho, da valorização do homem e, não, da exploração do homem pelo homem. Desta forma, guia-se por princípios e práticas como autogestão, solidariedade, ação econômica e associativismo entre outros.

No intuito de melhor compreender os conceitos fronteiriços a essa economia, apresenta-se na Figura 1 a síntese que se constitui na Economia Popular e Solidária, afirmando-se que, até o momento, as diferenças conceituais ainda em formação não se

constituem em problemas de condução de uma lógica produtiva mais humana e menos excludente.

Figura 1 – Relação conceitual da Economia Popular e Solidária



Fonte: GOERCK; FRAGA, 2010.

Sendo assim, por conta dessa relação conceitual, embora aconteça de maneira que possa ser articulada ou sincronizada a partir de um processo de orientação econômica, conforme argumenta Migliolli (1983), caso se queria pensar na perspectiva do Desenvolvimento Local Solidário, segundo Lima (2012), devem-se observar algumas características comuns demarcadas pela intercessão de atributos não necessariamente conflitantes aos campos e articulá-las.

A Figura 1 define de maneira característica o comportamento conceitual que cerca a discussão dos termos *Economia Popular*, *Economia Popular e Solidária* e *Economia Solidária* quanto à aparência e, de certa maneira, aponta para a escolha do autor pela Economia Popular e Solidária como economia política dos setores populares, pela referência geográfica originária na América Latina e pela possível mobilidade de grupos a partir de um processo orientado de economia popular a popular e solidária, indicando um movimento de politização da economia. Esta economia é estratégica para o Desenvolvimento Local Solidário, por assumir, inclusive, a melhor possibilidade de intersecção entre os modelos, constituindo-se numa síntese da economia política dos setores populares organizados.

Nessa linha, o Quadro 5 mostra algumas características comparativas entre empreendimento empresarial, associativo e tipologias cooperativas, o que nos proporciona tornar clara a escolha de um conceito como propulsor desta economia, tendo em vista a construção da representação da economia política dos setores populares de forma sociopoliticamente organizada.

Quadro 5 – Elementos comparativos entre cooperativa, associação e empreendimento empresarial nas orientações sociopolíticas e econômicas

COOPERATIVA	ASSOCIAÇÃO	EMPREENDIMENTO EMPRESARIAL
Sociedade de pessoas com fins econômicos e sem fins lucrativos	Sociedade de pessoas sem fins lucrativos	Sociedade de capital que objetiva o lucro para sócios ou acionistas
Número mínimo de sete pessoas	Número mínimo de duas pessoas	Número mínimo de uma pessoa
Sociedade de cooperação	Sociedade de cooperação	Sociedade concorrencial
Representação legal eleita pela sociedade, um voto por uma pessoa.	Representação legal eleita pela sociedade, um voto por uma pessoa.	Representação legal eleita pelo detentor da maior quota do capital ou representante por estes escolhidos
Não objetiva o lucro, pensa as sobras para a coletividade e prestar serviços aos cooperados e à comunidade.	Objetiva promover a defesa dos interesses dos seus sócios e a associação pode ser de caráter social, filantrópico, científico, cultural, entre outros cujos fins sejam lícitos.	Objetiva o lucro a partir de atividades mercantis de interesse de seus acionistas
É democrática e, para cada sócio, vale um voto, independentemente do número de quotas-partes.	É democrática e, para cada sócio, vale um voto.	É indicativa e quanto mais ações, maior poder de voto.
O cooperado é autônomo e autogestionário	O sócio é autônomo e autogestionário	O empregado é obediente à hierarquia
Possui capital social formado por quotas-partes	Não possui capital social e o patrimônio é formado por doações, fundos e reservas.	Participação financeira, além da capitalização nas operações mercantis.
As quotas-partes não são transferíveis a terceiros	Não possui capital social e seu patrimônio é formado por doações, fundos e reservas.	As ações são transferíveis a terceiros que representa outros que basta poder compra-las.
Afasta os intermediários	Afasta os intermediários	Muitas vezes são os próprios intermediários que a constitui
Aberta à participação de novos sócios com adesão livre e voluntária	Aberta à participação de novos sócios com adesão livre e voluntária	Limita, por vezes, a quantidade de acionistas a quantidade de capital que pode acumular ou de que cada um dispõe.
Promove a integração, o processo educativo, o trabalho coletivo e a solidariedade nas relações.	Promove a integração, o processo educativo, o trabalho coletivo e a solidariedade nas relações.	Promove a competição, o trabalho individual, acirra a divisão do trabalho e estimula a supremacia das relações técnicas e hierarquias.
Os resultados retornam aos sócios de forma proporcional às operações e ao tempo de trabalho.	Não há rateio de sobras das operações financeiras e o retorno é social e político	Os resultados financeiros retornam aos sócios de forma proporcional ao número de ações/capital
O compromisso é educativo e econômico	O compromisso é educativo e econômico	O compromisso é econômico.
Os sócios respondem solidariamente através das sobras com responsabilidade limitada ou ilimitadamente (estatuto) pelas dívidas	Não pode haver sobras nem lucros, somente doações.	Supridas as obrigações, os bens remanescentes são distribuídos aos acionistas de acordo com a sua respectiva participação no capital.

Fonte: GOERCK; FRAGA, 2010; RECH, 2000 – adaptado pelo autor, 2012.

Como diferenciações, verificam-se poucas cooperativas na economia popular, cooperativas de toda forma e tamanho na economia solidária, e maior número de cooperativas populares, bem como outros tipos, como grupos solidários e associações compondo a

Economia Popular e Solidária, sendo esta, pelo menos, a realidade do município de Feira de Santana, cuja organização socioeconômica, segundo Cruz (1999), advém e segue uma lógica de economia tradicional verticalizada de tendências internacionais, nacionais e locais.

No contexto do modo de produção capitalista, tanto as cooperativas quanto as associações, por vezes, imbuídas da busca pelo aumento da produtividade e das sobras, tornam-se, facilmente, traídas pelas suas práticas, em vários momentos equivocadas, formando, eventualmente, verdadeiros oligopólios. Com isso, acabam primando pelo domínio econômico do mercado setorial ou geral e buscam comandar preços e ter o controle da força de trabalho, submetendo todos à oferta da produção por um grupo pequeno de empreendedores. Paradoxalmente, na Economia Popular e Solidária não se abre mão de trabalhar observando estas diferenças entre tipologias a fim de que não seja politicamente controlada pela imposição do trabalho, conforme ensina Bruno (1996b).

O Quadro 5 também apresenta a relação de proximidade e cumplicidade existente entre associativismo e cooperativismo presentes no campo da Economia Popular e Solidária, altamente benéfica à formação das redes, elementos estratégicos para o Desenvolvimento Local Solidário em substituição aos mercados tradicionais (MANCE, 2000).

Para além das relações entre cooperativas e associações que se dão na Economia Popular e Solidária de forma promissora verificada nas experiências estudadas, pois se associam pessoas para a geração de trabalho e renda, empoderamento individual, coletivo e comunitário, observa-se que existem relações comuns entre cooperativas, associações e empreendimentos empresariais, especialmente entre os conceitos exibidos no Quadro 5, que tratam da economia popular e da economia solidária. Nesse sentido, mostra-se ali, comparativamente, a orientação jurídica que permeia tipologias cooperativas, associações e empreendimentos empresariais.

Diante do exposto, no quadro comparativo referente às tipologias organizativas e fronteiras conceituais da Economia Popular e Solidária, constata-se que os conceitos fronteiriços discutidos são apropriados e formam muitas vezes relações complementares e colaborativas; as tipologias organizativas possibilitam envolvimento do sujeito atrelado à possibilidade de mobilização do poder público local em um só movimento e objetivo, que é o desenvolvimento local, o que se torna elemento estruturante da ação contra-hegemônica ao desenvolvimento tradicional, pois propicia uma articulação das coerências presentes nas dimensões, princípios e práticas desta economia. O Quadro 5, embora assuma função relevante no ambiente de trabalho da economia popular e solidária, num estudo desta natureza possibilitará a consulta e a efetiva utilização do trabalho de pesquisa em benefício dos

participantes orgânicos a este ambiente para orientação de políticas públicas no processo de incubação.

Neste sentido, o enfrentamento dos planos verticalizados e de natureza indicativa – dinamizados, essencialmente, por uma pressão privada por parte de grupos econômicos de origem externa ou de fora do circuito (numa imposição do trabalho) – pode ser mais bem entendido para serem enfrentados de forma organizada sociopoliticamente.

A ação econômica orientada pela dinâmica da Economia Popular e Solidária, torna-se uma estratégia política de coerência interna e externa para o Desenvolvimento Local Solidário desde que envolva o sujeito no processo de orientação através de mecanismos, especialmente, conduzidos por instrumentos diretos (leis, normas, regulamentos, etc.), mas sem desconsiderar e se precaver contra os impactos dos instrumentos indiretos de imposição macroeconômica globalizada (políticas monetárias, cambiais e fiscais) mediante organizações associativas, grupos informais em incubadoras universitárias e, especialmente, pelo sistema de cooperativas da Economia Popular e Solidária. Assim, uma estratégia política é uma descrição coerente e estruturada da forma como as decisões de políticas que envolvem as dimensões desta economia serão tomadas, com vista a que o objetivo do Desenvolvimento Local Solidário seja alcançado.

Nesse aspecto, é relevante diferenciar os agentes ou iniciativas a partir dos seus comportamentos sociopolíticos e democráticos de maneira a não se fazerem esforços para a ampliação de espaços para a exploração dos trabalhadores pelo sistema capitalista mediante políticas públicas desarticuladas ou de renda mínima em substituição ao enfrentamento pela sua redistribuição e imposição do trabalho, pois o objetivo é construir uma lógica coerente para outra forma de desenvolvimento: o local solidário e, nesta perspectiva, as incubadoras universitárias gozam de autonomia para uma estratégia eficaz por ser capaz de articular tipologias congêneres e, não, empresarias.

Faz-se necessário conhecer quem são estes agentes ou iniciativas, entre eles as incubadoras, nosso objeto principal de estudo; de que forma atuam; como se articulam; se são capazes de possibilitar, através da Economia Popular e Solidária, o Desenvolvimento Local Solidário.

2.1 OS AGENTES E INICIATIVAS: RELEVANTE PAPEL NA ORGANICIDADE ENTRE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Os agentes ou iniciativas que compõem a Economia Popular e Solidária – por apresentarem-se imbricados nos processos populares de reprodução da vida, mediante organização de formas de trabalho que produzem processos educativos e produtivos próprios – criam estratégias locais para o desenvolvimento solidário.

Para Pateo e Sígolo (2010), algumas estratégias para o Desenvolvimento Local Solidário são identificadas como: a) incubação de empreendimentos autogestionários; b) clubes de trocas e bancos comunitários; c) formação de agentes locais; d) centro de referência local de economia solidária; e) organização coletiva para o consumo; f) rede solidária local.

Destacamos a relevância dos aspectos supracitados, entretanto, ressaltamos que as incubadoras universitárias são responsáveis por uma dinâmica muito mais ampla do que as estratégias mencionadas. Neste contexto, o agente de desenvolvimento é, via de regra, o principal articulador e mobilizador pela orientação econômica, pois lança mão dos instrumentos diretos sejam leis, decretos, normas, na organização de projetos, programas, planos entre outras diversas diretrizes institucionais ou isoladas com o objetivo de promover ações concretas que visem o fortalecimento de novos parâmetros ordenadores para o desenvolvimento; no caso, para aqueles que se interessam, atuam, militam, acreditam e protagonizam, o Desenvolvimento Local Solidário.

Segundo Pateo e Sígolo (2010), o agente de desenvolvimento local tem papel e caráter que compreende ações como: a) identificação em lideranças local pessoas que já tenham uma atuação ativa nas comunidades; b) construção conjunta de um diagnóstico de grupo que contenham elementos de economia solidária e um plano de trabalho; c) organizações de oficinas que articulem temas relacionados à autogestão, economia solidária e a educação popular; d) construção de intercâmbio de espaços em que os agentes locais frequentem reuniões de formação da incubadora e outros formadores da incubadora participem das reuniões de trabalho dos agentes locais.

Gaiger (2004) argumenta que as experiências concretas de economia solidária, bem como os principais métodos de agentes sociais e técnico do Estado e dos diferentes organismos, padecem sobre a situação de como ir além de êxitos isolados e ações focalizadas capazes de produzir efeitos de integração vertical e horizontal sobre as unidades econômicas que possa configurar numa feição real de economia das organizações populares dos trabalhadores em geral. Neste sentido, o desafio maior constitui-se em vencer as barreiras das

articulações políticas, sociais e econômicas já enraizadas e influenciadas por outra proposta de desenvolvimento. Assim, um agente de desenvolvimento solidário, necessariamente, deve ser forjado num processo orientador da própria Economia Popular e Solidária.

Para Singer (2012), o agente de desenvolvimento solidário é um elemento fundamental na implantação e articulação do movimento pela Economia Popular e Solidária, especialmente, enquanto incubadora universitária, cuja independência pela forma como se relaciona com a comunidade externa e interna à universidade em seus projetos seja de pesquisa, extensão ou mesmo ao longo dos processos de incubação, faz dele um elemento confiável político – economicamente e, por certo estratégico.

Neste sentido, o papel do agente de desenvolvimento e sua forte influência nas localidades ultrapassam as regras estabelecidas pelas leis do mercado da economia tradicional e pela Constituição Federal, além de outras normas, porque possibilitam também a dinâmica dos instrumentos diretos; a expectativa é de que ele exerça a importante função de coordenar, dar continuidade nas atividades voltadas ao Desenvolvimento Local Solidário articulando e fortalecendo as relações do poder público com as principais lideranças dos movimentos populares em favor dos trabalhadores da Economia Popular e Solidária. Ressaltamos, apenas por questão de esclarecimento, em que pese a função executada por estes agentes tenha por fim uma ideia de desenvolvimento, que a figura do agente de desenvolvimento criada pela Lei Complementar nº. 128/2008 das Micro e Pequenas empresas capitaneada pelo SEBRAE não atende aos preceitos (princípios, práticas e experiências) sobre a forma de desenvolvimento aqui defendida.

O agente de desenvolvimento tem as funções de organizar e encampar a orientação adequada à implantação de diversas tipologias organizativas, identificar e mobilizar as lideranças públicas, privadas e comunitárias que possam colaborar com projetos, montar e oficializar grupos de iniciativas com os representantes das instituições, manter a articulação entre as lideranças, registrar e organizar as atividades e auxiliar o poder público local no cadastramento – quando for o caso – possibilitando o engajamento de iniciativas de Economia Popular e Solidária, criando, assim, um movimento proativo a favor do desenvolvimento dos sujeitos na localidade, tentando evitar, inclusive, crises, catástrofes ou surpresas não só econômicas, mas de diversas ordens.

Para que aconteça a eficácia dos projetos, a escolha do perfil do agente de desenvolvimento deve ser criteriosa, selecionado socialmente a partir de sua luta na busca pela emancipação, atuação, protagonismo, capacidade de planejar, executar e articular políticas de implementação de iniciativas de Economia Popular e Solidária, complementando

os conhecimentos específicos por meio de treinamentos e da interação com parceiros estratégicos locais, estaduais, federais e internacionais. Esta sistemática é, relativamente, comum no fazer do trabalho universitário em outras áreas. É preciso, voltar-se mais aos projetos de incubação de iniciativas populares solidárias.

Assim sendo, é importante diferenciar dentre os agentes de desenvolvimento, aqueles que são apenas iniciativas de Economia Popular e Solidária, embora, as suas ações e atuações em muitos momentos se confundam. As iniciativas são atitudes ou ações vanguardistas de pessoas – ainda não formalizadas – que pretendem iniciar ou iniciam uma atividade com liberdade, de forma autônoma e procura orientação para organizar-se em busca de seus objetivos. Desta forma, não são "empreendimentos" e podem não vir a ser mesmo que desenvolvam atividades socioprodutivas. É, entretanto, um elemento que torna possível os setores populares organizarem-se política, social e economicamente.

Segundo Cruz (2006), os sujeitos protagonizam iniciativas que são capazes de articular outro movimento para outra economia mais humana e menos excludente, cujas ações visam a satisfazer as necessidades de consumo, entre outras, mas, principalmente, promover a reprodução da vida de maneira que a formalização no aspecto jurídico seja um passo mais adiante no sentido do seu desenvolvimento para uma relação socioprodutivas mais definida e ampliada. Portanto, estas iniciativas, podem se tornar um empreendimento ou não, depende das relações socioeconômicas que estabelecem ou do processo de incubação se for o caso.

Conforme toda a discussão teórica desta pesquisa, compreende-se, portanto, que existem – ao longo de todo processo organizativo dos trabalhadores – diversas tipologias ou formas de organização, seja associações, grupos em defesa dos seus interesses ou dimensões, seja em cooperativas numa perspectiva produtiva, não empreendedora no modelo tradicional, para realização das próprias atividades socioprodutivas em autogestão, fazendo-se necessário conhecer como se comportam e quais os papéis que exercem os agentes governamentais e não governamentais no âmbito da Economia Popular e Solidária na perspectiva do Desenvolvimento Local Solidário. Assim sendo, nos guiamos pela seguinte pergunta: quais as formas e vínculos que estes agentes ou iniciativas assumem no movimento de construção do Desenvolvimento Local Solidário? Na seção seguinte, melhoraremos nosso entendimento sobre o assunto.

2.1.1 Formas de Organização, Vínculos Governamentais e Não Governamentais

Na forma de organização dos agentes de apoio e fomento à Economia Popular e Solidária, predominantemente, é considerada pelo SIES/2007 como Organizações Não Governamentais (ONG) com natureza jurídica de associações 27% das tipologias; as Fundações somam 12%; as Organizações Sociais (OS) representam 22% e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) constituem-se em 8% do total; outras diversas – como organizações sindicais e de serviço social autônomo que complementam o universo de agentes de desenvolvimento da Economia Popular e Solidária – com 26%, além de 5% que declaram não ter registro legal. Ressaltamos que como a pesquisa é de abordagem qualitativa e estes dados compreendem o período em estudo (2008/2012) que os mais recentes divulgados em 2014 pela SENAES/SIES não alteram significativamente este quadro, por isso o mantivemos.

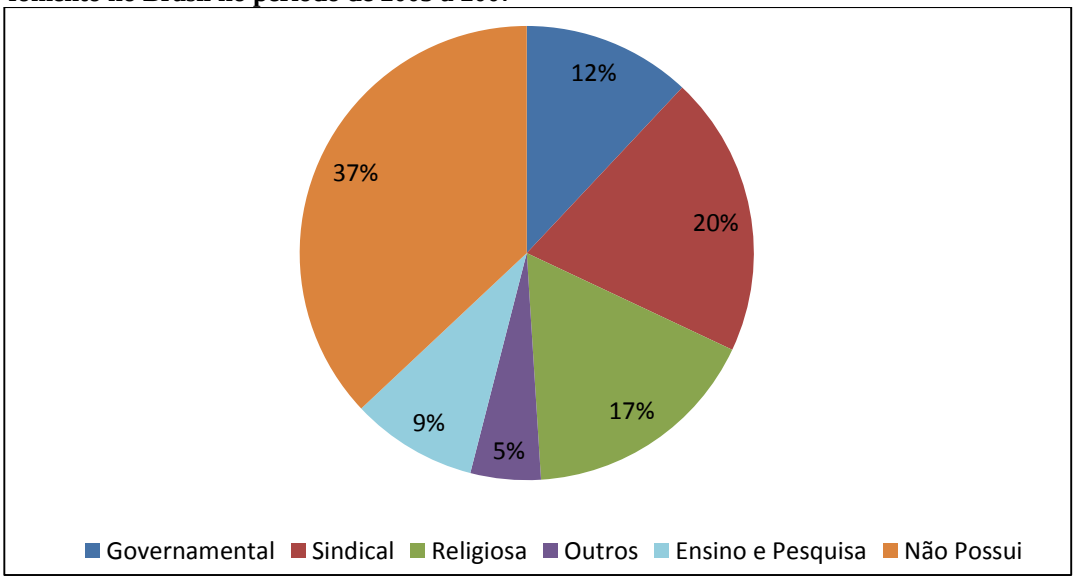
A maioria dessas organizações ancora os movimentos sociais organizados e também dão suporte aos movimentos resultantes de desdobramentos das suas ações, entretanto, existem aquelas que não assumem estruturas formais, dispondo de dinâmicas variadas e atuação metamorfoseada, ou seja, num momento dedicam-se completamente em defesa dos animais, noutro, pela cultura, pelo meio ambiente e assim por diante.

Para Ghon (2009), os movimentos sociais representam uma nova dinâmica política da sociedade e uma parte deles pode ser considerada de orientação positiva no sentido progressista e, outra parte, conservadores que podem representar retrocessos e atrasos sociais do ponto de vista da evolução das conquistas sociais.

Neste contexto, de acordo com o Atlas da Economia Solidária referente aos anos de 2005 a 2007 (ANTEAG, 2009), a forma de organização dessa economia tem sido bastante variada e seus vínculos se distribuem em não governamentais e governamentais conforme se observa na Figura 2.

O conjunto de agentes que atua no movimento ou dinâmica da Economia Popular e Solidária assume formas e ações diversas e tem possibilitado uma engrenagem social de interação entre os setores público (governamental) e privado (não governamental), embora este último seja considerado, de maneira geral, sem fins lucrativos, pois se motivam por questões religiosas, sindical, ensino e pesquisa, entre outras (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Vínculos dos empreendimentos solidários populares com as entidades de apoio e fomento no Brasil no período de 2005 a 2007



SENAES/SIES, 2007.

Nesse aspecto, do total das organizações, 37% afirmam não ter nenhum vínculo social ou político com outras organizações de apoio e fomento; 20% têm vínculos com organizações de apoio e fomento de representação sindical; 17% possuem ações de apoio e fomento por organizações de base religiosa; 9% representam ensino e pesquisa, principalmente através das universidades; e 5% das organizações representam vinculações de diversas naturezas. Além de todas essas formas de vínculos, diversos agentes organizacionais representam 12% em agentes governamentais, ou seja, agem diretamente, como por exemplo, os órgãos governamentais de assistência técnica e extensão rural.

A importância das organizações de apoio e de fomento, a partir da diversidade de vínculos, contribui para a estruturação de empreendimentos populares solidários, de maneira a influenciar o crescimento

> [...] de empreendimentos econômicos populares e de redes associativas. Este crescimento quantitativo e qualitativo, não é apenas o resultado da reação espontânea dos trabalhadores à crise do trabalho assalariado, mas também da ação de algumas agências de fomento à economia solidária [...]. (TIRIBA, 2001, p. 30)

Entende-se que, além de criar estratégias de sobrevivência, estes agentes, apostam em uma nova economia moral e popular; na criação/fortalecimento de uma economia, cuja cultura do trabalho contrarie a própria lógica do capitalismo. Mesmo levando em conta que diferentes matrizes ideológicas dão sustentação aos princípios, experiências e práticas, é possível dizer que, tendo ou não o socialismo como horizonte (modelo de economia política clássico paradoxalmente oposto ao capitalismo), esta nova economia vem sendo denominada

de diversas formas, entre elas, economia solidária, economia dos setores populares, Economia Popular e Solidária e, ainda, economia popular, associativa e autogestionária e a *priori*, não vislumbra nenhum dos modelos especificamente.

Observa-se desta forma que diversos agentes contribuem para um tipo de desenvolvimento orientado sobre a dinâmica dos atores governamentais e não governamentais em torno da Economia Popular e Solidária. Outros autores compreendem a importância dos diversos agentes e a atribuem ao aspecto econômico, da reestruturação produtiva e aos movimentos sociais pela dinâmica dos agentes de desenvolvimento, conforme argumenta Gaivizzo (2006).

Compreende-se o desenvolvimento da economia popular e solidária como um resultado da sinergia entre processos históricos e socioeconômico. O primeiro refere-se à reestruturação produtiva em conjunto com a reforma de Estado e as consequentes alterações no mercado de trabalho, já que teve como consequência o surgimento de um excedente de trabalhadores que se juntou aos tradicionalmente excluídos. O segundo processo – social – refere-se às experiências acumuladas por atores sociais no campo da organização popular, tais como movimentos sociais, organizações não governamentais, partidos políticos, universidades e setores vinculados a Igreja Católica Romana (GAIVIZZO, 2006, p. 35).

No sentido de objetivar esta discussão, observa-se que os agentes governamentais e não governamentais de atuação junto à Economia Popular e Solidária no município de Feira de Santana – inicialmente, estudados a partir de uma interação com a Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária – alguns agentes ou iniciativas dão conta de uma diversidade de formas de organização tipológica bem como de áreas de atuação conforme Quadro 6.

Quadro 6 – Agentes Governamentais e Não Governamentais da Economia Popular e Solidária com área de atuação definida

QTD.	AGENTES / INICIATIVAS	DEFINIÇÃO	FINALIDADE / ORIENTAÇÃO	NATUREZA
				GOVERNAMENTAL / NÃO GOVERNAMENTAL
04	Grupos Populares Solidários. - Projeto Cantina Solidária - Grupo MSTB - Grupo Vila Santa Inês - Pescadores/as Camarão Ipuaçu.	Grupos "informais" que compõem a Categoria de Trabalhadores não dotados de natureza jurídica definida que buscam identificação socioprodutiva e geração de trabalho e renda.	Organizar-se em Iniciativas de Economia Popular e Solidária para desenvolver atividades socioeconômicas. Alguns oriundos de igrejas e assentamentos rurais e ocupações urbanas.	Não Governamental
1	Empresa Falida	Categoria de trabalhadores detentores da massa falida de empresa em processo de transição para cooperativa autogestionária.	Desenvolver atividades econômicas já existentes, mas geridas, através de uma estrutura administrativa horizontalizada e de autogestão. Oriundo do ramo de materiais plásticos recicláveis e não recicláveis.	Não Governamental
04	Associação - Santa Inês - Apaeb - Ipuaçu Sindicato dos Camelôs	Categoria de trabalhadores associados para defender interesses específicos, mas sem fins lucrativos.	Representar e defender os interesses dos trabalhadores associados. Originados de áreas rurais e periferia urbana.	Não Governamental
03	Cooperativa - Bandameiros - Irará - Coopermasol	Categoria de Trabalhadores em sociedade sem fins lucrativos, mas de fins econômicos e com especificidade de atuação na atividade produtiva/comercial.	Viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, de acordo com os interesses dos seus cooperados, bem como formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade. Origem urbana e rural.	Não Governamental
1	Incubadora Universitária - IEPS/UEFS	Programa de extensão, ensino e pesquisa universitária que possibilita o diálogo para/entre/com Categorias diversas de Trabalhadores sobre conhecimentos socioprodutivos mediados entre universidade e comunidade.	Acompanhar, dialogar, orientar as diversas Categorias de Trabalhadores interessados na incubação de iniciativas de Economia Popular e Solidária e no Desenvolvimento Local Solidário. Origem em grupo de estudos sobre associativismo e cooperação no município.	Governamental

1	Incubadora Territorial - CTRUFS	Atividade de assessoria e acompanhamento socioprodutivo às diversas Categorias de trabalhadores em situação de vulnerabilidade socioeconômica.	Assessorar e acompanhar Iniciativas de Economia Popular e Solidária, embora tenha origem das ações da SETRE, orienta-se sobre a dinâmica das demandas populares territoriais.	Não Governamental
01	Agências de Fomento -FAPESB	Órgão, na maioria das vezes, público ou sem fins locativos, que busca fomentar as atividades relativas ao desenvolvimento socioeconômico.	Fomentar econômica e tecnicamente atividades, estudos e pesquisas, bem como sua divulgação e socialização.	Governamental
02	Agências de Financiamento - CEAPE - CAIXA	Entidades de natureza financeira que se constitui em Cooperativas de Créditos, Bancos ou OSCIPs que financiam projetos socioeconômicos.	Financiar ou intermediar atividades econômicas populares solidárias específicas, com créditos ou finanças com taxas menores.	Não Governamental/Governamental
02	Fóruns de Economia Popular e Solidária - Estadual - Nacional	Articular Categorias de Trabalhadores envolvidos nas atividades de caráter político, formando redes e defendendo os interesses da Economia Popular e Solidária nos âmbitos locais, estaduais e federais.	Promover Movimento de caráter organizativo e político que reúne Trabalhadores (sujeitos) para articular os interesses da Economia Popular e Solidária. Origem e atuação na região metropolitana de Salvador e através deste nacionalmente.	Não Governamental
02	Redes - UNITRABALHO - Socioprodutiva	Estrutura Dinâmica, juridicamente constituída ou não, capaz de integrar politicamente o movimento da Economia Popular e Solidária nos âmbito local, regional, nacional e internacional.	Articula, desenvolve e organiza local, regional, nacional e internacionalmente o movimento da Economia Popular e Solidária de forma política e integrada. Destaca-se a ação da UNITABRALHO e socioprodutiva.	Não Governamental
1	**SESOL** – Superintendência Estadual de Economia Solidária da Bahia.	Órgão público subordinado à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte que tem como objetivo articular as ações de governo para a Economia Popular e Solidária.	Agente público responsável por programar e fomentar, através de políticas públicas, as ações do governo junto aos agentes ou iniciativas envolvidas com a Economia Popular e Solidária.	Governamental

1	Conselho Estadual de Economia Solidária	Órgão colegiado de caráter consultivo ligado à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte que visa a orientar a política de economia solidária no Estado da Bahia.	Colegiado Estadual de Economia Solidária que dispõe de uma Secretaria Executiva a ser exercido pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, competindo-lhe prestar o necessário apoio administrativo para o desempenho das suas funções, e contará com recursos orçamentários e financeiros consignados à referida Pasta.	Governamental
23				Governamental – 05 Não Governamental – 18

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012.

O Quadro 6 apresenta a diversidade dos agentes de natureza definida governamental em número de 5 (cinco) e não governamental em 18 (dezoito), atuando em favor da Economia Popular e Solidária no âmbito da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular Solidária da UEFS no município de Feira de Santana no período de 2008 a 2012, numa proporção de 75% da participação não governamental total em relação a governamental. Se compararmos o dado da pesquisa nacional SENAES/SIES/2007, o percentual é de 78%, o que não representa uma alteração significativa. Ressaltamos que alguns desses elementos como a Empresa Recuperada, a APAEB e a CATRUFES não prosseguiram na interação iniciada com a incubadora até o fim do período estudado.

Esta participação maior, entretanto, refere-se ao movimento dinâmico quanto à ação organizativa, política e econômica dos agentes, enquanto que as ações nas áreas de financiamento, técnica e assessoramento, fomento e crédito – embora com um número menor de agentes envolvidos – têm maior peso nos encaminhamentos da Economia Popular e Solidária para o desenvolvimento em decorrência, especialmente, do movimento de financiamento e pelas políticas públicas.

Tiriba (2001) ressalta que os agentes governamentais e não governamentais podem tanto agir em benefício da Economia Popular e Solidária, quanto em nome dela, especialmente, da economia popular para regular o mercado informal de trabalho em benefício do capital conforme descreve:

> Em um estudo sobre a cultura do trabalho nos empreendimentos econômicos associativos, analisamos a complexidade da economia popular, indicando a importância de considerar quem são os seus *atores* (aqueles que 'pegam pesado no trabalho') e quem são os seus *agentes* (aqueles que, de fora, favorecem, estimulam,

> apoiam), assessoram e/ou financiam, e, portanto, dão o tom à luta contra o desemprego. Entre estes agentes, não podemos esquecer os organismos e agências de cooperação internacional, organizações governamentais e não governamentais que, em nome do combate à pobreza corroboram com a reestruturação produtiva, favorecendo a flexibilização das relações entre capital e trabalho, a diminuição dos custos de produção e de gestão da força de trabalho, e/ou a subordinação da chamada economia informal à regulamentação do Estado. (TIRIBA, 2001, p.17)

No rastro das ações dos diversos agentes, o movimento da Economia Popular e Solidária, embora navegue entre agentes que sopram em favor e aqueles que sobram contra, tem buscado, notoriamente, uma política em defesa da Economia Popular e Solidária para outra lógica de desenvolvimento que não predominante no modo de produção capitalista. Na parte seguinte se verifica como acontece o movimento da Economia Popular e Solidária, sua dinâmica e suas relações socioprodutivas.

2.2 O MOVIMENTO DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

O movimento da economia popular e solidária diferencia-se em bases nacionais e locais pelas próprias dinâmicas inerentes a cada dimensão, em especial, observadas nas relações do amplo campo de trânsito desta economia, conforme se observa mais adiante na Figura 2.

Segundo relato da Secretaria Executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) esta economia pauta-se por uma trajetória de movimento que circunda em torno do espaço e da agenda do Fórum Social Mundial (FSM), destacando-se fortes elementos constitutivos da recente trajetória da economia solidária no Brasil, a exemplo da constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária criado em 2001 para articular e mediar a participação nacional e das redes internacionais da Economia Solidária no I FSM. (FÓRUM, 2012),

O GT Brasileiro foi constituído de organizações e redes de uma diversidade de práticas e segmentos da Economia Popular e Solidária: campo, cidade, práticas diminutas, práticas complexas, igreja, bases populares, bases sindicais, universidades, movimentos sociais populares, práticas governamentais, práticas de apoio ao crédito, práticas de redes de informação, vínculos às bases nacionais, bem como às redes internacionais.

Nesta esteira, encontram-se 12 (doze) entidades e redes nacionais de fomento que em momentos e níveis diferentes participaram do GT Brasileiro como Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional

dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE); Caritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); Rede UNITRABALHO; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária e a Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABICRED).

Com efeito, neste processo ao final de 2002, o GT Brasileiro deparou-se com a vitória do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Naquele momento decidiu-se por encaminhar uma carta ao Governo Lula propondo a criação de uma política de apoio à economia solidária, cuja carta foi reforçada e ampliada na I Plenária Nacional que iniciou o debate sobre uma Plataforma, uma Carta de Princípios e a criação de um Fórum Nacional da Economia Solidária.

Desta forma, as negociações junto ao governo Lula avançaram positivamente. A II Plenária Nacional aconteceu no FSM-2003 e as decisões de mobilizações pelo país potencializaram o compromisso do Governo Federal em criar a Secretaria Nacional da Economia Solidária sob a direção do professor Paul Singer. Esta II Plenária Nacional, realizada durante o FSM, decidiu mobilizar as bases estaduais – até então com poucos Fóruns e articulações estaduais – para o debate sobre a identidade (Carta de Princípios), a Plataforma de Lutas, o caráter e a composição do Fórum Nacional de Economia Solidária a ser criado, o que mobilizou 18 (dezoito) estados a realizarem suas plenárias preparatórias.

Neste processo, a III plenária nacional cria o FBES na intenção de duas tarefas fundamentais: a mediação e a mobilização com mais de 800 representantes, delegados das 18 plenárias estaduais, com a incumbência de articular e mobilizar as bases da economia solidária pelo país em torno de uma Carta de Princípios e uma Plataforma de Lutas, ali aprovadas, e de fazer a interlocução junto ao governo, em especial, junto à recém-criada SENAES (Secretaria Nacional da Economia Solidária).

A Secretaria Nacional da Economia Solidária assumiu a Plataforma de Lutas como parte de seu Plano de Governo. A III Plenária definiu também a composição e o funcionamento do FBES. Na sequência, o I Encontro Nacional dos Empreendimentos da Economia Solidária (agosto/ 2004) reuniu 2.500 (dois mil e quinhentos) representantes de todos os estados brasileiros, onde foram criados Fóruns ou comissões pró-fóruns estaduais. Em alguns Estados, a ampliação do Fórum consiste em estruturar fóruns sub-regionais e municipais. É assegurada, considerada como avanço, a participação majoritária dos empreendimentos.

Por conseguinte, a economia solidária aparece no centro do FSM-2005, desafiada a gerir o abastecimento, a comercialização, a moeda social, as rodadas de negócios, a campanha pelo consumo consciente contra os produtos transgênicos, nocivos das transnacionais e a realizar os debates articulados entre as redes nacionais e internacionais. Por isso, diz-se que não só outro mundo é possível, mas que outra economia já acontece, conforme assinala Singer (2002).

Com efeito, neste processo foi se delineando, segundo França Filho (2010), o campo de atuação da economia solidária no Brasil, na medida em que sua estrutura política de movimento foi se configurando e se articulando numa malha, conforme Figura 2, mais adiante. É relevante ressaltar que a dinâmica da Economia Popular e Solidária, no seu conjunto das atividades agregadas do dia-a-dia, é bem maior do que o que se enxerga nesses momentos de mobilização contextuais; entretanto, não resta dúvidas de que a história contada nos relatos formais do FSM e dos agentes e iniciativas envolvidas é algo, de fato, animador e capaz de potencializar-se como uma economia política dos setores populares.

Figura 2 – Representação do campo de atuação da Economia Solidária no Brasil

Fonte: SENAES (2011).

A Figura 2 mostra que, centralizados em torno da economia solidária, diversos agentes atuam formando o movimento nacional em defesa de outra lógica de desenvolvimento em que interagem, de forma integrada, ações governamentais e não governamentais conduzindo a

vida de **1.687.035** (um milhão, seiscentos e oitenta e sete mil e trinta e cinco) trabalhadores, sendo 63% homens e 37% mulheres, segundo o SIES/2007, espalhados pelas diversas regiões do Brasil em um processo educativo, autogestionário, cooperativo e solidário, com protagonismo oposto ao processo empresarial alienante imposto pela economia tradicional.

Incubadoras universitárias, neste movimento entidades de apoio e fomento, portanto, é capaz através da pesquisa, extensão, incubação e diálogo com as comunidades locais esclarecer e ou potencializar as melhores práticas, princípios e experiências, bem como contribuir para a desarticulação das armadilhas (formas dissimuladas de diálogos, por exemplo) da vala comum do modo de produção capitalista.

Diante de toda esta trajetória intensa, porém, recente, como compreender que a Economia Popular e Solidária assume ou pode vir a assumir as dimensões educativas dos processos de trabalho, contrapondo-se a alienação imposta pelo processo econômico tradicional a partir do comando dos trabalhadores? Responder a esta indagação não é uma tarefa simples, entretanto, o relato acima – advindo de reflexões a partir dos relatórios do FBES – dar de alguma forma o tom sobre a maneira e a diversidade de áreas comprometidas com a construção desta economia. Além disso, os estudos demonstram as incubadoras universitárias postando-se nesta frente.

Neste contexto, Tiriba (2008) destaca, entre outros argumentos e eixos de discussões, situações que denotam esta possibilidade de protagonismo: na primeira, indica que, como elemento de produção da vida social, o processo de trabalho é, em si, educativo. Ressalta que, ao longo da história, como estratégia de sobrevivência e/ou de produção de uma nova sociedade, uma parcela da classe trabalhadora tem vivido experiências associativas que se constituem como "escolas" de produção de uma cultura do trabalho e que, de alguma maneira, contrariam a lógica excludente do modo de produção capitalista; na segunda situação, assinala os atuais movimentos de trabalhadores associados – considerando que a crise do paradigma keynesiano, que pressupõe a ação protetora do Estado a todos os cidadãos, levou às últimas consequências a marginalização e a exclusão da população do direito ao trabalho, saúde, educação e previdência social; na terceira, à luz do materialismo histórico, revisitando as categorias "produção associada", "autogestão" e "cultura do trabalho", fazendo referência a diferentes contextos históricos em que os trabalhadores tomaram para si os meios de produção.

Destaca-se, nesse sentido, o movimento por uma Economia Popular e Solidária que, segundo Tiriba (2008), desde o final da década de 1980, com a crise estrutural do emprego, se

constrói, em âmbito latino-americano, a possibilidade que se constitui na busca de fundamentos de uma "pedagogia da produção associada".

Com efeito, uma educação emancipatória e, nesta perspectiva, preocupada com a formação integral do homem e a superação da sociedade baseada na exploração do homem pelo homem, está presente já há muitos séculos na história da humanidade, segundo Freire (1987).

Neste sentido, diversos educadores, pedagogos, filósofos e intelectuais se dedicaram a essa busca, e ainda hoje nos inspiram a continuar na busca do empoderamento do homem na perspectiva do associativismo, cooperativismo e da solidariedade, conforme Luckesi (2005).

Dessa maneira, mesmo diante de boas perspectivas de organização dos trabalhadores sobre a égide desta economia, o processo de organização não tem sido retilíneo, sincrônico, nem fácil de ser orientado, tendo em vista um legue de dificuldades enfrentadas pelas iniciativas de Economia Popular e Solidária.

2.3 AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS INICIATIVAS DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

As dificuldades enfrentadas pelas iniciativas de economia popular e solidária assumem diversas feições; algumas delas são facilmente observáveis no processo de incubação, como ausência de crédito adequado, descontinuidades das políticas de incubação – o que dificulta uma melhor dinâmica nas incubadoras –, gargalos da comercialização, entre tantas outras, relativas ao trabalho como princípio educativo que demanda tempo e habilidades especiais para saná-las, trazendo com isso elevados custos.

A precarização do trabalho como contradição histórica inerente ao modo de produção capitalista tem denunciado questões, problemas que norteiam bandeiras dos movimentos sociais e sindicais como também a oportunidade reformista de ampliação da exploração do homem através da imposição do trabalho, mediante políticas públicas encampadas, tanto diretamente por governos quanto por organizações não governamentais, conforme discute Bruno (1996b).

Nesse contexto, visando a assumir o trabalho como principal fator de produção, buscando, contudo, evitar sua imposição pela economia tradicional, a Economia Popular e Solidária ganha força e encapa a luta em favor dos trabalhadores, mas também tem se deparado com uma gama de dificuldades das mais variadas naturezas, especialmente, dentro

do próprio movimento, dividindo o mesmo espaço com tipologias de objetivos ou intenções não politicamente adequadas ou favoráveis, por assim dizer.

Na perspectiva de enfrentar esta diversidade de problemas, segundo a Cáritas Brasileira (2012), em 1981 a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), mediante Projetos Alternativos Comunitários (PAC), lançou os Fundos Solidários com a intenção de disponibilizar auxílio técnico e financeiro às propostas de desenvolvimento local em diversas regiões do País elaboradas pelas próprias comunidades.

Os PACs foram iniciativas do que hoje é chamada de Economia Popular Solidária (EPS). Nesses últimos 25 anos, a Cáritas Brasileira tem apoiado grupos em diversas tipologias como associações, cooperativas, movimentos sociais, redes e cadeias produtivas através de projetos social-organizativos ou econômico-produtivos, baseados em formas autogestionárias de trabalho e, nessa direção, os Fundos Solidários tornaram-se, também, uma das principais vertentes do movimento de economia popular solidária no Brasil, uma vez que os mercados financeiros e movimentos monetários da economia tradicional muito mais penalizam do que ajudam os trabalhadores.

Desta forma, desde 2000, o programa nacional de EPS passou a ter três objetivos: a) promoção e formação de agentes e lideranças da Cáritas, b) acesso aos recursos dos Fundos e, c) articulação em redes e fóruns. E nesta linha, encontram-se as feiras de EPS que além de espaços de comercialização, possibilitam também o intercâmbio de experiências entre os empreendimentos.

Assim sendo, segundo a Cáritas Brasileira (2012) de 2004 a 2007, cerca de 10 mil trabalhadores/as associados/as (2 mil grupos) foram apoiados por meio do fortalecimento de redes de cooperação de produção, comercialização e consumo. Aproximadamente 600 agentes Cáritas[14] de 160 entidades-membro acompanharam os empreendimentos formados por adolescentes, jovens, grupos de cultura, catadores, mulheres, populações rurais e urbanas, migrantes, comunidades em situações de risco, famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família, quilombolas, indígenas, acampados e assentados da reforma agrária.

[14]Segundo a CB/2014 o Agente Cáritas é aquele que pensa coletivamente as ações que serão desenvolvidas no planejamento, troca experiências com os outros agentes e dedica-se às iniciativas de Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, Fundos Solidários, envolvendo jovens, mulheres, catadores (as) de materiais recicláveis, pequenos (as) agricultores (as), acampados (as) e assentados (as) de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de riscos e afetadas por desastres socioambientais, a Cáritas valoriza e aposta em ações locais, comunitárias e territoriais, em relações solidárias em que a luta por direitos e a construção de um desenvolvimento local e solidário e sustentável caminham juntas. Assim se dar a formação do Agente de Desenvolvimento Local Solidário Cáritas.

Neste contexto, muitas ações foram desenvolvidas, muitos problemas foram enfrentados, de fato muitas coisas foram feitas por diversos agentes tanto governamentais quanto não governamentais mediante iniciativas de diversas áreas, entretanto, segundo levantamento da SENAES/SIES (2008), muitas providências ainda precisam ser viabilizadas, conforme alguns indicadores apresentados no Gráfico 2.

Observa-se que o maior problema enfrentado pelas iniciativas nas diversas regiões do país tem sido nos aspectos referentes à comercialização, pois, de maneira geral, embaraça, burocratiza e encarece o processo produtivo da produção do bem. Muitas vezes, a comercialização é desnecessária no processo de trabalho e produção, por que pode haver vendas diretas ao consumidor, entretanto, este processo que potencializa a figura do "atravessador" demonstra ser uma das maiores dificuldades imposta pelo modelo econômico tradicional, tendo em vista a pouca relação técnica entre o trabalhador e a transação do produto.

Nesta perspectiva, agentes metamorfoseados de parceiro fazem mais o elo entre "o mais do mesmo" do que viabilizam esta economia, ou seja, criam-se mecanismos de comercialização que promovem empresas tradicionais ou "atravessadores" em vez de fortalecer as categorias de produtores e consumidores conscientes em redes. No movimento em torno dos recicláveis, não raro, se vê cooperativas de catadores repassando seus materiais por preços subdimensionados, baratos, por pressa de receber os pagamentos ou por não ter condições de beneficiá-los ou esperar para vender adequadamente. Com isso, surgem os aproveitadores em boa parte denominados de terceiro setor, como "falsas" ONGs, redes, associações, Institutos, empreendedores, entre outras que se dedicam ao mesmo papel do mercado tradicional.

Outro aspecto importante a ser observado entre os desafios a serem enfrentado pela Economia Popular e Solidária diz respeito ao crédito, pois todas as regiões têm manifestado, como segundo desafio do empreendimento, garantir o financiamento de suas atividades.

Neste sentido, muitas iniciativas de Economia Popular e Solidária, entretanto, lançam mão dos seus parcos recursos, renunciando ou adiando o consumo familiar do presente, muitas vezes necessários, objetivando financiar o fluxo contínuo de suas atividades na expectativa de melhores rendimentos futuros. Neste movimento por crédito, ou melhor, de falta de crédito, percebe-se um processo de "bancarização" do setor, ou seja, organizações que surgem em nome do fomento das atividades de Economia Popular e Solidária abandonam o envolvimento com a comunidade nas diversas dimensões das suas atividades e passam a agir como os bancos formais: frios, distantes, racionais em demasia, assimétricos desprezando a

relação de confiança local, imprimindo análise de riscos radicais, burocratizando, encarecendo, muitas vezes "agiotando" as atividades, uma vez que os recursos creditícios públicos e mais baratos demoram de chegar pondo em risco toda a produção e, muitas vezes, os processos de incubação e até mesmo o *know-how* das incubadoras universitárias.

Nesse caminho das dificuldades enfrentadas pelas iniciativas estão apoio, assistência técnica e formação, criação de bancos comunitários, fundos rotativos, pois perpassam enquanto orientação todas as atividades inerentes ao negócio, inclusive a comercialização e o crédito. Entretanto, não é este um trabalho fácil, nem certamente se trata apenas de resolver o processo potencializado por uma educação bancária, com o devido perdão do trocadilho.

Por conseguinte, o processo técnico, muitas vezes, ao invés de ser trabalhado na perspectiva da educação popular, dos saberes populares, saberes locais, encaminham-se cursos e minicursos em formatos de verdadeiras grades curriculares desinteressantes, como se fossem disciplinas isoladas, desestimulantes para aqueles que querem iniciar uma conversa sobre seu processo de trabalho, "traduzido" numa linguagem e numa dinâmica possível de ser alcançada por não "letrados", não graduados, não certificados, mas capazes de oralmente ou na forma mais adequada para o grupo aprender, compreender sua dinâmica de trabalho e de vida com possibilidades de chegar a cursos, se for o caso, mas no seu tempo.

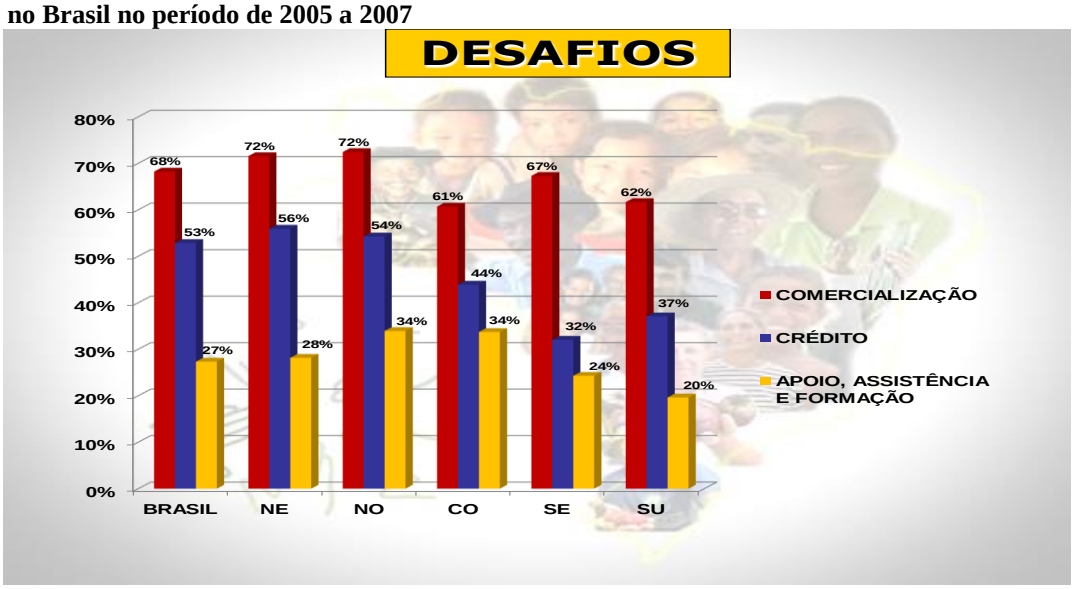
Nessa direção, surgem organizações de "capacitação", "empoderamento", "treinamento", com compreensões deslocadas dos tempos necessários a cada processo de incubação de cada iniciativa que muitas vezes não se constitui nem de assessoria, nem de treinamento, mas com capacidade de diálogos visando à perda do medo do sujeito de ingressar num processo de troca de conhecimentos ou produção de saberes e, em especial, da reconquista da autoestima para a condução de uma vida pelo processo educativo de trabalho em autogestão.

Estas organizações, entretanto, intituladas de assessorias e/ou capacitações – muitas vezes organizações não governamentais – concorrem aos editais, elaboram peças ou instrumentos como estatutos, planos de trabalhos, editais, baremas, planos de negócios, planos de financiamentos, estudos de viabilidades, entre outras, dentro de prazos irreais, inexequíveis, mas mesmo assim auferem os recursos destinados a capacitação técnica, como se diz na gíria, "dão seus recados, recebem seus pagamentos e partem pra outra".

Todos nós que militamos a Economia Popular e Solidária e temos de fato uma imbricação com este circuito socioprodutivo sabemos, entretanto, que não se trata disso, de agir dessa forma; não é assim que funcionam os agentes ou iniciativas desta economia,

principalmente se a pensamos como economia política dos setores populares. O Gráfico 2 apresenta os desafios enfrentados pela economia solidária no Brasil, conforme discussão.

Gráfico 2 – Os principais desafios enfrentados pelos empreendimentos solidários populares no Brasil no período de 2005 a 2007



Fonte: SIES (2008).

Observa-se que tanto os 72% das iniciativas de Economia Popular e Solidária que manifestaram ser a comercialização seu maior desafio quanto os 58% representantes das manifestações sobre a falta de crédito, bem como os 34% referentes a apoio, assistência e formação, precisam unir-se de maneira mais plena pelo movimento da economia solidária no intuito de reforçar cada vez mais o caráter de economia política inerte à classe dos trabalhadores mediante os princípios da relação solidária em detrimento da relação técnica, da cooperação em detrimento da competitividade, do trabalho coletivo em detrimento do trabalho individualizado. Portanto, a questão maior não é apenas formativa e sim o processo de como esta formação se dá, conforme viemos discutindo, que educação é esta e que agentes se envolvem no processo. São orgânicos aos processos educativos ou apenas "ensinam" e se vão?

Nessa ordem, encontra-se, nas incubadoras universitárias, um agente capaz de auxiliar, contribuir através desta economia para o Desenvolvimento Local Solidário, conforme se observa na seção seguinte, mediante o Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC) que se encaminha para uma das mais relevantes políticas públicas específicas e processos de compromissos orgânicos com os sujeitos e suas iniciativas.

2.4 O PRONINC E AS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS COMO AGENTES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO

O PRONINC tem tentado se mostrar como uma estrutura de orientação para o desenvolvimento das ações dos agentes e iniciativas da economia popular e solidária, ainda que reconhecidamente não tenha conseguido dar conta dessa tarefa. Isto tem deixado as incubadoras um tanto acéfalas quanto a uma política geral que lhes garanta estabilidade para o planejamento dos seus mínimos objetivos.

Com a transformação do PRONINC numa política pública, é necessário que nos Planos Plurianuais de Aplicação (PPA), nos Orçamentos Participativos (OP), bem como em outras formas democráticas de destinar o uso dos recursos públicos, os diferentes parceiros assegurem uma dotação orçamentária própria, e, assim, possam viabilizar as metas estabelecidas ou pretendidas. Ainda do ponto de vista do aporte financeiro, convém criar novas parcerias, mediante uma ação conjugada de apoio às atividades das incubadoras, como por exemplo, a criação de linha de financiamento, com recursos do BNDES, Banco do Nordeste, CAIXA, Banco do Brasil, Petrobras, FBB e outros, para assegurar a regularidade no funcionamento dos empreendimentos solidários.

A partir da análise do desempenho das incubadoras realizadas por este Programa e das sugestões dos atores envolvidos, foi possível identificar aspectos que favoreceram a sua atuação para propiciar o avanço dos empreendimentos como articulação entre outros agentes. É consenso no movimento da Economia Popular e Solidária, portanto, o entendimento de que as iniciativas ou agentes de desenvolvimento local ainda não se sentem informados, “capacitados”, “empoderados” e instrumentalizados, suficientemente, para fazer articulações em busca de parcerias e acesso a outras políticas e programas públicos, necessitando, portanto, de apoio e respaldo institucional das incubadoras, inclusive, as articulações junto ao poder local. Além das incubadoras universitárias, algumas ONGs pelo Brasil, especialmente na Bahia, têm realizado um bom trabalho, contudo, seguem um tanto quanto sem direção no que se refere aos instrumentos diretos amparados por um marco legal da economia popular e solidária, por exemplo, enquanto orientação de política de estado.

No que se refere à metodologia de incubação, alguns caminhos poderiam ser aperfeiçoados, compartilhados e sistematizados, com o apoio do PRONINC e das redes de incubadoras, principalmente, processos de construção de redes e cadeias solidárias, bem como processos de articulação com iniciativas de desenvolvimento local.

No relatório de avaliação do PRONINC/2011 está descrito que na prática, as IES se envolvem com o Programa promovendo atividades de formação continuada e prestando apoio técnico ao desenvolvimento de cooperativas e outras iniciativas econômicas solidárias de duas formas: a grande maioria das Incubadoras Tecnológicas Universitárias na atualidade articula-se à Rede UNITRABALHO, instituída em 1996 que congrega em geral universidades e instituições de ensino superior de todo o Brasil. Outra forma, embora nem todas elas possuam incubadoras e à Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCP), criada em 1997, que conta com a participação menor (embora não menos importante) de universidades e instituições de ensino superior de todas as regiões brasileiras.

Assim, mesmo considerando a pluralidade de experiências alicerçadas em matizes teórico-metodológicas e políticas diferenciadas, é possível afirmar que as incubadoras realizam estudos e pesquisas que visam a produzir conhecimentos relevantes para esboçar e consolidar metodologias de incubação.

Neste contexto, a origem histórica do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares remonta à necessidade de algumas incubadoras universitárias de uma política de apoio e financiamento de suas ações denotadas no processo de incubação desenvolvido na relação com as comunidades de trabalhadores em situações de vulnerabilidade, bem como da busca pelas universidades em compreender os conhecimentos com os quais os trabalhadores se valem para manter suas atividades laborais durante todo o processo histórico de exclusão ou vida à margem das formalidades mercadológicas.

Em 1995, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) criou, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) – órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e da Fundação Banco do Brasil (FBB) –, a primeira incubadora tecnológica de cooperativas populares (ITCP). O objetivo foi desenvolver a metodologia de incubação das cooperativas populares e difundir essa metodologia para outras universidades, especialmente, porque este processo de diálogo, acompanhamento e assessoramento socioprodutivo já existia dentro das universidades em favor das empresas tradicionais como incubadoras empresariais, empresas juniores, escritórios de projetos, mas não no segmento da Economia Popular e Solidária.

Em 1997, a FINEP, o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil e o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP) firmaram um protocolo de intenções para criar o PRONINC. No ano seguinte, o programa foi efetivamente lançado, apoiando projetos da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e das Universidades Federais do Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Ceará e Rural de Pernambuco.

Nesse direcionamento, em junho de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) dentro do Ministério do Trabalho e Emprego e com forte apoio da FINEP, MDS e demais parceiros, o PRONINC foi revitalizado.

Lamentavelmente, todo este processo de atuação das incubadoras universitárias apoiado pelo PRONINC não tem se dado mediante seleção do público beneficiado pela iniciativa universitária como "pré-incubação"; é realizado por chamada pública, no caso dos grupos apoiados e de grupos que pretendam formar cooperativas.

As incubadoras, "autogestionadas" constituídas por estudantes, técnicos administrativos e professores universitários, além de pessoas da comunidade, como é a situação da IEPS/UEFS, no processo de incubação, fazem estudos sobre mercado de trabalho, produção, design de produtos, legislação e uma diversidade de outras dinâmicas, cujas ações perpassam a última etapa que realizam, em geral, tratada como desincubação (saída paulatina das cooperativas das incubadoras, se esta for a tipologia organizativa escolhida pelo grupo). Embora esta última etapa do processo seja complexa, especialmente, devido às dificuldades de acompanhamento, manutenção de crédito e, também, relativo à comercialização, diversos estudos têm demonstrado que as iniciativas continuam crescendo, existindo e resistindo, apesar da complicada sustentabilidade e do PRONINC não alcançar o processo de incubação de forma integral, ou seja, não financia enquanto política de estado a variada dinâmica que necessita de cobertura por uma instituição pública responsável, inclusive, por orientar democraticamente em parceria com o movimento próprio esta dimensão socioeconômica que vê crescer a cada dia seu campo de atuação.

"Alguns estudos ou relatos em eventos da área apresentam impactos fortes provenientes do PRONINC junto às famílias mais pobres", conforme assinala Alexandro Rodrigues Pinto, coordenador-geral de Fusão de Iniciativas Inovadoras do MDS. O Coordenador afirma que o Programa tira a universidade do campus, possibilita uma visão social aos alunos e proporciona suporte e assistência técnica às comunidades carentes. Ressalta-se que não é privilégio deste programa tirar as universidades do campus, as universidades já fazem isso ao longo dos anos nas suas atividades próprias de pesquisa e extensão, ainda que não a contento e com enfoque nesta economia e de forma integral pensando a totalidade representada pelo Desenvolvimento Local Solidário, mas, certamente, este programa tem indicado uma relevante contribuição, ainda que no campo das expectativas.

Nesta perspectiva, sabe-se que a universidade brasileira detém a quase totalidade do controle da ciência e tecnologia produzida no país e os resultados deste processo vêm notoriamente se direcionado para o campo empresarial, em atividades vinculadas ao mercado

e, neste sentido, para as classes mais abastadas. Não obstante esse quadro, este programa aponta para a perspectiva de uma atuação nos setores populares, mesmo diante de uma cultura acadêmica não orgânica a estes seguimentos, ou seja, os trabalhos referentes à extensão universitária têm sido os que mais se aproximam daqueles feitos nas comunidades em situação de vulnerabilidade, certamente mais frequentes em algumas áreas como saúde, educação, nutrição e mais associados a cursos, minicursos, feiras, etc. Isso representa ações voltadas muito mais para uma dinâmica de ensino ou prestação de serviços do que para um diálogo politizado em que a escuta assume papel central na relação de confiança frente ao processo de aprendizagem e consciência do sujeito no que se refere à postura de atuação e trabalho de uma classe.

O Relatório/2011 do PRONINC menciona que a dinâmica do referido programa é operacionalizada por meio de editais de chamadas de projetos. A sistemática de edital objetiva direcionar a política pública para um grupo de beneficiários, definindo prioridades para a seleção de projetos, em termos de conteúdo e forma de atuação. A bem da verdade, esta sistemática tem a vantagem de democratizar o acesso ao Programa e dar transparência aos critérios de alocação dos recursos, permitindo igualdade de oportunidades e definição de mecanismos de acompanhamento. Com exceção do período entre 2003 e 2004, segundo dispõe o referido relatório, quando o apoio financeiro se deu mediante convênios realizados pela FINEP, com recursos do MDS, os primeiros editais do PRONINC ocorreram com as chamadas 2005-2006, as quais foram direcionadas para a implantação de novas incubadoras, com recursos exclusivamente da FINEP. Já a chamada 2007-2008, foi desdobrada em duas Modalidades: “A”, voltada para implantação de novas incubadoras, e “B”, para fortalecimento e ampliação da incubação, e utilizou recursos da FINEP, MEC, MDS e FBB.

Ainda em 2007/2008, entretanto, houve edital de apoio do MTur, através da execução da FINEP, voltado para incubadoras que iriam trabalhar com a cadeia produtiva do turismo. É relevante lembrar que o número de incubadoras apoiadas na sua implantação, aproximadamente 60 (sessenta), segundo Relatório/2011, é ínfimo diante da demanda de trabalhadores desta economia (conforme a SENAES/2011, chega quase a 3 milhões), bem como do potencial deste importante agente para o desenvolvimento local capaz de chegar às localidades mais longínquas, em que não se observa nenhum interesse do setor privado em possibilitar desenvolvê-las.

Em 2009, o Programa contou com apoio da FINEP, mediante edital conjunto PRONINC e Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (PNI), com recursos dos Fundos Setoriais, administrados pelo Ministério da

Ciência e Tecnologia (MCT). Esse apoio foi para a Modalidade C, voltado para a construção de redes de incubadoras e empreendimentos. Ainda em 2009, o Ministério da Educação (MEC) lançou edital do Programa de Extensão Universitária (PROEXT), o qual incluiu linha específica de apoio para trabalho, emprego e incubação de empreendimentos econômicos solidários em redes. Estas iniciativas engendram uma "trama" importantíssima do ponto de vista do envolvimento do poder público para apoio, mas também dificulta a questão da sustentabilidade das incubadoras e iniciativas ou agentes da Economia Popular e Solidária quanto aos aspectos burocráticos (estado), por esta "trama" (produção associada), facilitados.

Em 2010, o Programa contou com dois apoios, mediante editais, sendo um do MEC-PROEXT e o outro da própria SENAES – este último voltado para incubadoras com pelo menos dois anos de funcionamento e com objetivos múltiplos: incubação de empreendimentos e/ou redes de cooperação; formação de docentes, técnicos e discentes; articulação de políticas públicas de fomento à Economia Solidária e iniciativas de desenvolvimento local; sistematização de metodologias de incubação; e criação de disciplinas, cursos e estágios em Economia Solidária, favorecendo uma sequência para a possível orientação direta e indireta desta economia.

Neste contexto, sobre parcerias e fontes de recursos, o Relatório/2011 aponta que a SENAES, apoiada pelo Comitê Gestor, fez um enorme esforço de articulação de parceiros e fontes de recursos para garantir a sustentabilidade do apoio financeiro do Governo Federal ao Programa, entretanto, verifica-se que não há uma regularidade de alocação de recursos por parte do Programa, nem em termos de valores nem de entidades de apoio. Com isso, além de instáveis, as fontes de recursos são condicionadas ao lançamento de editais que atendem às exigências e limitações impostas pelas respectivas instituições que compõem o Comitê Gestor por vezes fora da realidade objetiva vivida pelo ambiente da Economia Popular e Solidária quanto aos níveis de vulnerabilidade e outras dificuldades.

Com efeito, o processo de orientação desta economia sofre grandes dificuldades no que se refere à tão necessária sustentabilidade dos empreendimentos ou iniciativas, em especial para o Desenvolvimento Local Solidário. A descontinuidade no aporte de recursos, segundo o Relatório/2011 tem sido um dos grandes problemas do PRONINC, gerando instabilidade na atuação das incubadoras e, com efeito, na atuação destas junto aos empreendimentos incubados. É consenso entre coordenadores de incubadoras a necessidade de o Programa dispor de fontes estáveis e permanentes que garantam a manutenção da estrutura institucional das mesmas.

Nesse contexto, as universidades vêm recebendo inúmeras demandas de órgãos das administrações federal, estadual e municipal e dos próprios movimentos sociais para o estabelecimento de diferentes formas de cooperação para constituição e assessoria a empreendimentos econômicos solidários, entretanto, a qualidade e a capacidade para atendimento dessas demandas dependem da continuidade das ações que configuram o campo institucional das incubadoras, enquanto entidades que asseguram espaço para reflexão e inovação no campo do cooperativismo e da Economia Popular e Solidária.

Portanto, observa-se que desvendar o funcionamento do PRONINC e apontar elementos para que este Programa possa avançar enquanto política pública tem sua relevância, pois, segundo o disposto no Relatório/2011, está inovando do ponto de vista de seu desenho institucional, fazendo emergir um espaço de participação entre governo e sociedade civil. E por este viés, é possível dizer que o PRONINC, juntamente com outros programas inovadores, vem apostando na construção de outro projeto de sociedade e influenciando, assim, decisivamente, no estabelecimento de uma contra-hegemonia. Portanto, é fundamental a formação de uma cultura política capaz de restabelecer a relação dialética entre Estado e sociedade civil como uma totalidade social, que respeita a história e suas contradições.

Com efeito, a constituição de um campo de lutas, de alianças, de construção e desconstrução de saberes, experiências e aprendizados, a fim de estabelecer uma tessitura social e econômica mais justa e democrática está posta conforme relatos da avaliação sobre o PRONINC, entretanto, no segmento da economia tradicional, o embate de classe junto às estruturas de estado numa perspectiva *gramsciana* tem mostrado emanar outra relação política mais favorável, que não sofre a instabilidade quanto à sustentabilidade inconstante e indefinida, a qual persiste na Economia Popular e Solidária.

Neste contexto, no capítulo seguinte discutiremos as relações de/entre “ingredientes” imbricados no processo de Desenvolvimento Local Solidário que ora vislumbramos como fundamental para o protagonismo social necessário como universidade e seu papel fundamental, seja no ensino, pesquisa, extensão ou incubação, articulando a ciência com outras formas de conhecimentos e saberes, inclusive, com as tecnologias sociais.

3 ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA SOCIAL E UNIVERSIDADE

Neste capítulo, refletimos sobre a universidade na produção, diálogo e articulação dos conhecimentos diversos, tecnologias sociais, inclusive ciência e tecnologias, especialmente na perspectiva de aproximação desta dos setores populares e do prisma local.

Veremos de que maneira ocorre a sua relação com a Economia Popular e Solidária a partir do processo de incubação que demarca um novo momento que envolve a cultura acadêmica universitária com relações de vivências, práticas e experiências mais aproximadas com o dia a dia das comunidades, integrando-se, assim, saberes locais, conhecimentos locais e tecnologias sociais. Tudo isso aparece nos processos de incubação em elementos como associativismo, democracia, trocas solidárias, solidariedade, ação econômica, autogestão, cooperação, entre tantos outros.

Historicamente, todo processo produtivo e, também, científico e tecnológico de uma forma ou de outra esteve associado ao que sempre houve de mais avançado quanto ao desenvolvimento e articulação dos conhecimentos direcionados ou dirigidos, especialmente, no que se refere ao papel que têm jogado as universidades quanto ao dinamismo no desenvolvimento das técnicas de trabalho, inovações, invenções, ainda que estas, muitas vezes, tenham sido impulsionadas por uma necessidade criativa dos mercados, notoriamente, privado e nos seguimentos industriais e de serviços que se justificam pelos fins, segundo a economia tradicional – para o bem de "toda a sociedade" – ainda que seja notória, em detrimento disso, a acumulação de riquezas mediante expropriação do trabalho para a retirada do lucro sobre o controle de poucos.

Neste contexto, a partir de uma lógica em que a produção material se faz calcada na acumulação e concomitantemente age sobre a dinâmica do modo de produção capitalista que passa a orientar todas as relações sociais da vida mediante os ditames de uma classe social dominante, a economia tradicional organiza-se e dirige-se sobre os princípios da competitividade, individualismo, produtividade, lucratividade e extrema hierarquização das relações, especialmente, das relações técnicas em detrimento das relações sociais.

Nesse sentido, os conhecimentos produzidos na universidade têm se colocado hierarquicamente em posição de superioridade às outras formas de conhecimentos e saberes, especialmente o popular e o local.

Contraditoriamente, ainda que de maneira indireta e de forma não suficientemente organizada, espraiam-se por toda a sociedade as contradições deste processo socioeconômico

dominante, em que se observa sendo permeadas todas as relações e sendo sensibilizas as instituições que – mesmo a reboque da estrutura dominante e de alguma forma reproduzindo o sistema – manifestam-se em tipologias organizativas, processos, ações e relações baseadas em princípios como solidariedade, associativismo, ação econômica e cooperação em diversas dimensões política, ambiental, cultural, educacional, capitaneadas pelo trabalho coletivo, tecnologias sociais a partir das incubadoras universitárias numa contracultura do academicismo tradicional, fortemente hierarquizado e, ainda, distantes dos conhecimentos locais, populares e outros saberes, ora trazidos à baila pela Economia Popular e Solidária ao longo da sua ainda curta história.

Neste contexto, a Secretaria Nacional de Economia Solidária tem dado grandes passos em favor deste processo que procura articular a Economia Solidária numa dinâmica que envolve ciência e tecnologia, bem como o fazer diário das universidades no tripé ensino, pesquisa e extensão numa outra cultura que integra organicamente os saberes populares às novas relações possibilitadas por esta economia. Para isso, construiu uma plataforma de ações desta economia exposta em relatórios da secretaria executiva da SENAES que se idealizou filtrando parte dos anseios dos movimentos da economia solidária, simbolizando um processo político educativo e de trabalho.

Desta forma, a construção da Plataforma da Economia Solidária foi iniciada na I Plenária Nacional em 2002 no estado de São Paulo e paulatinamente foi se desenvolvimento, reforçando-se na III Plenária Nacional de Economia Solidária, cujo movimento criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Neste processo, ressalta-se o I Encontro Nacional de Empreendedores Solidários, ocorrido em agosto de 2004, que, segundo relatório da Secretaria executiva da SENAES, enriqueceu e aprofundou aspectos dessa Plataforma, discutidos nos Fóruns Estaduais e na secretaria executiva nacional. Esse processo, no âmbito da Economia Popular e Solidária, definiu como princípio que articula este novo movimento que envolve conhecimento, tecnologia e universidades “Democratização do Conhecimento e Tecnologia” conforme eixos abaixo:

> **Democratização do Conhecimento e Tecnologia para:** 1. Promover o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à Economia Solidária, com vistas ao desenvolvimento e qualificação contínua de produtos, respeitando a cultura e os saberes locais agregando-lhes maior valor, e a melhoria das condições de trabalho, de saúde e de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos. 2. Orientar as ações de pesquisa e os programas de extensão das Universidades para a produção de tecnologias alternativas adequadas à Economia Solidária, bem como para a difusão e qualificação das suas diversas práticas e saberes, avaliando o trabalho realizado nestas áreas, mensurando acertos e erros, visando ao seu aperfeiçoamento na perspectiva do desenvolvimento sustentável. 3. Orientar Ministérios e organismos federais (Ciência e Tecnologia, Educação, Trabalho, FAT, Finep, BNDES, CNPq

> etc.) a fomentarem o desenvolvimento, qualificação e expansão da Economia Solidária. 4. Descentralização da tecnologia e da informação resgatando e valorizando o conhecimento acumulado pelas experiências de Economia Solidária, bem como mapeando e sistematizando esse conhecimento. 5. Criar programas de financiamentos voltados as ONGs, ITCPs, Rede Unitrabalho e outras organizações que atuam na área de formação e capacitação tecnológica de empreendimentos de Economia Solidária. 6. Criar centros solidários de desenvolvimento tecnológico, visando à promoção de processos produtivos que sejam adequados a como produzir, considerando as diversidades regionais do país, sua necessária sustentabilidade social e ecológica, às peculiaridades do público a quem se destinam essas tecnologias e às finalidades para as quais são desenvolvidas, gerando produtos, serviços, processos, máquinas, equipamentos e técnicas adequados aos desafios atuais da Economia Solidária no país, visando a superar as dificuldades dos empreendimentos de Economia Solidária em ser eficiente, terem viabilidade e sustentabilidade. 7. Ampliar Fóruns de ciência e tecnologia para contemplar os desafios da autogestão. 8. Redefinir política de assistência técnica para os empreendedores da área urbana e da área rural. 9. Mobilizar o potencial criativo de inventores (as) e pesquisadores (as), orientando a organizarem-se em cooperativas para trabalhar a Economia Solidária e colaborar em suas áreas específicas, como vem ocorrendo no campo das tecnologias da agricultura orgânica, das cisternas e preservação de recursos hídricos, dos softwares livres etc. 10. Proporcionar meios para que as novas tecnologias sejam acessíveis aos empreendimentos solidários, valorizando sua função social em relação à visão predominante que é dada a sua função econômica. 11. Garantir que Estados e Municípios possam desenvolver discussões temáticas e conceituais sobre a Economia Solidária. 12. Difundir e ampliar a troca de experiências entre os grupos participantes da Economia Solidária, garantindo a transversalidade dessas ações, através de uma rede de articulação utilizando, por exemplo: materiais didáticos de apoio, conhecimentos técnicos específicos ao cooperativismo, como noções na área de comercialização, contábil, jurídica, administrativa etc. (SENAES, 2012)

Neste contexto, sabe-se que todas essas ações se darão de forma processual na medida em que as relações vão se constituindo, se refazendo, se reposicionando e se consolidando numa dinâmica do trabalho coletivo nas incubadoras, nos grupos, nas tipologias já institucionalizadas e entre todos esses agentes na perspectiva do Desenvolvimento Local Solidário, e este em rede com outras localidades na perspectiva de formar uma totalidade que compreenda o desenvolvimento humano como um processo dinâmico e contínuo de aprendizagem que não cessa de se inscrever na história e nas relações da vida humana, mas que se aperfeiçoa cada vez mais.

Para Tiriba (2008), por ser o processo de trabalho, em si mesmo, uma instância de produção de conhecimentos sobre o mundo natural e social, o objetivo da educação não poderia ser outro a não ser o de contribuir para que homens e mulheres trabalhadores (as) pudessem rearticular os saberes sobre a vida em sociedade, apropriando-se do processo de trabalho em sua totalidade. E também para que pudessem expressar, por meio de diversas linguagens, nossa subjetividade, objetivada pelas condições materiais e imateriais que nos constituem como seres sociais. No entanto, ao longo da história do capitalismo, aos trabalhadores tem sido negado o acesso aos instrumentos teórico-metodológicos que lhes

permitam compreender os fundamentos econômico-filosóficos do mundo do trabalho muito presente nas universidades, especialmente, na América Latina e Brasil. Isto porque a organização do processo de trabalho, entretanto, está diretamente relacionada à questão da propriedade e da posse dos meios de produção.

Neste contexto, no sistema do capital, a propriedade privada confere ao capitalista o "direito" de comprar força de trabalho e estabelecer um plano de produção e desenvolvimento para que os trabalhadores possam produzir com o máximo de produtividade possível. O desenvolvimento tecnológico e, com ele, a divisão técnica do trabalho tornam-se elementos-chave para garantir a intensificação do ritmo da produção e, por conseguinte, da subsunção real do trabalho ao capital, conforme Soares (2008).

Assim, embora o processo do trabalho seja em si educativo, no capitalismo ou em qualquer outro modo de produção, ao se configurar como trabalho alienado, tem contribuído para a desarticulação e desapropriação dos saberes, da experiência e, por conseguinte, para a desqualificação do trabalhador. Neste sentido, sem dúvida, as atuais tecnologias de produção e gestão da força de trabalho requerem uma nova qualificação e organicidade para o trabalho, no entanto a ciência permanece como segredo de poucos e em linguagens não acessíveis.

Segundo Tiriba (2008), os projetos de formação de trabalhadores caminham de mãos dadas com um determinado projeto societário. No atual contexto histórico – em que o regime de acumulação flexível dispensa uma grande quantidade de trabalho vivo – três diferentes perspectivas político-pedagógico, de caráter mistificador, apresentam-se sob a ótica do capital: a) educação para a empregabilidade, calcada no desenvolvimento de competências a fim de tornar vendável a força de trabalho no mercado capitalista; b) educação para o empreendedorismo no intuito de estimular a "gestão do próprio negócio" e/ou tornar-se patrão de si mesmo; e, por fim; c) educação para o (falso) cooperativismo fazendo garantir a flexibilização das relações entre capital e trabalho. A universidade através das incubadoras, entretanto, neste contexto pode apresentar-se com um relevante papel formativo de forma crítica articulando saberes noutra perspectiva de desenvolvimento.

Compreende-se que não dá para aproveitar, reformular ou tornar mais humano o modo de produção capitalista, uma vez que este está forjado em princípios antagônicos a uma relação solidária como expropriação da força de trabalho do homem pelo homem, falta de democracia nos processos de trabalho, acumulação desenfreada do lucro ao custo da redução ao mínimo da condição de vida de grande parcela de homens e mulheres. Por isso, a necessidade de se construir um projeto societário, baseado em outras relações e princípios, cujos desdobramentos vêm sendo encampados pelo movimento da Economia Popular e

Solidária. E, dessa maneira, pergunta-se o que é e que papel terão as tecnologias sociais? Observa-se, a seguir, que essas tecnologias carecem de serem articuladas e, nesse processo de articulação, a universidade precisa rever, no processo de incubação, a cultura acadêmica.

3.1 O PROCESSO DE INCUBAÇÃO E A CULTURA ACADÊMICA UNIVERSITÁRIA

Neste trabalho, compreender o papel da Incubadora Universitária na articulação das tecnologias sociais, dos saberes e conhecimentos locais impulsionados pela Economia Popular e Solidária pressupõe compreender antes qual tem sido o comportamento histórico da Universidade e como se tem dado a aproximação desta com as questões populares e locais em várias partes do mundo, no Brasil e, particularmente, em Feira de Santana, através da Universidade Estadual.

As incubadoras universitárias têm surgido ainda de forma espontânea, normalmente, como programas de pesquisa e extensão que visam a interagir com as comunidades locais, cujos grupos procuram relacionar pessoas que compartilham um ambiente com seus fazeres diversos. Nessas comunidades, as crenças, recursos, preferências, necessidades, riscos, e uma série de outras condições podem estar presentes e em comum, afetando a identidade dos participantes e seu grau de coesão. Em consequência disso, procura-se entender o engendramento destas questões na perspectiva da universidade do século XXI, debatida por Santos (2005).

Essa universidade contemporânea vem abrindo espaços para incubadoras de empresas dentro das suas instalações como possibilidade de uma comunicação mais direta com o mercado e, especialmente, para as incubadoras de empreendimentos populares solidários. Oferece um diálogo com a comunidade que tem sido feito num patamar que potencializa uma relação mais direta com as dimensões de atuação da Economia Popular e Solidária no aspecto social, político, econômico, cultural, educacional, ambiental entre outras possibilidades que não apenas o mercado. Por isso, tem-se aqui a perspectiva de compreender essa universidade, no intuito de desenvolver uma reflexão sobre seu comportamento ao longo dos anos, partindo de uma posição elitista, burguesa, que a submete às crises diversas, como será visto a seguir, até, finalmente, sua aproximação com as camadas populares da sociedade.

Neste contexto, as incubadoras universitárias de iniciativas populares solidárias têm se destacado ao longo dos aproximadamente últimos 20 (vinte) anos como um ambiente dentro da universidade – e como parte dela – que procura estabelecer uma relação com a comunidade externa a partir dos princípios que norteiam a Economia Popular e Solidária: cooperação,

autogestão, ação econômica e solidariedade – elementos paradigmáticos em relação ao ambiente da economia de mercado: competição, trabalho individual, gestão verticalizada entre outros, que influenciam, sobremaneira, nas relações técnicas de produção e sociais.

No que se refere ao desenvolvimento local e dos setores populares, estes têm sido dimensões de atuação da Economia Popular e Solidária bem presente nos movimentos sociais em defesa, especialmente, do meio ambiente, tendo em vista a preocupação com a vida de forma geral. Isso se dá porque, dentre outros elementos, o consumo predatório tem destruído quase todas as possibilidades vislumbradas pelo mercado como um fator de produção, seja no avanço sobre os recursos naturais em todas as suas perspectivas, seja na mudança de comportamento humano no que se refere às relações destrutivas da saúde do planeta para a preservação da vida presente e futura.

Neste sentido, a mobilidade produtiva em busca dos fatores clássicos de produção terra, capital e trabalho tem sido uma orientação global que afeta as relações de proximidade pessoal, geográficas, de pertencimento, de confiança, de consumo e produção responsável ainda existente, por opção política e de vida, em muitas comunidades locais.

Assim, o movimento pelo desenvolvimento local tem buscado da universidade, através das incubadoras de iniciativas populares solidárias, esclarecimento, ajuda desinteressado (fora da relação dominador/dominado) na articulação dos conhecimentos necessários em consonância com o saber local, a experiência das comunidades tradicionais, o conhecimento local, com fóruns locais, poder público local, redes de afinidades, para fazer frente de forma contra-hegemônica a esta globalização destrutiva que desarticula as cadeias produtivas locais e modos de vidas locais em detrimento da expansão dos lucros capitalistas neoliberais.

Neste sentido, faz-se a seguinte pergunta: qual tem sido o papel da incubadora de iniciativas populares e solidárias da universidade pública na articulação da Economia Popular e Solidária ao Desenvolvimento Local Solidário? Responder a esta indagação não é uma tarefa fácil, até porque não se trata de uma questão pontual sobre a Universidade Estadual de Feira de Santana – ambiente ponto de partida desta pesquisa, enquanto hospedagem da incubadora, objeto deste estudo. Trata-se de fazer uma reflexão de forma crítica sobre a universidade contemporânea, contexto em que está inserida a UEFS, pois é nesta perspectiva que se pretende discutir o papel da incubadora de iniciativas da economia popular e Solidária da UEFS na articulação com Desenvolvimento Local Solidário, por considerar que esta desempenha um papel articulador estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário.

A incubadora, devido à relação dialógica, política técnico-pedagógica a que se propõe com as comunidades e setores populares, embrenha-se num desafio contra ao academicismo

marcado por tendências retrógradas, retóricas, artificiais, tecnicistas, ortodoxas, tradicionalistas ou conservadoras, que não raro, dificulta a construção de trabalhos desta natureza como a incubação, cuja existência é marcada pela obrigatoriedade de se enquadrar na trilogia tradicional – pouco executada "como deve ser" – de ensino, pesquisa e extensão. Ressaltamos que incubação muitas vezes é muito mais que essas construções normativamente demarcadas pela academia; na medida em que exige uma relação orgânica com estes setores e iniciativas, não cabe, portanto, "distanciamentos", artificialidades nem neutralidade científica, por exemplo.

Com efeito, no decorrer deste estudo, será discutida a universidade do século XXI a partir da análise de Santos (2005), num contexto de crises em que se vislumbra como uma das alternativas de continuidade de sua relevante existência, inserção e aproximação das camadas populares, cuja situação expõe as contradições da sua cultura tradicional academicista, calcada no assistencialismo, no patrimonialismo e na sustentação do *status quo* das classes dominantes, segundo o autor supracitado.

Nesse panorama, em seguida, reflete-se sobre a relação universidade, incubadora e comunidade a partir da diversidade de diálogos possíveis. Por fim, faz-se uma discussão sobre a Economia Popular e Solidária, considerada imbricada pelos saberes, conhecimento popular, e conhecimentos locais, tecnologias sociais, cujos elementos são responsáveis pela potencialidade da atividade desenvolvida pelas incubadoras universitárias na perspectiva do Desenvolvimento Local Solidário.

3.2 A UNIVERSIDADE CONTEMPORÂNEA NO CONTEXTO DE POSSIBILIDADES DAS NOVAS RELAÇÕES COM A COMUNIDADE LOCAL

A Universidade do século XXI apresenta algumas necessidades que podem ser explicitadas a partir de atitudes como uma reforma democrática e emancipatória, tendo em vista a trajetória que adotou ao longo dos anos da sua evolução, caracterizada como elitista ou que se justificativa pelo status propiciado as classes dominantes, além da produção de tecnologia para o aumento da riqueza daqueles que sempre foram ricos.

Nesse aspecto, a universidade tem se encaminhado, especialmente, pelo afastamento ou dificuldade de aproximação dos setores populares, do "povão", principalmente, dos não letrados ou daqueles que não apresentam uma cultura de estudos formais, o que tem sido um equívoco, posto que a necessidade da presença da universidade consiste, exatamente, na aproximação com as classes menos abastadas pela evidente carência desses setores populares

e pelo seu distanciamento notado na realidade vivida por eles, o que torna o conhecimento produzido não significativo ou indiferente para a grande quantidade de sujeitos mais necessitados.

Com efeito, observa-se uma crise generalizada que põe em dúvida sua "utilidade" social, além da falta de defesa da população sobre a sua necessária sustentabilidade financeira e existência. Nesse sentido, faz-se se necessária sua aproximação da comunidade que deve ser evidenciada mediante a pesquisa-ação, a ecologia de saberes, a "prestação de serviços" e, especialmente, a incubação de iniciativas populares, além da extensão, estabelecida através de um diálogo interativo e constante entre universidade e comunidade da forma mais direta possível, que propicie, principalmente, a relação de saberes de maneira que o conhecimento científico produzido na universidade não exclua à nulidade outras formas de conhecimentos.

De acordo com Santos (2005), é notória a crise vivida pela universidade e existem três modalidades de crises evidentes no início do século XXI. A primeira crise, de hegemonia, resultante das contradições entre as funções tradicionais da universidade e as que ao longo do século XX lhes tinham vindo a ser atribuídas: de um lado, a produção de alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos, necessários à formação das elites de que a universidade tinha vindo a ocupar desde a Idade Média europeia; do outro lado, a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, úteis na formação de mão de obra qualificada exigida pelo desenvolvimento capitalista. Os setores populares, portanto, em nenhuma perspectiva dessas se enquadram.

Ainda, segundo o mesmo autor, a incapacidade da universidade para desempenhar cabalmente funções contraditórias levou o Estado e os agentes econômicos a procurar fora dela meios alternativos de atingir esses objetivos. Com efeito, ao deixar de ser a única instituição no domínio do ensino superior e na produção de pesquisa, a universidade entrara nessa crise de hegemonia.

A segunda crise é a de legitimidade, provocada pelo fato de a universidade ter deixado de ser uma instituição consensual em face da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e da credenciação das competências por um lado e as exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das classes trabalhadoras e populares por outro.

Finalmente a terceira crise, a institucional, resulta da contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submeter esta última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social para justificar, inclusive, sua manutenção financeira.

Neste contexto, segundo Santos (2005), constatou-se que entre os anos de 1990 a 2005 – apesar de as três crises estarem intimamente ligadas e só poderem ser enfrentadas conjuntamente e através de vastos programas de ação gerados dentro e fora da universidade – a crise institucional veio demandar atenções e os propósitos reformistas.

Observa-se, também que a concentração das atenções na crise institucional pudesse levar à falsa resolução das duas outras crises, uma resolução pela negativa: a crise de hegemonia, pela crescente descaracterização intelectual da universidade; a crise da legitimidade, pela crescente segmentação do sistema universitário e pela crescente desvalorização dos diplomas universitários em geral.

Em meio a esse contexto de crise a que estão submetidas às universidades, entende-se que o comportamento destas varia de país para país conforme a sua situação socioeconômica. Em países que, ao longo das últimas três décadas, viveram em ditaduras, a indução da crise institucional teve duas razões: a de reduzir a autonomia da universidade até o patamar necessário à eliminação da produção e divulgação livre de conhecimento crítico e a de pôr a universidade ao serviço de projetos modernizadores, autoritários, abrindo ao setor privado a produção do bem público da universidade e obrigando a universidade pública a competir em condições de concorrência desleal no emergente mercado de serviços.

Nos países democráticos, por sua vez, a crise esteve relacionada com a última razão mencionada (competição no mercado de serviços), sobretudo a partir da década de 1980, quando o neoliberalismo se impôs como modelo global do capitalismo. Já nos países que neste período passaram da ditadura à democracia, a eliminação da primeira razão (controle político de autonomia) foi frequentemente invocada para justificar a bondade da segunda (criação de um mercado de serviços universitários). Nestes países, a afirmação da autonomia das universidades foi de parceria com a privatização do ensino superior e do aprofundamento da crise financeira das universidades públicas (SANTOS, 2005).

Ao longo da história da universidade, de uma maneira ou de outra, houve sempre alguma tentativa da aproximação da sociedade, provavelmente, pela própria natureza do conhecimento, complementar, integral, multidisciplinar, inter ou transdisciplinar.

Nesse processo, entretanto, participaram, certamente, forças sociais externas, hostis à universidade pública, mas não se pode ocultar ou minimizar a atuação das forças hostis internas. O fato de as universidades terem se isolado socialmente pelo modo como contemporizaram com a mediocridade e a falta de "produtividade" de muitos docentes; pela insensibilidade e arrogância que revelaram na defesa de privilégios e de interesses corporativos socialmente injustos, pela ineficiência, por vezes – aberrante –, no uso dos meios

disponíveis, tornando-se presa fácil de burocracias rígidas, insensatas e incompreensíveis; pela falta de democracia interna e a sujeição a interesses e projetos partidários que, apesar de minoritários no seio da comunidade universitária, impuseram-se pela força organizativa que souberam mobilizar; e, finalmente, pela apatia, cinismo e individualismo com que muitos docentes passaram ao largo destas realidades como se elas e a instituição que as vivia não lhes dissessem respeito (SANTOS, 2005).

Com isso, por mais contraditório que pareça, esta conjuntura tem "superiorizado" ou "intimidado" a universidade e não permitido sua aproximação das questões que afetam mais imediatamente os setores populares por um lado e produzido uma autofagia na sua sustentabilidade não sobrando possibilidades financeiras para sustentar nem mesmo as pequenas ralações, mas de grande valia para as comunidades populares locais por outro lado.

Desta forma, no que se refere à descapitalização ou falta de financiamento da universidade pública, a sua crise é um fenômeno global, ainda que sejam, significativamente, diferentes as suas consequências no centro, na periferia e na semiperiferia do sistema mundial.

Segundo Santos (2005), na Europa, onde o sistema universitário é quase totalmente público, a universidade pública tem tido, em geral, poder para reduzir o âmbito da descapitalização ao mesmo tempo em que tem desenvolvido a capacidade para gerar receitas próprias através do mercado. O êxito desta estratégia depende, em boa medida, do poder da universidade pública e seus aliados políticos para impedir a emergência significativa do mercado das universidades privadas; nos Estados Unidos da América, as universidades privadas ocupam o topo da hierarquia, as universidades públicas foram induzidas a buscar fontes alternativas de financiamento junto às fundações, no mercado e através do aumento dos preços das matrículas. Com isso, em algumas universidades públicas norte-americanas, o financiamento estatal não é mais do que 50% do seu orçamento total.

Santos (2005) aponta que, na África, um relatório da UNESCO de 1997 sobre a maioria das universidades já traçava um quadro dramático de carências de todo o tipo na universidade, desde colapsos infraestruturais, ausência quase total de equipamentos, pessoal docente mal remunerado e, por isso, desmotivado e propenso à corrupção, bem como pouco ou nenhum investimento em pesquisa.

O mesmo autor salienta que o Banco Mundial, neste sentido, diagnosticou de modo semelhante a situação e, caracteristicamente, declarou-a irremediável. O Banco foi incapaz de incluir nos seus cálculos a importância da universidade na construção dos projetos de país e na criação de pensamento crítico e de longo prazo por entender que as universidades africanas não geravam suficiente "retorno". Consequentemente, impôs aos países africanos que

deixassem de investir nas universidades, concentrando os seus poucos recursos no ensino primário e secundário, além de permitir que o mercado global de educação superior resolvesse seu próprio problema, decisão esta que teve um efeito devastador nas universidades dos países africanos (SANTOS, 2005).

O caso do Brasil é representativo da mesma lógica da semiperiferia. Santos (2005) ressalta que basta atentar para o relatório do Banco Mundial de 2002, no qual se assume que não vão aumentar os recursos públicos para a universidade e que, por isso, a solução está na ampliação do mercado universitário privado, combinada com a redução dos custos por estudante, o que, entre outras coisas, serve para manter a pressão sobre os salários de docentes e a eliminação da gratuidade do ensino público tal como está ocorrendo em Portugal. Trata-se de um processo global na lógica de acumulação do capital e, é nessa escala, segundo o autor supracitado, que deve ser analisada a situação da universidade brasileira.

Observa-se que a tão propalada autonomia universitária, diante do processo socioprodutivo capitalista do neoliberalismo, precarizador das relações trabalhistas e motivador do utilitarismo econômico – conduzido pelas relações mercadológicas –, já não mais consegue ser sustentada, vem sendo ferida, desfeita e também conduzida pelas forças produtivas de crescimento e desenvolvimento tradicional no qual a ciência e a tecnologia ficam a merecer desse processo socioprodutivo e não das necessidades gerais de vida da população. Assim, começa-se a falar do lugar, das periferias e semiperiferias, possibilita-se colocar nas discussões o saber local, o conhecimento popular, etc. Entretanto, ainda é a universidade a instituição capaz de articular a imensa gama de sujeitos, saberes, forma de produzir e viver em outro patamar de vida social e local para outra lógica de desenvolvimento baseado na solidariedade e cooperação.

3.3 UNIVERSIDADE, COMUNIDADE E A POSSIBILIDADE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO: A TAREFA DA INCUBADORA NAS DIVERSAS FORMAS DE DIÁLOGOS

Diante dos desafios pelos quais passa a universidade – especialmente, quanto à ressignificação da sua relevância social e aproximação das comunidades locais –, os processos de incubação e a área de extensão passam a ter no futuro próximo um significado muito especial e determinante encampado pelas incubadoras.

Para Santos (2005), no momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a

reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes e concebê-las, de modo alternativo, ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental na defesa da diversidade cultural, ou seja, nas diversas dimensões da vida.

Esta perspectiva faz das incubadoras universitárias de Economia Popular e Solidária, agentes protagonistas, potencializadores da relação universidade comunidade local num viés de contra-hegemonia ao movimento global e impositivo do conhecimento fragmentado e bancário, conforme Freire (1987), e das tecnologias dele decorrente.

Com efeito, para esta universidade da incubação como ação contra-hegemônica, faz-se necessário uma relação que, para ser levada a cabo com êxito, exige cooperação intergovernamental entre, por exemplo, Ministros da Educação do Ensino Superior e Tecnologia, da Cultura e das áreas Sociais, entre outras. A extensão com incubação envolve uma vasta área de prestação de serviços ou diálogo com as comunidades locais e os seus destinatários envolvem vários grupos: grupos sociais populares e suas organizações, movimentos sociais, comunidades locais ou regionais, governos locais, o setor público, o setor privado, entre outros. Há também toda outra área entendida como de prestação de serviços, que tem a sociedade, em geral, como destinatária, a título de exemplo a "incubação" da inovação; promoção da cultura científica e técnica, atividades culturais no domínio das artes e da literatura, mapeamento e reinserção das tecnologias sociais a serviços dos setores populares.

Esta perspectiva da busca do reconhecimento social pela universidade passa pela aproximação das comunidades locais; a pesquisa-ação e a articulação de saberes são áreas de legitimação da universidade que transcendem à extensão uma vez que tanto atuam ao nível desta como ao nível da pesquisa e da formação. Para Dionne (2007), a pesquisa-ação possibilita o desenvolvimento local praticável nas comunidades porque consiste no planejamento e na execução de diversas ações de ordem econômica, social, educacional, ambiental e cultural para promover "dinâmicas endógenas".

Nesse sentido, segundo Gil (1999), a pesquisa-ação consiste na definição e execução participativa de projetos de pesquisa, envolvendo as comunidades e organizações sociais populares na luta contra problemas cuja solução pode se mostrar benéfica nos resultados da pesquisa. Os interesses sociais são articulados aos interesses científicos dos pesquisadores e a produção do conhecimento científico ocorre estritamente ligada à satisfação das necessidades

dos grupos sociais que não têm poder para pôr o conhecimento técnico e especializado ao seu serviço pela via mercantil.

A pesquisa-ação, que não é de modo nenhum específica das ciências sociais, não tem sido em geral uma prioridade para a universidade, tem, no entanto, uma longa tradição na América Latina, apesar de ter sido mais forte nos anos 1960 e 1970 do que atualmente, afirma Santos (2005). Tal como acontece com as atividades de extensão, a nova centralidade a conceder à pesquisa-ação deve-se ao fato de a transnacionalização da educação superior trazer no seu bojo o projeto de transformar a universidade num centro de pesquisa-ação ao serviço do capitalismo global. Também aqui, como em geral, a luta contra esta funcionalização só é possível através da construção de uma alternativa que marque socialmente a relevância social da universidade, mas que formule essa relevância de modo contra-hegemônico.

Na esteira das novas atribuições da universidade, segundo Gadotti (2009), a ecologia de saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico que a universidade produz e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental, etc.) que circulam na sociedade.

Nesta perspectiva, começa a ser socialmente perceptível que a universidade – ao especializar-se no conhecimento científico e ao considerá-lo a única forma de conhecimento válido – contribuiu ativamente para a desqualificação e até mesmo destruição de muitos conhecimentos não científicos e que, com isso, coopera para a marginalização dos grupos sociais que só têm ao seu dispor essas formas de conhecimento. De fato, conforme Freire (2006, p. 36): “O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até àqueles que se julgam não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações”.

Com efeito, pensar a universidade na perspectiva acima mencionada, a partir de seus objetivos básicos de formação profissional, geração de novos conhecimentos e disseminação desses conhecimentos, é um processo complexo face à natureza e diversidade do trabalho, inclusive, acadêmico. Inserida neste contexto, está a extensão universitária que apresenta uma diversidade conceitual de práticas que interferem expressivamente no “pensar” e no “fazer” no interior da Universidade.

Nesse aspecto, o conceito de extensão universitária ao longo da história das universidades brasileiras, principalmente, públicas, passou por várias matrizes e diretrizes conceituais que se orienta desde a extensão cursos, à extensão serviço, à extensão assistencial,

à extensão “redentora da função social da universidade”, à extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, à extensão cidadã conforme afirma Santos (2005). Nesse contexto, podemos identificar uma ressignificação da extensão nas relações internas com os outros fazeres acadêmicos e na sua relação com a comunidade em que está inserida. Esta perspectiva tem se aproximado por demais dos processos de incubação como método de trabalho com os grupos populares.

Segundo Santos (2005), pela análise histórica da extensão universitária, é possível encontrar pelo menos quatro momentos expressivos de sua conceituação e prática: o modelo da transmissão vertical do conhecimento, o voluntarismo ou a ação voluntária sociocomunitária, a ação sociocomunitária institucional e o acadêmico institucional. Tais momentos apresentam-se numa transitoriedade no interior de cada universidade em razão de sua história e de seu projeto pedagógico, assim, podemos encontrar nas universidades brasileiras instituições em vários desses momentos conceituais e, portanto, confusas na forma de ação das incubadoras.

Ainda assim, as incubadoras universitárias de iniciativas populares solidárias vêm desenvolvendo relevante papel na articulação das atividades de extensão e pesquisas universitárias, principalmente, no tocante à relação mais imediata com os problemas enfrentados pelas comunidades do seu entorno. No intuito de facilitar a compreensão sobre o que é a incubadora universitária e o trabalho que desenvolve, apresentamos a seguir a Economia Popular e Solidária e os elementos fundamentais para o cotidiano das iniciativas em processo de incubação.

3.3.1 A Economia Popular e Solidária imbricada pela incubação com os saberes e conhecimentos locais

A Economia Popular e Solidária tem como fundamento essencial alguns princípios e práticas, entre eles damos ênfase nesta pesquisa, especialmente, à solidaredade, à ação econômica, e à cooperação – bases fundamentais da autogestão. A prática da autogestão norteia a relação de trabalho entre os trabalhadores dentro das iniciativas e, também, nas relações entre estas e as incubadoras universitárias que balizam o ensino, a psequisa e a axtensão universitária, especialmente esta última, sob um novo patamar de relações entre as instituições universitárias e as comunidades, cuja mobilização visa a quebrar a hegemonia do trabalho individualizado e competitivo, dar suporte e estimular o trabalho coletivo como processo educativo, politizador e libertário (FREIRE, 1987).

As incubadoras desses tipos de iniciativas não devem sobrepor-se aos princípios, práticas e experiências que norteiam as atividades das iniciativas de economia popular e solidárias sob pena de estar sendo contraditórias na relação de interação no que se refere ao conhecimento produzido no processo de incubação. Desta forma, suas estruturas, especialmente, nas universidades, não podem perder de vistas o ensino, a pesquisa e a extensão de forma integrada, cujas ações devem, segundo Morin (1997), desprender-se ao máximo da malha hierárquica e da burocracia comum às organizações complexas e empresariais tradicionais.

Desta forma, o processo de incubação deve ser compreendido como um processo político, prático-educativo de organização e acompanhamento sistêmico ou assessoria a grupos de pessoas interessadas no processo econômico popular e solidário, mas, principalmente, pelo diálogo aberto, interativo entre sujeitos trabalhadores e estudiosos dos processos educativos, de ciência e conhecimentos diversos e sujeitos trabalhadores em atividades variadas e de formações diversas no processo de trabalho para a reprodução da vida.

As incubadoras, neste contexto, para dar suporte e orientar suas atividades, têm procurado se organizar em estruturas simplificadas, na medida do possível, não hierarquizadas, adotando um método pedagógico que se ampare num processo de construção interativo/dialógico entre a equipe orientadora e os trabalhadores, entre os trabalhadores do grupo envolvidos na incubação e entre os grupos incubados ou em incubação. O objetivo deve ser a união e interação de saberes, compreensão do conjunto do funcionamento na iniciativa (visão de totalidade integrada) e o estímulo à formação da identidade de grupo, democracia interna e sua autonomia frente aos orientadores, visando à construção de outra institucionalização socioprodutivas local.

Neste sentido, a incubadora universitária constitui-se num espaço de articulação de saberes e interação, bem como de produção e socialização de conhecimentos diversos, técnico e científico para as iniciativas populares e solidárias. Contribui para a viabilização de alternativas para a melhoria da vida dos sujeitos, através da mobilização, articulação e acompanhamento de grupos populares não participantes do mercado formal de trabalho ou por opção pelo trabalho coletivo – visando ao apoio para novos valores centrados nas práticas autogestionárias, especialmente, nas dimensões locais – ou porque não existem possibilidades, no curto prazo, de serem reintegrados nos mercados formais de trabalho.

3.4 TECNOLOGIAS SOCIAIS E AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO LOCAIS

As Tecnologias Sociais consubstanciam-se no conjunto das forças de trabalho coletivo em prol das comunidades organizada a partir de experiências, saberes e conhecimentos locais, somados também às descobertas científicas conduzidas, historicamente, para o uso coletivo das pessoas na satisfação das necessidades socioprodutivas. Desta forma, compreendem-se produtos, técnicas ou metodologias reaplicadas, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções aos problemas que se apresentam, bem como nas transformações sociais.

Neste contexto, embora não se possam datar todas as experiências exitosas e se tenha muitas dúvidas quanto à organização dessa riqueza popular, as tecnologias sociais se constituem num conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento local, considerando a participação coletiva no processo de organização, o envolvimento dos sujeitos na utilização, seu desenvolvimento e implementação. Assim, apresenta-se relacionada à disseminação de soluções para problemas voltados a demandas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, cultura, trabalho, dentre outras.

As tecnologias sociais articulam saber popular, organização popular, sociais e, também, conhecimento técnico-científico. Nesse aspecto, faz-se necessário, essencialmente, que sejam efetivas e reaplicáveis, propiciando desenvolvimento das comunidades locais e em escala social. Sugere-se, como exemplos de Tecnologia Social, o caso clássico do soro caseiro (mistura que contém água, açúcar e sal que combate a desidratação e reduz a mortalidade infantil); as cisternas de placas pré-moldadas que atenuam os problemas de acesso à água de boa qualidade para a população do semiárido; a terra de formigueiro, que serve de defensivo contra o gorgulho do feijão; os trabalhos de incubação de grupos populares solidário, a multimistura distribuída pela pastoral da criança, entre outras.

Para a Rede de Tecnologias Sociais (RTS), a Tecnologia Social compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social.

Verifica-se, com base nesta definição, que ainda não existe um levantamento de dados e informações que nos deem o verdadeiro impacto econômico-financeiro quanto aos resultados que estas tecnologias têm provocado no processo produtivo de modo geral; entretanto, pode-se afirmar que grande parte dos artifícios que os setores populares laçam mão para a satisfação das suas necessidades e reprodução ampliada da vida no âmbito da

Economia Popular e Solidária é resultante desta capacidade acumulada, de práticas, saberes e conhecimentos utilizados coletivamente sem registros nem demarcações patenteadas ou apropriadas por particulares. Segundo Dagnino (2010, p. 56),

> [...] é preciso entender como se caracteriza a Tecnologia Convencional (TC) para que se possa verificar que as Tecnologias Sociais (TS) transitam na direção de outra sociedade, noutra perspectiva socioprodutiva. Neste sentido, indaga-se: como é a tecnologia Tradicional? 1) Segmentada: não permite controle do produtor direto. 2) Maximiza a produtividade em relação à mão de obra ocupada. 3) Alienante: não utiliza a potencialidade do produtor direto. 4) Possui padrões orientados pelo mercado externo de alta renda. 5) Hierarquizada: demanda a figura do chefe etc. 6) Monopolizada pelas grandes empresas dos países ricos. Diria também que ela possui escalas ótimas de produção sempre crescentes, ou seja, a cada nova vindima (safra) tecnológica, a cada nova onda tecnológica ou a cada novo conjunto de inovações, as tecnologias produzidas têm escala cada vez maior.

Neste contexto, compreende-se que pouco ou quase nada desta forma tecnológica convencional (TC) tem a oferecer aos setores populares sem retirar maior contrapartida, além disso, é sempre direcionada a partir de uma acumulação de capital que hierarquiza gestão de empresas, das economias, de países, de regiões e de pessoas, submetendo-os aos ditames da acumulação capitalista, as regras de competitividade, produtividade e lucratividade de forma que quem já está à frente no processo de acumulação tende a aumentar ainda mais suas riquezas mediante os chamados avanços tecnológicos, saltos tecnológicos, inovações etc.

Em contraposição a este modelo, as Tecnologias Sociais (TS) articulam outras possibilidades inerentes à organização do trabalho coletivo, possibilitando a apropriação coletiva dos seus resultados ou da sua utilização pela economia popular e Solidária. Dessa forma, Dagnino (2010) propõe a seguinte indagação: Como é ou como deveria ser a TS?

> 1) Adaptada a pequeno tamanho; 2) Liberadora do potencial físico e financeiro, e da criatividade do produtor direto; 3) Não discriminatória (patrão *versus* empregado); 4) Capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários e as pequenas empresas; 5) Orientada para o mercado interno de massa; 6) Ela deve ser adaptada ao reduzido tamanho físico e financeiro, não discriminatória, liberada da diferenciação – disfuncional, anacrônica e prejudicial nos ambientes autogestionários – entre patrão e empregado, orientada para um mercado interno de massa, libertadora do potencial e da criatividade do produtor direto. Resumindo, deve ser capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários. e, finalmente, se o empreendimento autogestionário não for competitivo ou não tiver sustentabilidade em relação ao grande capital, não vai conseguir constituir uma alternativa econômica nem chegar a ser uma alternativa real de inclusão social (IS) para a população marginalizada. (DAGNINO, 2010, p. 58)

Observa-se, diante do exposto, que é preciso construir outra lógica socioprodutiva para que se possa inverter a lógica acumulativa em favor de uma perspectiva tecnológica que atinja os interesses da maioria das pessoas e seja, desta forma, uma tecnologia de inserção social.

Para Dagnino (2010), a Tecnologia Convencional, por seu turno, é comprovadamente funcional para a empresa privada, que no capitalismo é a responsável pela produção de bens e serviços para a população. Isso, apesar de muito claro, merece ser salientado em função do enorme impulso feito pelos governos dos países avançados e pelas suas grandes empresas, no sentido de fazer com que essa tecnologia seja vista não só como a melhor, como a última, como a de ponta, a mais avançada, mas como a única que existe.

Essa ideia tem se generalizado na sociedade, tornando-se parte do senso comum crente desta panaceia, causa conclusões ideológicas desfavoráveis à Economia Popular e Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário. Nessa senda, essas tecnologias parecem submeter a uma racionalidade de que devemos agradecer pela existência de empresários ou capitalistas que se preocupam com os avanços tecnológicos tão úteis e benéficos a toda a população, o que não é bem assim.

Neste sentido, a liberdade de trânsito socioprodutivo, própria das tecnologias sociais, faz com que a universidade – através das incubadoras – não limite suas ações a produzir apenas tecnologias convencionais e mercadológicas, uma vez que já se sabe que seu destino é primeiro privado e de viés calcado na acumulação capitalista; por outro lado, de igual direito e interesse, as incubadora podem articular os conhecimentos diversos, à Economia Popular e Solidária e às tecnologias sociais no intuído de dinamizar a economia política dos setores populares em prol do Desenvolvimento Local Solidário, considerando que as próprias metodologias de incubação de diversas iniciativas nas mais variadas áreas são tecnologias sociais, ou seja, técnicas socioprodutivas apropriadas coletivamente pelos setores populares e, portanto, demarcadoras de um espaço político desta economia.

3.5 A POLÍTICA PÚBLICA COMO ELEMENTO ORIENTADO PELO PROCESSO DE INCUBAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO

As políticas públicas são ações orientadas de forma específica e integrada que possibilitam a promoção do desenvolvimento local solidário na medida em que possuem nas incubadoras universitárias o suporte de um ente legítimo, capaz de contribuir com articulação, elaboração, troca de conhecimentos com base numa dinâmica que se entrelaça no processo de produção de conhecimento “para dentro e para fora das universidades”, conforme argumenta Dagnino e Fonseca (2007, p.20). Essa dinâmica permite pensar apolítica pública como elemento orientado pelo processo de incubação para o desenvolvimento local solidário, a partir de um arcabouço indissociável composto de ensino, pesquisa e extensão universitárias

que se renova e se inscreve socialmente na realidade contatada, enquanto construção do conhecimento novo e melhoria das relações socioprodutivas, para além do que demarcam os projetos políticos pedagógicos dos cursos como parâmetros formativos para atender o mercado.

Noutra perspectiva, as iniciativas de políticas públicas têm recebido uma abordagem de dever legal do Estado perante o cidadão. Essa premissa, ao mesmo tempo em que garante o direito a tais intervenções, fragiliza e pulveriza as ações especificas, desintegrando uma lógica de desenvolvimento focada na busca da igualdade. Assim, para Boneti (2006), a questão da política pública, guiada pelos recursos públicos, tem sido discutida, especialmente na academia, muito mais numa perspectiva jurídica, em torno dos direitos, do que em qualquer outra especificidade. Neste sentido existe a necessidade de orientação como ação ativa permanente de políticas integradas, por vezes mitigadas nos processos de incubação pelas incubadoras universitárias.

Nesse contexto, compreender os elementos do processo de incubação de iniciativas de Economia Popular e Solidária que se constitui estratégicos para o Desenvolvimento Local Solidário tornou-se questão de alta relevância e norteadora desta pesquisa. Diante disso, nesta seção, discorre-se sobre o processo de incubação, suas etapas, bem como os elementos essenciais que sobressaem no processo de trabalho entre incubadora e iniciativas de Economia Popular e Solidária. Esses elementos são constituidores ou articuladores de tecnologias que têm se mostrado à disposição dos setores populares, embora não utilizadas a contento por estes, mas, tal como as tecnologias sociais, configuram-se como bases orgânicas para um processo de desenvolvimento desta natureza.

Conforme relatado nas sessões anteriores, os trabalhos de incubação nas universidades têm se intensificado nos últimos vinte anos de tal maneira que diversas ações políticas de governos – orientadas por projetos e programas – vêm sendo desenvolvidas, assumindo as incubadoras universitárias como elementos fundamentais para articular a Economia Popular e Solidária aos setores populares como maneira de intervir, dialogar e compreender as atividades por eles desenvolvidas nas suas dinâmicas de vida que de maneira geral tinha ficado à margem ou fora das atividades formais seja de ensino, pesquisa e extensão nas instituições universitárias, sejam nas atividades técnicas produtivas e de gestão das empresas do mercado formal de trabalho.

Nesse aspecto, nas universidades, trabalhos de apoio, assessoria e acompanhamento às iniciativas relacionadas à Economia Popular e Solidária como método de incubação têm sido cada vez mais solicitados por representar uma intervenção socioprodutivas. De fato, segundo

Eid (2002), a incubação é entendida como o acompanhamento sistêmico e de assessoria a grupos de pessoas interessadas na formação de empreendimentos econômicos solidários, tendo em vista processos educativos e o suporte técnico a estes empreendimentos com o objetivo de transferir tecnologias e atingir graus mais elevados de desenvolvimento socioeconômico com foco numa necessidade social especifica.

As metodologias que dinamizam o processo de incubação variam de caso para caso, não apresentando uma forma acabada nem convergências de tempos, etapas e outros elementos; mas, de maneira geral, compreendida de três fases as quais não são, necessariamente, distribuídas em partes iguais, em tempos e ações: pré-incubação, incubação e desincubação.

A primeira etapa, chamada geralmente de pré-incubação, demarca relativamente os primeiros contatos do processo de orientação da incubação. Considera-se uma etapa relevante para os entendimentos iniciais que marcam uma empatia necessária para fluir a confiança da relação que está por se estabelecer; inicia-se um diálogo entre os trabalhadores diretamente envolvidos no processo de criação e desenvolvimento de cada iniciativa. Alguns elementos se apresentam elencados ao longo do processo em ordenamento diverso, mas destaca-se: levantamento da trajetória das atividades desenvolvidas por cada participante, bem como motivos que o faz participar do grupo; formação necessária; discussões sobre Economia Popular e Solidária, bem como cooperativismo e associativismo; análise do comportamento do grupo frente e no decorrer das atividades que serão desenvolvidas no que se refere ao atendimento de forma a satisfazer aos clientes ou consumidores conscientes; discussão sobre a possibilidade da relação em rede com outras iniciativas, inclusive agentes colaboradores, financiadores ou fomentadores.

A segunda etapa do processo de incubação integral da iniciativa consiste na incubação propriamente dita, momento em que, segundo Culti (2002), se desenvolvem as habilidades e se extraem as capacidades no âmbito da gestão e do desenvolvimento das potencialidades técnicas dos envolvidos no empreendimento. Nesta etapa, os níveis de educação – suas articulações para o processo educativo de trabalho em torno do conjunto das atividades – fazem elencar alguns elementos: orientações técnicas; orientações administrativas ou de gestão; elaboração dos instrumentos diretos internos da iniciativa (estatuto, regimento ou coisa parecida); registro jurídico da iniciativa; orientação nos estabelecimento das relações, visando a garantir autonomia e estabilização no ramo de atividade escolhida e a avaliação do grau de desempenho e autonomia do grupo.

Finalmente, mas não finalizando completamente o processo – pois continuam os laços, e estes são importantes na articulação com outras iniciativas e agentes –, entra-se na terceira etapa do processo, momento em que a cooperativa, de fato, se constitui. Nesta etapa, a incubadora começa a sair das atividades cotidianas da cooperativa, objetivando garantir a autonomia e independência da mesma, acompanhando-a em períodos cada vez mais longos entre uma atividade e outra até a completa desincubação.

Com efeito, este processo todo integra a lógica da Economia Popular e Solidária em dimensões, princípios e práticas, unificando-se como um processo de Desenvolvimento Local Solidário em que todas as organizações populares se articulam numa espécie de pré-incubação, incubação e desincubação da localidade em todo seu processo histórico de desenvolvimento, segundo Gaiger (2003), ainda que seja em campo de convivência conflituosa no modo de produção capitalista.

Neste contexto, as políticas públicas que articulam elementos da educação popular vislumbram melhores perspectivas na linha desta economia, porque essa educação desenvolveu um respeitável percurso no Brasil, a partir de um conjunto de práticas e experiências orgânicas às classes populares, no chão das fábricas, nos sindicatos, nas comunidades de base, no campo, na cidade e na floresta, com os mais diferentes grupos, especialmente os pobres, os excluídos e os trabalhadores e também em experiências que se realizam no âmbito da educação formal e da institucionalidade de governos municipais, estaduais e federal e, especialmente, com a contribuição das universidades.

Assim, a educação popular como base para as políticas públicas reflete um novo momento na valorização destas práticas que acontecem dentro e fora dos governos municipais, estaduais e federais, mas, encontra nos processos de incubação a orientação ampla e desapegada da perspectiva unicamente mercadológica ou formativa tradicional.

As políticas públicas, portanto, terão a incumbência de criar um conjunto de elementos que permitam a identificação de práticas de educação popular nos processos educativos diversos, estimulando a construção de políticas emancipatórias, embora sua viabilidade se coloque como um desafio para os setores governamentais e da sociedade civil.

4 O PROGRAMA INCUBADORA DE INICIATIVAS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA UEFS E OS ELEMENTOS ESTRATÉGICOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA-BA

A compreensão sobre os elementos articulados pelo Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS como estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário pressupõe entender que o município de Feira de Santana, embora dominado pela economia tradicional devido ao processo industrial bem avançado nas diversas áreas e seu forte potencial de negócios em todos os setores econômicos, tem raízes históricas forjadas nas atividades populares que são fortes e renovadas nas feiras livres, a exemplo do movimento de trabalhadores feirantes, ambulantes, camelôs ou informais. Neste contexto, segundo Cruz (1999), o crescimento industrial na década de 1970 e de parte dos anos 1980 vem acompanhado de atividades do setor terciário, mas com forte ligação e valorização de terras rurais e urbanas.

A construção civil e a urbanização comercial foram empreendidas na trilha dos investimentos governamentais que ingressaram em algumas cidades do interior, mudando, principalmente, a fisionomia urbana. Com recursos públicos foram construídas avenidas, conjuntos residenciais urbanos populares, atendendo de maneira substancial ao capital especulativo imobiliário, dinamizando – além de outras diversas atividades –, o mercado de terrenos urbanos e rurais locais.

Com isso, denota-se no movimento do capital que fez de Feira de Santana o grande atrativo comercial e de negócios, uma “desconcentração centralizada” de capital transportado para municípios estratégicos. Entretanto, observa-se o destaque dado para o empenho por parte do poder público local e de outras esferas governamentais para viabilizar tal intento no documento PDLI/1968, disponível para estudos sobre o planejamento econômico de Feira de Santana no PIEPS/UEFS. Por outro lado, quanto aos setores populares, o que se vê é a expressiva precarização do trabalho e das suas atividades representadas no crescimento significativo das feiras livres e do aumento do número de camelôs, feirantes e vendedores ambulantes. É o que foi observado nos diversos diálogos possibilitados pelo e com o SINDICAME no ambiente do PIEPS/UEFS, bem como em outros espaços deste município como Câmara de Vereadores, Clube de Dirigentes Lojistas (CDL) e Casa do Trabalhador, conforme documentos atas de reuniões, audiências e seminários.

Dessa maneira, desde a década de 1990, de acordo com pesquisa realizada por Cruz (1999) sobre o processo econômico imprimido neste município, apontava-se para o não atendimento das expectativas empresariais futuras decorrentes do movimento de desconcentração centralizada de capital praticado na década de 1970 nesta localidade. Isso ocorreu em virtude da falta de mobilização dos segmentos locais em representações organizadas de classes civis nas cooperativas como organização de pessoas que assistiam a transformação de setores para atendimento aos interesses externos e não se manifestaram em contrário a contento. Um exemplo disso foi a entrada da Parmalat na economia local, empresa multinacional de alimentos, quebrando a cadeia produtivas feirenses do leite, na época uma das maiores da Bahia, e a Cooperativa Central de Lacticínios da Bahia (CCLB) não reagiu conforme esperado, como também não foi suficiente a reação nos sindicatos e associações de todos os segmentos da sociedade feirense em defesa de um desenvolvimento com as predisposições locais, capaz de enfrentar ou ao menos dificultar o acesso do movimento internacional e nacional dos grandes centros de concentração de capital.

Há muitos anos Feira de Santana vem sendo um dos municípios que mais crescem economicamente no Estado da Bahia. Impulsionado pelo contínuo desenvolvimento do comércio e dos serviços que o credencia a ser um dos maiores do Brasil – ocupando o 31º lugar em PIB de uma economia local, maior do que algumas capitais do país – representa, atualmente, a 4ª economia do Estado e a 2ª maior cidade em população, segundo o IBGE/2010. É um centro de atração de investimentos de megacorporações, de produção de riquezas industrializadas e de alta produtividade econômica com garantia de lucratividade acima das médias regionais e nacionais, registrando crescimento médio de 7,2% entre os anos de 2002 a 2009.

Paradoxalmente, trata-se de um crescimento que não é usufruído por uma parcela significativa da população que tem baixa qualificação profissional, faixa etária ingressante no processo produtivo jovem, com idade avançada, além de analfabetos e semialfabetizados que são obrigados a participarem das feiras livres espalhadas por toda parte da cidade. Estes permanecem por longos períodos às margens do crescimento e desenvolvimento econômico, reproduzindo-se à revelia dos benefícios governamentais e mercadológicos que uma economia dessa natureza poderia proporcionar.

Ressalte-se, entretanto, que, em decorrência da não distribuição das riquezas oriundas deste crescimento, processam-se consequências tais como a falta de qualificação para o trabalho, escolarização deficiente, saúde precária, mobilidade urbana de má qualidade,

exatamente no *boom* da sequência do crescimento econômico, momento em que, de modo geral, necessita-se de uma população ativa em boas condições para o trabalho produtivo.

Assim, o município de Feira de Santana carece de políticas públicas, programas e iniciativas que busquem a consolidação de oportunidades que possibilitem a inserção socioprodutiva desses grupos marginalizados, além de estabilidade (segurança e tranquilidade nos empregos) para a massa de trabalhadores mais qualificados e inseridos no mercado de trabalho.

O município de Feira de Santana está situado na região do semiárido do estado da Bahia, sendo cortado pelas BRs 101, 116 e 324, distante 108 km da Cidade de Salvador. Possui uma população de 556.642 mil habitantes, a taxa média geométrica de crescimento anual é de 1,47% e a densidade demográfica é de 416,03. Este município possui mais mulheres (52,72%) do que homens (47,42%); negros e pardos somam 75,80%, brancos 23,07% e outros 1,13% segundo dados do IBGE em 2010; do total de habitantes, 91,7% vivem na zona urbana e 8,3% na zona rural.

Alguns indicadores como densidade urbana, renda, pobreza e desigualdade mostram a contradição em relação aos investimentos pesados na industrialização, desde a década de 1970, para elevar o município à "modernidade", ao "progresso" e ao patamar de "desenvolvimento" das principais cidades do país e do mundo. Não tem apresentado nada de diferente do que ocorre no processo centro/periferia, ordenado pela centralização de capitais em continentes industrializados do mundo capitalista.

Nesta perspectiva, como se vê na Tabela 1, a renda per capita é baixa, em níveis de nações de altos índices de desemprego. A proporção de pobres aliada ao Índice de Gini, que indica a distância entre ricos e pobres, é alarmante em níveis indicados pela ONU como de nações em linha abaixo da pobreza aceitável, apesar da redução considerada no período de 1991 a 2000.

Tabela 1 – Renda, Pobreza e Desigualdade - Feira de Santana - BA

	1991	**2000**	**2010**
Renda per capita	317,02	412,85	662,24
% de extremamente pobres	21,51	14,74	5,38
% de pobres	46,97	35,88	15,80
Índice de Gini	0,61	0,61	0,60

Fonte: Pnud; Ipea; FJP (ATLAS..., 2013).

Esses indicadores em nada representam uma condição de atendimento das liberdades necessárias às diversas frentes atinetes à vida dos sujeitos, como econômicas, políticas,

sociais, religiosas, entre outras indicadas por Sen (1999) como necessárias ao desenvolvimento. Ressalte-se que desenvolvimento não se define por aumento eventual ou esporádico de renda resultante, mas por um constante processo de melhoramento das condições de vida sobre diversas dimensões. Paradoxalmente, segundo uma nova definição, aprovada por uma comissão da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) divulgado no Jornal Folha de São Paulo em 29/05/2012 (CRUZ, 2012), as pessoas com renda familiar *per capita* entre cerca de R$ 291,00 e R$ 1.019,00 são as que formam a classe média brasileira. De acordo com a secretaria, essa classe representa 54% da população brasileira e é a maior do país. Dentro dessa classe média, foram definidos três grupos: a baixa classe média – com renda familiar *per capita* entre R$ 291,00 e R$ 441,00; a média – com renda familiar *per capita* de R$ 441,00 a R$ 641,00 e a alta classe média, cuja renda familiar *per capita* fica entre R$ 641,00 e R$ 1.019,00. Com efeito, para essa Secretaria, a classe alta estaria recebendo acima de R$ 1.019,00 e também foi dividida em dois grupos: a baixa classe alta ficaria entre R$ 1.019,00 e R$ 2.480,00 e a alta, que fica acima deste valor. Por outro lado, os extremamente pobres têm renda *per capita* familiar até R$ 81,00 e os pobres, de R$ 81,00 a R$ 162,00. Neste sentido, ainda segundo a SAE, para definir os grupos de consumidores, foi usado o critério de vulnerabilidade, que considera a chance de o brasileiro de determinada classe social voltar à condição de pobreza.

Em Feira de Santana, segundo o Clube de Diretores Logistas (CDL, [201-]), a informalidade chega a 47,5% em 2004. Diante desta realidade generalizada, indaga-se: como pode uma família, ou até mesmo uma pessoa isoladamente, planejar-se para o futuro numa pespectiva de desenvolvimento humano, nas proposições de Sen (1999), vivendo esta realidade socioeconômica instável em que num dia tem emprego e no outro não?

Com efeito, o panorama socioeconômico do município de Feira de Santana mostra elementos compatíveis com as iniciativas de Economia Popular e Solidária presentes nos 75.496 (setenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e seis) trabalhadores, correspondente a 47,5% da chamada informalidade (SEI/IBGE, 2004), dividida entre autônomos, que por certo compreendem, também, os aproximadamente 18 mil feirantes, ambulantes ou camelôs envolvidos em alguma atividade que propicia a manutenção das feiras livres (segundo estimativa do SINDICAME, 2012) e, também os envolvidos com a Economia Popular e Solidária.

A Tabela 2 mostra as diversas atividades desenvolvidas no município, bem como a expressiva representação do setor privado, com 63,31% das ocupações correspondentes ao comércio e serviços, de uma forma geral, o que indica o setor industrial não ser o sustentáculo

da ocupação de trabalhadores, pois a despeito dos grandes investimentos públicos auferidos, ocupa apenas 20,15% dos trabalhadores.

Tabela 2 – Pessoal ocupado no mercado formal de trabalho, por setor de atividade econômica, no município de Feira de Santana, Bahia – 2008

SETOR DE ATIVIDADE	2008	PROPORÇÃO
Extrativa mineral	124	0,13%
Indústria de transformação	16.786	20,15%
Serviços industriais de utilidade pública	797	0,90%
Construção civil	5.834	7,00%
Comércio	29.009	34,80%
Serviços	23.792	28,51%
Administração pública	5.973	7,16%
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	1.128	1,35%
Total	83.443	100,00%

Fonte: Ministério do Trabalho/RAIS, 2009.

Ao longo dos anos, as organizações industriais e comerciais formais do município contaram com o apoio irrestrito do poder público local que sempre, em nome da modernização da cidade, transferia as feiras de um lugar para outro, extinguiam-nas por decreto, transferiam-nas para locais distantes do centro da cidade. Utilizava-se o argumento estereotipado de que as feiras livres eram práticas medievais sujas e mal cheirosas, não condizentes com a realidade da modernização e do progresso, ainda que, historicamente, mostrem-se como espaços populares de pequenos negociantes livres e de trabalhadores subalternizados, invisíveis e precarizados.

Segundo Moreira (1996), as origens das feiras livres remontam à tendência natural de o município sediá-las, pois a história da sua formação se dá a partir da comercialização de animais e produtos oriundos da zona rural e que atendia à população de toda a região circunvizinha. A pecuária leiteira, criação e engorda de gado eram as atividades produtivas de maior destaque e, devido ao fluxo de pessoas que periodicamente circulavam por esta localidade, surgiu um pequeno arraial que se transformou em uma feira semanal, dando início à história de uma cidade que hoje é marcada, dentre outras coisas, pela sua importância econômica na região e no estado.

O tal “progresso”, iniciado na década de 1970, entretanto, destruiu grande parte das formas locais e naturais de produção, constituídas dos fluxos de produção rural e escoamento na própria cidade (feira local), na medida em que impunha as trocas por produtos

industrializados advindos de outras regiões, a exemplo das frutas, farinha de mandioca, carnes, leite, entre outros produtos.

A feira livre, porém, é um ambiente de comercialização de produtos e um espaço onde as culturas regionais e locais são criadas e/ou expostas, preservadas e cultuadas pela comunidade através de diversas manifestações populares e articulada à sua economia local. Neste sentido, apesar do destaque nos jornais da cidade e em documentos oficiais do município, observa-se que o que mais provoca indignação no feirante é a maneira como o poder público vem tratando a feira livre ao longo dos anos[15].

Argumenta que não há, por parte do poder público municipal, interesse em fazer um projeto que ofereça infraestrutura adequada para comercialização dos produtos a serem expostos na feira, ou até mesmo que proporcione o bem estar do consumidor ou visitante. O presidente da associação de feirantes diz esperar que as autoridades locais se sensibilizem quanto à real condição em que se encontram os feirantes, sem serviços de saneamento e água tratada, de eletricidade, convivendo com esgotos ao céu aberto, sem cobertura suficiente para proteger-se, enfim, sem os mínimos recursos necessários para a comercialização dos seus produtos.

A atual situação das feiras livres demanda intervenções corretivas e preventivas que resultarão em uma melhoria do atendimento através das adequações da base física e do ordenamento logístico, melhoria das condições higiênicas sanitárias e da consequente qualidade dos produtos ali comercializados, elementos decisivos para a reconquista e conquista de novos participantes e ou clientes, além da melhora na autoestima do trabalhador feirante, ambulante ou camelô.

Com efeito, a história do município confunde-se com a própria história da feira livre que também tem evoluído na quantidade e qualidade de seus produtos, fornecedores, consumidores, bem como participantes diversos. Não permite, entretanto, que se confunda feira livre com bagunça ou algo desprovido de limpeza e higiene. Fonte de sobrevivência para centenas de famílias, a feira movimenta um grande volume de mercadorias e, por conseguinte, de recursos financeiros que, devido à sua característica natural de preferência pela "informalidade" e grau de organização despreocupado, é pouco provável que se identifique de forma precisa o total exato de dinheiro que circula em torno dela.

O poder público tem adotado uma postura gerencial, empreendedora, diante das decisões e prioridades nas escolhas mediante a alocação ótima dos recursos e das ações

[15] Segundo informou o presidente da Associação da Feira da Estação Nova, que agrega juntamente com mais três outras associações de feirantes, aproximadamente, 3000 (três mil) associados.

governamentais, tendo em vista um processo de globalização, cujas mudanças tecnológicas impõem uma nova cultura: a do cotidiano agitado e da acirrada disputa pela sobrevivência individual no seio de uma sociedade marcada por suas largas desigualdades e exclusão social. Por isso o interesse em oferecer a alguns feirantes, através de parceira com o SEBRAE, a mudança de ramo de feirante para empreendedor individual ou espaço no comércio lojista formal vem sendo veladamente forçado.

Dessa maneira, tal transformação quase sempre não tem sido eficaz, pois o número de trabalhadores feirantes, camelôs ou ambulantes só tem aumentado. Faz-se necessária uma política pública que abrigue desde saneamento básico – que integre ruas e avenidas da cidade – contemplando acessibilidade, segurança, limpeza, autogestão das iniciativas, criação ou fortalecimento das associações e cooperativas de feirantes, entre outras medidas, mantendo, entretanto, as características de trabalhadores livres que não imponha ser nem ter patrões.

No intuito de possibilitar outras oportunidades a segmentos marginalizados pelas regras estabelecidas pelo mercado de trabalho tradicional, com outra opção de trabalho que prime pela autogestão e ação coletiva, o Programa Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária (PIEPS) da UEFS incubou uma cooperativa de trabalho e implementou, no espaço de alimentação Cantina do VII Módulo, um projeto de Incubação de Iniciativas Econômicas Populares Solidárias que trabalha com alimentação para o público interno da comunidade universitária[16], que possibilita, potencialmente, a atividade como espaço integrado de aprendizagem na perspectiva do trabalho coletivo, cooperação, solidariedade, associação, entre outros princípios, visando ao desenvolvimento de ações de melhoramento da autoestima, empoderamento e capacitação profissional, com vistas à inserção socioprodutiva e à promoção da cidadania. Esse projeto desenvolvido na UEFS, entretanto, não está descolado de outras iniciativas ou dinâmicas de diversos agentes que pensam um movimento socioeconômico ou processo de desenvolvimento que considere e articule elementos orgânicos ao histórico de lutas e dificuldades dos munícipes. Têm-se ações específicas também de economia popular.

[16] Parte da comunidade universitária aprecia o consumo consciente de produtos e serviços da Economia Popular e Solidária.

4.1 A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA-BA

O município de Feira de Santana nunca foi uma localidade pensada politicamente de forma autônoma, segundo suas características próprias como posição geográfica estratégica de entroncamento rodoviário, entreposto comercial, história socioeconômica construída com bases no comércio, agricultura e feira livres em diversas áreas, forte cultura popular, diversidade religiosa, entre outros aspectos, referentes à centralidade do seu território no semiárido, elementos que reforçam a lógica da Economia Popular e Solidária na perspectiva do desenvolvimento local.

O poder público deste município, entretanto, sempre elegeu como prioridade a importação do "progresso", a implantação do desenvolvimento de forma exógena, a mudança de perfil sócio econômico. Age como se não houvesse aceitação das suas origens rurais e das feiras livres em detrimento dos grandes mercados em relação às vantagens comparativas, seja a vantagem competitiva, conforme Porter (1993).

Com efeito, em que pese ter sido a primeira cidade do país a organizar um Plano de Desenvolvimento Local Integrado (1968) e nele terem sido apontadas as potencialidades acima descritas como contradição ao que se pretendia a partir dele: o "progresso" via industrialização de desconcentração centralizada. Verifica-se uma fundamentação que reforça este argumento, qual seja não ter sido pensada de forma diferenciada de acordo com sua aptidão, conforme se verifica a seguir:

> A forma teórica de abordar, de maneira integrada, os problemas de uma comunidade local como seja uma cidade, não encontra – dentro das ciências sociais e quando se trate de área subdesenvolvida – abordagem conceitual e modelos definidos e consagrados. Em tal contexto, a não ser como sujeita aos conceitos e leis gerais daquelas ciências, a cidade, como unidade de análise, poucas vezes foi abordada ou teorizada em termos claros e definidos. (PDLI, 1968, p. 11)

Embora não tenha sido encampado por este município um projeto político de planejamento que leve em conta todo o contexto histórico, socioeconômico, político e cultural, não quer dizer que não existam manifestações de elementos que corroboram para uma economia organizada a partir dos setores populares na perspectiva do Desenvolvimento Local Solidário. São notórias a presença de elementos, agentes e iniciativas que afirmam esta perspectiva.

Neste sentido, além do levantamento feito na pesquisa documental no PIEPS/UEFS sobre os agentes ou iniciativas que participam do processo de orientação da Economia

Popular e Solidária que representa, além de uma elevada quantidade, uma variedade de tipologias organizativas, muitas delas grupos não formalizados (ver Tabela 3).

Tabela 3 – Organização da Economia Solidária em Feira de Santana

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	QUANTIDADE
Grupo informal	19
Associação	5
Cooperativa	2
TOTAL	26

MTE/SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Relatórios do SIES 2005/2007. Dados do município de Feira de Santana.

Ressalte-se os aspectos relativos à grande força de trabalho empregada na informalidade, 47,5% dos trabalhadores (IBGE/2010) e/ou, de forma autônoma, nas cinco ou seis grandes feiras livres que ocupam, aproximadamente, 18 (dezoito) mil trabalhadores que se submetem à precarização daqueles espaços sem se furtar às demonstrações da sua história e relações culturais (cantorias, samba de roda, cordel, comidas típicas, trocas não monetárias, feira do rolo, etc.) que remontam à origem histórica do município, conforme (SINDICAME, 2012).

O trabalho de ambulante, camelô ou feirante, entretanto, comunica-se de forma aproximada com a Economia Popular e Solidária, ainda que não disponha de orientação neste sentido, tendo em vista as relações amigáveis e os laços de solidariedade que circundam o ambiente das feiras. Têm promovido, de forma voluntária, a associação (são em média oito associações de trabalhadores feirantes, ambulantes ou camelôs formalizados ou não) e a cooperação (setenta e cinco cooperativas formais) entre estes trabalhadores.

Na Economia Popular e Solidária no Brasil, levando em consideração dados do Ministério de Trabalho e Emprego (Secretaria Nacional de Economia Solidária), foram identificados no mapeamento do SIES/2007, 21.859 empreendimentos econômicos solidários em diversas áreas. Esses números em percentuais estão distribuídos pelo Brasil da seguinte forma: 41% dos municípios brasileiros já praticam de alguma forma a Economia Popular e Solidária, mesmo muitas vezes sem se dar conta. A região Nordeste segue liderando no que diz respeito à prática solidária nos negócios com 9.498 (44%) dos empreendimentos solidários. Em seguida, tem-se a região Sudeste com 3.912 (18%), Sul com 3.583 (16%), a região Norte com 2.656 (12%) e a região Centro-Oeste com 2.210 (10%). Esta economia movimenta, aproximadamente, 1.800.000 (um milhão e oitocentas mil) pessoas. Quanto às tipologias organizativas são 11.326 associações (52%), 7.978 grupos informais (36%), 2.115

cooperativas (10%), e 440 outras formas (2%). São números que mostram que esse movimento não é algo desprezível economicamente como argumentam alguns estudiosos da macroeconomia tradicional.

Este perfil mostra que esta economia tem sido uma importante orientação aos trabalhadores das comunidades pobres, daqueles que preferem outra forma de organização do trabalho, bem como outros excluídos, em relação às flexibilizações trabalhistas neoliberais ocorridas no mundo do trabalho (ANTUNES, 2007). São, portanto, milhares de organizações coletivas preparadas sobre formas de autogestão que realizam atividades de produção de bens e de serviços, créditos e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário. A atuação das cooperativas se mostra dinâmica em Feira de Santana, pois seu raio de ação abrange diversas áreas.

Tabela 4 – Cooperativas do município de Feira de Santana por área de atuação – 1970 a 2011

ÁREA	**SERVIÇOS ESPECÍFICOS**	**REPRESENTAÇÃO**	
		QUANTIDADE	*%*
Saúde	Médicos, Enfermagem, Odontológicos, Psicologia e Serviços Sociais.	15	20,0
Transporte	Transporte de passageiros, cargas, serviços de taxi e mototáxi.	14	18,7
Habitação	Serviços de engenharia, Projetos e consultoria em obras civis.	09	12,0
Agricultura	Consultoria, orientação, cursos, oficinas, produção e comercialização.	09	12,0
Educação	Consultoria, pesquisas, cursos, oficinas, treinamentos e capacitações.	08	10,7
Alimentação	Produção e distribuição de carnes, leites e seus derivados.	05	6,7
Crédito	Créditos diversos, rurais e para serviços médicos, economia solidária.	04	5,3
Artesanato	Artefatos da cultura local, artigos de couro, pano, barro.	03	4,0
Serviços Gerais	Serviços de limpeza, manutenção geral.	03	4,0
Reciclagem	Papel, plástico, eletrônicos, químicos.	02	2,7
Serviços Segurança	Serviços de segurança.	01	1,2
Serviços Mecânicos	Serviços de oficina mecânica.	01	1,2
Indústria	Fabricação de material esportivo.	01	1,2
		75	100

Fonte: Elaboração do autor a partir do IEPS/UEFS e Catálogo de Cooperativas do Estado da Bahia (SETRE, BAHIA, 2012).

A Tabela 4 demonstra que, além do aspecto quantitativo que posiciona o município com um dos maiores números destas tipologias no estado, que o trabalhador feirense está disposto a realizar o trabalho coletivo, a autogestão, a cooperação, as relações solidárias de

produção, bem como, no aspecto qualitativo, a variedade de áreas de atuação desde a organização do primeiro PDLI, elaborado no início da década 1970.

Nesse contexto, o município de Feira de Santana foi palco de outras experiências relevantes. Por conta do caráter mobilizador e articulador dos agentes ou iniciativas, dos conhecimentos e saberes que envolvem a economia popular e solidária, tem-se relato sistematizado que se vincula ao I Fórum de Debates com a participação dos Bandameiros, envolvendo diretamente a UEFS, no ano de 2000.

O processo de organização e o evento contaram com a presença de 120 Bandameiros do Aterro Sanitário de Feira de Santana e de representantes de várias Instituições e/ou espaços dialógicos: Fórum de Lixo e Cidadania, Centro das Indústrias do Subaé, Caixa Econômica Federal, Agenda 21, Centro de Recursos Ambiental – CRA (órgão do Meio Ambiente do Estado da Bahia), Subdelegacia do Trabalho, Ministério Público, Fundação Nacional de Saneamento – FUNASA, Irmãs Salvatorianas, Faculdade de Tecnologia e Ciência – FTC, CONDER, Prefeitura Municipal de Feira de Santana e Universidades.

Esse conjunto de instituições reunidas na perspectiva do trabalho cooperado e coletivo marcou, portanto, o início de um movimento de estudos organizados pela Equipe de Educação Ambiental da UEFS, que atualmente mobiliza professores extensionistas, pesquisadores e estudantes na direção de um movimento solidário de relações de produção (CAMPOS, 2005), algo muito parecido, portanto, com o que vem protagonizando o Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS desde o ano de 2008. Certamente, todo esse movimento não é apenas coincidência, é uma lógica multidisciplinar, transdisciplinar e interdisciplinar, articulando-se em volta do conhecimento geral, do conhecimento popular, dos saberes e do conhecimento local neste município.

Finalmente, um estudo relevante a respeito do desenvolvimento do município de Feira de Santana, talvez a mais completa sistematização – embora não se trate de Economia Popular e Solidária –, é a pesquisa de doutoramento do Professor pesquisador da UEFS, Dr. Rossine Cerqueira Cruz (1999). Nela, discute-se a relevância da inserção produtiva deste município na desconcentração centralizada da industrialização propiciada por uma dinâmica mundial da década de 1970. Esta foi, contraditoriamente, aplicada de forma exógena numa demonstração clara de contra-aptidão para o desenvolvimento local que aspirava por outra perspectiva, segundo características e formas produtivas próprias, cujas implicações mobilizariam a comunidade local em cooperativas, associações e outras formas de mobilização da economia local.

Assim, observa-se a presença da Economia Popular e Solidária como estratégia de Desenvolvimento Local Solidário no município feirense, especialmente como resposta à solicitação dos movimentos sociais e da diversidade de atividades populares amparadas nas dimensões políticas, sociais, culturais, educacionais e econômicas contempladas em outro modelo de desenvolvimento que vem se manifestando em iniciativas de Economia Popular e Solidária desde o final da década de 1990. Mais precisamente no período de 2008 a 2012, no Programa de Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS, pois vislumbram neste programa respaldo e potencialidades organizativas para o mundo do trabalho ora representado organizativamente pela autogestão e cooperação em vários ramos de atividades.

4.2 ORIGEM E ESTRUTURA DO PROGRAMA DE INICIATIVAS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA – IEPS/UEFS

A Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária – IEPS-UEFS constitui-se em um programa interdisciplinar de caráter permanente, desenvolvido por servidores docentes e técnicos administrativos, bem como discentes da Universidade Estadual de Feira de Santana, com participação, também, da comunidade externa. Desenvolve projetos de extensão e/ou pesquisa e outras atividades de caráter continuado junto à comunidade externa e se constitui um espaço para a produção e socialização de conhecimento técnico e científico, para a articulação de saberes local e de políticas públicas para o diálogo, para o desenvolvimento de tecnologia social, estimulando a geração de trabalho e renda através de processos de incubação.

No processo de incubação, a IEPS-UEFS adota os fundamentos da Economia Popular e Solidária visando à integração solidária dos sujeitos, colocando como valor principal o trabalho. São mantidas atividades de interação com a comunidade externa: produtores rurais e urbanos, movimentos sociais, ONGs e instituições diversas com o objetivo de promover a articulação de redes socioeconômicas de produção, comercialização e consumo que impulsionem o desenvolvimento local e regional e possibilitem aos empreendimentos econômicos solidários o acesso às tecnologias que agreguem valor aos produtos/serviços[17].

[17]As ações da IEPS-UEFS são desenvolvidas prioritariamente junto às comunidades do Território Portal do Sertão, contudo, ações em outros territórios de identidade poderão, também, ser desenvolvidas, como de fato já aconteceu no município de Teofilândia (BA), Irará (BA), Santa Bárbara (BA) e Itiúba (BA), entre outros.

Segundo o exposto, no processo de incubação, a universidade vem estreitando e deve estreitar ainda mais sua relação com a comunidade que a cerca e, além disso, buscar a transformação efetiva das condições de vida da sua população. Os preceitos do Programa rezam que a instituição universitária precisa sair dos seus "muros" e desmistificar o conceito de que só nela é possível produzir conhecimento. É preciso desmistificar também outro conceito de que a extensão se constitui apenas na difusão do conhecimento produzido através da pesquisa, não resta dúvida de que, ao se fazer extensão, articula-se e produz-se conhecimento e integra-se saberes diversos.

Partindo de tal perspectiva, a anteriormente denominada Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UEFS (ITCP/UEFS) iniciou suas atividades em 2008, no início como projeto de pesquisa e extensão apoiado pela FAPESB/SETRE/SESOL, contando com uma equipe interdisciplinar de docentes, discentes e técnicos, advindos de alguma experiência realizada com cooperativismo ou associativismo.

O referido Projeto visava, especialmente, à instalação e consolidação de uma Incubadora de Cooperativas Populares. Para isso, ao mesmo tempo desenvolveram-se atividades de incubação junto a um grupo de mulheres produtoras de gêneros alimentícios no bairro da Queimadinha em Feira de Santana, além de diversas outras ações pontuais no âmbito da própria Universidade, sempre com o intuito de disseminar e fortalecer práticas relacionadas à Economia Popular e Solidária, a exemplo da Feira do Semiárido e da implementação do Projeto Cantina Solidária da UEFS.

Neste ínterim, parcerias importantes foram construídas com as universidades UFRB, UNEB, UCSAL, além do Centro Público de Economia Solidária/SETRE, entre outras, ficando explícita a elevada demanda por apoio no âmbito do Território do Portal do Sertão, através da classificação das iniciativas para participação dos diversos eventos, feiras e outras atividades realizadas na UEFS (UEFS, 2012 – Anexo) e da própria construção do projeto da feira de economia popular e solidária e agricultura familiar na UEFS em parceria com 17 (dezessete) municípios [18]. Percebe-se, contudo, que na UEFS as ações, neste âmbito, embora muito significativas, eram, à época, ainda pouco articuladas, mostrando-se necessária a criação de uma estrutura que pudesse abrigar as diversas iniciativas nas variadas áreas de

[18] Esses 17 municípios, com aproximadamente duas entidades de cada um, associações/grupos articulados pela incubadora organizaram ou construíram o projeto da Feira de Economia Popular e Solidária e Agricultura Familiar na UEFS, em tramitação para financiamento, e também outros projetos menores, além de diversas ações conforme quadro de documentos em apêndice. Inclusive e, principalmente, foram criados critérios de classificação para as iniciativas participarem da referida Feira, cujas ações e critérios também serviram de base para seminário de seleção de bolsistas da IEPS e para seleção de iniciativas que vieram e estão vindo acessar os processos iniciais de incubação na UEFS.

conhecimento. No entanto, nesta perspectiva, estamos – através da Rede UNITRABALHO – avançando num relevante trabalho em rede que articula as iniciativas realizadas pela UEFS, a UFRB e a UNEB.

Não é demais ressaltar, entretanto, que a UEFS possui um amplo potencial em diversas áreas do conhecimento: centenas de pesquisadores, milhares de estudantes e funcionários, núcleos e projetos de pesquisa e extensão, além de uma ampla infraestrutura de laboratórios que podem ser articulados para o atendimento de demandas no âmbito da Economia Popular e Solidária. Foi iniciado um trabalho intersetorial a partir do envolvimento de membros dos projetos inseridos em diversos cursos de extensão e outras atividades.

Assim, pretendendo constituir-se em um agente de caráter permanente que direcione e potencialize todos estes recursos e ajude a definir e consolidar uma concepção de extensão no sentido de possibilitar à universidade o exercício pleno da sua função social. A partir de 2012 a Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS (IEPS-UEFS) assume o caráter de programa institucional, atraindo projetos de pesquisa e extensão que guardem correlação com os seus princípios, além de atuar como potencializadora de atividades e políticas institucionais que visem a disseminação dessa perspectiva econômica e social (UEFS, 2012).

A Tabela 5 dispõe sobre a composição da equipe que conduz o PIEPS, demonstrando a quantidade de profissionais, área de formação, titulação e instituição a que pertence. Ressaltamos que a participação voluntária é prevista na sua carta de princípios e em algumas atividades pontuais, especialmente em projetos de incubação, os quais têm, com bastante frequência, pessoas da comunidade externa, bem como de outras instituições. Entretanto, por diversos motivos como falta de curricularização da extensão, dificuldade quanto à atuação em educação popular, baixa remuneração, crescimento de encargos relativos à administração ou burocracia acadêmica e do ensino da graduação, desmotivação política entre outros ainda é muito inconsistente a presença de professores orientadores para se contar definitivamente no processo de trabalho, tendo em vista a diversidade de áreas demandadas (elaboração e acompanhamento dos Planos de Trabalho).

Tabela 5 – Equipe da Incubadora

QUANTIDADE		CATEGORIAS	ÁREAS	TITULAÇÃO	INSTITUIÇÃO
	04	Professores	Direito Economia Engenharia Civil Engenharia de Alimentos	Mestre Mestre Mestre Doutor	UEFS
	02	Tec. Administrativo	Contador Economista	Especialista Mestre	UEFS
	02	Estudantes	Economia Pedagogia	Graduando Especialista (Mestrado)	UEFS
	05	Voluntários	Administradores Economistas Engenharia Civil	Graduação	UEFS
Total	**13**	**04**	**06**	**04**	**01**

Fonte: Elaborado pelo autor, 2012.

Percebe-se uma diversidade de áreas de formação, bem como de atuação profissional e, também, que o número de pessoas (orientando e orientadores) é muito pequeno em decorrência da demanda apresentada. É preciso atender aos 5 (cinco) projetos dos grupos que vêm sendo acompanhados, os quais possuem um número aproximado de 190 (cento e noventa) pessoas diretamente vinculadas[19]. No processo de incubação, foram demandados planos de trabalhos em uma quantidade de áreas maior do que a que está disposta no quadro apresentado. Além disso, as áreas existentes detectadas nos processos de incubação vigentes comportam a demanda interdisciplinar para conhecimentos da psicologia, serviço social, informática, entre outras, ainda não disponíveis no grupo. Ressalte-se que a real possibilidade de ampliação das atividades é a de dobrar o número de participantes no ano de 2014 em decorrência dos docentes afastados para mestrado (1) e doutorado (3) que retornarão a seus postos, e com isso será aumentada a quantidade de professores para trabalhar nos processos de incubação, bem como dos Planos de Trabalhos (8) de pesquisa e extensão em tramitação nas Pró-Reitorias de pesquisa e extensão relacionadas à incubação.

Destaca-se, dentre os objetivos do IEPS-UEFS, estimular a geração de trabalho e renda de iniciativas da Economia Popular e Solidária visando à construção da autonomia dos sujeitos envolvidos no processo e sua inserção econômica e social, contribuindo para o desenvolvimento econômico local e regional, consolidando um espaço para realização de trabalhos por parte dos servidores docentes, técnicos, discentes (bolsistas ou voluntários), com a articulação do tripé ensino-pesquisa-extensão. Também fortalecer as ações institucionais

[19] Na IEPS, para se incubar um grupo que necessite da cobertura das despesas de locomoção, materiais gráficos, infraestrutura, etc., é preciso que se faça um projeto e o submeta à Unidade de Organização e Desenvolvimento Comunitário-UNDEC, por isso, a grande demanda de serviços burocráticos internos.

com a comunidade regional e a sociedade em geral, buscando uma relação dialógica horizontal, crítica e construtiva, contribuindo para que a UEFS se consolide como um espaço de troca de saberes, produção e socialização de conhecimento qualificado e socialmente referenciado.

Metodologicamente, a Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS-UEFS) desenvolve as suas ações em três níveis, aqui denominados de ações estratégicas gerais:

> I. Desenvolvimento de projetos, fruto da interação entre a comunidade acadêmica e as comunidades envolvidas, com objetivos e dotação orçamentária específicos, aprovados pela sua equipe gestora de acordo com as orientações estabelecidas na carta de princípios;
> II. Desenvolvimento, de forma continuada, de atividades de interação com a comunidade interna da UEFS fomentando a discussão e projetos sobre Economia Popular e Solidária e tecnologias sociais no âmbito dos núcleos, cursos de graduação e pós-graduação e entre os professores e funcionários;
> III. Desenvolvimento, de forma continuada, de atividades de interação com a comunidade externa, produtores rurais e urbanos ligados à economia solidária, movimentos sociais, ONGs e instituições diversas com objetivos convergentes aos parâmetros de trabalho e educação da Incubadora (UEFS, 2010a).

Cada uma das ações estratégicas gerais, consideradas as suas especificidades, são implementadas utilizando uma ou mais das chamadas ações estratégicas específicas, a saber:

> 1. Realização de processos de incubação, além de ações pontuais, em que se privilegie:
> 1.1. A utilização da relação trabalho-educação como base fundamental dos processos educativos populares, transversalizados por temas como gênero, etnia, meio ambiente, consumo, direitos fundamentais, cidadania, entre outros;
> 1.2. A utilização de metodologias participativas com vistas à complementaridade de saberes entre os grupos produtivos e as instituições envolvidas nos processos de incubação como, por exemplo, a roda de conversa;
> 1.3. Atividades realizadas preferencialmente no espaço real das iniciativas que possibilitem às ações a compreensão do conjunto do seu funcionamento e

> estimulem a formação da identidade de grupo, a democracia interna e sua autonomia frente à IEPS-UEFS;
>
> 1.4. Ações de transferência e apropriação de tecnologias relacionadas com as dinâmicas da produção do conhecimento e geração de tecnologias sociais;
>
> 1.5. Replicar os conhecimentos construídos nas experiências de incubação, estimulando a cooperação entre universidades, instituições de pesquisa, organizações públicas ou privadas, cooperativas ou outras organizações;
>
> 1.6. A adoção de grupos para incubação atenderá critérios e procedimentos específicos condizentes com os princípios da Incubadora de acordo com normatização própria estabelecida pela equipe gestora (UEFS, 2012).

De acordo com a sua Carta de Princípios (UEFS, 2010a), a IEPS-UEFS deve ser dirigida por uma Equipe Gestora(composta de professores orientadores de projetos, estudantes bolsistas com planos de trabalhos orientados, além, dos técnicos universitários e dos representantes das iniciativas em processo de incubação) de caráter executivo e deliberativo e será composta por um número variável de membros pertencentes à comunidade universitária com possibilidade de participação de membros externos.

A IEPS-UEFS conta com espaço fisico próprio localizado no Centro Administrativo Universitário (CAU) III e envidará esforços para mantê-lo aberto diariamente para recepcionar demandas e sugestões. Além dos professores e técnicos, a IEPS-UEFS privilegia, na composição de sua equipe, a participação de estudantes e da comunidade externa (bolsistas ou voluntários). O processo seletivo, normatizado pela Equipe da Incubadora, é aberto e deverá se constituir em um processo educativo e de divulgação dos propósitos da Incubadora em relação à Economia Popular e Solidária em forma de seminário/oficina que visa à elaboração de planos sobre diversos temas que envolvem nossos projetos em atividades.

No período estudado foi realizado dois seminários, o II Seminário com participação de aproximadamente 90 (noventa) estudantes, com orientação na elaboração e seleção de cerca de 20 (vinte) planos de trabalhos sobre diversos temas: custos, controle, autogestão, relações interpessoais, construção de normas de funcionamento para iniciativas de economia popular e solidária, regras de condutas, Buffet solidário, o trabalho da mulher, comunicação, reciclagem de resíduos, entre outros. Deste conjunto de planos, 8 (oito) de temáticas diferenciadas serão integrados ao IEPS ainda no segundo semestre de 2014.

4.3 ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO: RELAÇÃO QUE PASSA PELA ORIENTAÇÃO E ORGANICIDADE DOS AGENTES OU INICIATIVAS DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Nesta seção, foi realizada a interpretação e análise sobre os dados e informações que tabulamos e organizamos com base nas etapas de pesquisa. A análise e discussão foram feitas para atender aos objetivos da pesquisa, a fim de discutir a hipótese de que a Economia Popular e Solidária constitui-se numa estratégia que contribui para o Desenvolvimento Local Solidário no Município de Feira de Santana, tendo a perspectiva dialética da historicidade, totalidade e contradição, presentes em uma unidade sobre a qual a inferência é dirigida - unidade analise.

Os resultados são apresentados em conformidade com o processo de pesquisa integral desta tese, especialmente, a partir do estudo dos documentos e entrevistas, seguem-se as categorias destacadas na pesquisa, abordadas por todos os entrevistados. Assim, as categorias abaixo são elencadas e associadas a cada entrevistado e/ou bloco de documentos levantados. Depois, em um segundo momento, fazemos discussões e análises comuns às diversas entrevistas e documentos, elencados no que se refere à organicidade de todas as categorias interdisciplinarmente.

4.3.1 A Economia Popular e Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário

A Economia Popular e Solidária torna-se estratégica tendo em vista o ambiente propício enquanto totalidade socioeconômica que possibilita outro horizonte no Desenvolvimento Local Solidário, pensado sem as hierarquias, mediante a autogestão, o trabalho coletivo e democrático, o cooperativismo e associativismo, sem individualismos egoístas, combatendo competições extremadas e o lucro desenfreado. Movimento, portanto, antagônico ao utilitarismo e a ostentação do consumo fugaz, amparando o consumo consciente mediante um pacto local, educativo de encontro equilibrado entre demanda e oferta em rede.

Esta é uma posição assumida por alguns dos nossos entrevistados, como vemos a seguir:

> [...] Repare, para uma comunidade articular recurso para ter certa tranquilidade deve ter certa capacidade de tomar as rédeas e ser protagonistas, é o que funciona, porque se assim não for vamos ter sempre alguns detentores dos recursos que se beneficiam e outros não. O que mais a gente defende é a forma que a comunidade tem, sobretudo no Brasil de hoje de manter a mão nas rédeas desse processo e fazer sua história [...] a economia popular e solidária tem uma construção diferente da outra economia, trata-se de outra forma de desenvolvimento organizado de forma coletiva [...]. **(E1, JUNHO/2013)**

> Pensar o Desenvolvimento Local Solidário, envolve pensar sobre a construção conjunta de oferta e demanda, de modo a aproveitar as potencialidades locais, a grande diversidade de formas de produção de riqueza e o atendimento das diversas necessidades locais de forma também diferenciada da economia tradicional, pela economia popular E solidária. **(E3, JULHO/2013)**

Esta economia é estratégica porque é autogestionária envolvente, plural solidária, conforme afirma E2:

> Desde que tudo começou, sou a Coordenadora responsável pela cooperativa, mas faço de tudo um pouco, faço também o sorvete de aipim, coxinhas de aipim, faço compras e coordeno outras coisas se for necessário. Neste tempo, aprendi que a economia popular e solidária é um movimento bom que vem ajudar o grupo a aprender a trabalhar em conjunto, não é uma coisa única, individual, é um processo em grupo pra ajudar todo mundo, tem a solidariedade de todos nas relações. (**E2, MAIO/2013)**

Dentre todas as falas, é comum a afirmação de que a Economia Popular e Solidária é uma economia diferenciada e se orienta em outra perspectiva de desenvolvimento. Destaca-se a afirmativa de que "todos fazem tudo" dentro das organizações populares solidárias em uma correspondência com a ação do agente acima mencionado. Esta economia propõe relações de trabalho diferenciadas de modo que em uma iniciativa de economia popular e solidária pode haver divisão do trabalho, isso é algo muitas vezes inevitável, não pode é funcionar de forma aleatória, desorganizada, sem coerência. É relevante, portanto, que o trabalho não seja hierarquizado e que não haja exploração do trabalhador.

Nesse sentido, os entrevistados expõem, entre outras compreensões, os seguintes entendimentos: a) como um novo modo de produção; b) economia popular que articula o trabalho apenas para reprodução da vida sem a transformação consciente do trabalho em mercadoria; c) um processo educativo que resgata a atuação popular para organização produtiva solidária de forma politizada:

Nesta direção, E3 reforça os argumentos anteriores discorrendo o seguinte:

> Parto da visão de Polanyi da economia plural, que percebe em nossa sociedade um conjunto de formas de produção, distribuição e consumo de riquezas, que não estão restritas ao mercado. Assim, em uma comunidade, a partir da construção conjunta da oferta e demanda e respeitando as especificidades locais, é possível, em uma economia plural, por meio de cooperativas, associações, trocas, fundos rotativos solidários, bancos comunitários, e outras experiências solidárias, atender às necessidades locais e gerar Desenvolvimento Local Solidário. Um dos grandes

> desafios é conciliar práticas emancipatórias autogestionárias solidárias com o ambiente competitivo do mercado capitalista. Alguns elementos essenciais seriam autogestão, democratização dos processos decisórios, eficiência socioeconômica, ação pública, conformando a sua dimensão política e disseminação/divulgação. **(E3, JULHO/2013)**

Para vencer o desafio posto, argumenta-se que a economia popular e solidária, tal qual outras formas de economia, carece de apoio governamental, consubstanciados em políticas públicas que contemplem seu desenvolvimento. Muitas delas são pensadas, discutidas de forma coletiva pelo PIEPS/UEFS, segundo documentos do próprio programa, projetos, editais, baremas, entre outros (vide anexos).

Reforçando a defesa da economia popular e solidária como uma forma que articula elementos como relações de proximidade, feiras, cooperação em rede de comércio, empoderamento individual, coletivo e comunitário, embora tudo isso não seja facilmente quantificado em indicadores, ainda mais diante da economia de mercado que goza de uma estrutura macroeconômica respaldada em indicadores de renda, produtividade, emprego entre outros, E1 apresenta argumentos que justificam sua existência pela própria pluralidade das diversas formas que permeia (o ambiente de ação macroeconômica, microeconômica e também da economia popular e solidária no mesmo sistema que também fortalece o processo educativo e de escolhas entre modelos pela diversidade presente no mesmo ambiente social), da seguinte forma:

> [...] Estamos muito acostumados [...] com quantificações [...] coisas da outra economia [...] não sou economista, mas, enfim, há resultados, renda, produtividade e a articulação de muitas questões na comunidade local [...] não são quantificáveis apenas, como a outra economia [...] são trabalhadas pela economia popular e solidária. (**E1, JUNHO/2013)**

Neste contexto, pensar a economia popular e solidária é pensar também a própria ideia de Desenvolvimento Local Solidário, porque pressupõe imaginar o envolvimento dos sujeitos na construção coletiva de demanda e oferta de produtos e serviços, mas, também, considerar a existência de direitos a partir de dimensões que não são negociáveis: empoderamento, liberdade política, educativa, de modo a aproveitar as potencialidades locais, a grande diversidade de formas de produção de riqueza o que, consequentemente, encaminha o sujeito, os agentes e as iniciativas de pessoas para o atendimento das diversas necessidades locais de forma diferenciadas ou mais apropriadas, conforme discorre E4:

> A associação aqui faz muita diferença, somos moradores da localidade [...] existem dona de casa, tem os mais jovens, tem aquela pessoa que luta pela universidade, por transporte, a associação busca isso, organizar a todos [...] e é na cooperativa que procuramos buscar apoio financeiro. Na cooperativa, o gestor é outra pessoa que busca capital, produção, busca juntar todos para produzir. Só têm pontos positivos

> neste processo, negativos não vejo. O presidente se tiver apoio vai longe e conquista diversas coisas [...] se não tiver o interesse de desenrolar as atividades, alguma coisa a mais para dona de casa, para o jovem, transporte escolar, internet [...] ninguém vai dar de presente, nem governo, nem ninguém [...]. Hoje a Economia Solidária necessita de um apoio que no início tinha muito bom, tínhamos carro pra nos levar com mercadorias, hospedagem, alimentação, estrutura para as feiras, cursos e eventos. O Estado apoiava e melhorou a vida de muita gente naquela época, graças também à nossa organização [...] era nossa estratégia de luta e desenvolvimento. (**E4, JULHO/2013)**

Observa-se na fala de E4 a demonstração do engajamento necessário para articular a vivência dos sujeitos no ambiente local, na medida em que destaca que "ninguém vai dar nada de presente, nem o governo" e que a própria economia solidária vai funcionar ou ter apoio pela mobilização das comunidades. A economia popular e solidária e o desenvolvimento local, portanto, estão entrelaçados por uma mobilização comum dos mesmos sujeitos.

Nesta mesma linha **E5**, discorre:

> A economia solidária é estratégica sim, muito! Trabalhei numa associação, com um trabalho social dando aula de manicure, fazendo outras coisas. Lá na UFRJ as pessoas têm vontade de aprender, parece que se envolvem mais do que aqui, acho que lá tem mais tempo de existência a incubadora. A economia solidária lá é forte. Aqui ouvi falar com os companheiros na UEFS, o pessoal aqui no grupo ficou meio sem jeito de se juntar a outro grupo, parece que tinha medo da UEFS, mas espero ter outras oportunidades de participar da economia solidária na UEFS com mais companheiros, a solidariedade é tudo [...]. **(E5, JULHO/2013)**

Observa-se que as universidades, através de suas incubadoras, desenvolvem atividades com financiamento público obtido através de editais ou outras formas de fomento e que se encontra disseminada a economia popular e solidária e o trabalho das incubadoras pelo Brasil, tendo em vista que um dos agentes entrevistados avalia o trabalho de incubação na UFRJ mais divulgado do que o da UEFS. Esta economia tem mobilizado políticas públicas nos estados, como no caso da incubadora da UEFS, que obteve um dos seus primeiros financiamentos a partir de edital da FAPESB/SETRE/SESOL. Ressalte-se uma primeira iniciativa local com todos os atributos para o desenvolvimento local, podendo adquirir equipamentos, oferecer oficinas, efetuar visitas, entre outras ações, cuja viabilidade só foi possível devido ao referido edital.

Querendo ou não, direta ou indiretamente, a intervenção local aconteceu por conta, principalmente, deste financiamento e, com isso, os princípios e práticas da economia popular e solidária puderam ser sequenciados nos trabalhos formativos, inclusive a existência da incubadora ou sua primeira estruturação para os demais processos de incubação local.

A economia popular e solidária apresenta-se entrelaçada ao desenvolvimento local solidário, pois os sujeitos protagonistas, agentes ou iniciativas mobilizam-se de forma articulada por um processo que os ligam por laços de solidariedade, pertencimento e união na

busca de organicidade que tem poder de transformação. A proximidade é um dos elementos que faz a permeabilidade de poder local flexibilizar-se em favor dos movimentos e do fortalecimento desta economia, mas, também fica claro que é preciso se construir a orientação deste processo de forma orgânica. Entretanto, nesta esteira, E3, amplia a compreensão sobre esta economia da seguinte forma:

> [...] A Economia Popular e Solidária, portanto, é o conjunto de práticas socioeconômicas de produção, distribuição, consumo, crédito e realizadas de forma coletiva, autogestionária e solidária. Nestas práticas, encontram-se presentes um conjunto de lógicas interferindo na dinâmica e na sustentabilidade das iniciativas solidárias. Nas práticas solidárias estão presentes uma diversidade de princípios econômicos de origem mercantil, não mercantil e não monetário. No aspecto mercantil, está presente a interação com o mercado por meio da comercialização de produtos e serviços. No aspecto não mercantil estão as práticas de redistribuição, por meio de subsídios públicos ou privados, concedidos aos empreendimentos e que contribuem para a sua sobrevivência. Sob o aspecto não monetário está um enorme conjunto de ações reciprocitárias e solidárias, que colaboram na sua dinâmica, a exemplo de mutirões e trabalho voluntário. Portanto, os empreendimentos solidários encontram na sua dinâmica de funcionamento uma pluralidade de princípios econômicos e de lógica de ação que os diferencia das empresas privadas [...]. **(E3, JULHO/2013)**

Da afirmativa se observam os elementos que compõem a economia popular e solidária, os quais funcionam com maior dinâmica em decorrência do contexto local. Este apresenta relações próprias que favorecem estrategicamente algumas situações como as seguintes:

a) aquela em que a produção é, na maioria das vezes, direcionada para o consumo local, porque envolve os sujeitos num processo único de consumo e produção em redes de produtores e consumidores, ao mesmo tempo inter-relacionados, sem a necessidade peremptória de dividir a economia. Trata-se de uma característica das economias locais, de relevância para o desenvolvimento local. Nelas, os trabalhadores produzem e consomem numa dinâmica solidária de tal forma que reduz seus custos, publicizam seus bens e serviços numa comunicação direta e favorecem a consciência sobre o que se está consumido. Observa-se esta lógica nas comunidades de pescadores nas quais se realiza a pesca artesanal, beneficiamento e consumo dos excedentes, porém, cuja primeira intenção é garantir o consumo próprio; as hortas comunitárias e outras produções de alimentos, inclusive para o PAA, especialmente, que se beneficiam dessa mesma dinâmica;

b) a distribuição obedecendo a uma logística informal cooperativa e solidária em que os produtores muitas vezes transportam seus produtos e os produtos dos vizinhos, e na qual os consumidores muitas vezes vão à busca dos seus produtos diretamente do produtor, auxiliando ainda na entrega aos vizinhos de forma solidária;

c) o crédito baseado na conversa, confiança, conhecimento sobre onde se mora e o que faz o demandante, inclusive, a metodologia do aval solidário – em que um vizinho, amigo ou componente da comunidade avaliza pelo outro – é frequentemente utilizada pelos bancos comunitários.

Neste contexto, observando esta dinâmica, vê-se que não existe nem existirão iniciativas agravadas de vulnerabilidade, informalidade ou precarização que se sustente longe desta lógica local organizativa e de solidariedade em que coletivamente um colabora com o outro, necessária para dar corpo a este processo econômico na formação de redes solidárias locais que, por sua vez, quanto mais robustas estruturalmente, consistentes, ampliam seu arco de ação para uma abrangência na amplitude local e desta para a regional e seguindo uma orientação ou planejamento próprio assim por diante.

4.3.2 Orientação, Organicidade Popular e Desenvolvimento Local Solidário

O processo educativo é determinado por uma diversidade de fatores locais e sociais de dimensões políticas, econômicas, ambientais, pedagógicas entre outras. Desta forma necessita ser definido de acordo com seu contexto histórico-social, partindo das estruturas educativas primárias ou elementares, nas relações que o aprendiz trava antes mesmo de iniciar sua escolarização, passando pelo modo como a educação se inicia e, finalmente, como ela se processa no decorrer da vida socioprodutivas.

Que o desenvolvimento tradicional não conta com uma orientação e organicidade ampla que contemple a grande maioria dos trabalhadores parece ser de entendimento hegemônico entre os trabalhadores organizados no processo econômico popular e solidário. É importante ressaltar que, ao longo do processo de orientação de uma economia tradicional, mostrou-se que não se conseguiu alcançar os desenvolvimentos enquanto objetivos esperados. No entanto, permanece constante e inabalável a marcha em prol do desenvolvimento como um horizonte de perspectiva de melhoramento da vida daqueles envolvidos politicamente enquanto agentes dos seus ambientes nacionais, regionais ou locais seja numa perspectiva de apoios governamentais ou não governamentais, mas, mostram-se carecendo de aspectos educativos, processuais e orgânicos ao grupo interessado. Nesta linha, E2, discorre:

> [...] Nesta cooperativa com o planejamento o efeito é maravilhoso, saber que se pode confiar num grupo, mesmo sabendo que não posso ficar presidente da cooperativa o tempo todo; os desafios são grandes, mas está sendo muito bom, é uma superação a cada dia. O grupo é grande, são 20 pessoas. No projeto cantina, a estimativa que faço é de um salário mínimo inicial, mas, é em cima de dados [...] é uma realidade que pode acontecer no acerto de contas. São muitas compras, muitos gastos, mas, até

> o dia 5 de cada mês, espero um salário para cada um ou por hora trabalhada ou por dia trabalhado. Vamos fazer uma reunião para decidir a forma de repartição. Para mim, a cooperativa já deu certo, precisa mais organização por parte de todos, contabilidade, organização no trabalho; no horário está tudo bem, cada uma sabe seu trabalho, se expressar melhor no grupo com os outros, tão se conhecendo melhor a cada dia. Por enquanto ainda, as meninas ficam nervosas quando chega muita gente pra comprar porque não tinham esta experiência, tem que ter calma, o cliente sabe que tem que fritar o ovo quando pede cuscuz com ovo, não adianta ter pressa e fazer mal feito [...]. (**E2, MAIO/2013)**

Pensar a partir de um horizonte de planejamento, conforme menciona E2, destacando cada etapa do processo de trabalho com sua importância, conhecendo melhor o grupo a que pertence, melhorando e qualificando as relações, discutindo a gestão nos aspectos de custos e na tomada de decisões são ações que denotam um processo educativo relevante, tanto para a coesão organizativa da iniciativa, quanto através de organizações que funcionam dessa forma para o desenvolvimento local solidário de forma integrada, pois no conjunto se vislumbra uma expectativa de longo prazo nos planejamentos necessários no processo de aprendizagem, tanto dos orientadores quanto dos orientados. Esta perspectiva inclui a incubadora como um dos elementos articuladores da economia popular e solidária ao processo de desenvolvimento local.

Neste sentido, verifica-se a percepção da representante da iniciativa quanto à boa expectativa, a confiança no aprendizado, a importância dos conhecimentos que relaciona num horizonte de perspectiva de melhoramento de vida, numa visão integrada de todo o grupo e processo de trabalho, inclusive sobre a incubadora, conforme se observa:

> [...] O sonho também é da incubadora, do trabalho coletivo, um ajudando ao outro. A gente fica tensa para não decepcionar a incubadora porque estão fazendo esforços pra nos entender, o espaço oferecido e todo mais; a gente vai se organizando, vamos chegar lá em nossa organização e em nosso desenvolvimento aos pouquinhos [...]. (**E2, MAIO/2013)**

O entendimento sobre o processo educativo envolvente da economia popular e solidária dá coesão ao pensar, ao organizar-se, ocorre ampla reflexão sobre a prática em detrimento do processo contrário, de heterogestão da economia tradicional, que cria competitividade, individualismo e fomenta o egoísmo e a indiferença. Em meio à iniciativa de economia popular e solidária, na busca da organicidade, na defesa do interesse comum, em tal ambiente, manifestam-se também as contradições presentes nos modelos de desenvolvimento, que reforça a ideia de Furtado (1963) que não passam de um mito, pois nunca são bem-sucedidos nos resultados esperados e, além disso, hierarquizam-se em formas subdesenvolvidas de economia que dificultam ainda mais os processos organizativos independentes e facilitam a histórica subalternidade.

As relações de trabalho na economia popular e solidária, especialmente no processo de organização do trabalho coletivo, dinamizam-se em contraposição às relações técnicas da economia tradicional, porque são discutidas, dialogadas e analisadas mediante a forma autogestionária como maneira democrática e justa deste processo de trabalho. Este processo é eminentemente educativo, tendo contornos que assumem as formas tácitas de saber local, de tecnologias sociais, mas, também, de outras formas de conhecimentos elaborados e sistematizados, inclusive, na universidade. Nesta esteira, move-se através dos agentes ou iniciativas da Economia Popular e Solidária para o Desenvolvimento Local Solidário em sincronia orgânica, conforme demonstrou o conjunto de agentes existentes e mapeados nesta pesquisa, organizados e integrados em um só corpo tipológico (conjunto de agentes ou iniciativas em processo de incubação estudado), mas capazes de compreender o todo social, a pesar das dificuldades, incompreensões e conflitos. Nesta perspectiva, discorre E4:

> Associação pra gente foi uma necessidade de buscar o que a comunidade necessitava; primeiro conheci o Sindicato Rural e, dentro do Sindicato, vi que precisava de uma Associação, porque o Sindicato só não tinha tanta força [...]. Fui Presidente da Associação Comunitária dos Moradores da Vila Santa Inês e Adjacência (ACOMVISA) por 4 anos, fizemos projetos, iniciamos atividades no espaço da UEFS, participamos de feiras, reuniões, festas nunca foi fácil, houve muita decepção [...]. A associação aqui faz muita diferença, aqui somos moradores, tem dona de casa, tem os mais jovens, tem aquela pessoa que luta pela universidade, por transporte [...] a cooperativa busca apoio financeiro. Na cooperativa, além do gestor da associação tem outra pessoa que busca recursos, produção, busca juntar para produzir. Neste processo só têm pontos positivos, negativos não vejo e não quero ver se não agente não faz nada. O presidente se tiver apoio vai longe se não tiver o interesse de desenrolar alguma coisa a mais para dona de casa, para o jovem, transporte escolar, internet [...] não vai. Precisamos lutar pela nossa forma de organização que é a economia solidária, as empresas não tá nem aí pra gente. [...] A Associação me incentivou a depois de sair procurar e voltar ao sindicato rural e assim consegui me manter aqui foi graças a associação. [...] Acredito muito, o que acontece na incubadora hoje pelo pouco que entendo já tem um grupo formado que tem acesso a conhecimento, organização, só que sem a incubadora não pode ter tudo isso, não tem formação, conhecimento, estrutura. A Incubadora pode pegar algumas pessoas e trabalhar a mente, formar a cooperativa. Juntando um grupo formado em cooperativa, um sindicato, se busca o Desenvolvimento Local Solidário. Hoje a gente tem um *kit* polpa de frutas e luta para construir a cozinha comunitária, se tivesse pronta a gente já estava vendendo nossas frutas que a gente tem aqui. A associação Matinha conseguiu isso, com ajuda da incubadora, mas, a nossa associação ainda não. A gente agora não tá trabalhando sozinho, mas com as associações da Vila Feliz, da Formiga, do Posto São Cristóvão, da Ladeira [...] podem formar uma Cooperativa imensa. A nossa Associação, ACOMVISA, tem 70 (setenta) associados, quase todo mundo de um jeito ou de outro se ajuda, briga e tudo, mas todo mundo se ajuda, estamos somando forças com outras associações vizinhas e com incubadora para melhorar a nossas vidas. **(E4, JULHO/2013)**

Mesmo que ainda não se esteja completamente organizada pela Economia Popular e Solidária como uma forma de desenvolvimento, em virtude da dinâmica mercadológica predominante que drena as articulações locais, a organicidade deste processo os mantêm

numa expectativa de vida melhor. Como se observa na fala de E4, o processo de busca organizativa começa pelo Sindicato Rural, depois, constrói-se a Associação local como forma de organização mais específica de relações mais próximas e de necessidades também específicas e comuns à localidade. Assim, na sequência, compreende a cooperativa como necessária e mais voltada para questões socioeconômicas, sem perder de vista a participação dos sujeitos, a pesar dos conflitos. E nesta esteira, sem se desperceber da perspectiva rural local, busca-se o apoio da incubadora de iniciativas de economia popular e solidária para ampliar o processo de orientação, de formação.

Ao longo desta pesquisa, observou-se o lugar de onde fala o sujeito representante de cada tipologia no processo de organização e nas suas atividades de trabalho internas, nas suas vidas familiares, mostrando organicidade no conjunto das ações para o desenvolvimento local, pois ressaltam sempre a necessidade de projetos, estudos e trabalhos orientados com participação e coerência interna, externa e política, conforme assevera Miglioli (1983).

Neste contexto, observam-se as políticas orientadas de forma exógena com relação as localidades, como as praticadas pelos governos Federal e Estadual, em que pese ter no PRONINC o capitaneador das políticas públicas que financiam de alguma forma as incubadoras, embora estas nem sempre tem acesso direto e regular a este programa, como é a situação da IEPS/UEFS. Este tem se envolvido nas questões-meio (relações administrativas, normativas que não avançam como necessita o setor popular onde está a economia popular e solidária atrelada à dimensão local), demonstrado um vácuo de atuação, organização e orientação. Além disso, o mesmo órgão não se mostra acessível ao "sofrimento" que acontece na base das organizações populares, ambiente em que a incubadora atua, é chamada, cobrada e responsabilizadas pela elaboração de projetos diversos para iniciativas de economia popular e solidária, especialmente geração de trabalho e renda, pois vem sendo aceita como parte integrante da economia popular e solidária enquanto estratégia orgânica do desenvolvimento local solidário.

Assim, a necessidade de uma entidade pública acompanhando e orientando projetos também denota a "centralidade" do IEPS/UEFS na elaboração dos registros, na aplicação da sua carta de princípios, na elaboração do edital de seleção para iniciativas de economia popular e solidária e dos bolsistas, bem como no projeto de Feira de Economia Popular e Solidária e da Agricultura Familiar, em parceria com segmentos organizados do Território de Identidade Portal do Sertão, composto de 17 (dezessete) municípios, ainda que do ponto de vista dos financiamentos não responda e isso desestimula professores e demais agentes que sempre estão à frente dos processos de incubação:

> Na gestão atual da Pró-Reitoria de Extensão vem se implementando uma política de aproximação mais significativa e profunda com a comunidade, sobretudo através do Comitê de Desenvolvimento do Território de Identidade Portal do Sertão. Entre as várias atividades destaca-se a ativa participação da UEFS/IEPS na implantação do Centro Público de Economia Solidária, proposta do Governo Estadual através da SETRE. As atividades em parceria com o Território Portal do Sertão têm revelado uma elevada demanda por apoio a empreendimentos associativos de Economia Solidária que em quase a totalidade das vezes deixam de ser atendidos por falta de uma estrutura formal que congregue professores, estudantes e funcionários das diversas áreas do conhecimento para ações no âmbito da Economia solidária. Argumentamos em nossas propostas que a UEFS possui um amplo potencial em diversas áreas do conhecimento - centenas de pesquisadores, milhares de estudantes e funcionários, núcleos e projetos de pesquisa e extensão e outros programas internos além de uma ampla infraestrutura de laboratórios que podem ser direcionados para o atendimento de demandas no âmbito da Economia Solidária. A estrutura desta Incubadora de Empreendimentos Populares deverá servir como um agente que direcione e potencialize todos estes recursos e ajude a definir e consolidar uma concepção de Extensão que reflita o verdadeiro papel da Universidade. Paralelamente, a consolidação de ambientes institucionais que concretizem ações relacionadas à temática, a UEFS tem oportunizado seu espaço, a exemplo de grupos produtivos que participaram das Feiras do Semi-Árido ou em eventos pontuais, na experiência em 2010 da Cantina do VII, das vendedoras de beiju, de acarajé oportunidade que tem possibilitado a divulgação e comercialização de produtos da Agricultura Familiar e da Economia Solidária na UEFS. (UEFS, 2011, p. 5, 6)

Neste contexto, estão postos e em ativa dinâmica a orientação dos agentes de apoio e fomento, integrando-se na busca e construção de uma organicidade popular que se faz presente na feitura dos instrumentos e na efetiva participação nos ambientes diversos da economia popular e solidária, propiciando o processo de Desenvolvimento Local Solidário numa expectativa decorrente da união e do trabalho coletivo para esta construção, em que pese a falta de políticas de financiamento efetivo.

4.3.3 Agentes ou iniciativas da Economia Popular e Solidária para o desenvolvimento

O agente de desenvolvimento capaz de articular as iniciativas de economia popular e solidária para o desenvolvimento local não pode deixar de ser forjado no movimento desta economia, principalmente, porque não pode ser confundido com a figura do agente de desenvolvimento apresentada nos trabalhos e consultorias do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), cujas ações baseiam-se nos comportamentos individualistas e competitivos das micro e pequenas empresas.

Ainda sobre agentes de desenvolvimento, não existe uma definição unânime na literatura, embora haja nas suas conotações de origem jurídica a função de tratar do desenvolvimento econômico, conforme define a Lei Complementar nº. 123/2006:

> § 1º A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, que visem ao cumprimento das disposições e diretrizes contidas nesta Lei Complementar, sob supervisão do órgão gestor local responsável pelas políticas de desenvolvimento. (BRASIL, 2006) [20]

Os agentes ou iniciativas de economia popular e solidária, entretanto, ganham maior conotação de poder transformador, por serem não só agentes de desenvolvimento, mas também militantes orgânicos do processo de incubação. Nas suas tipologias organizativas, como instrumentos de lutas para enfrentar resistências que encontram quando buscam outra forma de desenvolvimento que não o modelo tradicional, acreditam que só em cooperação e com trabalho coletivo serão capazes de mudar suas realidades. Neste contexto, E1 esboça seu entendimento:

> Pois é, eu acho que essa questão do desenvolvimento local está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento, que é aquilo que deve levar em consideração fatores que tem a ver com a realidade, por exemplo, as questões culturais, educacionais. Também nas questões ambientais, você usa recurso da terra, do planeta, do ambiente, então você vai mexer em todo o ambiente, porque você está preocupado com as sustentabilidades, sociais, locais e organização do trabalho. Os agentes quando se fala de associativismo estamos juntando as pessoas para o desenvolvimento. Eu falo de uma forma muito intuitiva, minha forma de ver o mundo. Nas associações, seu relacionamento trata de sustentabilidade. Traz embutido pressuposto da sustentabilidade e o associativismo é um caminhar nesta direção, autogestão, cooperação, etc., pois é [...] isso tem processos educativos, você acaba conhecendo mais e, se conhecendo e se tornando um agente de desenvolvimento no seu local de vida. (**E1, JUNHO/2013)**

Verifica-se nas afirmações de E1 que as dimensões culturais, educacionais e ambientais possibilitam articulações da economia popular e solidária através do associativismo porque juntam pessoas para a defesa do desenvolvimento, elemento de que deriva de alguma forma o desenvolvimento local.

E5, no que se refere às resistências quanto à outra forma de desenvolvimento, discorre:

> [...] os agentes encontram resistências [...] mas, não vejo só as dificuldades de os colegas entenderem e acreditar no nosso movimento, eu vejo que só lutando as coisas podem acontecer [...]fiquei aqui pensando no movimento e nos companheiros e vi que temos pedreiro, para eles precisamos de uma cooperativa de blocos, para lavandeiras/os que temos, precisamos de uma lavanderia, além da horta, que a gente

[20]A Lei Complementar nº. 128/2008, que aprimora a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (**LC 123/2006**), criou a figura do Agente de Desenvolvimento Local (AD). De acordo com a legislação, esse ator terá a atribuição de articular ações públicas para promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, que visem ao cumprimento dos dispositivos e diretrizes previstos na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, sob a supervisão do órgão gestor responsável pelas políticas públicas. Conforme o Parágrafo 1, Artigo 85 LC nº. 123 de 14 de Dezembro de 2006, Art. 85-A. "Caberá ao Poder Público Municipal designar Agente de Desenvolvimento para a efetivação do disposto nesta Lei Complementar, observadas as especificidades locais".

> pode estar buscando renda aqui mesmo, isso é nosso desenvolvimento na nossa comunidade, mas, nem todo mundo nos entende [...] não é fácil. **(E5, JULHO/2013)**

Observa-se no depoimento de E5 a qualificação do desenvolvimento como um processo que encontra resistências. Entende-se que, o desenvolvimento tradicional, notoriamente, conforme discutido, produz excluídos por meio de práticas como competitividade, individualismo, utilitarismo, entre outras formas. Entretanto, o desenvolvimento local na perspectiva da economia popular e solidária enfrenta a resistência para combater a exclusão e derrubar as formas limitadoras de acessos aos bens, serviços, direitos dos cidadãos e outros elementos em união, de forma coletiva.

Para E3, embora não negue em sua fala, a mobilização da sociedade civil personificada é desconsiderada pelos diversos outros agentes, uma vez que nem só com apoio, fomento e recursos públicos se faz desenvolvimento local. Coloca a concepção que tem do agente de desenvolvimento da seguinte forma:

> [...] São agentes ou iniciativas da Economia Popular e Solidária para o desenvolvimento as "Entidades de apoio e fomento e gestores públicos" [...]. (**E3, JULHO/2013)**

As entidades de apoio e fomento à economia popular e solidária se organizam como associações sem fins lucrativos, cooperativas e órgãos universitários (incubadoras e grupos de extensão), entre outros que dialogam, desenvolvem ações diversas e prestam serviços de apoio e fomento às iniciativas solidárias, seja na forma de ações de formação tanto técnica, quanto econômica e política, seja como apoio direto em estrutura, assessoria, consultoria, elaboração de projetos e/ou oferecimento de crédito para a incubação e promoção de empreendimentos.

Os gestores públicos, por sua vez, são representantes de governos municipais, estaduais e federais que têm em sua gestão programas explicitamente voltados à economia popular e solidária. Este segmento se faz representar nacionalmente por uma rede de gestores públicos participantes da Coordenação Nacional do FBES como uma das entidades/redes nacionais. A relação entre entidades de apoio e fomento e gestores públicos, necessariamente, envolve diversos agentes ou iniciativas sem os quais a economia popular e solidária articulada ao desenvolvimento local, efetivamente, não acontece; portanto, esta concepção deve ser mais ampliada.

Alguns dentre os entrevistados definem agentes ou iniciativas de economia popular e solidária para o desenvolvimento de forma mais elaborada; outros são mais diretos e restritos como vimos. Entretanto, todos os entrevistados concebem ser um próprio agente de

desenvolvimento com conhecimento, saber e forma de organização que podem beneficiar a todos num determinado espaço de atuação. Nesta linha está um conjunto de pensamentos e ações presentes no processo de incubação do PIEPS e em documentos diversos, a exemplo da Carta de Princípios, dos editais de acesso as cantinas, dos projetos de feira, entre outros.

Com efeito, todas essas concepções estão amparadas na sustentação teórica que trabalhamos, especialmente quanto a forma de contato e o diálogo produzidos na pré-incubação, incubação e desincubação, momento em que as diversas dimensões da vida se articulam organizadamente em cooperação, associação autogestão e solidariedade, num processo de produção de riquezas diversas que oscilam entre aspetos valorativos referentes à própria ação econômica e aspectos não valorativos como direitos, empoderamento, relações de confiança, entre outros elementos. O agente de desenvolvimento local tem sido responsável por liderar movimentos locais de diversas ordens e se identificam com sujeitos que tem uma ação ativa nas comunidades. Para E1 os agentes de desenvolvimento local representam pessoas associadas:

> [...] os agentes quando se fala de associativismo (associação ou cooperativa) estamos juntando as pessoas para o desenvolvimento, porque a articulação ou união das pessoas advém de causas diversas como renda, ambientais, culturais ou aspectos relacionados à defesa de um lugar, um espaço um ambiente de vida. Neste sentido são os principais agentes da economia solidária para o desenvolvimento local que atuam em suas variadas dimensões [...]. (**E1, JUNHO/2013)**

Estes agentes exercem também papel relevante na construção conjunta de diagnóstico de grupo específico ou que contenham elementos de economia popular e solidária. Participam de oficinas e outros eventos e diálogos que articulam temas relacionados à autogestão, economia solidária, a políticas públicas e a educação popular. Assim, constroem intercâmbio em espaços de formação da incubadora e de outros formadores da organicidade inerente ao trabalho dos agentes locais. Neste contexto, diversos movimentos demarcam experiências que representam a dinâmica dos agentes ou iniciativas da economia popular e solidária para, certamente, outra forma de desenvolvimento.

Um movimento embrionário que demarca este processo está datado em 1956, quando José María Arizmendiarrieta fundou a primeira cooperativa de produção, que viria a ser a semente do grande complexo cooperativo de Mondragón, no país Basco, na Espanha (SINGER, 2003). Outro movimento marcante se situa no território italiano com o desenvolvimento dos distritos industriais segundo a política de desenvolvimento local implementada na *Terceira Itália*, como intitula Putnam (2008).

No Brasil, uma das experiências que podem ser consideradas como inspiração para o movimento da economia popular e solidária, além de algumas de Feira de Santana,

acompanhadas ou não pelo IEPS (ver apêndice e anexos), situa-se no Conjunto Palmeiras, bairro da periferia da cidade de Fortaleza (CE). Iniciada em 1998 com a associação de moradores do local, a iniciativa se articulou para a implementação de um banco comunitário como ferramenta para a geração de trabalho e renda e promoção de empreendimentos organizados segundo princípios solidários e em consonância com o I Fórum Social Mundial em 2001, que disseminou a importância do movimento, com a articulação de vários fóruns locais e regionais em busca de relações de colaboração solidária inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privadas de riqueza em geral e de capital particular.

São diversas as experiências que norteiam a compreensão de economia popular e solidária, e o processo de incubação vivenciado nas universidades pelas incubadoras em defesa e proliferação desta economia, o que a credencia em conjunto com outros agentes de desenvolvimento a orientar outro processo de desenvolvimento.

4.3.4 A incubadora universitária como agente articulador da Economia Popular e Solidária para o Desenvolvimento Local Solidário

No que se refere ao bom relacionamento como a comunidade, a metodologia de trabalho, a possibilidade de formação e a sensibilidade à vulnerabilidade social, não há dúvidas de que a incubadora universitária desenvolve papel fundamental para a disseminação e compreensão sobre a economia popular e solidária, bem como de que articula a interdisciplinaridade necessária a união de conhecimentos e saberes. Conforme mencionado no decorrer desta pesquisa, esta economia tem características e atributos de circunscrição local, por sua própria natureza quanto às relações pessoais que se estabelecem, a solidariedade que lhe é peculiar, a forma democrática de gerir unidades e os processos socioprodutivos que desenvolve, entre outros elementos. Assim, através desta economia, pode-se articular uma forma de desenvolvimento ou uma relação mais aproximada e direta com os setores populares que as incubadoras universitárias têm protagonizado, sendo a "porta de entrada" deste processo, conforme discorre E1,

> Eu acho que o problema dessa discussão é o acesso da comunidade local à universidade. Fala-se muito que a incubadora é de assessoramento, conhecimento técnico, educação, mas o problema maior é o acesso, é o conhecimento e sua relação entre os que dizem saber e aqueles que dizem não saber, é, também, se fazer esta articulação. É entender como se dar o outro lado que ocorre na troca de experiências e saberes. Dizer eu tenho que fazer isso para alcançar certas coisas e entender como se dá o outro lado, considerando que eu tenho aqui um mundo subalternizado,

> discriminado, excluído. Você tem até determinado tipo de programas no país, mas as pessoas não têm acesso ou não sabem chegar até eles e eles por si só não chegam até nós. A universidade dá apoio sobre políticas que o próprio país já dispõe, mas as pessoas não sabem utilizar. A incubadora desempenha um papel importante aí, é de disponibilizar e dizer que a universidade resolve estas questões locais também. Ensina o "caminho das pedras". A incubadora abre as portas para esse acesso a todas as coisas de que dispõe a universidade, ao conhecimento, ao saber local. É o principal elemento, o acesso a tudo que existe aí no local dentro e fora da universidade. Tem também uma questão assim, você precisa de um recurso mínimo que às vezes as pessoas não têm. Às vezes num ambiente de carência até de deslocamento, de transporte, etc. É questão da organização, dessas coisas, inclusão, ou acesso mesmo, isso leva ao desenvolvimento, a universidade de alguma forma tem que viabilizar pequenos custos para não deixar parar os processos. (**E1, JUNHO/2013)**

A Incubadora Universitária, mediante programas de orientação, assessoria e incubação como uma prática político-pedagógica traz à baila categorias teórico-metodológicas que demarcam contradições, historicidade, bem como a totalidade que circunda a possibilidade de uma síntese envolvendo o Desenvolvimento Local Solidário, na medida em que sistematiza sua forma de ação, observando intervenções de base interna e externa à comunidade universitária, propiciando compreender uma forma de agir e trabalhar com tipologias organizativas diversificadas, muitas vezes limitadas por recursos financeiros para fins específicos.

Nesta linha, argumenta E1:

> A incubadora pode contribuir muito para que a economia popular e solidaria modifique a forma de desenvolvimento, pela própria articulação de iniciativas, acesso aos conhecimentos, orientação de feiras, que a universidade promove e abre espaços para Economia Popular e Solidária na localidade. Isso começa a se repetir em seminários com várias iniciativas de Economia Popular e Solidária, as pessoas se repetindo nos eventos da UEFS, vindo aqui outras vezes. O próprio projeto da feira pode ir adiante e abrir espaço permanente na UEFS se orientado pela incubadora, como a cantina que existe, você pode ajudar a economia local não resta dúvida, a própria pesquisa, vez que a incubadora é um projeto de pesquisa também. Mas, tem um problema que se precisa superar que é a escala, são coisas muito pequenas que fazemos ainda, podemos propor formas de cada vez mais atingir um público maior, mas eu acho que isso é um processo mesmo que depende de uma série de conquistas. O que se busca é isso, uma construção permanente. Neste contexto, no Brasil de hoje uma incubadora tem um papel fundamental, não sei quantificar em que medida, mas é uma medida lá pra cima, ela tem uma efetiva importância na articulação local [...]. **(E1, JUNHO/2013)**

Embora não esteja acontecendo a organização necessária nesta perspectiva para o curto prazo no município de Feira de Santana, notadamente pela posição de uma economia de descentralização concentrada conforme Cano (1977), cuja dinâmica desagrega outras formas, outros fazeres e outros caminhos socioeconômicos possíveis pela dimensão local, a

incubadora na sua carta de princípio sinaliza para a condução política do processo educativo de trabalho coletivo e noutra perspectiva de desenvolvimento[21].

Os documentos do PIEPS/UEFS sugerem a amplitude temática de atuação da Incubadora da UEFS, articulando conhecimentos da economia popular e solidária em torno do saber local, conhecimento local, das tecnologias sociais, orientado ainda que em pequena escala um arranjo de economia local em outra lógica de desenvolvimento, de uma outra economia.

Nas discussões que se seguem, colocam-se em destaque e asseveram-se opiniões, pensamentos e/ou ideias sobre categorias que repercutem nos documentos e/ou transitam em todas as entrevistas entrelaçadas de forma interdisciplinar em todas as categorias. Nelas serão analisados e discutidos elementos que corroboram entre si, outros que representam discordâncias, contradições, entretanto, todos visam ao melhor entendimento para a confirmação dos objetivos da pesquisa.

Observa-se que os elementos ressaltados nas entrevistas aparecem, também, nos diversos documentos elencados no quadro de levantamento documental (Apêndice G), representam ao mesmo tempo semelhanças de compreensão e também diferenças quanto ao fragmento da realidade apresentado na pesquisa.

No primeiro prisma, que trata da Economia Popular e Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário, infere-se o aspecto da pluralidade na perspectiva de Polanyi (1980) o que quer dizer, especialmente, entre outras coisas, que esta economia resiste como outra economia dentro de um modelo mercadológico hegemônico da economia tradicional, segundo argumenta Gaiger (2003). Além disso, as formas mercantis, não mercantis e não monetárias, convivem melhor na perspectiva de uma economia de proximidades, portanto, um sistema de perspectiva local, segundo Teixeira (2001). De fato, só uma economia plural possibilita a existência e crescimento de estratégia de Economia Popular

[21]A Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana, IEPS-UEFS, desenvolverá as suas ações em três níveis, aqui denominados de ações estratégicas gerais: I. Desenvolvimento de projetos, fruto da interação entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa, com objetivos e dotação orçamentária específicos, aprovados pela sua equipe de acordo com as orientações estabelecidas nesta carta de princípios da IEPS-UEFS. Buscar-se-á um sistema solidário de produção, com benefícios divididos equitativamente, redistribuindo a renda e constituindo-se num sistema socioprodutivo mais justo e igualitário fomentando o comércio justo dos bens e serviços e o consumo consciente para alcançar a sustentabilidade e justiça social; II. Desenvolvimento, de forma continuada, de atividades de interação com a comunidade interna da UEFS fomentando a discussão e projetos sobre economia popular e solidária e tecnologias sociais no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação e entre os professores e funcionários; III. Desenvolvimento, de forma continuada, de atividades de interação com a comunidade externa, produtores rurais e urbanos ligados à economia popular e solidária, movimentos sociais, ONGs e instituições diversas com objetivos convergentes aos que preceitua a Incubadora.

e Solidária como um modelo socioprodutivo subordinado à democracia, segundo Polanyi (1980).

Nesse contexto, todos os empreendimentos ou iniciativas de Economia Popular e Solidária vivenciam no seu cotidiano relações que denotam formas não mercadológicas, não mercantis ou mercantis simples, bem como formas não monetárias.

Quanto a isso, E1 corrobora com E2, com E4 e com E5, quando discorre que a incubadora é "a porta de entrada" da comunidade presente nas organizações da Economia Popular e Solidária na universidade, capaz de enxergar as diversidades econômicas existentes:

> Uma incubadora é uma porta larga aberta para uma universidade que quer chegar à comunidade e tratar de questões reais econômicas, educativas, e de outras dimensões e para a comunidade entrar também nela, compreendendo de que ela dispõe sobre estas questões. Nem sempre é fácil, mas aposto muito no programa de extensão incubadora para abrir este diálogo de confiança. **(E1, JUNHO/2013)**

A relação entre universidade via incubadora e comunidade possibilita acessar os conhecimentos, articular os saberes, bem como outros elementos estruturantes como gestão, empoderamento individual, coletivo e comunitário, transporte, serviços e entre outras possibilidades que decorrem das informações ou conhecimentos que as incubadoras, de alguma forma, detêm, conforme discute sobre a aproximação da universidade dos segmentos populares (SANTOS, 2005). Assim, todos consideram a economia popular e solidária uma economia plural, consequentemente, estratégica ou propicia para o desenvolvimento local solidário.

Sobre a linha de argumentos do que caracteriza um agente, E1, E2, E3, E4 e E5 entram em alguma leve contradição ao afirmarem que os agentes de desenvolvimento são apenas "Entidades de apoio e fomento e gestores públicos" e que o "acesso" e o "apoio" a quem está fora da universidade, sem o conhecimento científico, sem as informações propiciadas pelos programas de governo e pelas incubadoras, por si só encaminham e possibilitam uma vida melhor ou uma forma de desenvolvimento diferenciada: "o apoio do governo e da universidade pela incubadora é tudo". Infere-se daí a contestação de que as organizações mobilizadas são capazes de definir suas formas de agir e o tipo de políticas ou apoio de que necessitam e, que muitas vezes as representações públicas até atrapalham, segundo a perspectiva da produção associada (NOVAES, 2011). Assim, entende-se que não basta o apoio público, este não poder ser paternalista, assistencialista ou patrimonialista, pois sendo assim não atinge a liberdade que se almeja para uma forma de desenvolvimento democrática.

Algumas contradições sobre a égide de determinadas reflexões, são observadas conforme segue:

a) a primeira é a de que uma comunidade unida, organizada, aperfeiçoando e utilizando suas potencialidades pode sair da condição de pobreza e vulnerabilidade em que muitas se encontram através de uma ação coletiva de geração de trabalho e renda e, nesse sentido, as iniciativas de Economia Popular e Solidária apresentam-se como de suma importância:

> A Incubadora é estratégica para essa nossa forma de economia pelo protagonismo juto aos agentes e frente à universidade. A UEFS tem muita moral entre nós, não tem outros interesses, como políticos partidários, por exemplo. A Incubadora pra agente foi uma porta aberta. Porque a economia solidária estava se apresentando naquela época (2007) em Feira de Santana, mas a gente não tinha o conhecimento do que seria a economia solidária efetivamente. A gente não tinha nem conhecia o espaço de falar da economia solidária e não sabia como lidar. A incubadora ainda não estava pronta direito, não estava implantada completamente. Quando a gente estava nas feiras, na UFES, na Cantina, tinha gente que pensava que nós estávamos ganhando fortunas e alguns por a gente estar na frente, pensavam que a gente era patrão, aí a gente não sabia como lidar, como explicar a construção. Era complicado demais, mas mesmo assim foi muito bom. Hoje eu penso que com a incubadora está ajudando nisso, acompanhando está melhor, com ela poderemos vencer uma série de desafios. (**E4, JULHO/2013)**

É possível garantir ou estimular o empoderamento individual, coletivo e das comunidades ao possibilitarem a renda e o consumo das mesmas com seus próprios esforços e trabalho, como afirma Ghon (2004);

b) a segunda reflexão, entretanto, decorre da primeira, pois deixa clara a ausência e omissão do Estado nestas comunidades, que "agem por conta própria", sem o investimento de políticas públicas seja como um direito constitucional, seja como um projeto de intervenção social qualificado. Ter que "agir por conta própria", organizando-se para sair da condição de pobreza sem que, para isso tenha sido investido nelas e com elas, em educação pública de qualidade, assistência social com vistas à oferta de benefícios e programas que possibilite empoderamento, econômico, político e social, assim como, uma política pública integrada a outros elementos essenciais como infraestrutura, saneamento, transportes, geração de emprego e renda, não é tarefa fácil.

Onde fica a competência do Estado como guardião da sociedade e o que está fazendo, para que toda essa vulnerabilidade exista e persista? Servindo ao mercado e deixando as populações empobrecidas tendo que "se virar sozinhas", contando às vezes com iniciativas de alguns programas acadêmicos; mas e quando esses programas não chegam até elas, o que se faz?

> Em termos de presença de Estado, o que mais precisamos aqui, é que, o prefeito reconheça que aqui moram famílias. Da parte da UFES a gente já conquistou orientação, mas o poder público do município nunca apareceu aqui – só aparece por livre e espontânea pressão, quando a gente fecha a rua, queima pneus. **(E5, JULHO/2013)**

Nesta perspectiva, E5 relata sua preocupação e espera da Incubadora para além das suas possibilidades, conforme segue:

> A Incubadora trabalha em qualquer coisa, orienta outros trabalhos e renda, podemos fazer faxina, o que for [...] qualquer trabalho ela pode nos orientar. Estamos fazendo levantamento, cadastramento de todos aqui no assentamento para ver o que cada um sabe fazer e a formação necessária também. Eu não aceito ficar sem trabalho, ficar o dia todo dentro de casa a não ser que vamos ter trabalho em casa, faço faxina ou qualquer coisa. Estamos com um projeto da comunidade para dar aula à noite aqui no assentamento, alfabetizar os colegas, já pedimos à Proex/UEFS o material, queremos melhorar as oportunidades. A falta de informação das pessoas é um problema e com isso perdemos o espaço de alimentação da cantina uma vez. Eu me lembro de que foi de um pré-cadastramento feito pelo pessoal da UFES foi que possibilitou eu receber a bolsa família, a informação que eu não tinha. Foi o pessoal da UFES que passou na ocupação e nos cadastrou. É um prazer ter vocês com a gente. É o que eu falo todo dia, olha gente temos que fazer nosso movimento junto da incubadora não vamos perder esta parceria [...]. **(E5, JULHO/2013)**

Nessa direção, destacamos também a questão da renda enquanto remuneração do trabalho. Os grupos em processo de incubação estão a perceber 01 (um) salário mínimo, aproximadamente, mas, esta renda não estável, inclusive, que pode trabalhar dois turnos ganha mais e quem trabalha apenas um turno pode ganhar até manos do que um salário mínimo. É só isso a que se têm direito? Qual o tempo de vida de uma cooperativa dessas, até quando se sustentam e se garantem, especialmente, dentro da "selva" competitiva capitalista que é o mercado, tendo em vista a burocracia estatal, a desintegralidade das políticas públicas e a demora na liberação dos recursos, quando, às vezes, são concedidos? Enquanto o Estado não efetiva sua atuação, os recursos e os projetos não vigoram algumas preocupações são latentes entre os agentes ou iniciativas, conforme se observa na fala de E4, a seguir:

> Eu posso dizer do Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana (CATRUFES) que era interligado à Incubadora e ofereceu curso dentro da UFES, em parceiras e sobre o espaço da cantina que foi o momento que a gente viveu de mais importante e se a gente não tivesse o suporte seria difícil. O pouco que sei do novo grupo cantina agora é que a situação é bem melhor, tá estruturada, com capital de giro, se a gente tivesse isso até hoje seria bem melhor. A SESOL, APAEB [...] ajudam tanto a zona rural como urbana isso ajuda na economia solidária, tem entidade que tem grupo formado e visa a organização política para chegar junto do governo e cobrar [...] mas na hora da luta alguns saem fora, a incubadora não faz isso. [...]Na UFES, a Incubadora é ainda um espaço aberto, encontro apoio mesmo não tendo a cantina mais. É um espaço, um ponto de renda, viabiliza muita coisa, inclusive, a luta [...]. (**E4, JULHO/2013)**

Quanto à discussão sobre os direitos que não são articulados junto aos trabalhadores desempregados ou em atividades não formalizadas, será que este processo organizativo sem direitos não os transformam apenas em cidadãos consumidores e impõe-se o trabalho, conforme assinala Bruno (1996a)? Parece-nos haver uma preocupação maior dos governos em assegurar o consumo direto, a renda para o consumo, mas, e a cidadania política e a luta pela concretização dos seus direitos, como ficam? Nessas comunidades, em paralelo a tais ações econômicas, estão sendo desenvolvidas ações de educação e de política? Se não for assim, se a Economia Popular e Solidária não se comportar como uma economia política das classes trabalhadoras subalternizadas, no futuro será "engolida" pelo processo de precarização e expropriação capitalista da imposição do trabalho alienante (BRUNO, 2011).

Infere-se que, em desacordo com E1, pelas dificuldades internas à universidade, bem como aos programas conforme acena e, com E3, por questões de continuidade ou sustentabilidade dos projetos, cujas rigidezes dos editais, bem como dificuldade e distanciamento dos populares no envolvimento com estas políticas públicas, E4 afirma que "os governos às vezes agem e ajudam como ocorreu entre os anos de 2006 e 2007 quando alguns projetos de Economia Popular e Solidária do sindicato rural foram fomentados, mas isso não mais ocorreu, quebrando e desestimulando pequenas organizações que ainda não são autossustentáveis".

Conforme entendimento e a partir dos argumentos de E4, observa-se que é preciso que a associação se mantenha mobilizada, porque para conseguir apoio governamental tem que haver uma luta constante, tem que ter organicidade, coesão, ou seja, fazer brotar ou forjar do próprio movimento uma forma da mobilização permanente e, também, de dentro deles garantir o funcionamento das atividades socioprodutivas. Esta perspectiva corrobora com o pensamento de Singer (2000) de que o estado é um ambiente em constante disputa em seu entorno, pois os interesses são diversos e que no modo de produção capitalista a classe burguesa faz valer a sua vontade, entretanto, a classe trabalhadora mobilizada pelo movimento da economia solidária e pelos movimentos sociais enquanto sociedade civil organizada possibilita a esta economia, tornar-se um "modo de produção solidário". Assim, relações solidárias sociais comandam as relações técnicas, e não o contrário, como ocorre na economia tradicional. Não se pode assegurar ou garanti viabilidade ou configuração de um modo de produção solidário como bases no movimento solidário que assistimos, entretanto, a articulação e organização política enquanto classe trabalhadora de forma premente tem garantido avanços nos espaços socioeconômicos e de poder em forma de políticas e outros ganhos.

Finalmente, sobre o envolvimento de todos os agentes no que se refere à possibilidade do desenvolvimento local através da Economia Popular e Solidária, isso não é unanimidade, pois nos movimentos populares as pessoas só são reconhecidas enquanto coletivo, pela força de grupo que exerce, em geral, são individualmente invisíveis, inexistentes. Neste caso, ou se articulam com a incubadora e outros agentes desta natureza ou não serão vistas. Organizar-se sem serem vistos, sem serem enxergados não é possível.

Este entendimento observa-se na fala de E5:

> Na nossa **relação com a Incubadora** só tem ponto positivo, não vejo negativo – as pessoas da UFES são solidárias, são amigas, são prestativas, eu procuro compreender as dificuldades, quando alguém aqui fala que estão sumidos, estão ausentes, eu sempre justifico que estão trabalhando ou fazendo outras coisas, em outros projetos [...] porque eu sei que estão. Eu falo gente! Eles vêm [...] Temos que acreditar no movimento [...] nós todos somos um só movimento da economia solidária, fazer a nossa parte é necessário porque a gente é invisível [...] lá fora a gente não existe e a Incubadora da UEFS é diferente está nos dando apoio, ela nos vê. (**E5, JULHO/2013)**

No que se referem ao trabalho da Incubadora, todos os entrevistados reconhecem sua capacidade de perceber, aceitar e trabalhar com os saberes locais, "ela nos enxerga, ela nos vê", afirma o entrevistado. A empatia entrelaça sentimento de esperança, cordialidade e compreensão da realidade dura e difícil, coisas complexas e contraditórias. Nestes aspectos, aliadas a uma relação de confiança, os diferentes processos de incubação, as tecnologias sociais, principalmente, são condições próprias para desencadear outra forma de desenvolvimento, conforme discute Dagnino (2010). Neste contexto, E3 discorre:

> A criação e fomento das Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários têm como objetivo melhorar as condições dos empreendimentos de economia solidária, por meio da transferência de tecnologia social em gestão e produção, além do desenvolvimento de ações sociais e políticas com os coletivos solidários. Este processo fundamentado em uma metodologia de trabalho que toma por referência a educação popular e valoriza cooperação e autogestão, busca oferecer e construir conjuntamente ferramentas para que os empreendimentos tornem-se sustentáveis nos aspectos econômicos, sociais, políticos e de gestão. Dentre as principais contribuições potenciais das incubadoras estão, portanto, o desenvolvimento tecnológico e a formação para e nos empreendimentos. Do ponto de vista dos quadros das incubadoras, os avanços em termos de formação são bastante perceptíveis. No caso dos empreendimentos, os resultados dependem da realidade de cada grupo e da metodologia adotada por cada incubadora. O mesmo tem ocorrido com relação ao desenvolvimento tecnológico dos grupos. **(E3, JULHO/2013)**

Nesse direcionamento, discorre E5 que vislumbrar, no assentamento, a possibilidade de fabricação de blocos de alvenaria por trabalhadores da ocupação, o conhecimento sobre salão de beleza como uma oportunidade, mesmo sabendo que eles não têm formação específica, "não tem cursos", é respeitar o "saber fazer"; enquanto que na situação empresarial só vale o conhecimento científico, teríamos que provar, através de cursos, formação na área,

buscar reconhecimento dos setores de regulação para emissão dos alvarás empresariais de funcionamento: “onde iríamos conseguir isso, se não somos empresas?, se não temos capital”?

Nesta perspectiva, infere-se que a tecnologia social, a incubação, metodologias populares de trabalho coletivo como o mutirão, o adjutório, o trabalho cooperado apresentam-se como respostas a imposição da tecnologia tradicional e que o conhecimento científico não precisa negar o conhecimento tácito vindo do meio popular para afirmar-se, pode haver uma cooperação promovida pelas incubadoras, conforme reza a carta de princípios do IEPS/UEFS.

Quanto ao IEPS/UEFS como agente articulador do associativismo, cooperativismo e grupos informais, todos (E1, E2, E3, E4 e E5) reconhecem a capacidade de unir, somar esforço, estimular a solidariedade, a cooperação tanto no trabalho coletivo nos projetos em incubação, quanto na possibilidade de juntar todos os agentes locais num ensinamento solidário, evitando a competição desnecessária entre iguais ou entre aqueles que querem a mesma coisa, os mesmos objetivos, mostrando que os inimigos estão no mercado da economia tradicional restringindo, limitando e discriminando e fora da nossa relação e que precisamos nos unir cada vez mais, pelas coisas que temos nas nossas comunidades, formando de acordo como o acúmulo das nossas experiências, nossas redes solidárias (MANCE, 2004).

Desta forma, cada associação, sindicato, grupo ou incubadora pode ser um agente de desenvolvimento local que estimula a solidariedade quando, ao invés da competição, prima pelo trabalho coletivo, no lugar do trabalho de cada um por si, o trabalho associado e em cooperação. E1 discorres sobre as contradições apresentadas da seguinte forma:

> A Economia Popular e Solidária combate a competitividade, o individualismo, o economistíssimo, o utilitarismo, questiona isso, porque é assim? É a história da meritocracia por um lado ruim e terrível que, normalmente, a gente aceita sem questionar a concorrência desigual; a gente se sacrifica para poder ter uma vida melhor abre mão de quase tudo. Acho que a gente tem que defender mesmo esta economia que é diferente e traz esta outra possibilidade através da incubadora e de outro desenvolvimento. **(E1, JUNHO/2013)**

Com efeito, todos (E1, E2, E3, E4 e E5) entendem ser potencializador o trabalho de incubação desenvolvido pela Incubadora da UEFS:

> Na realidade a ideia da incubadora na UFES, é para fortalecer a extensão da universidade, é uma vertente desta economia pela própria característica e pelas próprias ações que ela rege. Percebi que ela **potencializaria** as nossas ações junto à comunidade. Apresenta a economia popular e solidária o que ela é e o que traz na sua essência, o público que trabalha, a sua autonomia, o protagonismo. Isso nos levou a entender que além de fomentar a extensão faríamos uma relação direta com a

> sociedade para além da relação que a universidade tem com o mercado. (**E1, JUNHO/2013)**

Mesmo em pouco tempo de atividade é possível perceber a organização do trabalho diversificado em áreas e lugares e também a organização do trabalho especializado, protagonizando na universidade e na localidade onde ocorre o processo de incubação:

> É protagonismo, empoderamento, é isso. Na realidade, a gente nasceu assim, muito mal acostumado e por crescer num ambiente pobre e achar que o certo é o que vem de lá de fora, acho que isso é uma questão de colonização, religião, disciplina, muitas vezes não acreditamos na intervenção e reação do próprio lugar, mas, ela acontece [...]. (**E1, JUNHO/2013)**

Observa-se menção a uma organicidade para os mesmos objetivos que os agentes e iniciativas de Economia Popular e Solidária, planejam como se o fosse orientado por elas próprias sem nenhuma relação de poder hierarquicamente constituído.

As universidades que procuram aproximar-se das comunidades locais, especialmente, daquelas em situação de vulnerabilidade, forjam nas incubadoras populares agentes com orientação diferenciada do que comumente ocorrem com núcleos como empresas Juniores, escritórios de negócios ou projetos tecnológicos identificados com empresas da economia tradicional, porque possibilita o acesso de fora pra dentro da estrutura universitária dos setores que tem dificuldade de acesso ou de associar conhecimento científico, muitas vezes dificuldades até de identificar a demanda com o conhecimento popular de que dispõe:

> A incubadora está excelente, tá pensando em tudo, nos cursos, normas, estatuto, onde vamos e com quem comprar para vender. Desincumbar é o nosso futuro mesmo, mas, vamos estar fortes quando chegar a hora. Sobre a incubadora, sei que dão suporte ao grupo para ter autossuficiência, suporte em todo sentido para caminhar com as próprias pernas**.** Ela não só ensina, se preocupa com o nosso lugar, com tudo que tá perto de nós, é uma ideia maravilhosa, é o diferencial da cantina das outras que oferece o que tem aqui dentro mesmo, o que nem todas fazem: o picolé do fornecedor a gente não compra, nós mesmas fazemos nosso picolé, nossa pizza, o geladinho, mas queremos fazer nossa marca, porque a gente é capaz de fazer os produtos da terra, nossos talentos e fazer o desenvolvimento local. A Economia Popular e Solidária através da incubação contribui para o Desenvolvimento Local Solidário sim. Faremos o possível para que vocês continuem nos ajudando, agradeço o apoio. **(E2, MAIO/2013)**

Tem-se observado que esta empatia e esta boa relação evita a hierarquização de pessoas e de conhecimentos e o consequente entrave à interdisciplinaridade tão necessária à economia popular e solidária numa perspectiva local, pois nenhuma das partes tem se negado à interação.

As associações que articulam relações civis e tem objetivos comuns, em detrimento às empresas individuais que estimulam o lucro e a acumulação de capital, padecem de maiores dificuldades de sistematização de suas rotinas, trabalhos e organização, por isso necessitam do

apoio das incubadoras populares universitárias conforme acena a sustentação teórica, os documentos e as entrevistas:

> Associação é um instrumento que a gente tem para buscar suprir as necessidades que os moradores têm na comunidade, porque assim, sem sindicato, sem associação, a gente não vive. Temos o Polo Sindical que junta os outros sindicatos e entidades e por causa dele nos organizamos, ele nos ajuda também. Hoje a associação e o sindicato são essenciais nas nossas vidas. É possível viver aqui na zona rural sem ter vontade de voltar para a cidade. Ninguém trabalhando sozinho, isolado, consegue muita coisa, o que consigo e todo mundo aqui ainda consegue é por causa da associação. Os agentes de desenvolvimento são importantes, porque na hora certa, com a pessoa certa dá certo, mas existem muitos aproveitadores. Encontramos alguns que queriam que a gente respondesse como a empresa que existe faz muito tempo, exigindo de nós meio mundo de coisas. A Associação tem pouco conhecimento de negócio e a empresa tem muitos conhecimentos que passou por cursos, mas as cantinas que são empresas de longe se ver a sujeira, a desorganização; na nossa não vai ver isso, porque a nossa organização é diferenciada é orientada pela incubadora e pela nossa associação. (**E4, JULHO/2013)**

No que se refere às cooperativas:

> [...] Acredito que as pessoas que estão aqui não conhecem movimento social e o que é o Projeto de extensão da UFES, precisam participar mais e, também, precisa-se de mais envolvimento da UFES para a gente entender de cooperativa e associação, deixando de ser só grupo. Eu sei o que é uma associação, reforça e mobiliza o grupo, mas cooperativa sei que é bom também, principalmente para renda, mas, não está fácil de entender e trabalhar com ela [...] ainda não vi nenhuma facilidade [...]. (**E5, JULHO/2013)**

Os cooperados se mostram favoráveis às relações solidárias e são, notadamente, aquelas iniciativas de cooperação entre pessoas, em detrimento das grandes cooperativas empresariais que favorecem impulsos competitivos em benéficos dos monopólios e oligopólios, pois estabelecem relações entre pessoas jurídicas e pessoas jurídicas, entre estas e pessoas físicas, não compõe a natureza do cooperativismo popular, cujas tipologias organizativas, mesmo com a aprovação da nova Lei nº. 12.690/2012, que sugere alguns avanços (Anexo), encontram grandes dificuldades de dinamizar suas atividades econômicas em decorrência dos altos custos operacionais, muitas vezes da concorrência contra beneficiários de outras categorias de negócios como aqueles protegidos pelo Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES).

Os Grupos Informais:

> Ainda somos um grupo informal [...] como o professor fala estamos em pré-incubação. Eu coordeno aqui o movimento, trabalhando com os companheiros, acho que a luta vale a pena, não devemos desistir. Aqui são 74 lotes, espaços comunitários, tudo dividido certinho com apoio da Incubadora da UEFS que trouxe a Engenharia e também o pessoal de direito, inclusive, já descobriu que esse terreno é privado e existe a suspeita de que a empresa que existia aqui tenha ganhado do

> Município, ou esteja devendo todo em impostos que nunca pagou. Por isso precisamos muito de tudo que a incubadora da UEFS vem fazendo, precisamos nos organizar cada vez mais, numa associação, quem sabe numa cooperativa, viver na informalidade não dá. **(E5, JULHO/2013)**

Esses grupos procuram orientação para organizar-se, associar-se, trabalhar coletivamente e em colaboração e solidariedade, paradoxalmente ao que faz o empreendedor individual, o qual busca cuidar do seu próprio negócio através de uma dinâmica "natural" do modo de produção capitalista que estimula a forma egoísta, escondendo as estratégias de negócio, escondendo os melhores fornecedores dos demais empreendedores como se o "egoísmo humano" fosse algo favorável ao progresso pessoal e à riqueza social, conforme asseverado por Smith (1982) e por Walras (1986) no que se refere ao utilitarismo como forma de agregar valor. Os trabalhadores associados, além de toda ordem de dificuldades para inserir-se numa atividade comercial de trabalho coletivo, precisam reconstruir suas relações de forma colaborativas, solidárias e democráticas no mesmo mundo do trabalho, conforme Antunes (2006).

As agências de fomento e orientação de políticas públicas, agentes entrevistados no processo de incubação, procuram estimular a relação de solidariedade, embora com grandes dificuldades em decorrência de vários fatores, entre eles, destacam-se a pouca compreensão dos processos de incubação e de suas variadas dinâmicas; os esforços coletivos que buscam contrapor-se à exploração pela "bancarização" do crédito ou financiamento dos bancos tradicionais com taxas elevadas, em detrimento dos créditos e finanças solidárias e das políticas públicas organizadas pelo PRONINC que não são facilmente acessadas pelas incubadoras isoladamente, mostrando-se ainda incipiente para a escala necessária do desenvolvimento local solidário. A competência e disponibilidade formativa dos professores universitários para viabilizar a relação entre universidade e comunidade através dos processos de incubação em economia popular e solidária local, constitui-se numa outra dificuldade desse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar a Economia Popular e Solidária como uma estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário. Para isso, buscou-se identificar os elementos que caracterizam esta economia e analisar os agentes ou iniciativas que a compõe, protagonizam e organizam, destacando-se enquanto agente que contribui para disseminar os conhecimentos e possibilitar a economia popular e solidária articular-se de forma mais apropriada seus atributos ao processo de desenvolvimento local solidário, a Incubadora Universitária. Neste processo examina-se a ação didático-pedagógica da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS sobre a perspectiva do processo educativo de trabalho que é empreendido por esta economia em um processo de orientação econômico que prioriza o objetivo do desenvolvimento local solidário.

Ressalte-se na Incubadora Universitária um dos agentes que se mostrou diferenciados no processo de pesquisa, com posicionamento estratégico para apresentar e diseminar a economia popular e solidária, uma economia que se caracteriza pelas relações de proximidade, identitária, relações culturais, de laços de confianças e solidariedade, responsável pela dinâmica de empoderamento dos sujeitos e da comunidade e proliferação dos processos educativos de trabalho mediante a incubação de iniciativas para geração de trabalho e renda. Para Polany (1980), o intercâmbio de mercado e sua expansão, em que pese sejam dominantes em várias sociedades, não eliminou outras modalidades, formas econômicas ou relações democráticas. Ele assevera que a modernidade mercadológica não exclui a tradição, e, portanto, é provável a coexistência em diversas sociedades de diferentes modalidades, de formas produtivas.

Aliás, a pesquisa demostra que as incubadoras universitárias reforçam a economia popular e solidária como estratégica para o Desenvolvimento Local Solidário, pois tais agentes (quase todos) em executando ações que respeitem os princípios e dimensões desta economia contribuem com esta outra forma de desenvolvimento. Neste sentido, o PIEPS-UEFS desenvolve ações que reafirmam esses princípios, mesmo em um município que só envida ações esporádicas e pontuais de Desenvolvimento Local, como, aliás, o faz a grande maioria deles no Brasil.

Neste contexto, na busca pelo entendimento e claraza que concebe desta economia um movimento capaz de contribuir para uma outra forma de desenvolvimento, discutiu-se, ao longo de toda pesquisa, os elementos que a faz diferenciada, a saber: solidariedade, cooperação, ação econômica e a autogestão. Estes elementos são trabalhados pela SENAES

como principios norteadores desta economia que se desenvolve sobre diversas dimensões tais como social, política, ambiental, cultural, econômica, educacional, entre outras, e sobressaem como elementos oreintadores do PRONINC, do PROEXT, demais programas e projetos relacionados à economia solidária, bem como no processo de incubação ora estudado.

Na Economia Popular e Solidária, uma vez sendo identificados os elementos que contribuem para que ela se constitua em uma estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário, procurou-se ater aos agentes ou iniciativas responsáveis pelas suas disseminações, historicizando suas existências a partir das contradições parametrizadas no modelo capitalista, especialmente, com base nos conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico. Desta forma, discute-se com base na indagação: de que maneira a organização de grupos, o associativismo, o cooperativismo, as incubadoras universitárias estabelecem a relação ou não entre a economia tradicional e a Economia Popular e Solidária, visando a coexistir no mesmo sistema sociopolítico? A compreensão desta relação é de fundamental relevância para a compreensão dos resultados da presente pesquisa, pois a análise dos elementos, identificação do comportamento dos agentes ou iniciativas, bem como o exame da economia popular e solidária imbricada ao desenvolvimento local solidário permeiam este ambiente, suas relativas contradições e contextos.

Compreender o processo histórico de organização e condução de outra forma de desenvolvimento passa, necessariamente, por um processo de orientação econômica a partir da constatação da existência e da resistência dessa economia, advindo da evolução do seu processo organizativo em diversas dimensões. As incubadoras e outros agentes de posturas autônomas frente ao Estado ou ao setor privado tradicional que assumem um papel politizador, educativo e classista deste movimento faz desta economia a economia política dos setores populares e contribui para outra forma de desenvolvimento mesmo que as localidades ainda não dispunham dos instrumentos estruturantes.

Neste contexto, a análise das relações entre “ingredientes” imbricados no processo de Desenvolvimento Local Solidário que ora vislumbramos fundamental para o protagonismo social necessário, como universidade e seu papel fundamental, sejam no ensino, na pesquisa, na extensão ou processos iniciais de incubação, articulando a ciência com outras formas de conhecimentos e saberes, inclusive, com as tecnologias sociais e saberes locais, corroboram no processo e possibilita o acesso à economia popular e solidária, também e, principalmente, através das incubadoras. Assim, a análise sobre de que maneira o Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS possibilita articular saberes e conhecimentos diversos à Economia Popular e Solidária, fez-se pertinente e promissora.

Com efeito, todo este processo integra a lógica da Economia Popular e Solidária em dimensões, princípios e práticas, unificando-se como um processo de Desenvolvimento Local Solidário em que todas as organizações populares articulam-se numa espécie de pré-incubação, incubação e desincubação "do local" em todo seu processo histórico de desenvolvimento. Segundo Gaiger (2003), ainda que seja em campo de convivência conflituosa no modo de produção capitalista, este processo acontece.

Assim, nas universidades que procuram aproximar-se das comunidades locais, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade, forjam nas incubadoras populares agentes com orientação diferenciada do que comumente ocorrem pelas Empresas Juniores, escritórios de negócios ou projetos tecnológicos competitivos, utilitaristas, individualistas, porque possibilita o acesso de fora pra dentro da estrutura universitária dos setores que têm dificuldade de acesso ou de associar conhecimento popular ao conhecimento científico. Esta relação, "de fora pra dentro", evita a hierarquização de conhecimentos e o consequente entrave à interdisciplinaridade tão necessária à economia popular e solidária numa perspectiva local. Neste sentido, examinar em que medida o Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS se constitui em um agente que contribui, abre espaços e auxilia na orientação para o Desenvolvimento Local Solidário no município de Feira de Santana é uma realidade constatada nesta pesquisa.

Nesse sentido, destaca-se o PIEPS como elemento relevante e capaz de auxiliar na possibilidade do Desenvolvimento Local Solidário, tendo em vista a articulação que não só o faz, tal como se mostrou ser capaz de fazer ao longo do período de 2008 a 2012 no que se refere a possibilitar acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos na universidade, articular as diversas formas de conhecimento, saberes locais, tecnologias sociais, espaços, infraestrutura, bem como a promoção de uma relação formativa orgânica e organizativa entre os distintos sujeitos como professores, técnicos, estudantes e demais trabalhadores interessados na geração de trabalho e renda e em novas relações socioprodutivas, cujos princípios norteadores foram autogestão, cooperação, associativismo e solidariedade manifestados nos arranjos locas.

Os vários anos de pesquisas sobre os diversos grupos de trabalhadores envolvidos no processo de incubação – seja em forma de cooperativa, associação, grupos informais ou outras formas – apresentaram as contradições quanto à hierarquização social e organizacional que se impunha a todo instante sobre manifestações de individualismo, competitividade, trabalho particularizados e heterogestão entre os diversos sujeitos envolvidos. Entretanto, ainda assim, todos os grupos se mostraram trabalhando na perspectiva de serem capazes de superar esses

elementos reproduzidos e marcados cultural, ideológica e politicamente no processo de produção do modo capitalista. Esta relação e a superação da força de resistência desses elementos é o que Singer (2005b) chama de esforço para o processo de construção de um novo modo de produção, o modo de produção solidário. Esta perspectiva, em que pese os avanços na organização dos trabalhadores da economia solidária ainda não se verifica, entretanto, a demarcação da luta por uma economia política dos setores populares no enfrentamento aos elementos da economia tradicional é uma realidade.

As dificuldades, entretanto, foram identificadas nos relatos registrados no processo de incubação, situação em que os trabalhadores da cooperativa muitas vezes se negavam a fazer a rotação de postos de trabalho, argumentando ser melhor que o outro em algumas especialidades, ou, simplesmente que não se sentia à vontade, "intimamente satisfeito" na execução de algumas tarefas, ou na função que seria de outro, quando na prática das experiências essa situação foi frequentemente negada, porque eles foram mudando de ideia e comportamento ao longo do processo e fazendo a rotação de postos.

Esse processo conflituoso e por vezes de relações precárias indica a dificuldade de vencer a impregnação do individualismo, da imposição de hierarquias, causando comportamentos bastante resistentes de serem revertidos a bem do trabalho coletivo e democrático de um lado, mas que, aos poucos, no processo de incubação dos grupos, vem se revertendo mediante o esforço no sentido da autogestão e da solidariedade e do empoderamento no trabalho de incubação, do outro lado.

Observou-se a perspectiva da clara opção pelo trabalho coletivo e autogestionário, mesmo diante das dificuldades de sustentabilidade dos empreendimentos, da instabilidade ou da incerteza sobre uma renda futura, em todas as tipologias pesquisadas de tal maneira que o grupo Coopermasol – cujo processo de incubação ocorreu em dois anos (2009 e 2010) – retomou com outro projeto em 2012, o Projeto "Cantina Popular Solidária", resgatando algumas pessoas envolvidas no projeto Coopermasol do início de 2009, integrando outras pessoas de grupos diferentes, do assentamento Lucas da Feira (MSTB), organizando-se novo grupo para o trabalho com alimentação e desencadeando uma rede de produção com outros trabalhadores do artesanato e da agricultura familiar articulados na localidade.

Transcorrido todo o processo de pesquisa, ficou evidenciado, portanto, que um dos agentes articuladores da Economia Popular e Solidária para que ela se constitua numa estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário é a Incubadora Universitária, pois foi capaz de convergir em seu entorno outros agentes ou iniciativas que possibilitaram articular saberes, conhecimentos diversos e, especialmente, Ciência e Tecnologia à Economia Popular

e Solidária compartilhado com os setores populares numa dinâmica que se mostrou orgânica ao objetivar esta forma de desenvolvimento.

Esta capacidade, portanto, se manifestou no processo de incubação que se constituiu numa prática para além das composições didático-pedagógicas estabelecidas, comumente, na prática universitária da trilogia ensino, pesquisa e extensão, consubstanciando-se numa nova práxis de ação-reflexão-ação entre universidade e comunidade. Tal contexto trouxe como resultado uma dinâmica que não subordina as relações sociais aos processos produtivos tradicionais de forma direta ou definitiva, respeita outras formas de produção como a não monetária, as movidas por moedas sociais, por fundos rotativos e, procura, efetivamente, expor com clareza as técnicas e as estruturas a serviços das relações sociais dos setores populares mediante a organicidade dos agentes ou iniciativas de Economia Popular e Solidária num processo educativo de trabalho democrático e autogestionário.

Inferiu-se que as iniciativas manifestaram necessitar, e de fato necessitam, tornarem-se efetivos agentes do Desenvolvimento Local Solidário, pela capacidade política de articulação de interesses sociais que possuem, numa forma de desenvolvimento adequado aos setores populares que aqueles detentores da ação econômica ou do negócio tradicional simplesmente não conseguem conjurar em suas ações. Entretanto, os agentes ou iniciativas da economia popular e solidária prospectam um desenvolvimento de dimensões ampliadas pela participação, empoderamento e processos educativos não restritos ao trabalho hierarquizado e dominado por um dono ou um chefe capitalizado.

Observou-se que no município de Feira de Santana existem os elementos que compõe um cenário capaz de caracterizá-lo como propício para o Desenvolvimento Local Solidário, pela quantidade de organizações cooperativas em diversas áreas importantes de que dispõe, associações, incubadoras, sindicatos, ONGs, fundações fomentadoras e financiadoras das atividades, universidades, redes, institutos com atuação social, empreendimentos e iniciativas diversas de Economia Popular e Solidária.

Paradoxalmente, entretanto, nem todos estes agentes estão organizados politicamente nos níveis de organicidade necessária, mobilizados para a criação de instrumentos diretos específicos para a Economia Popular e Solidária que seriam leis municipais, políticas públicas municipais de fomento a esta economia, bem como fóruns locais e todo um marco legal sincronizado com os movimentos populares locais neste sentido. Verificou-se não existir a presença de qualquer instrumento direto de descendência pública local nesta perspectiva. Então, não basta ter alguns elementos, é preciso organizá-los, articulando organicamente agentes ou iniciativas para que esta forma de desenvolvimento aconteça.

Nesse molde, observa-se a inexistência, também, de instrumentos indiretos, como uma política monetária orientada localmente para Economia Popular e Solidária, com créditos específicos induzidos por políticas locais, agências de fomento e financiamentos específicos atraídos por uma perspectiva de financiamento e orientação econômica das finanças solidárias para os setores populares, políticas fiscais estimuladoras das atividades solidárias como redução de tributos (ISSQN, IPTU, ITBI, Taxas e Contribuições de Melhorias), criação de espaços de produção e comercialização previstos no orçamento municipal.

Nesta esteira, outros instrumentos indiretos, também, importantes não são sinalizados no município, que seriam representados pelas investidas em orientação de uma política cambial específica para particularidades da economia popular e solidária como exportação de artesanato, de produtos da cultura local como música, artes e outros atributos, alimentos locais da Economia Popular e Solidária, elementos do turismo rural, bem como nesta linha ações ou atos ligados à agricultura familiar, por exemplo. Neste sentido, o processo de orientação dos agentes torna-se um importante desafio a ser perseguido em busca do objetivo de desenvolvimento desejado.

Observou-se que a incubadora universitária é um agente capaz de articular, estimular, organizar e até de potencializar (a depender das condições estruturais e de financiamento) o Desenvolvimento Local Solidário, conforme mencionado por Patel e Sigolo (2010) especificamente e por Polany (1980) quanto à organicidade social de cada economia local, interna (nacional) e externa (internacional) na teoria analisada, especialmente, nos estudos de núcleos de incubação e de pesquisas congêneres ao IEPS, porque reúne toda diversidade de iniciativas ou outros agentes, respaldados pelo papel social das universidades, pela capacidade de articular e encaminhar instrumentos diretos e indiretos necessários à organização dos planos, programas, projetos ou política públicas consubstanciadas por coerências internas, externas e políticas na perspectiva do objetivo do Desenvolvimento Local Solidário.

Verificou-se que as políticas públicas implementadas até então, em nível geral (Brasil e Estado da Bahia) não são suficientes nem coerentes, porque não possuem integralidade nem dentro do município de Feira de Santana, endogenamente (não existe nenhuma política própria a elas articulada), nem de fora pra dentro (exógena) por não existir esta articulação com ou pelo poder público local. Desta forma, distancia-se da estabilidade tão necessária para um desenvolvimento como este. O tão propalado desenvolvimento no Brasil e, em especial, em Feira de Santana, é um "mito" conforme assevera Furtado (1981). Não se trata, contudo, de uma forma de desenvolvimento como um horizonte a ser perseguido, estudado e acompanhando com expectativas, mas, sim, como completa ausência de possibilidade de

efetivação de projetos no curto prazo (caso eventualmente aconteça ou esteja sendo gestado algum projeto neste sentido será incoerente pela ausência dos elementos historicamente constitutivos na forma de sua integração. Então, terá vida estanque ou em si mesma, não atinente ao desenvolvimento local solidário) por ampla falta de perspectiva do poder público local, ou seja, apresenta-se ainda, como uma linguagem simbólica, uma narrativa fantasiosa apenas oralizada politicamente. Para Miglioli (1983), o processo de planejamento econômico para qualquer dos seus objetivos, em especial o do desenvolvimento é uma política orientada. Neste sentido não se observa orientação no poder público local para o desenvolvimento local solidário neste momento.

Não obstante se tenha toda a evolução do conhecimento científico em perspectiva, no qual se observa uma recente interação destes, que caminham para um conhecimento prudente para uma vida decente, segundo Santos (2005), no qual o chamado conhecimento popular ou "vulgar" está respaldando o sustento e a vida de grande número de trabalhadores, o que é mostrado nas estatísticas mundiais, nacionais e locais. As universidades, em que pese o relevante avanço, por meio das incubadoras, encontram ainda consideráveis dificuldades de articular-se com as comunidades ou setores populares, especialmente pelo preconceito acadêmico construído ao longo da história da ciência moderna para com esta forma de conhecimento ou formas populares, de maneira geral. Ademais, deve-se refletir sobre o estereótipo que os acadêmicos apresentam aos populares na representação do saber completo, superior e total, situação em que não existe efetividade nem é percebido como interação da prática popular localmente.

Nessa contextualização, asseveramos que as incubadoras universitárias estão articulando tecnologias sociais que se apresentam como conhecimentos locais e populares dos antepassados, ou também, contemporâneos culturalmente acentuados nas localidades onde estão presentes. Isso tem sido feito em forma de trabalhos coletivos diversos como mutirões, adjutórios e nos diversos cultivares agricultáveis, da mandioca e dos sequeiros, no plantio e nas batas de feijão e milho, entre outros atributos como formas de plantar, cultivar e reservar alimentos, vestimentas, manutenção e serviços rurais. Observa-se ainda nas atividades rurais o uso da enxada, do arado de boi, a presença das manifestações artísticas e culturais peculiares, como festas de colheitas, samba rural, lindramor, reisado, folguedos juninos entre outras, as quais são características de formas próprias de organização socioprodutivas ou a elas relacionadas. Conforme assevera Polany (1980), comportamento, conduta e ação humana não se reduzem apenas à escolha racional, porque não é sempre que a ação econômica dá origem a

um cálculo utilitarista. Aspectos locais dizem muito sobre a dimensão socioeconômica, diferenciada pelas formas de organização dos âmbitos internos e externos à economia.

Neste sentido, a observação dessas e de outras manifestações responde ao objetivo de analisar de que maneira o Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS possibilita articular saberes e conhecimentos diversos à Economia Popular e Solidária. Foi também observada nos relatórios de incubação (ver Apêndices) a presença de fortes menções de autogestão, solidariedade e de desapego às hierarquias pelas relações de confiança atribuída de uns sujeitos aos outros, e estas não podem ser descartadas com o estereótipo de ultrapassadas, como entraves ou gargalos temporais, afirmando não terem valor científico, serem ruins ou inúteis, pois formam a coesão e a organicidade para a economia popular e solidária construir o processo de desenvolvimento local solidário.

Como síntese da relação entre economia popular e solidária e o desenvolvimento local, infere-se que, se a economia popular e solidária existe – como de fato acreditamos e mostram as teorias e experiências –, e está demonstrada sua capacidade de auto-organização local, a riqueza do capital social, a participação cidadã e o sentimento de apropriação do processo pela comunidade são elementos vitais em sua consolidação. Este desenvolvimento não é, simplesmente, um conjunto de projetos voltados ao crescimento econômico, é sim uma dinâmica cultural e política que transforma a vida social.

Portanto, esta economia relaciona-se organicamente com uma forma de desenvolvimento específica, que é o Desenvolvimento Local Solidário, visto que esse modelo tem demonstrado validação na sua composição e dinâmica em diversos agentes ou iniciativas da Economia Popular e Solidária em processo de incubação, pela capacidade de considerar a totalidade orgânica social que não permite ao mercado a condução da vida social dos sujeitos de forma integral, conforme assinala Polany (1980).

Considerando estudos, experiências e conhecimentos que fundamentaram esta pesquisa, seu tema, objeto, problema, objetivos e questões norteadoras, chegou-se a esta tese em que foi discutida: a economia popular e solidária constitui-se numa estratégia para o desenvolvimento local solidário. Ademais, o Programa Incubadora de Iniciativas da economia Popular e Solidária da UEFS, como qualquer outra incubadora da mesma natureza, que atue conforme princípios e dimensões desta economia, pode contribuir, possibilitar, auxiliar ou articular agentes e iniciativas da economia popular e solidária em processo educativo de trabalho de incubação ao processo de desenvolvimento local solidário de qualquer munícipio, desde que atenda aos preceitos da relação entre esta economia e sua forma adequada de desenvolvimento e tenha o suporte da universidade na trilogia ensino, pesquisa e extensão em

seu favor. Entretanto, este é um campo novo de pesquisa no município de Feira de Santana e na Universidade Estadual de Feira de Santana, trata-se da primeira tese que levanta esta possibilidade de discussão temática, portanto, existem espaços e vertentes carentes de exploração e análise, inclusive, mais aprofundadas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALMEIDA, Rômulo. Depoimento (Entrevistado em 15 de julho de 1982, por Ângela Coronel, Aloísio Barbosa e Rui Modenesi). **Memórias do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 3, p. 193-207, out. 2007. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109010939000.MD3_0_179.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2012.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento Local. In*:* CATTANI, Antonio D. et al. (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia.** São Paulo: Almedina Brasil, 2009. p. 108-113. Disponível em: <http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2012.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo trabalho.7. ed. Campinas, SP: Cortez, 2000.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho:** terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 13-22.

_____. **Os Sentidos do Trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.6. ed. São Paulo: Biotempo, 2006.

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. **História do Pensamento Econômico:** uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1989.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá. **Economia popular e solidária:** a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

ARRUDA, Marcos. **Socioeconomia solidária:** desenvolvimento de baixo para cima. Rio de Janeiro: PACS, 1998.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA (ANTEAG). **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 – 2007.** São Paulo: Todos os Bichos, 2009. Disponível em: <http://goo.gl/p79xp9>. Acesso em: 25 out. 2012.

ATLAS do desenvolvimento humano do Brasil 2013. **Perfil do município de Feira de Santana, BA.** Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_print/feira-de-santana_ba>. Acesso em: 12 out. 2013.

AZEVEDO, Alessandra Bandeira Antunes; SILVA, Ronalda Barreto. Formação do Trabalhador Solidário: emancipação ou legitimação da exploração? **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 149-166, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/1461/1093>. Acesso em: 06 mar. 2012.

BACON, Francis. **Da proficiência ao avanço do conhecimento humano**. São Paulo: Madras, 2006.

BAHIA (Estado). Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE. **Institucional – Economia Solidária.** Salvador: SETRE, [201-]. Disponível em: <http://www.portaldotrabalho.ba.gov.br/institucional/economia-solidaria/sesol/apresentacao>. Acesso em: 20 out. 2012.

_____. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE. **Catálogo Cooperativas do Estado da Bahia.** Salvador: Juceb; Sindicato e Organização das Cooperativas da Bahia (Oceb); Unicafes Bahia, jul. 2012. Disponível em: <http://www.sicm.ba.gov.br/vs-arquivos/imagens/revista-pdf-3440.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2012.

BELLONI, Isaura. **Metodologia de avaliação em políticas públicas:** uma experiência em educação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade:** para uma teoria geral da política. 10. ed. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BOFF, Leonardo. **Cuidar da terra, proteger a vida:** como evitar o fim do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 269.

BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. **A frente neodesenvolvimentista e a política externa nos governos Lula e Dilma.** Campinas, SP: 2012. Não publicado.

BOITO JR., Armando; MARCELINO, Paula. O Sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 323-338, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n59/08.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2012.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por dentro**. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **Esboço para uma Auto-análise**. Edições 70: Portugal, 2005.

BRASIL. Lei nº. 12.690, de 19 de julho de 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 jul. 2012.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm>. Acesso em: 10 dez. 2012.

_____. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Secretaria Nacional de Economia Solidária:** Apresentação. Brasília: MTE; SENAES, 2008a. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_apresentacao.asp>. Acesso em: 20 mar. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**: Dados e estatísticas. Brasília: MTE, 2013. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/rais/>. Acesso em: 25 out. 2009.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária –SIES – disponibiliza nova base de dados. **Boletim Informativo - Edição Especial.** Divulgação dos dados do SIES 2013, SENAES, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.goo.gl/D2AN1c>. Acesso em: 01 dez. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.** Relatórios SIES 2005/2007: Municípios. Brasília: MTE, 2008b. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>. Acesso em: 15 jul. 2012.

_____. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas de Economia Solidária.** Relatório Final, Recife: SNES, 2011.

BRAVO, R. Sierra. **Técnicas de investigação social**: Teoria e exercícios. 7. ed. rev. Madrid: Paraninfo, 1991.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 47, n. 1, jan./abr., 1996.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill (Orgs.). **O público não estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

BRUNO, Lúcia. Educação, qualificação e desenvolvimento econômico. In: _____. (Org.). **Educação e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1996a.

_____. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 16 n. 48 set.-dez. 2011.

_____. (Org.). **Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo:** leituras selecionadas. São Paulo: Atlas, 1996b.

CÂMARA DE DIRETORES LOJISTAS DE FEIRA DE SANTANA – CDL-FSA. **Feira de Santana como capital regional**. Feira de Santana: CDL-FSA, [201-]. Disponível em: <http://www.cdlfs.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=83&Itemid=222#divisoes>. Acesso em: 20 dez. 2011.

CAMPOS, Aurea Chateaubriand Andrade et al. Processo de Inserção Social dos Bandameiros de Feira de Santana. In: CONGRESSO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL,

23., 2005, Campo Grande. **Saneamento Ambiental Brasileiro:** Utopia ou Realidade, 2005. v. 1. p. 275-275.

CAMPOS, Aurea Chateaubriand Andrade. **Agenda 21:** A Feira de Santana que queremos. Feira de Santana, BA: Digiticom, 2000. v. 300. 13 p.

CAMPUS, Kanadani Silvia; NAVARRO, Zander (Orgs.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro:** ganhar tempo é possível? Brasília: CGEE, 2013.

CANÇADO, Airton Cardoso. **Autogestão em cooperativas populares**: os desafios da prática. Salvador: IES, 2007.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 3ª ed. Unicamp, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique. Presidente da República. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, DF: Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHAHAD, J. P. Z. Mercado de Trabalho: conceitos, definições e funcionamento. In: PINHO, D.; VASCONCELOS, M. (Orgs.). **Manual de Economia da USP**. São Paulo: Saraiva, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? TOMMASI, L.de WARDE, M. J., HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as Políticas educacionais.** São Paulo: Cortez. 1996.

CORAGGIO, José. Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado. **Proposta**: revista trimestral de debates, São Paulo, ano 26, n. 72, 1997.

CRUZ, Antônio C. M. **A diferença da igualdade**: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul. 2006. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CRUZ, Elaine Patrícia. Nova classe média brasileira tem renda entre R$ 291 e R$ 1.019 familiar per capita, define governo. In: SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SAE). **SAE na Mídia**, Brasília, 30 maio 2012. Fonte: <http://www.sae.gov.br/site/?p=12055#ixzz32kNkTLii>. Acesso em: 07 out. 2013.

CRUZ, Rossine Cerqueira da. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional**. 1999. Tese (Doutorado

em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

CULIT, Maria Nezilda. Reflexões sobre o Processo de Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários e seus Limites. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA REDE UNITRABALHO, 1., 2002, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: UNITRABALHO, 2002. Disponível em: <http://www.unitrabalho.org.br/IMG/pdf/reflexoes-sobre-processo-incubacao.pdf>. Acesso em: 05 out. 2012.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia social**: ferramenta para construir outra sociedade. 2. ed. Campinas, SP: Komedi, 2010.

_____. **Ciência e Tecnologia no Brasil**: o processo decisório e a comunidade de pesquisa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

DAGNINO, Renato; FONSECA, Rodrigo. Economia solidária, incubadoras universitárias, cooperativas e tecnologia: uma definição de papéis, **Revista Proposta,** Rio de Janeiro, FASE, maio/julho 2007, ano 31, n. 112, p. 16-24. Disponível em:<http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/1_renato.pdf>. Acesso em: set 2014.

DE MASI, Domenico. **Desenvolvimento sem trabalho**. São Paulo: Esfera, 1999.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 1973.

_____. **Participação é conquista:** noções de política social participativa. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

DESCARTES, René. **Discurso do método – meditações**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

DIOCESE DE SÃO MATEUS. **Cáritas Diocesana promove oficina local de economia solidária**. São Mateus, ES. 2014. Disponível em: <http://www.goo.gl/EpGY09>. Acesso em: 25 jan. 2014.

DIONNE, Hugues. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Brasília: Liber Livro, 2007.

DOWBOR, Ladislau. **Aspectos Econômicos da Educação**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **O que é Poder Local?** São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Quem tem medo da reforma tributária. (Entrevistado em maio 2013 por Gilson

Camargo). In: _____. **Ladislau Dowbor - Artigos.** São Paulo, 2013. Disponível em: <http://dowbor.org/2013/05/entrevista-com-l-dowbor-quem-tem-medo-da-reforma-tributaria-maio-2013-3p.html/>. Acesso em: 10 jun. 2013.

_____. **Tecnologias do Conhecimento***:* os desafios da educação. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. Um modelo mundial insustentável. In: PIETÁ, Elói (Org.). **A nova política econômica, a sustentabilidade ambiental:** 2003-2010 – o Brasil em transformação. v. 1. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010. p. 147-156.

DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, M. (Orgs.). **Políticas para o desenvolvimento local.** São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

EID, Farid. Metodologia de Incubação e Desafios para o Cooperativismo Popular: uma análise sobre o trabalho da incubadora de cooperativismo popular UFSCar. In: SEMINÁRIO DE METODOLOGIA DE PROJETOS DE EXTENSÃO, São Carlos, SP, 2002. **Anais...** São Carlos, SP: UFSCar, 2002. 15p.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **As guerras camponesas na Alemanha**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

FAGUNDES, Maria Emília Marques. **Informalidade na Região Metropolitana de Salvador:** um estudo exploratório.1992.201 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – FCE Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

FARIA FILHO, L. Mendes de. **Pensadores Sociais e História da Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FINEP – INOVAÇÃO E PESQUISA. **PRONINC**. Brasília: FINEP, 2012. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=programas_proninc>. Acesso em: 05 jul. 2013.

FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária. **FBES:** organização e forma de funcionamento. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 5 maio 2013.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. **Os desafios e as perspectivas dos bancos comunitários e da economia solidária.** Entrevista Especial ao Portal Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2010. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/38266-os-desafios-e-as-perspectivas-dos-bancos-comunitarios-e-da-economia-solidaria-entrevista-especial-genauto-de-franca-filho>. Acesso em: 23 maio 2013.

_____. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 7, nº. 1, jan.-jun. 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/2041/1542>. Acesso em: 29 set. 2011.

_____. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v. 12, nº. 1, p. 9-20, junho, 2002.

FRANÇA, Cássio Luiz de; VAZ, José Carlos; SILVA, Ivan Prado (Org.). **Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local.** São Paulo: Instituto Pólis, 2002.

FREIRE, Ana Maria. Educação para a paz segundo Paulo Freire. **Revista Educação**, Porto Alegre: PUC/RS, ano XXIX, n.2, p.387-393, maio/ago., 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Política e educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Cultura, 1961.

_____. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nacional, 1977.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Educação integral no Brasil:** inovações em processo. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular.** São Paulo: Cortez, 1993.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf>. Acesso em: 02 maio 2012.

_____. A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização. **DADOS – Revista de Ciências Sociais,** Rio de Janeiro, v. 47, n.4, 2004, p. 799-834. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/218/21847406.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2012.

_____. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 267-286.

_____. Significados e tendências da economia solidária. In: **Sindicalismo e economia solidária**. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores – CUT, 1999. p. 29-42.

GAIVIZZO, Soledad Bech. **Limites e possibilidades da economia solidária no contexto das transformações do mundo do trabalho:** a experiência da incubadora de cooperativas

populares da Universidade Católica de Pelotas. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

GASTALDI, J. Petrelli. **Elementos de Economia Política**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Metodologia do ensino superior**. São Paulo: Atlas. 2005.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Técnicas de Pesquisa em Economia e Elaboração de Monografias**. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Técnicas de Pesquisa em Economia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/03.pdf>. Acesso em: 23 out. 2011.

_____. **Movimentos e lutas sociais na História do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2009a.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009b.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010a.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009c.

_____. **O protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Teorias dos movimentos sociais:** Paradigmas clássicos e contemporâneos. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2010b.

GOERCK, C.; FRAGA, C. K.ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO BRASIL: UM ESPAÇO DE RESISTÊNCIA AS MANIFESTAÇÕES DE DESIGUALDADE DA QUESTÃO SOCIAL. Vivências: **Revista Eletrônica de Extensão da URI** - ISSN 1809-1636 Vol.6, N.9: p.103-111, Maio/2010.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Concepção dialética da história**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações:** uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1981.

_____. **Administração e estratégia do desenvolvimento:** elementos de uma sociologia especial da administração. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GUIMARÃES, Astrogildo Brito. **Panorama Geral de Feira de Santana.** Feira de Santana: UEFS, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto: Universidade de Algarve, 2006.

HESS, Remi. **Produzir sua obra:** o momento da tese. Brasília: Líber Livro, 2005.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem.** 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

HUNT, Emery Kay. **História do Pensamento Econômico**. 7. ed. São Paulo: Campus, 1989.

IANNI, Otávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Bahia – Feira de Santana. **IBGE Cidades@**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/232N6>. Acesso em: 10 dez. 2011.

KALECKI, Michael. **Teoria da dinâmica econômica**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas.)

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais:** um tratamento conceitual. São Paulo: EPU, 1980.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, dos juros e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas.)

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica:** Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

KOSICK, Karel. **A dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KRAYCHETE, Gabriel (Org.). **Economia dos Setores Populares:** entre a realidade e a utopia. Salvador: Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE; UCSAL, 2000.

_____. **Economia dos setores populares:** sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: Oikos, 2007.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia popular na Península de Itapagipe**: O trabalho por conta própria. Salvador: UCSAL; CAMMPI, 2002. Disponível em: <http://itcpucsal.blogspot.com.br/p/textos-e-publicacoes.html>. Acesso em: 30 set. 2010.

_____. Políticas de apoio aos empreendimentos da economia solidária. In: CONGRESSO DAS ITCPS, 2., São Paulo, 2008. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

_____. **Viabilidade econômica e sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária.** Curso de Extensão. Caderno de textos e exercícios. Salvador: ITCP/UCSAL, 2010.

KURZ, Robert. **Os últimos combates.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Técnicas de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. O Estado e a Revolução. In: _____. **Obras Escolhidas.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1985. v. 2. p. 39–103.

_____. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**. In: _____. **Obras escolhidas.** São Paulo: Alfa-Omega, 1979. v. 1. p. 87–98.

LIMA, José Raimundo Oliveira. A Economia Popular e Solidária como Estratégia para o Desenvolvimento Local: uma análise a partir de observações realizadas na Feira Livre da Estação Nova no Município de Feira de Santana-BA. In: FÓRUM E ENCONTRO NACIONAL ESTADO, CAPITAL, TRABALHO, 1., 2011, São Cristóvão, SE. **Anais...** São Cristóvão, SE: GPECT, 2011a. v. 1. p. 1-11.

_____. A Economia Popular e Solidária como possibilidade de Política Pública capaz de contribuir para o Desenvolvimento Local Sustentável. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: DIVERSIDADES E DESIGUALDADES, 11., 2011, Salvador. **Anais...** Salvador-BA: UFBA, 2011b. Disponível em: <http://migre.me/iR5Lx>. Acesso em: 20 jan. 2012.

_____. A evolução da contabilidade e o sistema de informações contábeis: uma exigência da economia globalizada. **Diálogos & Ciência**, Salvador, ano IV, n. 8, jun. 2006. Disponível em: <http://dialogos.ftc.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=52&Itemid=15 >. Acesso em: 07 fev. 2011.

_____. **Caracterização do Terceiro Setor da Economia em Feira de Santana-BA, a partir da Lei 9.790 das OSCIP de 23/03/1999**. 2004. 96f. Dissertação (Mestrado em Gestão Integrada de Organizações) – UNIBAHIA; UNEB, Salvador, 2004.

_____. Com a palavra, um sujeito do campo e as suas memórias. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE – EDUCAÇÃO, CULTURA E DIVERSIDADES, 20., MANAUS. **Anais...** Manaus: UFAM, 2011c. p. 80.

_____. Razões históricas para problemas com a qualidade da educação brasileira: instituições escolares e políticas educacionais normatizadas a luz do processo econômico. In: JORNADA DO HISTEDBR, 10., 2011, Vitória da Conquista, BA. **História da educação:** intelectuais, memória e política. Vitória da Conquista, BA: UESB, 2011d. v.2. p.1-193.

LIMA, José Raimundo Oliveira; SILVA, Joabe Márlus Lopes da. A eficiência da política monetária brasileira como instrumento indicativo de orientação econômica no período de

1994 a 2002. **Sitientibus,** Feira de Santana, n. 43, p. 209-226, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/43/2.3_a_eficiencia_da_política_monetaria_brasileira.pdf>. Acesso em: 06 out. 2011.

LOMBARDI, José Claudinei; CASTANHO, Sérgio Eduardo; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha. Memória, História e Educação. Mesa Redonda. Mediadora: Maria Cristina Dantas Pina. In: JORNADA DO HISTEDBR, 10., 2011, Vitória da Conquista, BA. **História da educação:** intelectuais, memória e política. Vitória da Conquista, BA: UESB, 2011. v.2. p.1-193.

LÖWY, Michael. **A evolução política de Lukács (1909-1929).** São Paulo: Cortez, 1998.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUNA, Sérgio V. de. **Planejamento de pesquisa:** uma introdução. São Paulo: EDUC, 1999.

MACEDO, Maria Erotildes de Lima. **História de Santa Bárbara:** Literatura de Cordel. Santa Bárbara, BA, 2005.

MAGALHÃES, Gildo. **Introdução à metodologia científica:** caminhos da ciência e tecnologia. São Paulo: Ática, 2005.

MALTHUS, Thomas R. **Princípios de economia política e ensaio sobre a população.** São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas.)

MANACORDA, Mario Alighiero. **O Princípio educativo em Gramsci:** Americanismo e Conformismo. Campina, SP: Alínea, 2008.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes:** a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. Consumo solidário. In: CATTANI, Antonio et al. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 44-49.

_____. **Fome Zero e Economia Solidária –** O Desenvolvimento Sustentável e a Transformação Estrutural do Brasil. Brasília: DF, 2004. Disponível em: <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/fomezero.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2011.

_____. **Redes de colaboração solidária:** aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARSCHAL, Alfred. **Princípios de economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 16. ed. Livro I. Trad. de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista (1948). In: REIS FILHO, Daniel Arão el al. (Orgs.). **O Manifesto Comunista 150 anos depois:** Karl Marx, Friedrich Engels. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MATTOS, Sandra Maria Cerqueira da Silva; LIMA, José Raimundo Oliveira. Gestão compartilhada e democrática – prática escolar que ensina a todos: um estudo sobre o centro de educação básica da universidade estadual de feira de Santana-Ba In: COLÓQUIO INTERNACIONAL, 4., 2010, São Cristóvão, SE. **Anais..**. Aracaju: UFS, 2010. Disponível em: <http://www.pucrs.br/eventos/alcadeca/download/gestao-compartilhada.doc>. Acesso em: 20 dez. 2011.

MELO, Ricardo O. L.; VACONCELOS Maria da Conceição; SAMPAIO, Barreto Elza (Orgs.). **Economia solidária e processos de incubação**. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2008.

MÉSZÁRIOS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIGLIOLLI, Jorge. **Acumulação de Capital e Demanda Efetiva**. São Paulo: TAQ, 1985.

_____. **Introdução ao Planejamento Econômico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MILL, John Stuart. **Princípios de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINTZBERG, Henry. **O processo da estratégia.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MIRANDA, Carolina Sanchez. **Fatores de Risco.** São Paulo: Associação Brasileira de Qualidade de Vida, 2011. Disponível em: <http://www.abqv.com.br/portal/Content.aspx?id=97>. **Acesso em:** 17 out. 2012.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo:** de onde vem, pra onde vai? São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana. Outras Palavras. **Revista Sitientibus**, Feira de Santana, n.14, 1996, p.211.

MORIN, Edgard. **Complexidade e ética da solidariedade**. In: CASTRO, G. et al. (Orgs.). Ensaios de complexidade. Porto Alegre: Sulina, 1997. p. 10-25.

MOVIMENTO DE TRABALHADORES SEM TERRA – PARÁ. **A organicidade e o planejamento**: construindo coletivamente. Cartilha de Estudo nº. 01. Belém: MST/PA, jan. 2005a.

_____. **Organicidade e o planejamento.** Cartilha de Estudo nº. 05. Belém: MST/PA, dez. 2005b.

_____. **Organicidade e o planejamento:** o funcionamento das brigadas no MST. Cartilha de Estudo nº. 04. Belém: MST/PA, dez. 2005c.

NASCIMENTO, Carla Janira Souza Do. **Caracterização das relações formais e informais no mercado de trabalho de Feira de Santana.** 1996. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

NOSELLA, Paolo. **Qual o compromisso político?:** Ensaios sobre a educação brasileira pós-ditadura. 2. ed. rev. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2002.

NOVAES, Henrique T. Algumas notas sobre a concepção marxista do Estado capitalista no século XX. In: BENIN I, É et al. (Orgs.). **Gestão Pública e Sociedade:** fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 169-216. Disponível em: <http://www.amigosdanatureza.org.br/data/img_Livros/13/livro_13.pdf>. Acesso em: 12 out. 2013.

OLIVEIRA, Elízia Priscila Souza de; LIMA, José Raimundo Oliveira. A economia popular e solidária e suas dificuldades e possibilidades para autogestão: observações a partir de um estudo em uma empresa recuperada. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, FINANÇAS SOLIDÁRIAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, 7., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: NESOL; USP, 2011. Disponível em: <http://cirandas.net/articles/0010/4054/OT08.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2012.

OREFICE, Paolo. Ciencia y desarrollo: hacialacienciaplanetaria para eldesarrollo material e inmaterial de calidad: estructura y dinámica de los saberes locales y saberes globales. **Revista da FAEEBA** – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 16, n. 28, p. 121-130, jul./dez., 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Cooperativa.** Porto Velho: OCB, 2013. Disponível em: <http://www.sescoop-ro.org.br/cooperativas-o-que-sao/>. Acesso em: 17 nov. 2013.

PAIVA, C. A. Smith, Kalecki e North e os fundamentos de uma teoria geral do desenvolvimento mercantil-capitalista de regiões periféricas. In: **Textos para Discussão FEE**. Porto Alegre, 2006b. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/>. Acesso em: 18 nov. 2013.

PAIVA, C. A. Demanda efetiva, exportações e desenvolvimento regional (ou Smith, Kalecki e North e os fundamentos de uma teoria geral do desenvolvimento de regiões periféricas em transição para o capitalismo). In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2. Porto Alegre. *Anais.* Porto Alegre: PPGE: FEE, 2004. CD-Rom.

PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Elizeu Clementino (Orgs.). (**Auto) Biografia:** formação, territórios e saberes. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

PATEO, Felipe; SÍGOLO, Vanessa. **Um estudo sobre desenvolvimento local solidário:** conceitos e estratégias. São Paulo: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/USP), 2010.

PEDRÃO, Fernando. Contingência do trabalho no novo século. **Revista Desenbahia,** Salvador, v. 8, nº. 12, p. 221–235. mar. 2010.

PHILLIPIS, Bernard S. **Pesquisa social**: estratégias e táticas. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1974.

PINTO, Florentino Carvalho. Uma História do Cooperativismo sob a Perspectiva Utópica. **ReAC – Revista de Administração e Contabilidade**, Feira de Santana-Ba, v. 1, n. 1, p. 65-79, jun./dez., 2009. Disponível em: <http://www.reacfat.com.br/Index.php/reac/article/viewFile/6/28>. Acesso em: 20 dez. 2011.

PINTO, Raimundo. **Pequena História de Feira de Santana**. Sicla: Feira de Santana, 1971.

POCHMANN, Márcio (Org.). **Reestruturação Produtiva:** perspectiva de desenvolvimento local com inclusão social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. **O Trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens da nossa época. Tradução Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica.** São Paulo: Cultrix, 2001.

POPPINO, Rolie E. **Feira de Santana**. Itapuãn: Salvador, 1986.

PORTER, Michael E. **Vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. **História e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Feira de Santana (PDLI).** Feira de Santana: COPLAN, 1968.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia:** a experiência da Itália Moderna. Tradução Luiz Alberto Monjardim. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RAZETO Luís Migliaro. **Empresas de trabajadores y economía de mercado**. Santiago: Ediciones PET, 1982.

_____. **Los caminos de laeconomía de solidaridad**. Buenos Aires; Madrid: EdicionesLumen-Humanitas, 1997.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REVISTA da Sociedade Brasileira de Economia Política, Uberlândia, MG, ano 17, nº. 36. São Paulo: Plêiade, 2013.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas.)

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

_____. **Política e programação econômicas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

RUBIN, IsaakIllich. **A teoria marxista do valor.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica:** guia para eficiência nos estudos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento Includente, Sustentável.** São Paulo: Garamond, 2004.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 4. ed. São Paulo: Best Seller, 2000.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, Boaventura Souza (Org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **A Universidade no Século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. FSM em sentido amplo. **Carta Maior**, São Paulo, 11 fev. 2009. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/FSM-em-sentido-amplo/19472>. Acesso em: 05 set. 2012.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 237-280, 2002.

_____. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, A. et al. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto; Corecon, 2000. p.33-75.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. **Associativismo e Desenvolvimento**: O caso da Região Sisaleira da Bahia. Feira de Santana, BA: UEFS Editora, 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Educação do senso comum à consciência filosófica.** 18. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

_____. **Escola e Democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 41. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

SEMERARO, G. Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/a06v2670.pdf>. Acesso em: 08 maio 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERASA EXPERIAN. **Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações.** São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.serasaexperian.com.br/release/indicadores/falencias_concordatas.htm>. Acesso em: 05 out. 2013.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO – Amapá (SESCOOP-AP). Macapá: SESCOOP-AP, 2012. Disponível em: <http://www.sescoop-ap.coop.br/site/>. Acessado em: 20 ago. 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Rafael de Almeida; LIMA, José Raimundo Oliveira. A Transformação da Arte/Música em Mercadoria. In: ENCONTRO BAIANO DE ESTUDOS EM CULTURA, 2., 2009, Feira de Santana. **Anais...**Feira de Santana: UEFS, 2009. v.1. p.1-15.

SILVA, Roberto Marinho Alves da; FARIA, Maurício Sardá de. Tecnologias Sociais e Economia Solidária. In: REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL - RTS (Brasil) (Org.). **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável:** Contribuições da RTS para a formulação de uma Política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social (RTS), 2010. p. 65-70.

SILVA, Ronalda Barreto. **A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade-CNEC e a Política Educacional do Estado Brasileiro (1943-1985).** 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, São Carlos, 1985.

_____. **Educação Comunitária:** além do estado e do mercado? A experiência da Campanha Nacional de Escolas da comunidade – CNEC (1985-1998). São Paulo: Autores Associados, 2003.

SIMONSEN, Mario Henrique. **A nova economia brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

SINDICATO DOS CAMELÔS DE FEIRA DE SANTANA. Situação Calamitosa. Feira de Santana: Sindicame, 20 ago. 2012. Disponível em: <http://sindicamefeira.blogspot.com.br/2012/08/calamitosa-domingo19-de-agosto-de-2012.html>. Acesso em: 20 ago. 2012.

SINGER, Paul. A Cooperativa é uma empresa socialista. In: GUIMARÃES, G. et al.(Orgs). **Sindicalismo & Cooperativismo:** A Economia Solidária em Debate – Transformações no Mundo do Trabalho. São Paulo: Unitrabalho, 1999a. p.79-91.

_____. A crise das ONGs e das políticas sociais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 out. 2008a. Caderno Tendências e Debates.

_____. A economia solidária como ato pedagógico. In: Kruppa, Sonia M. Portella (Org.).**Economia solidária e educação de jovens e de adultos**. Brasília: Inep/MEC, 2005a.

_____. Desafio à Solidariedade. In: GUIMARÃES, G. et al. (Orgs). **Sindicalismo & Cooperativismo:** A Economia Solidária em Debate – Transformações no Mundo do Trabalho. São Paulo: Unitrabalho, 1999b. p.63-76.

_____. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. **Revista Proposta,** São Paulo, n. 72, 1997.

_____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil:** A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28.

_____. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Introdução. In: MELLO, Sylvia Leser de (Org.). **Economia solidária e autogestão:** encontros internacionais. São Paulo: Nesol/USP, 2005b.

_____. Possibilidades da Economia Solidária no Brasil. In: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT/BRASIL. **Sindicalismo e Economia Solidária:** reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT. 1999c. p. 51-60.

_____. **Uma utopia militante:** repensando o socialismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999c.

SINGER, Paul; MACHADO, João. **Economia socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000b.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

SITUAÇÃO DOS CAMELÔS, AMBULANTES E FEIRANTES. Sessão da Câmara Municipal de Vereadores de Feira de Santana, BA, ocorrida em 12 set. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7Ml4F7NwXIk&feature=share>. Acesso em: 12 set. 2013.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas.)

SOARES, Magda. **Metamemória-memoriais:** travessia de uma educadora. São Paulo: Cortez, 1991.

SOARES, Marco Antonio Tavares. **Trabalho informal:** da funcionalidade à subsunção ao capital. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2008.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TZU, S. **A Arte da Guerra.** São Paulo: Record, 2006.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in) visíveis da produção**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global:** limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

TIRIBA, Lia Vargas. A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 221-224.

_____. Ciência econômica e saber popular: reivindicar o "popular" na economia e na educação. In: TIRIBA, Lia Vargas; PICANÇO, Iracy (Orgs.). **Trabalho e educação**: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2004. p. 75-102.

_____. COOPARJ – Cooperativa de Parafusos do Rio de Janeiro. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n. 74, p. 64-76, 1997.

_____. **Economia popular e cultura do trabalho:** pedagogia (s) da produção associada. Ijuí: Unijuí, 2001.

_____. Economia popular e produção de uma nova cultura do trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho:** perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 189-217.

_____. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, n. 97, p. 38-49, 2003.

_____. Trabalho e educação na Guerra Civil Espanhola: cenas madrilenas sobre conselhos operários e coletivização da produção. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n. 21, p. 180-200, mar. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/21/art17_21.pdf>. Acesso em: 05 out. 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – UEFS. **Carta de Princípios da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana**. 12/2010. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2010a.

_____. **Proposta de Estatuto à Assembleia Geral Universitária** – 12/2010. Feira de Santana: Editora da UEFS, 2010b.

_____. **Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana.** Feira de Santana: IEPS, 2012.

_____. **Projeto "Feira de Comercialização e Divulgação dos Produtos da Agricultura Familiar e da Economia Popular Solidária no Espaço da UEFS".** Feira de Santana: UEFS, 2011.

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia:** micro e macro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VERHINE, Robert E. Determinação dos custos educacionais: uma análise panorâmica do estado da arte. **Revista Educação – PUC-RS**, Porto Alegre, v. 21, nº. 35, p.107-122, 1998.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIOTTI, Eduardo Baumgratz. **A economia e o Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 1986.

WALRAS, Leon. **Compêndio dos elementos de economia política pura.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. Estudios de economía social: Segunda lección: intervención de las doutrinas filosóficas. In: VUOTTO, Mirta et al. **Economía Social:** precisiones conceptuales y algunas experiências históricas. Buenos Aires: Altamira; Fundacion OSDE, 2003.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educação Popular:** metamorfoses e veredas. São Paulo: Cortez, 2010.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo: Ática, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Cronograma

Este cronograma refere-se à definição cronológica das etapas do trabalho com seus respectivos prazos. Constitui-se uma das etapas principais necessárias à construção da tese e distribui-se ao longo do tempo disponível, levando necessariamente também em conta os momentos não disponíveis para atividades acadêmicas específicas.

Atividades e Ações Desenvolvidas e em Desenvolvimento no Processo de Pesquisa

PERÍODO	ATIVIDADES
2010	Discussão do projeto em grupo sob o acompanhamento da Orientadora.
	Participação em reuniões do Colegiado do Programa na condição de representante discente, objetivando entender o funcionamento, a dinâmica e as avaliações do/sobre o programa.
	Apresentação e discussão do Projeto no Fórum de Pesquisa da Linha 3 no primeiro e segundo semestre.
	Revisão Bibliográfica Preliminar/Cumprimento dos Créditos Obrigatórios
	Levantamento preliminar de dados e dos agentes/iniciativas a serem estudadas.
2011	Discussão/Refinamento do Projeto de Pesquisa.
	Aprofundamento da pesquisa bibliográfica.
	Mapeamento para realização de entrevistas.
	Levantamento de fontes documentais.
2012	Exame de qualificação do Projeto.
	Participação de experiência de incubação na coordenação do IEPS/UEFS.
	Realização dos procedimentos de análise do material organizado.
	Aprofundamento da pesquisa bibliográfica.
	Realização de algumas entrevistas.
2013	Realização das entrevistas complementares.
	Sistematização dos elementos finais da pesquisa.
	Elaboração do texto final.
	Revisão do texto final e Defesa da Tese (maio)
2014	Retorno às atividades docentes de ensino, pesquisa e extensão.

Fonte: Elaboração Própria, fevereiro/2012.

APÊNDICE B – Roteiro de análise documental do Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS (PIEPS/UEFS)

1) Quando, como e por que foi criado o PIEPS/UEFS?
2) Qual é o objetivo principal do PIEPS/UEFS?
3) Quais são as suas principais diretrizes?
4) Quais são as principais atividades desenvolvidas?
5) O PIEPS/UEFS está vinculado a quais Tipologias de Iniciativas ou Agentes?
6) No que consistem essas vinculações? São todas para incubação?
7) O PIEPS/UEFS está vinculado a outros Programas Sociais? Quais?
8) No que consistem essas vinculações com cada um dos Programas Sociais?
9) Qual é a metodologia de incubação utilizada para intervir junto as experiências de Economia Popular Solidária?
10) O PIEPS/UEFS prevê contribuição à viabilidade das experiências de geração de trabalho e renda e de seus parceiros, como?
11) A metodologia de incubação possibilita as iniciativas de Economia Popular Solidária viabilidade na geração de trabalho e renda e de seus integrantes?
12) PIEPS/UEFS tem alguma participação em instâncias como Fóruns ou Conselho de Economia Solidária?
13) Da forma como o Fórum de Economia Solidária, as redes e outras representações atuam estão colaborando com o IEPS/UEFS e a Economia Popular e Solidária em Feira de Santana (BA)?
14) Demais informações relevantes e diversas do enfoque da pesquisa:

APÊNDICE C – Esclarecimentos ao entrevistado

Trata-se de um trabalho acadêmico, por isso, não serão abordados temas de natureza confidencial. Entretanto, poderão existir perguntas que o entrevistado não queira ou pense não saber responder. Nesse sentido, o entrevistador compreende e respeita esta posição, pois o objetivo é procurar interpretar, através da análise, os elementos que determinam a Economia Popular e Solidária como uma estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário no Município de Feira de Santana-BA.

Ressaltamos que esta entrevista poderá ser publicada na íntegra no corpo da tese ou, posteriormente, em relatórios, vídeos ou livros; solicitamos, pois, a assinatura neste roteiro da seguinte forma:

1 – Assinatura – Permito tornar públicas, caso sejam necessárias, minha posição sobre o que me foi perguntado, bem como minha imagem em vídeo.

2 – Assinatura – NÃO permito tornar públicos meu nome, nem minha imagem em vídeo, apenas o conteúdo das respostas sem nenhuma identificação.

Feira de Santana,

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista (semiestruturada)

QUESTÕES DE ORDEM DIRETA SOBRE O PERFIL DO ENTREVISTADO

1. Qual o seu nome completo? Você tem apelido? Qual é?
2. Qual o seu endereço?
3. Você se importa de revelar sua idade? Se não, quantos anos você tem?
4. Onde você nasceu? Se não nasceu em Feira, vive aqui há quanto tempo?
5. Você é casada/o ou convive com um companheiro/a?
6. Onde seu marido ou companheiro/a nasceu? Se não nasceu em Feira, vive aqui há quanto tempo?
7. Tem filhos? Quantos? Qual a idade e gênero deles?
8. Seus filhos estudam? Em que escola?
9. Qual a sua renda individual?
10. Qual a renda da sua família?
11. Qual o seu gasto mensal familiar?
12. Você reside em imóvel próprio ou alugado?
13. Qual o seu grau de instrução?
14. Você lê com segurança, compreendendo bem os textos? Em caso negativo, você acha que ler bem poderia ajudá-la/lo de alguma forma, no seu dia-a-dia?
15. Você deseja, de alguma forma, estudar ou continuar estudando?
16. Você leu algum livro no último ano? Quantos?
17. Você consegue somar, subtrair, multiplicar e dividir sem dificuldades?
18. Você sabe lidar com computadores? Em caso positivo, o que você consegue fazer?
19. Você trabalha em alguma outra atividade além da que desenvolve na (**AGENTE OU INICIATIVA ESPECÍFICA)?**
20. Você já exerceu algum outro trabalho antes? Qual?
21. O que você considera saber fazer bem?
22. Lazer: com que você se diverte?
23. Você exerce alguma atividade política?
24. Você participa de alguma associação, sindicato ou grupo organizado?
25. Qual a sua religião? Frequenta cultos religiosos?
26. Você se considera uma pessoa feliz?

27. Você é capaz de identificar algo que, acontecendo na sua vida, o tornaria uma pessoa mais feliz, mais satisfeita?
28. Há alguma atividade em particular que você gostaria de aprender?

QUESTÕES RELACIONADAS AO AGENTE OU INICIATIVA (COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO/GRUPO INFORMAL / INCUBADORA/ AGENTE DE FOMENTO)

1. Como você conheceu a (**AGENTE OU INICIATIVA ESPECÍFICA)** e resolveu participar dela?
2. Que trabalho cabe a você na (**AGENTE OU INICIATIVA ESPECÍFICA)?**
3. O que você entende por "Economia Popular e Solidária"?
4. Antes da (**AGENTE OU INICIATIVA ESPECÍFICA)** você já havia ouvido falar de "Economia Popular e Solidária"?
5. O que é uma (**AGENTE OU INICIATIVA ESPECÍFICA)** para você? Em que ela se diferencia das empresas comuns?
6. Você tem parentes entre as pessoas que compõem a (**AGENTE OU INICIATIVA ESPECÍFICA)?**
7. Quais os pontos positivos da (**AGENTE OU INICIATIVA ESPECÍFICA)** até agora, em sua opinião?
8. Quais os pontos negativos da (**AGENTE OU INICIATIVA ESPECÍFICA)** até agora, em sua opinião?
9. Qual o efeito que o trabalho da (**AGENTE OU INICIATIVA ESPECÍFICA)** pode ter na sua vida?
10. Qual a renda mínima que você espera obter com o trabalho na (**AGENTE OU INICIATIVA ESPECÍFICA)?**
11. Para que você considere que a (**AGENTE OU INICIATIVA ESPECÍFICA)** "deu certo", o que você acha que terá de acontecer?
12. Você quer comentar algum tema, sugerir alguma temática próxima do que lhe foi perguntado?
13. O que você sabe sobre a Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS?
14. O que você diria sobre Desenvolvimento Local Solidário?

15. Você acha possível que a Economia Popular e Solidária, através da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS, contribua para o Desenvolvimento Local Solidário?

APÊNDICE E – Roteiro de entrevista (semiestruturada)

Questões temáticas

PARTE II - CONCEPÇÃO E RELAÇÕES TEMÁTICAS SOBRE O OBJETIVO DA PESQUISA – A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO NO MUNÍCIPIO DE FEIRA DE SANTANA, A PARTIR DO PROGRAMA DE INCUBADORA DE INICIATIVA DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA UEFS NO PERÍODO DE 2008 A 2012.

1. QUE FATORES DETERMINAM A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO UMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO?

1.1. O que você entende por Economia Popular e Solidária?

1.2. Como compreende o Desenvolvimento Local Solidário?

2. QUAIS ELEMENTOS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA SÃO DETERMINANTES PARA QUE ELA SE CONSTITUA NUMA ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA?

3. QUAIS OS AGENTES OU INICIATIVAS CONTRIBUEM PARA A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO?

4. EM QUE MEDIDA AS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS POSSIBILITAM ARTICULAR SABERES, CONHECIMENTOS DIVERSOS E, ESPECIALMENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SOCIAL À ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA A SERVIÇO DOS SETORES POPULARES?

5. EM QUE MEDIDA O PROGRAMA INCUBADORA DE INICIATIVAS ECONÔMICAS POPULARES E SOLIDÁRIAS DA UEFS SE CONSTITUI NUM AGENTE POTENCIALIZADOR PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SOLIDÁRIO NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA-BA?

DEPOIS DA ENTREVISTA

a) Existem outros assuntos sobre os quais não falamos, mas que você gostaria de comentar antes de encerrarmos a entrevista? Quais?

b) Quais são os comentários a respeito desta entrevista? Gostaria de sugerir alguma coisa quanto à forma ou quanto ao conteúdo das perguntas?

APENDICE F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este termo consiste em selar com segurança, para ambas as partes, entrevistador e entrevistado, um convite para responder a uma entrevista aberta sobre a pesquisa intitulada **A Economia Popular e Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário no Município de Feira de Santana-BA.** Suas respostas irão colaborar com informações que nos ajudarão a estudar essa relação temática suscitada com base em pesquisa bibliográfica e pesquisa documental no agente articulador, o Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana-BA.

Essa pesquisa está sendo desenvolvida na Universidade do Estado da Bahia, no Curso de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, na Linha de Pesquisa 3 – Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável, sobre a orientação da Professora Doutora Ronalda Barreto Silva.

Pedimos, entretanto, que fique à vontade para aceitar ou não o convite. No entanto, se decidir colaborar com o nosso trabalho, estamos garantindo que seu nome não será divulgado, salvo autorização expressa, em termo próprio e, se for necessário, pois, por medidas éticas, garantimos seu anonimato. Depois da tese pronta, marcaremos um novo encontro no qual apresentaremos os resultados da pesquisa realizada, caso tenha interesse.

Desde já, agradecemos sua colaboração.

Eu _____; abaixo assinado (a), concordo em participar desta pesquisa e permito que minhas respostas sejam analisadas.

_____

Salvador-Ba, ____ / ____ /2013.

APENDICE G – Levantamento documental IEPS / UEFS 2008 – 2012.

LEVANTAMENTO DOCUMENTAL IEPS UEFS 2008 – 2012

Nº	TIPO DE DOCUMENTO	NATUREZA	ORIGEM	CONTEXTO
01	Prestação de Contas Final – Termo de Outorga – Relação de Bens Patrimoniais.	Relação de bens adquiridos com recursos da FAPESB/SECTI/SETRE para Incubadora e para Coopermassol.	Incubadora / Relatório Técnico Final para FAPESB.	Relatório das atividades desenvolvidas no processo de autoincubação 2008/2012 e Incubação do Grupo Coopermasol.
02	Termo de Responsabilidade por U.A. (Provisório).	Controle de entrega de uma tela de projeção.	Subgerência de Patrimônio.	Registro de bens pertencente à Incubadores requisitados com recurso de financiamento da FAPESB/SECTI/SETRE.
03	Certificado de Garantia Asus informática.	Garantia de equipamento de informática adquiridos.	Asus Informática.	Arquivamento com Registro de Certificado de computador pertencente a Incubadora adquirido com recurso da FAPESB/SECTI/SETRE.
04	Solicitação de compras de Equipamentos e móveis para SPO 2010.	Compras de Bens pela UFES.	PROEX.	Solicitação de compras para equipamentos complementares por parte da UEFS para instalação da Equipe em sala cedida pela PROEX.
05	Autorização Fornecimento.	Documento de entrega de Ar Condicionado tipo Split.	Subgerência de Patrimônio.	Documento de registro de bens emitido pelo setor de patrimônio da UEFS. Aceitação da incubadora como setor responsável por bens adquiridos.
06	Calendário Universitário.	Calendário letivo 2010.	Reitoria.	Incubadora recebe calendário de atividades anuais da UEFS para planejar suas ações visando a uma articulação dentro das atividades oficiais da instituição.
07	Certificação pela Oficina de Elaboração de Plano de Trabalho para Bolsa Pibex 2010.	I Seminário Anual Pré-seleção de candidatos para bolsa PIBEX agosto de 2010.	Incubadora.	Incubadora da UEFS realiza I Seminário aberto a toda a instituição para seleção de bolsistas financiados pela PROEX, cria

				metodologia própria de seleção e obtém boa mobilização em intervalo curto de tempo, mas com participação de aproximadamente 90 (noventa) estudantes de diversos cursos para seleção de apenas 3 (três). Surgem, após processo seletivo, diversas manifestações para ser bolsistas voluntários do IEPS.
08	Certificação dos Monitores do Curso de Gestão de Cooperativas.	Certificação dos bolsistas pelas atividades desenvolvidas no Curso de Gestão de Cooperativas.	Incubadora.	Emissão de Certificados aos Monitores do curso Gestão de Cooperativas organizado em parceria UEFS/UFRB/UNEB.
09	Listas de presenças.	Encontros sobre Implantação do Centro Público de Economia Solidária em Feira de Santana.	PROEX.	Incubadora da UEFS sedia primeiros encontros em Feira de Santana para criação do Centro Público de Economia Solidária na Cidade.
10	Registro dos Encontros.	Encontros para Implantação do Centro público de Economia Solidária.	PROEX.	Incubadora da UEFS Registra os primeiros encontros em Feira de Santana para criação do Centro Público de Economia Solidária na Cidade.
11	Lista de e-mail.	Contatos de representantes da comunidade na discussão da Feira de ECOSOL.	Incubadora.	Todo o Território de Identidade Portal do Sertão se faz presente na Incubadora da UEFS com participação de mais de 30 (trinta) Iniciativas ou Agentes no intuito de organizar uma Feira de Economia Solidária na UEFS.
12	Grupo Responsável pela Elaboração do Projeto Incubadora de Cooperativas Populares da UEFS – 2008.	Contatos da Equipe de Elaboração do Projeto de Implantação Incubadora de Cooperativas Populares da UEFS.	Incubadora.	Grupo de professores e servidores técnicos administrativos e membros da comunidade externa se juntam para elaboração do Projeto de Incubadora a partir do Seminário de sensibilização à comunidade.
13	Contatos dos Territórios.	Contatos de 25 Territórios.	Incubadora.	Incubadora da UEFS faz contato com os 26

				Territórios sobre extensão e Incubadora e obtém retorno de 25.
14	DOE – Termo de Outorga N BOL0539/2012.	Contratação do Bolsista Cléo Emídio Lima por 14 meses a contar de 01/05/20012.	DOE/NIT/IEPS.	Projeto do NIT (Núcleo de Inovações Tecnológicas) da UEFS, que tem como objetivo geral estruturar-se como instância articuladora do ambiente inovador na Instituição e na relação com os atores externos, visando a contribuir para o fortalecimento de sistemas locais de produção e inovação. Destina bolsista FPESB para atuar no Programa Incubadora na perspectiva da Tecnologia Social articulada à Economia Popular e Solidária trabalhada no referido Programa.
15	Termo Aditivo de Contrato de Bolsa de Estágio Acadêmico por Prazo Determinado.	Bolsa de Estágio Acadêmico de Gleidson Santos Araújo: 01.03.2012 a 01.03.2013.	UEFS/Reitoria.	Renovação de Bolsa Institucional concedida pela UNDEC (Unidade de Desenvolvimento Comunitário) por mais um ano tendo em vista o trabalho iniciado pela Incubadora junto à Cantina do VII módulo que desenvolvia atividades de economia solidária na ACONVISA (Associação Santa Inês), grupo rural que comercializava alimentação na referida Cantina. As atividades do bolsista continuam na linha da relação Universidade Comunidade através da Economia Popular e Solidária articulada pelo Programa Incubadora da UEFS.
16	DOE – Termo de Outorga N BOL1576/2010.	Bolsa de Iniciação Tecnológica 1 Gleidson Santos Araújo.	DOE/FAPESB/SECTI/SETRE/UEFS.	Bolsista do Edital de Autoincubação do Grupo Incubadora da UEFS e Incubação do

				Grupo Coopermasol.
17	DOE – 1 Termo Aditivo no 409/2010 ao termo de Outorga N BOL0664/2009.	Prorrogação do Contrato da Bolsista Maiane Souza da Visitação.	DOE/FAPESB/SECTI/SETRE/UEFS.	Bolsista do Edital de Autoincubação do Grupo Incubadora da UEFS e Incubação do Grupo Coopermasol.
18	DOE – 1 Termo Aditivo no 409/2010 ao termo de Outorga N BOL0664/2009.	Prorrogação do Contrato da Bolsista Ana Ferreira Rocha.	DOE/FAPESB/SECTI/SETRE/UEFS.	Bolsista do Edital de Autoincubação do Grupo Incubadora da UEFS e Incubação do Grupo Coopermasol.
19	FAPESB – Termo de Outorga N BOL1576/2010.	Bolsa de Iniciação Tecnológica 1 Gleidson Santos Araújo.	DOE/FAPESB/SECTI/SETRE/UEFS.	Bolsista do Edital de Autoincubação do Grupo Incubadora da UEFS e Incubação do Grupo Coopermasol. Entrada com o Projeto já em andamento.
20	Termo de Concessão e aceitação de uma Bolsa de Estágio acadêmico que entre si celebram a Universidade Estadual de Feira de Santana e Gleidson S. Araújo.	Bolsa de Estágio Acadêmico 01.03.2011 a 01.03.2012.	UEFS/UNDEC.	Bolsa Institucional concedida pela UNDEC (Unidade de Desenvolvimento Comunitário) para atividades na relação Universidade Comunidade Interna e Externa.
21	DOE – Retificação do termo de Outorga NBOL0662/2009.	Prazo de Vigência do Contrato da Bolsista Ana Ferreira Rocha.	DOE/FAPESB/SECTI/SETRE/UEFS.	Prorrogação do Prazo do contrato, tendo em vista ajustes no desenvolvimento das atividades de incubação.
22	DOE – 1 Termo Aditivo no 412/2010 ao termo de Outorga N BOL0662/2009	Prorrogação do Contrato da Bolsista Ana Ferreira Rocha	DOE/FAPESB/SECTI/SETRE/UEFS	Prorrogação do Prazo do contrato, tendo em vista ajustes no desenvolvimento das atividades de incubação.
23	DOE – Termo de Outorga N BOL0662/2009.	Contrato da Bolsista Ana Ferreira Rocha.	DOE/FAPESB/SECTI/SETRE/UEFS.	Prorrogação do Prazo do contrato, tendo em vista ajustes no desenvolvimento das atividades de incubação.
24	Termo de Outorga N BOL 0663/2009.	Bolsa Iniciação Tecnológica 1 - Maximiliano Vieira de Toledo Lisboa Ataíde.	DOE/FAPESB/SECTI/SETRE/UEFS.	Bolsista do Edital de Autoincubação do Grupo Incubadora da UEFS e Incubação do Grupo Coopermasol. Entrada com o Projeto já em andamento.
25	Termo de Outorga N BOL 0664/2009.	Bolsa Iniciação Tecnológica 1 - Maiane Souza da Visitação.	DOE/FAPESB/SECTI/SETRE/UEFS.	Bolsista do Edital de Autoincubação do Grupo Incubadora da

				UEFS e Incubação do Grupo Coopermasol. Entrada com o Projeto já em andamento.
26	Termo de Outorga N BOL 0662/2009.	Bolsa Iniciação Tecnológica 1 - Ana Ferreira Rocha.	DOE/FAPESB/SECTI/SETRE/UEFS.	Prorrogação do Prazo do contrato, tendo em vista ajustes no desenvolvimento das atividades de incubação.
27	Convite a Ronalda Barreto Silva – UNEB.	Participação no Seminário ITCP/IEFS.	Lattes.	Participação de mesa sobre a Economia Popular e Solidária no Território de Identidade Portal do Sertão.
28	Convite a Paulo de Jesus UFRPE.	Participação no Seminário ITCP/2008.	Lattes.	Participação de mesa sobre a Economia Popular e Solidária no Território de Identidade Portal do Sertão – Educação popular.
29	Convite a Daniel Moreira de Oliveira Souza – CODES/ Portal do Sertão.	Participação no Seminário ITCP/UEFS/2008.	Lattes.	Participação de mesa sobre a Economia Popular e Solidária no Território de Identidade Portal do Sertão-Articulação Política.
30	Convite a Aelson Silva de Almeida – UFRB.	Participação no Seminário ITCP/UEFS/2008.	Lattes.	Participação de mesa sobre a Economia Popular e Solidária no Território de Identidade Portal do Sertão – Extensão Universitária/Relação com a comunidade.
31	Convite a Débora de Lima Nunes Salles UNIFACS.	Participação no Seminário ITCP/UEFS/2008.	Lattes.	Participação de mesa sobre a Economia Popular e Solidária no Território de Identidade Portal do Sertão – Empreendimentos Solidários.
32	Seleção de iniciativa representada por Maria Alexandra Cruz	Prestação de serviço de alimentação em evento da Incubadora.	Entrega no espaço de realização do evento na UEFS.	Iniciativa de Economia Popular e Solidária selecionada para prestar serviços de alimentação ou Buffet nos eventos de economia solidária na UEFS.
33	Seleção bolsista Daniela Caffé de Oliveira. 2008.	Seleção Bolsa Inovação FAPESB pelo NIT	Lattes.	Bolsista disponibilizada pelo NIT (Núcleo de Inovação Tecnológica) para iniciação dos trabalhos da Incubadora ainda no espaço do referido Núcleo.

34	Edital de Apoio a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários – 007/2008 (FAPESB/SECTI/ SETRE).	Edital de Apoio à implantação da Incubadora UEFS/2008.	FAPESB	Submissão de Projeto de Incubação à FAPESB/2008.
35	Chamada Pública – Abertura de inscrição para seleção de bolsista de inovação tecnológica 3 (ITEC 3) – FAPESB, para atuar no projeto de implantação da incubadora Tecnológica de Cooperativas populares da UEFS.	Chamada que Financiou Primeiro Bolsista ITEC 3.	FAPESB.	Elaboração de processo seletivo de Bolsista para os projetos de Incubação de grupos e de autoincubação da própria Incubadora.
36	Roteiro para apresentação de projetos – APAEB – Feira de Santana	Modelo Adotado para Financiamento da Feira de ECOSOL na UEFS.	APAEB.	Participação com diversos grupos na elaboração da estruturação da Feira de Economia Popular e Solidária na UEFS.
37	Edital FAPESB/SECTI/S ETRE 04/2008 – Edital de Apoio a Sistemas Locais de Inovação em Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs).	Financiamento a projetos.	FAPESB.	Reunião para discutir o processo de incubação na UEFS.
38	Edital Bahia Inovação FAPESB/SECTI/C NPq/MCT-002/2008 – Modalidade Pesquisadores nas Empresas.	Financiamento de Projetos.	FAPESB.	Reunião para discutir o processo de incubação na UEFS.
39	Edital FAPEB 01/2010 – Edital de Apoio a Sistemas Locais de Inovação em Instituições Financiamento a projetos Científicas e Tecnológicas(ICTs	Financiamento a projetos.	FAPESB.	Reunião para discutir o processo de incubação na UEFS.

	).			
40	Edital de Chamada Pública de Parceria SENAES/MTE N01/2010 – Fomento as Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários.	Financiamento a projetos.	SENAES/TEM.	Participação de edital para incubação de grupos populares solidários em parceria com UNEB e UFRB.
41	Edital 01/2010. Seleção por concurso Público de Projetos de Apoio a Empreendimentos Econômicos Solidários e da Agricultura Familiar.	Financiamento a projetos – AMAPI – Coração de Maria.	CAR.	Visita de Orientação a empreendimentos de Economia Popular e Solidária no município de Coração de Maria.
42	Edital de Apoio a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos e Solidários e Ambientais – 07/2010 (FAPESB/SECTI/ SEMA/SETRE)	Financiamento a projetos.	FAPESB.	Reunião para discutir o processo de incubação na UEFS.
43	Edital 021/2010. Apoio à Articulação Pesquisa e Extensão – Edital para Seleção de Projetos com foco em tecnologias para o desenvolvimento social nos quais estejam articuladas ações de pesquisa e Extensão.	Financiamento a projetos.	FAPESB.	Reunião para discutir o processo de incubação na UEFS.
44	Estatuto ITCP/UNEB.	Estatuto.	UNEB.	Leitura coletiva sobre estatuto da ITCP/UNEB.
45	Texto: Incubadora Tecnológica – UEFS.	Artigo sobre a Incubadora.	UEFS.	Discussão de temas relativos à Economia Popular e Solidária no processo de incubação para elaboração de texto pelo grupo Incuba/UEFS.

46	Portaria nº. 1319/2007 Criação da Incubadora de Tecnológica da UEFS.	Criação da Incubadora de Biotecnologia.	UEFS.	Portaria nº. 1319/2007 Criação da Incubadora de Tecnológica da UEFS discutida no grupo.
47	DOC S/N Encaminhamento a SECTI do Plano de Trabalho e da Planilha da Aplicação de Recursos do Projeto Incubadora de Tecnológica da UEFS – com Plano de Trabalho e Planilha de Aplicação de Recursos em anexo.	Tramitação do Projeto.	UEFS.	Discussão sobre encaminhamento a SECTI do Plano de Trabalho e da Planilha da Aplicação de Recursos do Projeto Incubadora de Tecnológica da UEFS – com Plano de Trabalho e Planilha de Aplicação de Recursos em anexo.
48	DOC S/N à biblioteca Central Julieta Carteado.	Doação do livro *Avaliação, Política e Gestão da Educação* – Editora UFS, com capítulo do Professor José Raimundo.	Incubadora.	Capítulo de Livro publicado por componente do Programa Incubadora da UEFS encaminhado como doação para a Biblioteca Central da UEFS.
49	DOC S/N ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UEFS.	Doação do livro *Avaliação, Política e Gestão da Educação* – Editora UFS, com capítulo do Professor José Raimundo.	Incubadora.	Capítulo de Livro publicado por componente do Programa Incubadora da UEFS encaminhado como doação para o Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da UEFS.
50	Protocolo e Tramitação de Processo N0 1431120038421 e 1431120038430.	Entrega da Prestação de Contas Final e do Relatório Técnico Final.	FAPESB.	Entrega da prestação de contas a FPESB.
51	CI 02/2012 à Chefe do Sistema de Biblioteca Integrado.	Solicitação de cartão de acesso ao Sistema para Bolsista Fapesb Cléo Emídio.	Incubadora.	Solicitação de cartão de acesso ao Sistema para Bolsista Fapesb Cléo Emídio – Projeto sobre Tecnologias Sociais.
52	CI 02/2012 à Chefe da UNDEC.	Solicitação de renovação da Bolsa de Estágio Acadêmico de Gleidson Araújo.	Incubadora.	Solicitação de renovação da Bolsa de Estágio Acadêmico de Gleidson Araújo – Programa Incuba/UEFS e relação com as comunidades interna e externa.

53	CI 01/2012 ao Setor de Transporte.	Solicitação de Transporte para José Raimundo dia 28/02/2012 com destino à Escola de Administração da UFBA.	Incubadora.	Apresentação de trabalho desenvolvido na Incubadora/UEFS.
54	CI 06/2011 ao Setor de Transporte.	Solicitação de Transporte para o professor Renato Dagnino SSA/FSA/SSA em 14 de outubro de 2011 para o Curso de Economia Solidária e Tecnologia Social em 14/10/2011.	Incubadora.	Curso de Economia Solidária e Tecnologia Social na UEFS em 14/10/2011.
55	CI 05/2011 a chefe da UNINFRA.	Autorização de acesso ao ônibus dos Docentes para o professor Renato Dagnino.	Incubadora.	Curso de Economia Solidária e Tecnologia Social na UEFS em 14/10/2011.
56	CI 04/2011 a chefe da UNINFRA.	Solicitação de Instalação de Microfone no Auditório 5.	Incubadora.	Curso de Economia Solidária e Tecnologia Social na UEFS em 14/10/2011.
57	CI 03/2011 a chefe da UNINFRA.	Solicitação de arrumação do local e designação de funcionário de apoio para o auditório 5.	Incubadora.	Curso de Economia Solidária e Tecnologia Social na UEFS em 14/10/2011.
58	Protocolo de entrega.	Entrega na FAPESB do Relatório Técnico Final do Bolsista Gleidson Araújo.	Incubadora.	Entrega na FAPESB do Relatório Técnico Final das atividades do Bolsista Gleidson Araújo.
59	Protocolo de entrega.	Entrega na FAPESB do Relatório Técnico Final da Bolsista Ana Ferreira Rocha	Incubadora.	Entrega na FAPESB do Relatório Técnico Final da Bolsista Ana Ferreira Rocha.
60	CI 03/2011 à UNDEC.	Encaminhando a Proposta de Termo de Referência – Cantina do VII Módulo. (Termo em anexo).	Incubadora.	Elaboração da Proposta de Termo de Referência com participação integral da Incubadora/UEFS – Cantina do VII Módulo.
61	CI 02/2011 ao setor de Transporte.	Transporte para Bruno Silva, Gleidson Araújo, José Raimundo em 06/04/2011 para Salvador para a ALBA.	Incubadora.	Audiência Pública sobre a Lei de Economia Popular e Solidária na Assembleia Legislativa da Bahia.
62	CI 01/2012 à UNDEC	Solicitação de Concessão de uma Bolsa Estágio Acadêmico para Gleidson Araújo.	Incubadora.	Bolsa de Estágio Acadêmico – Projeto Universidade Comunidade.
63	CI 003 ao Setor de Transporte.	Participação da equipe da Incubadora de Oficina de Economia Solidária em Salvador em 02 e 03/12/2010.	Incubadora.	Participação da equipe da Incubadora de Oficina de Economia Solidária em Salvador em 02 e 03/12/2010.
64	CI 001 à Reitoria.	Encaminhando Proposta para Implantação da Feira de Comercialização e	Incubadora.	Reunião na Reitoria de apresentação de Proposta para

		Divulgação dos Produtos da Agricultura Familiar e da Economia Popular e Solidária no Espaço da UEFS.		Implantação da Feira de Comercialização e Divulgação dos Produtos da Agricultura Familiar e da Economia Popular e Solidária no Espaço da UEFS.
65	Protocolo de entrega na Escola de Belas Artes da UFBA.	Atestado da Disciplina ministrada no Curso de Gestão de Cooperativas por Ana Beatriz Simon Factum.	Incubadora.	Entrega de Certificado.
66	Correspondência de Genival para Jerônimo Rodrigues.	Resposta sobre balanceamento de reações pela UFES.	Incubadora.	Contato Incubadora Ministério de Desenvolvimento Agrário.
67	DOC S/N ao DTEC.	Encaminhando o projeto da Incubadora para avaliação da Câmara de Extensão.	Incubadora.	Projeto da Incubadora submetido e aprovado pela Câmara de Extensão do Departamento de Tecnologia da UEFS.
68	Protocolo de entrega na FAPESB – Ofício 39/2010.	Encaminhando duas vias do Termo de Outorga N BOL1576/2010 – Contratação de Gleidson Araújo.	Incubadora.	Contratação de bolsista FAPESB firmada.
69	Ofício 39/2010 à FAPESB.	Encaminhando duas vias do Termo de Outorga N BOL1576/2010 – Contratação de Gleidson Araújo	Incubadora.	Contratação de bolsista FAPESB firmada.
70	CI 215 a Subgerência de Patrimônio.	Colocando à disposição um aparelho de ar condicionado da Incubadora.	Incubadora.	Tombamento de bem da Incubadora pelo Setor de Patrimônio/PROAD/UEFS.
71	CI 200 a assessoria especial de Informática.	Solicitação de Reparo do Computador da Incubadora.	PROEX.	Manutenção de Equipamento de Informática pela AEI/UEFS.
72	CI 198 à UNINFRA.	Autorização para troca do aparelho telefônico da Incubadora.	Incubadora.	Troca de aparelho telefônico pela UNINFRA.
73	Ofício 13/2010 à FAPESB.	Encaminhado o Relatório Técnico Final do Bolsista Erich Lima e documentação para contratação de Gleidson Araújo.	Incubadora.	Aprovação e encaminhamento de Relatório do Bolsista Erich lima.
74	CI 194 ao setor de transporte	Transporte para quatro componentes participarem de atividade na Coopermasol	Incubadora.	Atividade de visitação e orientação ao Grupo em processo de Incubação COOPERMASOL.
75	Ofício 12/2010 à FAPESB.	Encaminhando de Relatório das Atividades do Bolsista Erich Lima	Incubadora.	Aprovação de Relatório do Bolsista Erich lima.

76	Ofício 11/2010 à FAPESB.	Implantação de Bolsa para Gleidson Araújo em Virtude do afastamento do Bolsista Erich Lima.	Incubadora	Substituição do bolsista Erich Lima pelo Bolsista Gleidson Araújo.
78	CI 172 à UNINFRA.	Disponibilizado aparelho de ar condicionado.	Incubadora.	Disponibilizado aparelho de ar condicionado.
79	CI 171 ao setor de transporte.	Participação da equipe da Incubadora na II Conferência Nacional de Economia Solidária da Rede Unitrabalho em Salvador.	Incubadora.	Participação da equipe da Incubadora da II Conferência Nacional de Economia Solidária da Rede Unitrabalho em Salvador. 2010.
80	Protocolo de Recebimento pela FAPESB 1431100032818 e 1431100032800.	Contato com a FAPESB para Renovação da bolsa de Ana Rocha e Maiane Souza da Visitação.	Incubadora.	Contato com a FAPESB para Renovação da bolsa de Ana Rocha e Maiane Souza da Visitação.
81	Guia de remessa a FAPESB.	Resposta sobre balanceamento de reações pela UFES.	PROEX.	Balanceamento de reações aceita pela FAPESB após solicitação da UEFS.
82	Protocolo de Entrega à FAPESB.	Ofício 07/2010 – Solicitação de aditamento com anexos.	Incubadora.	Aditamento de Contrato UEFS/FAPESB referente a prazo.
83	Ofício 07/2010 à FAPESB.	Proposição de termo aditivo de Prazo do Projeto da Incubadora.	Incubadora.	Aceitação de proposta de Termo Aditivo encaminhada pela UEFS.
84	Ofício 04/2010 à FAPESB.	Encaminhando Relatórios: 1 - Parcial do Projeto; 2 - Parcial de Ana Rocha; 3 - Parcial de Maiane; 4 - Parcial de Maximiliano.	Incubadora.	Entrega dos Relatórios parciais dos Bolsistas da Incubadora da UEFS.
85	Protocolo de entrega FAPESB.	Relatórios: 1- Parcial do Projeto; 2- Parcial de Ana Rocha; 3- Parcial de Maiane; 4 - Parcial de Maximiliano.	Incubadora.	Registro de protocolo de Entrega dos Relatórios parciais dos Bolsistas da Incubadora da UEFS. 2010.
86	Tramitação de processos FAPESB N 1431100025323	Relatórios: 1- Parcial do Projeto; 2- Parcial de Ana Rocha; 3- Parcial de Maiane; 4 - Parcial de Maximiliano.	FAPESB.	Tramitação dos relatórios dos Bolsistas.
87	Ofício 02/2010 à FAPESB.	Solicitada republicação no DOE da data de Vigência do Contrato de Ana Rocha.	Incubadora.	Republicação pela FAPESB no DOE da data de Vigência do Contrato de Ana Rocha.
88	Protocolo de Entrega à FAPESB.	Ofício 038/2009 – desligamento de Bolsista.	Incubadora.	Desligamento aceito com alguns desdobramentos.
89	Ofício 038/ 2009 à FAPESB.	Cancelamento da Bolsa de Maximiliano Toledo.	Incubadora.	Cancelamento da Bolsa de Maximiliano Toledo em virtude de dificuldade quanto aos

				encaminhamentos do processo de incubação.
90	DOC S/N A Comissão Gestora do SIES/BA.	Apresentando Ana Rocha e Jucineide Moreira para participação no curso de Formação de Pesquisadores do SIES.	Incubadora.	Participação de Ana Rocha e Jucineide Moreira no Curso de Formação de Pesquisadores do SIES.
91	DOC S/N A Comissão gestora do SIES/BA.	Apresentando Gilton Aragão para participação no curso de Formação de Pesquisadores do SIES.	Incubadora.	Integração de Gilton Aragão ao Curso de Formação de Pesquisadores do SIES.
92	DOC S/N à FAPESB.	Encaminhando termos de Outorgas dos bolsistas Ana Rocha, Maximiliano e Maiane.	Incubadora.	Outorga dos bolsistas Ana Rocha, Maximiliano e Maiane.
93	Ofício 671/2008 à FAPESB.	O Reitor da UEFS Informando ter conhecimento do Projeto de Implantação da Incubadora	Reitoria.	Declaração do Reitor da UEFS afirmando ter conhecimento das atividades desenvolvidas pela Incubadora.
94	Convite apresentação a comunidade interna.	Convite para reunião de apresentação do grupo em 1/10/2008.	PROEX.	Circular formalizando reunião de todo o corpo da Incubadora sobre toda pauta em que está envolvida.
95	CI N 419 ao Reitor da UEFS 2008.	Autorização para expedição da portaria de constituição da comissão responsável pela implantação da incubadora e esboço da portaria.	PROEX.	Expedição da portaria de constituição da comissão responsável pela implantação da incubadora da UEFS pelo Reitor.
96	Ofício circular 030/08.	Solicitação de Oficialização dos nomes de Salomão e Daniel (Comunidade Externa) junto ao grupo de trabalho de implantação da Incubadora	PROEX.	Solicitação de Oficialização dos nomes de Salomão e Daniel junto ao grupo de trabalho de implantação da Incubadora da UEFS.
97	Convite.	Convite para reunião em 18/06/2008.	PROEX.	Circular formalizando reunião de todo o corpo da Incubadora sobre toda pauta em que está envolvida.
98	Protocolo de entrega.	Folder do Seminário ITCP na UEFS em 04/04/2008.	PROEX.	Elaboração de Folder sobre Seminário ITCP na UEFS em 04/04/2008.
99	Ofício 021/2008 à SECTI.	Convite para o Secretario Ildes – Seminário ITCP 04/04/08.	PROEX.	Início oficial da Incubadora ligada diretamente à PROEX que faz seminário para mobilização institucional na busca da ampliação dos integrantes. As

				primeiras discussões internas já haviam sido iniciadas em 2007, com a ideia de ser Incubadora de Cooperativas Tecnológicas por isso convida o Sec. Ildes para Palestra dada sua Experiência na área.
100	CI 104/2008 à UNINFRA.	Solicitação de Transporte para convidados e organizadores do Seminário ITCP.	PROEX.	Organização do Seminário de Mobilização da Incuba/UEFS sobre a Coordenação do Professor Genival Correa.
101	CI Circular 007/2008 aos Diretores de Departamento e Pró Reitores.	Convite para participação no I Seminário ITCP.	PROEX.	A Incubadora, ainda sediada na PROEX, emite Circular Interna na busca de mobilizar a Instituição internamente a partir das direções dos Departamentos em decorrência da necessidade de mobilização dos projetos dessa natureza (extensionistas), bem como professores potencialmente interessados.
102	Seminário Nacional de Tecnologia Social.	Realizado na UFRB pela Pós-Graduação em Sociedade, Inovação e Tecnologia Social 06/2012.	UFRB.	Participação da equipe do Programa Incubadora da UEFS no Seminário sobre Tecnologia Social, na perspectiva de elaboração do Projeto Economia Popular Solidária e Tecnologias Sociais na UEFS.
103	Seminário Economia Solidária na Bahia-Projeto FINEP.	Seminário realizado pelas Incubadoras UNEB/UFRB/UNITRABALHO/2011.	INCUBA/UNEB/UFRB.	Participação da equipe do Programa Incubadora da UEFS em Seminário realizado pelas Incubadoras UNEB e UFRB promovido pela rede UNITRABALHO.
104	Feira Vida Melhor de Economia Solidária.	Evento anual realizado pela SETRE. 04/2011.	SETRE.	Participação da equipe da Incubadora da UEFS em evento realizado pela SETRE – Feira Vida Melhor de Economia Solidária.

105	X CONLAB – Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.	Participação do Prof. José Raimundo apresentando trabalho. 2011.	CONLAB/08.2011.	Apresentação de Comunicação Oral sobre Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local.
106	Convite para construção do PPA-P 2012-2015 Governo do Estado.	Realizado em 05/04/2011 no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães.	SEPLAN/CODES PORTAL.	Participação da Equipe da Incubadora na elaboração do PPA Participativo 2012-2015 do Estado da Bahia a convite da SEPLAN/CODES PORTAL DO SERTÃO.
107	Convite para construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Portal do Sertão.	Realizado em 24/02/2011 no Sindicato dos trabalhadores rurais de Conceição do Jacuípe.	CATRUFS/CODES PORTAL.	Participação da equipe da Incubadora da UEFS na construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Portal do Sertão realizado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Jacuípe a convite da CATRUFES e CODES PORTAL.
108	Convite para Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei nº. 18.636/2010 – Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e criação do Conselho Estadual de Economia Solidária.	Participação José Raimundo, Gleidson Araújo, Bruno Silva Evento realizado na ALBA em 06.04.2011	ALBA/audiência pública promovida pela deputada Neuza Cadore.	Participação de Audiência Pública Para discussão do Projeto de Lei N 18.636/2010 – Política Estadual de Fomento a Economia Solidária no Estado da Bahia e criação do Conselho Estadual de Economia Solidária.
109	Economia Popular Solidária: Indicadores para a Sustentabilidade	Evento realizado na UCSAL/2010.	ITCP/UCSAL.	Participação da Equipe da Incubadora em evento realizado na UCSAL sobre indicadores para a sustentabilidade dos empreendimentos de Economia Popular e Solidária.
110	Seminário de avaliação da SETRE.	Realizado pela SETRE de 21 a 23/12/2010.	SETRE.	Participação da equipe da Incubadora em Seminário de avaliação da SETRE sobre sua atuação na Economia

				Popular e Solidária.
111	II Congresso Nordestino de Extensão Universitária.	Realizado na UFRPE (Recife) 15 a 17/09/2010.	UFRPE/CNEU.	Apresentação de trabalhos desenvolvidos pela equipe da Incubadora no II Congresso Nordestino de Extensão Universitária na Universidade Federal Rural de Pernambuco no período de 15 a 17/09/2010.
112	Edital de Convocação.	Assembleia Geral do CODES Portal do Sertão realizada em 11/08/2010.	CODES PORTAL.	Leitura coletiva do Edital de Convocação para Assembleia Geral do CODES Portal do Sertão realizada em 11.08.2010.
113	II Conferência Nacional de Economia Solidária.	Realizada em Brasília, 16 a 18/06/2010. Participação do Prof. José Raimundo.	SENAES.	Participação de representantes da Incubadora da UEFS na II Conferência Nacional de Economia Solidária realizada em Brasília-DF, no período de 16 a 18/06/2010.
114	Projeto.	Projeto de Feira de Economia Popular e Solidária na UEFS. 2011.	Incubadora/ Território Portal do Sertão.	Processo de discussão que durou aproximadamente dois anos (2010), iniciando as discussões com aproximadamente 54 (cinquenta e quatro) agentes ou iniciativas de Economia Popular e Solidária e desenvolvimento local. 2008.
115	Edital de Concorrência Pública.	COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO – CEA/Elaboração de Edital para concorrência pública de associação ou cooperativa para cantina da UEFS. 2010.	Incubadora/ Território Portal do Sertão.	Processo discutido amplamente na Incubadora e juntamente com o Gabinete, Procuradoria Jurídica e Comissão de Licitação da UEFS.
116	Termo de Referência. 2009.	Elaboração de Termo de Referência para produtos a serem comercializados na Cantina do VII da UEFS.	Incubadora.	Termo elaborado e incorporado ao Edital pela COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO – CEA
117	Barema – 2009 a 2011.	Barema de Classificação para Agentes ou Iniciativas de Economia Popular e Solidária.	Incubadora.	Barema elaborado por articulação da Incubadora da UEFS com agentes ou iniciativas do Território Portal do Sertão.

118	Lista de produtos para comercialização.	Lista de produtos para comercialização/2010.	Incubadora.	Lista de produtos para comercialização mais utilizados nas Cantinas da UEFS que possam ser produzidos na localidade.
119	Formulário de inscrição.	Formulário de inscrição/2010.	Incubadora com diversos Agentes ou Iniciativas.	Elaboração de Formulário de inscrição com intuito de formar a base de informações necessárias sobre as Iniciativas de Economia Popular e Solidária.
120	Tabela para cálculo do índice médio de preços (para uso da CEA) /2010.	Tabela para cálculo do índice médio de preços (para uso da CEA). 2010.	Incubadora com diversos Agentes ou Iniciativas.	Elaboração de Tabela para cálculo do índice médio de preços (para uso da CEA).
121	Declaração de proteção ao trabalho do menor.	Declaração de proteção ao trabalho do menor, 2010.	Incubadora com diversos Agentes ou Iniciativas.	Elaboração de Declaração de proteção ao trabalho do menor, 2010.
122	Minuta do contrato.	Minuta do contrato para compor Edital.	Incubadora com diversos Agentes ou Iniciativas.	Elaboração de Minuta do contrato para compor Edital.
123	Modelo de declaração de outras comprovações pertinentes à Chamada.	Modelo de declaração de outras comprovações pertinentes à Chamada para compor Edital.	Incubadora com diversos Agentes ou Iniciativas.	Elaboração de Modelo de declaração de outras comprovações pertinentes à Chamada para compor Edital.
124	Ficha de visita técnica (para uso da CEA)	Ficha de visita técnica (para uso da CEA) para compor edital.	Incubadora com diversos Agentes ou Iniciativas.	Elaboração de Ficha de visita técnica (para uso da CEA) para compor edital.
125	Carta de Princípios	Carta de Princípios. 2008.	Incubadora com diversos Agentes ou Iniciativas.	Elaboração de Carta de Princípios, período de 2008 a 2010 pelo grupo componente da Incubadora visando ao norteamento de suas ações internas e externas.
126	Grupo de Estudos	Grupo de Estudos. 2012.	Incubadora.	Organização de Projeto de Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local (GEPOSDEL), inscrito no CNPq em 2012 e liderado pelo Professor José Raimundo.
127	Projeto Cantina Rural Santa Inês Juntos pela Agricultura	Projeto Cantina Rural Santa Inês “Juntos pela Agricultura Familiar”.	Incubadora.	Projeto elaborado em 2008 e implementado em pré-incubação junto a Associação

	Familiar.			Comunitária Vila Santa Inês (ACOMVISA)
128	Projeto Cantina Solidária.	Projeto Cantina Solidária.	Incubadora.	Projeto Cantina Solidária implementado em 2012 a partir da Cooperativa de Economia Solidária Mão Solidárias (COOPERMASOL).
129	Projeto de Implantação da Incubadora da UEFS.	Projeto de Implantação da Incubadora da UEFS incubação da COOPERMASOL.	SETRE (SESOL) /SECTI/FAPESB/UEFS.	Projeto de implantação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UEFS – Autoincuba-se e incuba o Grupo Coopermasol.
130	Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS/2012.	Programa Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da UEFS (IEPS/UEFS).	Incubadora.	Programa Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da UEFS, inscrito na Pró-Reitoria de Extensão como Programa e com o mesmo nome na Pró-Reitoria de Pesquisa como Projeto, atuando junto ao NIT (Núcleo de Inovações Tecnológicas) como integrante do Sistema Local de Inovações.
131	Atas de reuniões ordinárias do IEPS no período.	Registro das questões pautadas pela equipe da incubadora e iniciativas.	Incubadora na sua grande maioria, Iniciativas ou agentes diversos.	Relato de registro para todo grupo e consequente desdobramento das ações.
132	Atas das reuniões e atividades de incubação específicas com cada iniciativa.	Registro referente a plano de trabalho das atividades realizadas, oficinas, rodas de conversas, seminários, etc.	Incubadora.	Registro das ações durante o processo de incubação de diversas iniciativas.
133	Relato das atividades do grupo de estudos – GEPOSDEL – CNPq.	Relatos, resumos das discussões temáticas realizadas no grupo de estudos dentro da Incubadora.	Incubadora GEPOSDEL.	Resumos, resenhas, relatos dos estudos em todas as últimas quintas-feiras de cada mês com temas suscitados no processo de incubação.
134	Relatos de visitas técnicas.	Relatos das visitas técnicas realizadas incubadora/iniciativas.	Incubadora Iniciativas.	Relatos sobre as experiências/práticas observadas.

ANEXOS

ANEXO A – Edital completo de seleção de iniciativas da Economia Popular e Solidárias organizado pela IEPS/UEFS.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO - CEA

E DI T AL

P A R T E A – P R E Â M B U L O
I. Regência legal:
Lei Estadual nº. 9.433/05 e Legislação Pertinente.

II. Repartição interessada e setor:
Universidade Estadual de Feira de Santana. UNDEC – Unidade de Organização e Desenvolvimento Comunitário

III. Número de ordem:		**IV. Processo administrativo nº:**
CHAMADA PÚBLICA	Nº 001/2011	CI 149/2011

V. Objeto:

PERMISSÃO DE USO GRATUITO DO ESPAÇO FÍSICO CORRESPONDENTE À CANTINA DO MÓDULO VII DO CAMPUS DA UEFS A EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO (EES), SOB A FORMA DE COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO, QUE ATUE NO SEGMENTO DE ALIMENTAÇÃO.

VI. Regime de execução:	**VII. Prazo de vigência do contrato**
Execução Indireta	12 (doze) meses

VIII. Local, data e horário para abertura da Chamada e Inscrições:			
Endereço: Sala da Comissão Permanente de Licitação, no Centro Administrativo Universitário II – CAU II, da Universidade Estadual de Feira de Santana – Avenida Transnordestina, s/n, Bairro: Novo Horizonte – Feira de Santana, BA. CEP 44036-900.			
Data:	02/03/2012 à 02/04/2012	**Horário:**	08:30 às 11:30h e das 14:30 às 17:30h

IX. Responsáveis pelos esclarecimentos sobre este instrumento:

Comissão	- Ana Lúcia Silva dos Santos - Carlos Alberto da Silva Santos; - Sandra Maria Cerqueira da Silva Mattos
Portaria de designação	Portaria nº. 1.371 / 2011

P A R T E B – D I S P O S I Ç Õ E S G E R A I S

1. OBJETO

1.1. Permissão de uso gratuito do espaço físico correspondente à Cantina do módulo VII do C*ampus* Central da UEFS a Empreendimento Econômico Solidário (EES), sob a forma de Cooperativa ou Associação, com atuação no segmento de alimentação, com o fim de fornecimento de alimentação à comunidade universitária.

1.2. O termo economia solidária é empregado, no âmbito deste documento, considerando os parâmetros definidos pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no sentido de "conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão", em que são característicos os valores de cooperação e solidariedade, este último expresso "na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras".

1.3. Em atenção a tais princípios, a alimentação a que se refere este termo priorizará a utilização de produtos e matérias-primas oriundos da economia solidária e da agricultura familiar, conforme Anexo I deste Termo (Lista de Produtos para Comercialização).

1.4. A Universidade Estadual de Feira de Santana, através deste chamamento público, abre a possibilidade de valorizar os EES sediados nos municípios integrantes do território de identidade Portal do Sertão (Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova).

2. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO NA CHAMADA PÚBLICA

2.1. Constituir-se sob a forma de associação civil ou cooperativa, **sendo vedada a participação desociedades empresariais, grupos informais e pessoas físicas**.

2.2 Desenvolver suas atividades dentro dos princípios e valores da Economia Solidária, para o que se lhe exigirá, especificamente:

a. Produzir e/ou comercializar coletivamente;

b. Adotar, comprovadamente, transparência na gestão dos recursos e justa distribuição de resultados.

c. Adotar condições de trabalho saudáveis e seguras;

d. Ser majoritariamente composta por pessoas de diferentes famílias (sem grau de parentesco);

e. Compor-se de maiores de 18 (dezoito) anos ou civilmente emancipados;

f. Caso o EES possua funcionários, preferencialmente, que estes não ultrapassem 15% (quinze por cento) do total de membros do Empreendimento.

2.3. Ter, comprovadamente, estrutura necessária para a prestação do serviço (equipamentos, recursos humanos e capital de giro disponíveis que possibilitem a realização das atividades diárias do empreendimento).

2.4. Possuir as licenças cabíveis junto aos órgãos públicos competentes, apresentando-as à UEFS.

2.5. Atuar no segmento alimentício.

3. PROCESSO SELETIVO

3.1. Em vista do caráter peculiar e inovador do presente processo seletivo, e de modo a ressaltar o sentido educativo por ele assumido, durante o período de inscrições, a UEFS, com o apoio da Incubadora de Empreendimentos de Economia Solidária, realizará evento de divulgação do presente instrumento, destinado a esclarecer a comunidade interna e externa e, especialmente, os possíveis participantes do processo seletivo, acerca da Economia Solidária, do seu papel e importância, dos objetivos da iniciativa e do próprio processo seletivo.

3.2. As inscrições dos interessados serão feitas, presencialmente, no período de **02 de março de 2012 a02 de abril de 2012, no horário de 08h30min às 11h30min e de 14h30min às 17h30min,** na sala da Comissão Permanente de Licitação (COPEL / UEFS), localizada na Avenida Transnordestina, s/n - CAU II

- Bairro Novo Horizonte - Campus Universitário - Feira de Santana - Bahia, mediante a entrega da seguinte documentação, que deverá ser apresentada em **via original e em cópia, a ser autenticada**

àvista do servidor responsável por seu recebimento:

a. formulário de requerimento de inscrição (Anexo III) devidamente preenchido, do que farão parte integrante as seguintes declarações de que o EES:

a.1) conhece e aceita todas as condições previstas para participação no processo seletivo;

a.2) conhece e pode cumprir as condições previstas para a prestação do serviço e uso do bem público;

a.3) não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos (conforme Lei nº 9.854/99). Juntamente com o anexo VI.

b. documentação de registro do EES: Estatuto, ata de eleição e posse da atual diretoria, CNPJ, certidões negativas de débitos com as Fazendas Públicas (Federal, Estadual e Municipal);

c. documentos pessoais (RG, CPF, comprovante de residência) do responsável legal do EES;

d. documento, assinado por membros do EES, da assembléia ou reunião em que foi decidida a participação do EES no processo seletivo;

e. proposta de cardápio de alimentos a serem comercializados pelo EES na cantina e seus respectivos preços, considerando os itens da lista de produtos constante do Anexo I deste Termo.

f. **declaração, expedida pela UNDEC, de realização de visita técnica do EES ao espaço da cantina onde os serviços serão realizados, a fim de examinar as especificidades do espaço físico para instalação, tomando conhecimento de todos os detalhes e particularidades que julgar conveniente, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento e/ou eventuais dificuldades de execução de qualquer parte dos serviços objeto desta contratação. A visita técnica será realizada pelo responsável pelo empreendimento participante desta Chamada Pública em data previamente agendada com a Unidade de Organização e Desenvolvimento Comunitário – UNDEC/UEFS.**

g. relação de equipamentos e recursos humanos do empreendimento que serão utilizados na cantina.

3.3. O julgamento dos EES inscritos será realizado por Comissão Especial de Avaliação (CEA), criada pelo Reitor, para tal finalidade.

3.4. A seleção do EES considerará os seguintes critérios, quantificados conforme **barema** constante do **Anexo II** deste instrumento:

3.4.a. Características das práticas de gestão, produção e comercialização, considerando-se especialmente sua adequação aos princípios da Economia Solidária e o grau de articulação do EES com as comunidades locais de sua área de inserção.

3.4.b. Adequação do cardápio proposto às características regionais, bem como o potencial de integração com redes produtivas de agricultura familiar e de características regionais, em vista da matéria-prima utilizada.

3.4.c. Menor preço dos produtos, conforme Anexo I.

3.5. O processo seletivo consistirá nas seguintes etapas:

3.5.1. Exame, pontuação e classificação, pela Comissão Especial de Avaliação, de documentação e propostas apresentadas pelos EES participantes;

3.5.2. Visita técnica e entrevista, a ser realizada pela Comissão Especial de Avaliação à sede dos EES participantes, para o fim de constatação das características de atuação, funcionamento do grupo, estrutura necessária para a prestação do serviço (equipamentos, recursos humanos e capital de giro disponíveis que possibilitem a realização das atividades diárias do empreendimento), assim como de aspectos ligados a higienização, danificação e segurança alimentar.
3.5.2.a. a visita técnica de que trata o item 3.5.2. será realizada apenas ao primeiro EES classificado.
3.5.2.b. caso o EES visitado não atenda às exigências constantes deste Termo, este será desclassificado do chamamento público.
3.5.2.c. em caso de desclassificação do EES, nova visita será realizada, seguindo a ordem de classificação, até que seja declarado um vencedor do processo.

3.6. Nenhum valor será exigido dos participantes para a participação no processo seletivo.

3.7. A participação no processo seletivo importará na aceitação integral dos termos dispostos nesta Chamada Pública.

4. CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Seguir rigorosamente o cardápio (Anexo I) e os preços apresentados à instituição, em conformidade com a proposta vencedora.

4.2 Não comercializar produtos oriundos de empresas e processos incompatíveis com os princípios e valores da Economia Solidária, produtos transgênicos, produtos de grandes

corporações nacionais ou multinacionais, produtos de empresas que utilizem trabalho infantil ou escravo ou que estejam atuando de forma predatória ao meio ambiente.

4.3 Não comercializar bebidas alcoólicas e cigarros.

4.4 Zelar pela higiene e qualidade dos alimentos.

4.5 Zelar para que todo o produto a ser comercializado prime por sua melhor qualidade e maior validade, nos moldes em que forem recomendados pelos respectivos fornecedores e pela legislação competente.

4.6 Fornecer amostras dos gêneros comercializados, para controle de qualidade, sempre que solicitado pela UEFS.

4.7 Zelar pela higiene da cantina durante o período em que estiver sob sua responsabilidade, observando rigorosamente as normas no que se refere às instalações, conservação e limpeza, de acordo com o estabelecido no presente Termo;

4.8 Obedecer, rigorosamente, à Portaria nº 1.428/93 e Resoluções 216/04 e 275/02 da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, assim como o restante da legislação vigente concernente ao tema.

4.9 Assegurar o acesso ao espaço, objeto desta permissão, a servidores e/ou estagiários da UEFS, no exercício da fiscalização do contrato, bem como a servidores das entidades de fiscalização, notadamente os da Vigilância Sanitária.

4.10 Fornecer recipientes, utensílios e guardanapos de papel adequados à alimentação.

4.11 Responsabilizar-se pelo acondicionamento interno e externo dos resíduos, conforme as normas estabelecidas, até que sejam coletados.

4.12 Afixar, em locais de fácil visualização, tabelas de preços dos produtos vendidos na cantina, considerando o preço justo e o consumo consciente.

4.13 Cumprir o horário de funcionamento da cantina que será de segunda a sexta-feira das 07h00min às 23h00min, e aos sábados das 07h00min às 12h00min. Deverá, ainda, ter disponibilidade de funcionamento em horários extraordinários, quando da realização de eventos/atividades institucionais, a partir de contato prévio estabelecido entre as partes.

4.14 Participar do curso de boas práticas, higiene, manipulação e controle de qualidade de alimentos, oferecido pela UEFS, particularmente aos membros do EES produtores e manipuladores de alimentos;

4.15 Participar do trabalho de formação quanto à manipulação e prática de gestão de resíduos sólidos promovido pela Equipe de Estudos e Educação Ambiental – EEA/UEFS;

4.16 Participar de outros processos de formação promovidos pela UEFS e/ou parceiros a que forem convocados, especialmente os que visem o fortalecimento dos princípios e ideais da Economia Popular e Solidária.

5. DOS DIREITOS E DEVERES INERENTES À PERMISSÃO DE USO DO BEM PÚBLICO

5.1 O espaço da cantina do módulo VII, do *campus* da UEFS, será cedido ao ESS selecionado, a título de permissão de uso gratuito, pelo prazo de 12 meses, prorrogável considerando os limites do art. 140, II, da Lei de Licitações do Estado da Bahia (Lei n. 9.433, de 01.03.05)

5.2 A permissão de uso tem caráter precário, ficando o EES obrigado a desocupar o espaço e restituí-lo à UEFS no prazo de 30 (trinta) dias corridos após notificação formal, sem necessidade de interpelação judicial, não decorrendo para o permissionário, da restituição do espaço antes do fim do prazo da permissão, direito a qualquer tipo de indenização.

5.3 O custo dos serviços de alimentação deverá ser cobrado diretamente dos usuários, isentando-se a UEFS de ônus de qualquer espécie decorrentes de tal atividade.

5.3 Nenhum vínculo de natureza empregatícia terá o EES e seus integrantes ou empregados com a UEFS, ficando, ainda, por sua conta as despesas com taxas, tributos, do direito do consumidor e demais despesas decorrentes da utilização do espaço ou da atividade, sendo parte ilegítima na qual o empreendimento seja réu por atos ou fatos que ocorram dentro da cantina em função do funcionamento da mesma, envolvendo seus usuários, cooperados ou associados.

5.4 A UEFS fornecerá água e energia para o funcionamento da cantina, mediante pagamento pelo EES de taxa de utilização destes serviços, a valor fixo de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais.

5.5.a O valor de que trata o item 5.5 deverá ser recolhido mensalmente pelo EES à Tesouraria da Concedente, mediante recibo, até o 5º dia útil de cada mês pela permissão, devendo este ser corrigido conforme legislação em vigor.

5.5.a.1 Pelo atraso no pagamento dos serviços, item 5.5 deste Termo, o EES pagará multa de 2% (dois por cento) ao mês, correção monetária e juros de mora a razão de 1% (um por cento) ao mês, independente de outras cominações legais. A multa estabelecida incidirá sobre o valor corrigido.

5.6 Só poderão ser efetuadas benfeitorias no imóvel a partir de prévia e escrita autorização da UEFS, e de acordo com as normas e orientações do órgão/setor competente.

5.7 É vedada a utilização da cantina para qualquer outro fim que não o previsto neste Termo, sendo vedado, ainda, ao EES, transferir a permissão, locar, sublocar, ceder ou emprestar o imóvel, ainda que parcialmente.

5.8 Ao iniciar suas atividades o EES deverá apresentar à Unidade de Organização e Desenvolvimento Comunitário (UNDEC) uma relação com todos os aparelhos, equipamentos e móveis de sua propriedade que serão utilizados na cantina, bem como, uma relação de todos os integrantes do Empreendimento que trabalharão na cantina. Estas informações deverão ser atualizadas sempre que houver alterações.

5.9 O EES responderá, civil e criminalmente, à comunidade universitária (servidores técnico-administrativos, discentes, docentes), aos consumidores em geral, ou a seus integrantes, pelos danos a que der causa.

A UEFS exime-se da responsabilidade por eventuais atos ilegais, em quaisquer das esferas cíveis, criminais, tributárias e associativas, que foram ou venham a ser praticados pelos integrantes do EES, individual ou coletivamente.

5.10 O reajustamento de preços, nos termos do inciso XXV do artigo 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta, mediante a aplicação do INPC/IBGE e será procedida independente da solicitação do interessado;

5.11 A revisão de preços, nos termos do inciso XXVI do artigo 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, dependerá de requerimento do interessado quando visar a recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

5.12 Após 12 (doze) meses de vigência do contrato, as partes se reunirão para avaliar o serviço e poderão reajustar os preços, dependendo das condições econômicas vigentes com o expresso consentimento do Reitor.

6. CALENDÁRIO

ATIVIDADE	PRAZO
Abertura da Chamada Pública (Publicação do Aviso no DOE e em jornal de grande circulação)	02.03.2012
Recebimento das manifestações de interesse (inscrições), de proposta de cardápio e demais documentos exigidos neste Termo	Até 02.04.2012

Divulgação através de publicação no DOE dos EES classificados e que serão visitados pela CEA	Até 27.04.2012
Visitas técnicas ao Empreendimento classificado, segundo este Termo, e entrevistas com pelo menos 02 (dois) integrantes do EES. As visitas serão previamente agendadas.	Até 18.05.2012
Avaliação Final do Chamamento Público pela Comissão Especial de Avaliação – CEA	Até 05.06.2012
Divulgação dos resultados da seleção através de publicação no DOE	Até 12.06.2012

7. **RECURSOS**

7.1. O regramento dos recursos observará o disposto no art. nº 82 do Estatuto da Universidade Estadual de Feira de Santana.

8. **DJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

8.1. Após classificado o EES e vencida todas as fases do processo seletivo (item 3 do Edital), a autoridade superior competente examinará as vantagens da proposta vencedora, em relação aos objetivos de interesse público colimados pelo o EES, homologará o procedimento e adjudicará o objeto contratual ao EES vencedor, em despacho circunstanciado.

8.2. A homologação e a adjudicação do objeto desta chamada não implicará direito à contratação.

9. **CONTRATAÇÃO**

9.1. O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no inciso I do art. 192 da Lei Estadual 9.433/2005, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

9.2. Como condição para a celebração do contrato, o EES vencedor deverá manter todas as condições exigidas neste instrumento.

9.3. Se o EES vencedor não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade da proposta subseqüente, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo EES, das condições necessárias deste instrumento, procedendo à contratação.

9.4. A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal do EES ou mandatário com poderes expressos para tanto.

10. PREÇO

10. 1. Os preços unitários dos lanches não poderão ser superiores aos limites previstos no **ANEXO I** deste Edital, considerados como preços limites máximos aceitáveis.

11. REAJUSTAMENTO E REVISÃO

11.1. A concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 meses, da data de apresentação da documentação, mediante a aplicação do INPC/IBGE e será procedida independentemente da solicitação do interessado.

11.2. A revisão de preços, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, deverá ser requerida pela Contratada com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou *excessivo.*

11.3. Após 12 (doze) meses de vigência do contrato, as partes se reunirão para avaliar o serviço e as eventuais mudanças propostas dependerão das condições econômicas vigentes e do expresso consentimento do dirigente máximo da UEFS.

12. REGIME DE EXECUÇÃO

12.1. O Regime de Execução do presente contrato está definido no **item VII do preâmbulo.**

13. DO CONTRATO E DAS OBRIGAÇÕES

13.1. Competirá à Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei Estadual 9.433/05, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Contratante não eximirá à Contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

13.2. O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 161 da Lei Estadual 9.433/05, sendo certo que, esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do órgão ou entidade contratante, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos, salvo justificativa escrita fundamentada.

13.3. À contratante, é reservado o direito de paralisar ou suspender, a qualquer momento, a outorga da concessão, a par do superior interesse público.

13.4. Na paralisação da prestação do serviço por interesse da Administração, sem que a Contratada tenha dado causa, fará, a mesma, jus à reposição integral do prazo em que o contrato esteve paralisado.

13.5. Reserva-se, à Contratante, o direito de intervir na operação da Cantina, quando ficar comprovada a incapacidade ou deficiência de pessoal ou de equipamentos da Contratada, sem que do ato resulte o direito de essa pleitear indenização, seja a que título for.

13.6. Assinado o contrato, simultaneamente, será expedida a Ordem de Entrega e Recebimento, a qual efetivar-se-á na mesma data da assinatura do contrato.

13.7. A inexecução, total ou parcial, enseja a rescisão do contrato, com as conseqüências nele previstas ou decorrentes da Lei nº 9.433/05.

13.8. A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do contratante nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05.

13.9. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 168 do mesmo diploma.

13.10. A rescisão do contrato poderá ser administrativa, de pleno direito, amigável ou judicial.

13.11. A Contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, às penalidades contratuais, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal na forma da legislação pertinente.

13.12. Reserva-se, à Contratante, o direito de cobrar, através de processo de execução, as importâncias devidas pela Contratada, ressalvada a cobrança direta mediante retenção.

13.13. É vedado, à licitante vencedora, transferir a exploração do serviço objeto deste certame a terceiros no todo ou em parte, sem a prévia autorização por escrito da Contratante.

13.14. Competirá, à Unidade de Desenvolvimento Comunitário/UNDEC, proceder à fiscalização do serviço objeto desta licitação.

13.15. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Contratante não eximirá à Contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

14. PENALIDADES

14.1 Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184 e 185 da Lei Estadual 9.433/05, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

14.2 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subseqüente ao trigésimo.

14.2.1 A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

14.2.2 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada – quando exigida, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

14.2.3 As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

15. RESCISÃO

15.1. A inexecução, total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas na Lei Estadual nº 9.433/05.

15.2. A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da contratante nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05.

15.3. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 168 do mesmo diploma.

16. IMPUGNAÇÕES

16.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar, perante a autoridade máxima do órgão ou entidade licitante, o instrumento convocatório por irregularidade na aplicação da Lei 9.433/05, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes das propostas, cabendo à Administração julgar a impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade de representação ao Tribunal de Contas.

16.2. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, as falhas ou irregularidades do instrumento convocatório, o EES que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data prevista para abertura da chamada, hipótese em que tal impugnação não terá efeito de recurso.

16.3. A desclassificação do EES importa a preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes.

16.4. Se reconhecida a procedência das impugnações ao instrumento convocatório, a Administração procederá a sua retificação e republicação, com devolução dos prazos.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A qualquer tempo, antes da data fixada para abertura da chamada pública, poderá a comissão, se necessário, modificar este Instrumento, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.2. É facultado à comissão ou autoridade superior, em qualquer fase, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

17.3. Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado da comissão.

17.4. A teor do §11 do art. 78 da Lei Estadual nº 9.433/05, poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir EES, em despacho motivado, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da chamada, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

17.5. O perfeito conhecimento do instrumento convocatório desta chamada pública poderá ser obtido através do site: **www.uefs.br.**

17.6. Eventuais dúvidas quanto ao objeto desta chamada pública ou atinentes ao conteúdo do presente Edital deverão ser protocoladas por escrito na própria sala da COPEL (endereço constante no **itemX**, **Parte A – Preâmbulo**) ou remetidas via fax - através do fone-fax: (75) 3161-8346 - de segundaa sexta, no horário das 09h às 12h e das 14h às 17h. Tanto os pedidos de esclarecimento, quanto as respostas fundamentadas da CEA serão apensadas, pela própria Comissão, aos autos do processo, com o fito de dar máxima publicidade a este aspecto do processo - a fim dos interessados, que tenham acesso aos autos, tomem ciência do quanto esclarecido.

17.7. Na solicitação por escrito contendo a dúvida ou o pedido de esclarecimento (seja remetida via fax, seja protocolada na sala da COPEL), deverá constar: a assinatura do representante legal do EES ou de pessoa devidamente habilitada pela mesma para este fim; os dados do EES (CNPJ, endereço), bem como um número de fax, por meio do qual a Comissão encaminhará a sua resposta.

17.8. O direito de vista aos autos e de xerocópia de eventuais documentos que já os componham a (s) pasta (s) do certame será exercido, pelos interessados, atendendo-se aos seguintes critérios:

18.10.1 Para xerocópia ou vistas, o interessado deverá protocolar tal pedido por escrito na própria sala da COPEL (endereço constante no item 10, Parte A – Preâmbulo). Havendo manifestado interesse em fazer cópia por escrito, o interessado, através de seu representante ou de pessoa devidamente habilitada para este fim específico, após protocolada a sua solicitação pela Comissão, será acompanhada por funcionário da Universidade à unidade de reprografia, correndo, a despesa decorrente da feitura das cópias, por conta da licitante ou da parte interessada.

18.10.2 Somente não será possível dar acesso de imediato ao interessado (através de seu representante ou de pessoa devidamente habilitada para este fim específico) quando a (s) pasta (s) do processo não estiver (em) fisicamente na sala da COPEL (sob análise, para parecer ou homologação, em outro setor da Universidade) ou quando a documentação recebida na realização de sessão ou de que lhe é parte ainda não haja sido devidamente acostada ao processo (arrumada, com a necessária paginação nas folhas que o integram).

18.11 Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão, com observância da legislação em vigor.

18.12 Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Instrumento, prevalecerá o Foro da Comarca de Feira de Santana, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.13 São partes indissociáveis deste Instrumento os seguintes anexos:

I. **LISTA DE PRODUTOS PARA COMERCIALIZAÇÃO**

II. **BAREMA DE PONTUAÇÃO PARA SELEÇÃO DOS EES**

III. **FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO**

IV. **TABELA PARA CÁLCULO DO ÍNDICE MÉDIO DE PREÇOS (Para uso da CEA)**

V. **MODELO DE PROCURAÇÃO**

VI. **MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR** VII. **MINUTA DO CONTRATO**

VIII. **MODELO DE DECLARAÇÃO DE OUTRAS COMPROVAÇÕES PERTINENTES À CHAMADA**

IX. **FICHA DE VISITA TÉCNICA (Para uso da CEA)**

Feira de Santana, 01 de março de 2012.

José Carlos Barreto de Santana
Reitor

ANEXO I

LISTA DE PRODUTOS PARA COMERCIALIZAÇÃO

	PRODUTOS	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO
SALGADOS			
1.	Pão caseiro com recheio	90 gr.	2,00
2.	Sanduíche natural	90 gr.	2,50
3.	Beiju na chapa (simples)	Unidade	1,00
4.	Beiju na chapa recheado	Unidade	2,00
5.	Coxinha de frango	100 gr.	1,80
6.	Pizza de aipim ou farinha de trigo (brotinho)	150 gr.	3,00
7.	Aipim com manteiga	Porção	1,50
8.	Inhame com manteiga	Porção	1,50
9.	Cuscuz de milho	Porção	1,50
10.	Caldo de legumes	Copo 200 ml	2,00
11.	Comida típica regional p/um dia na semana	Prato feito	8,00
DOCES			
12.	Batata doce com manteiga	Porção	1,50
13.	Banana da terra cozida	Unidade	0,50
14.	Bolo de aipim	Fatia	2,00
15.	Bolo de tapioca	Fatia	2,00
16.	Bolo de milho verde	Fatia	2,00
17.	Cocada	Unidade	0,50
18.	Biscoito de goma	Pote 250 gr.	2,00
19.	Iogurte caseiro	Copo 200 ml	2,00
20.	Picolé de frutas	Unidade	1,50
BEBIDAS			
21.	Suco natural de frutas	200 ml	2,00
22.	Vitamina de banana	200 ml	2,50
23.	Café c/leite	200 ml	1,50
24.	Café s/leite	200 ml	1,00
25.	Leite	200 ml	1,50
26.	Chá de ervas natural	100 ml	0,50

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO - CEA

ANEXO II

BAREMA DE PONTUAÇÃO

PONTUAÇÃO ITEM SUBITEM MÁXIMA NO ITEM		
1. PRÁTICAS DE GESTÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO (40)		
01. Quanto aos processos decisórios participativos	É participativa e realiza mais de uma reunião deliberativa por semestre – 07 pontos	07
	É participativa e realiza pelo menos uma reunião deliberativa por semestre – 05 pontos	
02. Quanto à participação, por integrantes do EES, em espaços de discussão de temas de interesse dos movimentos sociais	02.1. Espaços de discussão (fóruns, congressos, conferências, seminários, conselhos, feiras etc.) da Economia Solidária – 1,5 pontos	03
	02.2. Espaços de discussão (fóruns, congressos, conferências, seminários, conselhos, feiras etc.) de outros temas de interesse dos movimentos sociais – 1,5 pontos	
03. Quanto à articulação com a Comunidade	Realização de audiências ou encontros com a comunidade para discutir projetos realizados pelo EES.	05
04. Quanto à articulação em rede	Participação em redes de produção, redes de consumo, clube de trocas, e similares.	07
05. Quanto à cadeia produtiva	05.1. O empreendimento procura saber a origem do seu insumo – 05 pontos	18
	05.2. Utilização de insumos fornecidos por grupos da Economia Solidária – 06 pontos	
	05.3. Articulação da produção/comercialização/consumo – 07 pontos	
SUB-TOTAL		**40**

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO - CEA

2. CAPACIDADE OPERACIONAL E GRAU DE AMADURECIMENTO DO EES (20)		
01 Tempo de existência	Mais de dois anos – 04 pontos	04
	Menos de dois anos – 02 pontos	
02. Capacidade operacional	O empreendimento possui equipamentos e local próprio para produção	05
03. Experiência	Participação anterior em programas ou processos seletivos destinados à agricultura familiar e economia solidária	03
04. Produtos alimentícios produzidos pelo EES	Representativos da cultura local	04
	Coincidentes com a proposta de cardápio apresentada	04
SUB-TOTAL		**20**
3. PROPOSTA DE CARDÁPIO (20)		
Adequação às características regionais		10
Potencial de integração com redes produtivas de agricultura familiar e de características regionais, em vista da matéria-prima utilizada.		10
SUB-TOTAL		**20**
TOTAL (NOTA TÉCNICA)		**80**

1. Os itens serão comprovados e avaliados através das informações prestadas e declarações firmadas no ensejo da inscrição e por meio da visita técnica realizada pela Comissão Especial de Avaliação.

2. A **NOTA TÉCNICA** atribuída ao EES participante será resultado do somatório de pontos obtidos nos itens 1, 2 e 3 que constam do barema de pontuação, correspondendo a 80 (oitenta) pontos a nota máxima atribuível aos participantes.

3. Para quantificação da **NOTA DA PROPOSTA DE PREÇO** seguir-se-á o seguinte procedimento:

3.1. Considerando os preços propostos no Cardápio pelo EES, aos produtos indicados da lista do Anexo I deste Termo, será preenchida pela CEA o Anexo IV.

3.1.1. *PRODUTO*: são os produtos constantes da lista indicada no Anexo I deste Termo.

3.1.2. *PREÇO REFERENCIAL*: é o preço apresentado pela UEFS, Anexo I deste Termo, aosprodutos do cardápio, os quais não poderão ser majorados;

3.1.3. *PREÇO PROPOSTO*: é o preço proposto pelo EES participante aos mesmos produtos;

3.1.4. *PREÇO REDUZIDO*: diferença percentual a menor entre o preço sugerido e o preçoproposto; esta coluna somente será preenchida quando o preço proposto pelo EES participante for inferior ao preço sugerido pela UEFS;

3.1.5 Nas hipóteses em que o preço sugerido pelo EES participante for igual ao preço sugerido pela UEFS a colunas Preço reduzido deverá ser preenchida com “0” (zero).

3.1.6. A linha correspondente ao *TOTAL DO PREÇO REDUZIDO* deve ser preenchida com a diferença total entre o preço referencial e o preço proposto;

3.1.7. Os resultados serão expressos em números inteiros com até duas casas decimais, com aproximação matemática.

Exemplo EES participante

PRODUTO	**PREÇO REFERENCIAL (R$)**	**PREÇO PROPOSTO (R$)**	**PREÇO REDUZIDO (R$)**
Produto 1	1,00	0,80	0,20
Produto 2	0,50	0,50	0,00
Produto 3	2,00	2,00	0,00
Produto 4	3,00	3,00	0,00
Produto 5	1,00	0,50	0,50
TOTAL DE PREÇO REDUZIDO	**7,50**	**(6,80)**	**0,70**

3.2. **Para a NOTA DA PROPOSTA DE PREÇOS, serão atribuídos 20 (vinte) pontos ao participanteque obtiver o maior TOTAL DE PREÇO REDUZIDO. Aos demais participantes serão atribuídas notas decrescentes, em intervalos de 2,0 (dois) pontos, considerando a ordem decrescente de TOTAL DE PREÇO REDUZIDO, conforme tabela exemplificativa abaixo:**

TOTAL DE PREÇOS REDUZIDO	NOTA DA PROPOSTA DE PREÇOS
1º maior Total de Preço Reduzido	20,0 (vinte)
2º maior Total de Preço Reduzido	18,0 (dezoito)
3º maior Total de Preço Reduzido	16,0 (dezesseis)

3.3. Quando mais de um EES participante obtiver o mesmo Total de Peço Reduzido ser-lhe-ás atribuída a mesma nota na classificação em que se deu o empate.

4. A **NOTA FINAL** dos participantes, para efeito de classificação no processo seletivo, será o resultado da soma da **NOTA TÉCNICA (máxima 80)** e da **NOTA DA PROPOSTA DE PREÇO (máxima20),** correspondendo a 100 (cem) pontos a nota máxima atribuível aos participantes.

NOTA FINAL = NOTA TÉCNICA + NOTA DA PROPOSTA DE PREÇO

5. Após a avaliação, os EES serão classificados por ordem decrescente da NOTA FINAL obtida.

6. O EES selecionado será aquele que obtiver a maior NOTA FINAL, observada a classificação.

7. Em caso de empate final entre um ou mais empreendimentos, será usada como critério de desempate a Nota Técnica atribuída aos EES.

8. Persistindo o empate, utilizar-se-á como critério a maior nota obtida pelo EES nos itens 3 (Proposta de Cardápio), 2 (Capacidade operacional e grau de amadurecimento do EES) e 1 (Práticas de gestão, produção e comercialização), nesta ordem.

9. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Avaliação.

ANEXO III

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO		
DADOS DO EMPREENDIMENTO		
Nome do Empreendimento:		
CNPJ:		
Endereço:		Bairro
Cidade:	Estado:	CEP:
Complemento:		
Telefone (s):	E-mail:	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DO GRUPO		
Nome:		
RG:	CPF:	
Endereço (Av. rua)		
Complemento	Bairro:	
Cidade		CEP:
Telefone (s)	E-mail:	
Articulação com a comunidade		
- O Empreendimento realiza audiências ou encontros com a comunidade para discutir projetos realizados pelo próprio Empreendimento? () Sim () Não		
Articulação em rede		
a) Os membros do grupo já participaram de espaços de discussão (fóruns, congressos, conferências, seminários, conselhos, feiras etc.) de temas de interesse dos movimentos sociais? () Sim () Não b) Quais os Espaços de discussão de temas relacionados a Economia Solidária que o Empreendimento participou? 1._____ 3._____ 2._____ 4._____ c) Quais os espaços de discussão de outros temas de interesse dos movimentos sociais que o Empreendimento já participou? 1._____ 3._____ 2._____ 4._____ - O Empreendimento participa de redes de produção, redes de consumo, clube de trocas, ou similares? () Sim () Não		

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO - CEA

- Detalhe o (s) tipo (s) de rede (s) e a (s) forma (s) de participação do empreendimento:
Outras Informações Relevantes:
Declaramos, sob as penas da lei, que o (a) _____ _____ (Empreendimento),sediado (a) _____ (endereço), inscrito (a) no CNPJ n._____: I. tem conhecimento do edital da Chamada Pública N° 001/2011 e está de acordo com todas as condições previstas no presente edital, submetendo-se às sanções que acaso possam sobrevir na sua eventual infringência; II. conhece e pode cumprir as condições previstas para a prestação do serviço e uso do bem público; II. não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos. (conforme Lei nº 9.854/99). _____, _____ de _____ de 2011. (local) (data) _____ (Assinatura do representante legal do empreendimento)

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO - CEA

ANEXO IV (Para uso da CEA)

TABELA PARA CÁLCULO DO ÍNDICE MÉDIO DE PREÇOS

Nome do EES_____

	Produto	Preço Referencial	Preço Proposto	Preço Reduzido
1.	Pão caseiro com recheio	2,00		
2.	Sanduíche natural	2,50		
3.	Beiju na chapa (simples)	1,00		
4.	Beiju na chapa recheado	2,00		
5.	Coxinha de frango	1,80		
6.	Pizza de aipim ou farinha de trigo (brotinho)	3,00		
7.	Aipim com manteiga	1,50		
8.	Inhame com manteiga	1,50		
9.	Cuscuz de milho	1,50		
10.	Caldo de legumes	2,00		
11.	Comida típica regional para um dia na semana	8,00		
12.	Batata doce com manteiga	1,50		
13.	Banana da terra cozida	0,50		
14.	Bolo de aipim	2,00		
15.	Bolo de tapioca	2,00		
16.	Bolo de milho verde	2,00		
17.	Cocada	0,50		
18.	Biscoito de goma	2,00		
19.	Iogurte caseiro	2,00		
20.	Picolé de frutas	1,50		
21.	Suco natural de frutas	2,00		
22.	Vitamina de banana	2,50		
23.	Café c/leite	1,50		
24.	Café s/leite	1,00		
25.	Leite	1,50		
26.	Chá de ervas natural	0,50		
			Total do preço reduzido	

Data:____/____/____ Pela Comissão _____

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO - CEA

ANEXO V

MODELO DE PROCURAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA	**Nº 001/2011**

Através do presenteinstrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor (a) ..... , (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº ..... , expedido pela ..... , devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ..... , residente à rua ..... , nº ..... como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(Inscrição, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes a esta chamada pública).

Feira de Santana _____de _____ de 2011.

RAZÃO SOCIAL, CNPJ, NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

CHAMADA PÚBLICA	Nº **001/2011**

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual 9.433/05, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

( ) nem menor de 16 anos.

()nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Feira de Santana _____de _____ de 2011.

RAZÃO SOCIAL, CNPJ, NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº /2011 PARA PERMISSÃO DE USO GRATUITO DO ESPAÇO FÍSICO CORRESPONDENTE À CANTINA DO MÓDULO VII DO CAMPUS DA UEFS A EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO (EES), SOB A FORMA DE COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO, QUE ATUE NO SEGMENTO DE ALIMENTAÇÃO. QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA E .....

A Universidade Estadual de Feira de Santana, Autarquia Estadual, autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27.04.76, inscrita no CNPJ/MF nº14.045.546/0001-73, situada à Av. Universitária, BR 116, Km 03, Campus Universitário, neste ato representada na forma do seu Regimento pelo Magnífico Reitor Professor Dr. JOSÉ CARLOS BARRETO DE SANTANA, CPF/MF n.º 111.006.565-53, doravante denominada CONCEDENTE e, do outro lado a Empresa ..... , inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob nº ..... , com sede à ....., neste ato representada por ..... , CPF do MF sob o nº ..... , doravante denominada PERMISSIONÁRIA, considerando as expressas disposições da Estaduais Lei Estadual nº 9.433/05 e atos legais conseqüentes, considerando, finalmente, o despacho autorizado pela Magnífico Reitor desta Universidade, na Chamada Pública nº 001/2011, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, como efetivamente o fazem, de acordo com as condições estabelecidas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Constitui objeto a Permissão de uso gratuito do espaço físico correspondente à Cantina do módulo VII do C*ampus* Central da Universidade Estadual de Feira de Santana a Empreendimento Econômico Solidário (EES), sob a forma de Cooperativa ou Associação, com atuação no segmento de alimentação, com o fim de fornecimento de alimentação à comunidade universitária, de acordo com as especificações constantes no Instrumento Convocatório, com as condições previstas neste contrato apresentada pelo Empreendimento vencedor, ora PERMISSIONÁRIA.

§1º. É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da Permissionária, não se responsabilizando, a Concedente, por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

§2º. Os serviços objeto deste contrato não podem sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, devendo ser executados por empregados da Permissionária, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, mediante vínculo de subordinação dos trabalhadores para com a empresa vencedora do certame, sobre os quais manterá estrito e exclusivo controle.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO

O prazo de permissão, a que se refere o presente contrato, será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do presente contrato, podendo ser renovado, sucessivamente, por igual período, caso seja demonstrado interesse por ambas as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

Não haverá pagamento pela permissão do uso do espaço físico correspondente à Cantina domódulo VII do C*ampus* Central da UEFS a Empreendimento Econômico Solidário (EES), visto que esta permissão é de natureza gratuita, conforme foi estabelecido no Edital. Todavia a UEFSfornecerá água e energia para o funcionamento da cantina, mediante pagamento pelo EES de taxa de utilização destes serviços, a valor fixo de **R$ 250,00 (duzentos e cinquenta Reais)** mensais.

Parágrafo Único - Pelo atraso no pagamento, a Permissionária pagará a multa de 2% (dois por cento) ao mês, correção monetária e juros de mora a razão de 1% (um por cento) ao mês, independente de outras cominações legais. A multa estabelecida incidirá sobre o valor corrigido.

CLÁUSULA QUARTA – REAJUSTES DE PREÇOS DAS MERCADORIAS

A concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta, mediante a aplicação do INPC/IBGE e será procedida independentemente da solicitação do interessado.

§ 1º - A revisão de preços, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, dependerá de requerimento do interessado quando visar a recompor o preço que se tornou *insuficiente*, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou *excessivo.*

§ 2º - Após 12 (doze) meses de vigência do contrato, as partes se reunirão para avaliar o serviço e poderão reajustar os preços, dependo das condições econômicas vigentes com o expresso consentimento do Reitor.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

Constituem obrigações da Permissionária:

a) responsabilizar-se pelas reformas e instalações necessárias nas dependências onde funcionará Cantina, devendo apresentar projeto, encarregando-se das obras e assumir todos os custos, sem direito a ressarcimento atuais e/ou futuros;

b) zelar pela higiene e qualidade dos alimentos;

c) zelar pela conservação e higiene da Cantina durante o período que estiver sob a sua responsabilidade;

d) afixar tabela de preços dos produtos vendidos na Cantina obedecendo aos preços máximos constantes no **Anexo I** do Edital;

d.1) Seguir rigorosamente o cardápio estabelecido neste anexo;
d.2) Não comercializar produtos oriundos de empresas e processos incompatíveis com os princípios e valores da Economia Solidária.

e) é vedado o reaproveitamento de restos de alimentos;

f) cumprir o horário de funcionamento da cantina que será de segunda a sexta-feira, de 07h00min às 23h00min e aos sábados das 07h00min às 12h00min. Deverá, ainda, ter disponibilidade de funcionamento em horários extraordinários, quando da realização de eventos/atividades institucionais, a partir de contrato prévio estabelecido entre as partes;

g) efetuar, pontualmente, até o quinto dia útil de cada mês, o pagamento da taxa mensal relativa aos serviços de água e energia;

h) contratar e manter, por sua conta, funcionários em número suficiente para satisfazer as demandas do local;

i) separar e acondicionar o lixo em três TIPOS DE VASILHAMES (orgânicos, recicláveis e aterro) em sacos apropriados. Os sacos de lixo devem ser preenchidos até 2/3 de sua capacidade;

j) responsabilizar-se por todo e qualquer dano que eventualmente ocasione na área da Cantina ou a terceiros durante o período contratado, inclusive obrigando-se a efetuar, junto à empresa especializada, seguro contra incêndio, a vigorar no período contratado.

k) providenciar seguro para seus equipamentos, instalações e pessoas;

l) oferecer os produtos relacionados no Anexo I, estabelecido que novos produtos só poderão ser oferecidos após autorização escrita da Reitoria;

l) adquirir os sacos plásticos necessários ao acondicionamento do lixo produzido pela manipulação dos produtos e aquele gerado pelos clientes da Cantina. Os sacos devem ter resistência, de forma que possam ser manipulados sem rompimento;

n) no caso de rompimento dos sacos, a higienização do local é de inteira responsabilidade do estabelecimento;

o) adquirir acondicionadores adequados para o armazenamento do lixo gerado internamente na cantina;

p) responsabilizar-se pelo acondicionamento interno e externo dos resíduos, até que sejam coletados;

q) cuidar da limpeza e conservação dos acondicionadores instalados na área da cantina;

r) fazer com que o proprietário e todos os seus empregados participem, com aproveitamento, do Curso de Higiene, manipulação e Controle da qualidade de Alimentos a ser promovido pela UEFS, bem como participar de outros processos de formação pela UEFS e/ou parceiros a que forem convocados, especialmente os que visem o fortalecimento dos princípios e ideais da Economia Solidária;

s) obedecer, rigorosamente, à Portaria nº 1428/93 da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde e a toda a legislação pertinente;

t) realizar, no proprietário e nos seus empregados, exames médicos periódicos, conforme orientação da Comissão Permanente de Avaliação;

u) participar do Treinamento sobre resíduos promovido pela Equipe de Estudo e Educação Ambiental - EEA;

v) descartar o lixo separado no estabelecimento em acondicionadores externos de acordo com seu tipo (orgânico, recicláveis e aterro);

w) manter na área externa da cantina, apenas, os acondicionadores determinados pela Equipe de Estudo e Educação Ambiental - EEA, apropriados para a coleta seletiva, na forma descrita abaixo:

- **RECIPIENTES PARA LIXO - ATERRO:**

Cor: Cinza
Resíduos: papel engordurado, papel molhado, toalhas de papel, saco de polpa, copo

descartável,canudo, plástico filme, embalagens tipo longa vida, resto de comida e ossos.

- **RECIPIENTES PARA LIXO ORGÂNICO PARA COMPOSTAGEM:**

Cor: Marrom
Resíduos: cascas de frutas, legumes, verduras, borra de café e cascas de ovos.

- **RECIPIENTES PARA RESÍDUOS RECICLÁVEIS:**

Cor: Amarela
Resíduos: latas, recipientes de plásticos duros e vidros em geral.

- **RECIPIENTES PARA PAPEL:**

Cor: Azul
Resíduos: papel seco e papelão.

- **RECIPIENTES PARA COCO:**

Cor: cinza
Resíduos: cascas de coco

x) Cumprir as orientações da Equipe de Estudo e Educação Ambiental da UEFS.;

z) Fornecer recipientes, utensílios e guardanapos de papel adequados à alimentação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

A Concedente obriga-se a:

a) Cumprir e fazer cumprir as disposições de serviços e as cláusulas contratuais de permissão de uso aqui firmadas;

b) Fiscalizar a prestação dos serviços e comunicar à Permissionária qualquer irregularidade detectada;

c) Extinguir a permissão nos casos previstos neste instrumento e nas Leis que o regem.

CLÁUSULA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

Competirá à **UNIDADE DE ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - UNDEC** proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei Estadual 9.433/05, bem assim receber o objeto segundo o disposto no art. 161 da Lei Estadual 9.433/05.

Parágrafo único: A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Concedente não eximirá aPermissionária da total responsabilidade na execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES CONTRATUAIS

Sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal a Permissionária sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, as sanções estabelecidas na Lei Estadual 9.433/05.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas na Lei Estadual nº 9.433/05.

§º1. A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Concedente nos casos

enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05.

§º2. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei Estadual nº. 9.433/05, sem que haja culpa da Permissionária, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 168 do mesmo diploma.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

Fica expressamente vedado à Permissionária ceder ou transferir o presente Termo de Permissão de Uso, seja total ou parcialmente. A subcontratação parcial do uso do imóvel a terceiros somente será admitida se nas mesmas condições do presente Termo de Permissão de Uso e mediante prévia autorização da UNIVERSIDADE, por decisão fundamentada, permanecendo, a Permissionária, nesse caso, integralmente responsável quanto ao devido cumprimento deste ajuste.

Parágrafo Único - O descumprimento do disposto nesta Cláusula caracterizará inexecução do Termo dePermissão de Uso, ficando nesse caso, a Permissionária, sujeita às penalidades fixadas na Cláusula Décima Primeira, independentemente da possibilidade de rescisão simultânea deste ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica proibido o uso da Cantina para venda de bebidas alcoólicas e cigarros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VINCULAÇÃO AO EDITAL DA LICITAÇÃO

Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no Edital do processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, com todas as partes que o compõem (inclusive seus anexos).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

As partes elegem o Foro da Cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que o subscrevem, depois de lido e achado conforme.

Feira de Santana, ____ de _____ de 2011

Pelo Concedente: **Pela Permissionária:**

José Carlos Barreto de Santana **(Representante legal do EES)**
Reitor

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE OUTRAS COMPROVAÇÕES PERTINENTES À CHAMADA

CHAMADA PÚBLICA	**Nº 001/2011**

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório acima identificado, declaramos, para todos os fins de fato e de direito, que:

Visitamos a área da cantina da UEFS em caráter de inspeção e, atentos ao estado em que a mesma se encontra, bem como a sua parte externa, aceitamos assumir a sua integral administração no estado em que a verificamos;

Temos conhecimento de todas as informações deste instrumento convocatório e aceitamos, pois, as condições expressas no Edital (com todas as partes que o compõem, inclusive os seus ANEXOS), estando, também, cientes dos locais para o cumprimento das obrigações objeto da presente chamada pública;

Manteremos Gerente devida e juridicamente habilitado, que se responsabilizará, integralmente, pela administração e a operação da Cantina;

Daremos início ao funcionamento da Cantina do Módulo VII no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, dada a relevância da continuidade da prestação do serviço, a par do superior interesse público;

Feira de Santana _____de _____ de 2011.

RAZÃO SOCIAL, CNPJ, NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS
COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO - CEA

ANEXO IX

FICHA DE VISITA TÉCNICA (Para uso da CEA)

CHAMADA PÚBLICA	**Nº 001/2011**

Nome do EES _____

Responsável pela ESS (Entrevistado)
_____

ITENS A SEREM COMPROVADOS DURANTE A VISITA	**SIM**	**NÃO**
POSSUI ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO (EQUIPAMENTOS, RECURSOS HUMANOS E CAPITAL DE GIRO DISPONÍVEL PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DIÁRIAS DO EMPRENDIMENTO)		
PRODUZ E/OU COMERCIALIZA COLETIVAMENTE		
ZELA PELA HIGIENE E QUALIDADE DOS ALIMENTOS		
ADOTA CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO		
HÁ INTEGRAÇÃO COM REDES PRODUTIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR DE CARACTERÍSISTICAS REGIONAIS, EM VISTA DA MATÉRIA PRIMA UTILIZADA NOS ALIMENTOS		
PARTICIPA DE ESPAÇOS DE DISCUSSÃO DE TEMAS DE INTERESSE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS		
REALIZA ENCONTROS COM A COMUNIDADE PARA DISCUTIR PROJETOS REALIZADOS		
PARTICIPA EM REDES DE PRODUÇÃO, REDES DE CONSUMO, CLUBE DE TROCAS E SIMILARES		
PROCURA SABER A ORIGEM DO SEU INSUMO		
UTILIZA INSUMOS FORNECIDOS POR GRUPOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA		
JÁ PARTICIPOU DE PROGRAMAS OU PROCESSOS SELETIVOS DESTINADOS À AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA		
OS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PRODUZIDOS PELO EES SÃO REPRESENTATIOVS DA CULTURA LOCAL		

OBSERVAÇÕES

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Feira de Santana, _____ / _____ / _____

MEMBROS DA CEA / UEFS	**REPRESENTANTE LEGAL (EES) / CNPJ**
_____	_____
_____	_____
_____	

ANEXO B – Carta de Princípios da IEPS

INCUBADORA DE INICIATIVAS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA - IEPS/UEFS

1 - Da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária - IEPS-UEFS

A Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana, IEPS-UEFS, constitui-se em um programa interdisciplinar de caráter permanente, desenvolvido por servidores, docentes e técnicos administrativos, e discentes da UEFS, com possibilidade de participação da comunidade externa, por meio de projetos de extensão e ou pesquisa e outras atividades de caráter continuado junto à comunidade externa, no âmbito da economia popular e solidária. A IEPS-UEFS deve trilhar um caminho de diálogo potencializador da resistência e de experiências voltadas à consolidação de um novo modo de produção e organização do trabalho e da sociedade, dando ênfase à mobilização e fortalecimento das organizações sociais que trabalham de modo coletivo, cooperativo, associativo e autogestionário considerando a economia popular e solidária enquanto movimento de economia política dos setores populares.

2 - Dos Objetivos da IEPS-UEFS

Estimular a geração de trabalho e renda de iniciativas da economia popular e solidária visando a construção da autonomia dos sujeitos envolvidos no processo e sua inserção econômica e social:

J. Contribuindo para o desenvolvimento econômico local e regional, especialmente por meio do processo educativo de incubação de iniciativas da economia popular e solidária;

II. Consolidando um espaço para realização de trabalhos por parte dos servidores docentes e técnicos administrativos, discentes (bolsistas ou voluntários), no âmbito da economia popular e solidária com a articulação do

tripé ensino-pesquisa-extensão;

III. Fortalecendo as ações institucionais com a comunidade regional e a sociedade em geral, buscando uma relação dialógica horizontal, crítica e construtiva;

IV. Contribuindo para que a UEFS se consolide como um espaço de produção e socialização de conhecimento qualificado e socialmente relevante;

V. Atuar na economia popular e solidária priorizando o circuito das redes solidárias ao invés dos mercados;

VI. Estabelecer um diálogo complementar entre o saber científico e o saber popular, visando a integralidade dos processos educativos da economia popular e solidária voltado para o desenvolvimento territorial;

VII. Participar da implementação de políticas públicas que apresentem caráter articulador e integrador do circuito econômico popular e solidário.

3 – Das ações estratégicas gerais

A Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana, IEPS-UEFS, desenvolverá as suas ações em três níveis, aqui denominados de ações estratégicas gerais:

I. Desenvolvimento de projetos, fruto da interação entre a comunidade acadêmica e a comunidade externa, com objetivos e dotação orçamentária específicos, aprovados pela sua equipe de acordo com as orientações estabelecidas nesta carta de princípios da IEPS-UEFS. Na forma de projetos, a IEPS-UEFS desenvolverá processos de incubação, os quais devem ser compreendidos como um processo político, prático-educativo de organização e acompanhamento sistêmico a grupos envolvidos no processo econômico popular e solidário. Na incubação a IEPS-UEFS adotará os fundamentos da economia popular e solidária possibilitando a integração solidária dos sujeitos, colocando como valores principais o trabalho coletivo, o conhecimento e o atendimento às necessidades sociais da população. Buscar-se-á um sistema solidário de produção, com benefícios divididos equitativamente, redistribuindo a renda e constituindo-se num sistema sócio-produtivo mais justo e igualitário fomentando o comércio justo dos bens e serviços e o consumo consciente para alcançar a sustentabilidade e justiça

social;

II. Desenvolvimento, de forma continuada, de atividades de interação com a comunidade interna da UEFS fomentando a discussão e projetos sobre economia popular e solidária e tecnologias sociais no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação e entre os professores e funcionários;

III. Desenvolvimento, de forma continuada, de atividades de interação com a comunidade externa, produtores rurais e urbanos ligados à economia popular e solidária, movimentos sociais, ONGs e instituições diversas com objetivos convergentes aos da Incubadora.

Cada uma das ações estratégicas gerais, consideradas as suas especificidades, serão implementadas utilizando uma ou mais das chamadas ações estratégicas específicas, a saber:

1. Realização de processos de incubação, além de ações pontuais, em que se privilegie:

JJ. A utilização da relação trabalho-educação como base fundamental dos processos educativos populares, transversalizados por temas como gênero, etnia, meio ambiente, consumo, direitos fundamentais e cidadania;

KK. A utilização de metodologias participativas com vistas à complementariedade de saberes entre os grupos produtivos e as instituições envolvidas nos processos de incubação;

LL. Atividades realizadas preferencialmente no espaço real das iniciativas, que possibilitem aos grupos a compreensão do conjunto do seu funcionamento e estimulem a formação da identidade de grupo, a democracia interna e sua autonomia frente à IEPS-UEFS;

W. Ações de transferência e apropriação de tecnologia relacionadas com as dinâmicas da produção do conhecimento e geração de tecnologias sociais;

X. Identificar e fortalecer as tecnologias sociais existentes no Território de Identidade Portal do Sertão;

Y. Replicar os conhecimentos construídos nas experiências de incubação, estimulando a cooperação entre universidades, instituições de pesquisa, organizações públicas ou privadas, cooperativas ou outras organizações;

Z. A adoção de grupos para incubação atenderá critérios e procedimentos específicos condizentes com os princípios da Incubadora de acordo com normatização própria a ser estabelecida pela equipe;

AA. As atividades de cada projeto serão objeto de avaliação periódica pela equipe da Incubadora;

BB. Os projetos ou ações não amparados por esta carta serão submetidos à avaliação da equipe da Incubadora e aprovados por maioria simples em reunião e, caso necessário, remetidos a apreciação de quorum qualificado de (2/3) dos participantes.

3. Promoção da articulação de redes sócio-econômicas de produção, comercialização e consumo impulsionando o desenvolvimento local solidário;

4. Realização de ações educativas, culturais e de disseminação do conhecimento com vistas a sensibilização e formação, no âmbito da comunidade universitária e externa, de sujeitos capazes de atuar no campo da economia popular e solidária;

5. Realização de ações visando a inserir nos programas institucionais da UEFS e nas suas práticas administrativas os princípios e objetivos da Economia Popular e Solidária, inclusive por meio de parcerias entre Universidade, Comunidade e Poder Público;

6. Articulação, na UEFS, das iniciativas já existentes no âmbito da Economia Popular e Solidária;

6. Realização de ações com vistas a articular as iniciativas estudantis que traduzam os anseios populares por uma sociedade mais justa;

7. Articular junto aos poderes públicos mecanismos para a viabilidade das Comparas Públicas (PAA, PNAE, etc.) nas comunidades locais, bem como a

constituição de cooperativas para atuação nas diversas áreas como alimentação, transportes, segurança, limpeza e conservação de bens e serviços públicos, entre outros.

4 - Das parcerias

I. As parcerias pressupõem ações e/ou atividades através de contratos, convênios, termos de outorga, entre outras modalidades que permitem desenvolver a articulação de conhecimentos convergentes a

indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino;

II. Buscar interagir e fortalecer nas Redes de Economia Popular e Solidária relações institucionais no desenvolvimento dos processos de incubação de

iniciativas Econômicas Populares Solidárias;

3.3. Identificar elementos potencializadores do desenvolvimento local solidário para formação e desenvolvimento de parcerias com organizações sociais, associações, sindicatos, universidades públicas e privadas, outras instituições de pesquisa e empresas recuperadas.

5 - Da organização administrativa e do processo deliberativo

b. A IEPS-UEFS organiza-se em uma estrutura simplificada, sem priorizar a hierarquização, amparada em um processo de construção interativo/dialógico dentro da própria IEPS-UEFS, entre a IEPS-UEFS e os grupos envolvidos na incubação, com vistas à união e interação de saberes, compreensão do conjunto do funcionamento na iniciativa (visão de totalidade integrada) e estímulo a formação da identidade de grupo, democracia interna e sua autonomia frente à IEPS-UEFS;

II. A IEPS–UEFS será dirigida de forma autogestionária com caráter deliberativo e executivo e será composta por um número variável de membros pertencentes à comunidade universitária, com possibilidade de participação de membros da comunidade externa, compreendendo neste caso a participação individual, de instituições e de organizações coletivas. A discussão e deliberação acerca das matérias em geral se darão por representação simples, salvo os casos descritos abaixo:

- O ingresso no grupo dar-se-á por aprovação em reunião com quorum qualificado (2/3), quando o consenso não for possível na equipe, e ponto de pauta específico, convocada com antecedência mínima de 72 horas;
- Eleição de 01 um coordenador geral, servidor, docente ou não docente, em reunião com quorum qualificado (2/3), quando o consenso não for possível na equipe, e ponto de pauta específico, convocada com antecedência mínima de 72 horas;
- Coordenadores de projetos, em número variável, servidor, docente ou não docente, em reunião com quorum qualificado (2/3), quando o consenso não for possível na equipe, e ponto de pauta específico, convocada com antecedência mínima de 72 horas;
- Os projetos, com prazo determinados, objetivos e dotação orçamentária específicos, serão aprovados em reunião com quorum qualificado (2/3), quando o consenso não for possível na equipe, e ponto de pauta específico, convocada com antecedência mínima de 72 horas;
- O desligamento de participantes do grupo dar-se-á por solicitação do interessado ou por iniciativa do grupo mediante aprovação em reunião com quorum qualificado (2/3), quando o consenso não for possível na equipe, e ponto de pauta específico, convocada com antecedência mínima de 72 horas;

III. Em se tratando da coordenação geral do programa e de projetos o grupo deverá observar as implicações decorrentes do fato de o quadro normativo vigente da UEFS não prevê a coordenação destes por servidor não docente;

IV. A participação da comunidade externa terá uma representação assegurada de forma a não ultrapassar um percentual máximo de 20% do total de membros.

7 - Dos Bolsistas

g. A incubadora deverá se constituir num espaço de atuação efetiva dos estudantes da UEFS e da comunidade externa e estes poderão participar das ações na condição de bolsistas ou de voluntários sendo devidamente certificados em ambos os casos;

O ingresso de bolsistas dar-se-á por meio de programas institucionais de concessão de bolsa geridos pelas Pró-reitorias e outras instâncias da UEFS e ainda por bolsas financiadas pelas agências públicas de fomento

(FAPESB, CAPES, CNPq e outras);

III. A seleção de bolsistas, tanto para concorrer às bolsas da instituição quanto a bolsas de agência financiadora externa, deverá priorizar metodologia desenvolvida pela própria incubadora que possibilite a realização de processos que contemplem, sempre que possível, o universo dos estudantes de maneira justa e democrática.

ANEXO C – Programa de Incubadora de Iniciativa da Economia Popular e Solidária

Projeto Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Feira de Santana

Edital 007/2008 - Apoio a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários
Modalidade A - Incubadoras Universitárias
Pedido Nº. 5172/2008

Feira de Santana
Janeiro de 2009

SUMÁRIO

1. Apresentação

2. Objetivos
   Objetivo Geral
   Objetivos
   Específicos
3. Justificativa

4. Metodologia

5. 1ª etapa para institucionalização do Grupo de Trabalho

6. 2ª etapa para elaboração do projeto para a construção da ITCP/UEFS 3ª etapa para fins de apresentação do projeto e lançamento de editais Mecanismos Gerenciais de Execução da Incubadora

7. Áreas de Gerenciamento da ITCP-UEFS

8. Resultados Esperados com a Execução do Projeto

9. Impactos da Incubadora

10. Perspectiva do Número de Empreendimentos a serem Incubados Descrição do Perfil Beneficiários da Incubação
    a. Descrição dos Resultados Esperados

11. Impactos do Empreendimento

12. Impacto Econômico

13. Impacto Social

14. Impacto Ambiental

15. Impacto com foco em Tecnologias Sociais

16. Mecanismos de Transferência de Resultados

17. Equipe Executora

18. Orçamento
19. Infraestrutura Disponível na UEFS para Implantação da Incubadora
Recursos Humanos
20. Programa de Pós-Graduação Stricto
Sensu Grupos de Pesquisa
21. Projetos de
pesquisa
Laboratórios
22. Referências

1. Apresentação

As experiências de incubação de cooperativas populares nos Campi de Universidades têm se apresentado como uma forma efetiva de qualificar o conhecimento produzido nestas, a partir de demandas reais da sociedade, consolidando, assim, a relação entre ensino, pesquisa e extensão, entre a Universidade e a sociedade contribuindo, no que cabe ao universo acadêmico, para a melhoria das condições de vida das classes populares, sobretudo de grupos que vivem os mais diversos contextos de desigualdade.

O Projeto da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Feira de Santana insere-se na perspectiva do desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias sociais alinhadas ao viés da economia solidária entendendo- a como um caminho de resistência e de experiências voltadas à consolidação de um novo modo de produção e organização do trabalho, logo, da sociedade, dando ênfase à mobilização e fortalecimento das organizações sociais locais que trabalham de modo cooperativo, associativo e autogestionário, estando em processo inicial ou já consolidado.

Pretende-se implantar uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares visando à criação de um espaço que articule e redimensione o conhecimento produzido na UEFS legitimado por demandas concretas do seu entorno, tornando acessível todo o conhecimento técnico e científico à comunidade geral, e, especificamente, aos empreendimentos solidários populares incubados, alicerçados em processos político-educativos direcionados à conquista da autonomia destes, além da reinvenção da própria Universidade.

Terá como finalidades principais: estimular a geração de trabalho e renda através da reaplicação da tecnologia social de incubação dos empreendimentos econômicos solidários; realizar processos de incubação através de ações de transferência e apropriação de tecnologia e métodos de gestão relacionados com as dinâmicas da produção do conhecimento e geração de tecnologias sociais; promover a articulação de redes sócio-econômicas de produção, comercialização e consumo impulsionando o desenvolvimento local e regional; possibilitar aos empreendimentos econômicos solidários o acesso a tecnologias que agreguem valo r ao produto/serviços; implementar metodologias comunitárias participativas, estimulando a cooperação entre universidades, instituições de pesquisa, organizações públicas ou privadas, cooperativas ou outras organizações

2. Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Implantação de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na UEFS visando a criar um espaço para a produção e socialização de conhecimento técnico e científico aos empreendimentos solidários populares, contribuindo para a viabilização de alternativas de geração de emprego e renda, através da mobilização, articulação e acompanhamento de grupos populares excluídos do mercado formal de trabalho, visando à construção de novos valores centrados nas práticas autogestionárias de empreendimentos solidários.

2.2 Objetivos Específicos

- Organizar e normatizar o funcionamento da ITCP/UEFS;
- Criar espaço onde sejam trabalhados conceitos técnicos e científicos estudados nos cursos de graduação, pós-graduação e núcleos de pesquisa d a UEFS;
- Formar Recursos Humanos capazes de atender a demanda dos grupos/empreendimentos solidários público alvo da ITCP/UEFS;
- Viabilizar e fortalecer a formação de parcerias entre Universidade e comunidade por meio da introdução nos programas institucionais da UEFS, de forma indissociada em nível de pesquisa, ensino e extensão, os princípios e objetivos da Economia Solidária;
- Articular de forma sistêmica as iniciativas locais já existentes e integrar propostas em curso e futuras proposições no âmbito da Economia Solidária;
- Promover a participação de estudantes em projetos de interesse social, que envolvam demandas reais da sociedade possibilitando uma formação compromissada com a nossa realidade;
- Contribuir para um maior envolvimento da comunidade acadêmica com as questões sociais;
- Implantar a infra-estrutura física, de materiais e equipamentos necessários às atividades da ITCP.
- Contribuir para criar um ambiente que congregue professores, servidores técnicos administrativos e estudantes e programas internos de diversas áreas do conhecimento para desenvolverem pesquisas empíricas e teóricas sobre economia solidária;
- Consolidar uma política institucional de extensão de apoio aos empreendimentos de Economia Solidária.

3. Justificativa

A implementação das políticas neoliberais nos países da América Latina nos anos 90 trouxe como resultados fatos indiscutíveis, entre eles, a piora acentuada das condições de emprego e de acesso à renda por parte dos mais pobres, e a conseqüente concentração da renda e da riqueza em todo o continente. Dentre outras conseqüências foi possível detectar ressurgimento de formas associativas de produção e consumo seja nas cidades ou nas áreas rurais como resposta parcial dos movimentos sociais à crise ou simplesmente como busca de alternativas de sobrevivência (CRUZ, 2006).

O aparecimento dessas formas diversificadas de economia solidária tais como cooperativas populares, associações de produtores e consumidores, clubes de trocas, recuperação de fábricas falidas por seus próprios trabalhadores, ocupações de terra e produção coletiva etc. levou as universidades a questionamentos que originaram formas diversas de atender direta e imediatamente aos interesses econômicos e sociais dos setores mais desprotegidos pela crise, buscando direcionar os poucos recursos para projetos que buscassem ao mesmo tempo atender demandas sociais e reforçar a organização popular, dando origem às Incubadoras Universitárias de Cooperativas populares (CRUZ, 2006).

A partir da criação da ITCP/COPPE-UFRJ, iniciada em 1996 as experiências de incubação de cooperativas populares nos Campi de Universidades têm se apresentado como uma forma efetiva de qualificar o conhecimento produzido nestas, a partir de demandas reais da sociedade, consolidando, assim, a relação entre a extensão e a pesquisa e contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, sobretudo de grupos mais necessitados.

A Universidade deve estreitar a sua relação com a comunidade que a cerca e, mais ainda, buscar a transformação efetiva das condições de vida da sua população. A Universidade precisa sair dos seus muros e desmistificar o conceito de que só nela é possível produzir conhecimento. É preciso desmistificar também um outro conceito: o de que a extensão se constitui apenas na difusão do conhecimento produzido através da pesquisa. Não resta dúvida de que ao se fazer extensão se produz também conhecimento.

Na UEFS, as ações neste âmbito, embora muito significativas, são ainda isoladas sendo necessária a criação de uma estrutura que possa abrigar as diversas iniciativas nas variadas áreas de conhecimento. Deve-se salientar que, dentre as Universidades Estaduais Baianas, a UEFS é a única que ainda não possui uma Incubadora de Cooper ativas Populares.

Na gestão atual a Pró-Reitoria de Extensão vem implementando uma política de aproximação mais significativa e profunda com a comunidade, sobretudo através do Comitê de Desenvolvimento do Território de Identidade Portal do Sertão. Entre as várias atividades destaca-se a ativa participação da UEFS na implantação do Centro Público de Economia Solidária, proposta do Governo Estadual através da SETRE. As atividades em parceria com o Território Portal do Sertão têm revelado uma elevada demanda por apoio a empreendimentos associativos de Economia Solidária que em quase a totalidade das vezes deixa m de ser atendidos por falta de uma estrutura

formal que congregue professores, estudantes e funcionários das diversas áreas do conhecimento para ações no âmbito da Economia solidária.

A UEFS possui um amplo potencial em diversas áreas do conhecimento - centenas de pesquisadores, milhares de estudantes e funcionário s, núcleos e projetos de pesquisa e extensão e outros programas internos além de uma ampla infra-estrutura de laboratórios que podem ser direcionados para o atendimento de demandas no âmbito da Economia Solidária. Uma estrutura como uma Incubadora de Empreendimentos Populares deverá servir como um agente que direcione e potencialize todos estes recursos e ajude a definir e consolidar uma concepção de Extensão que reflita o verdadeiro papel da Universidade.

Encontra-se em Implantação na UEFS o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) visando à construção de um ambiente de consolidação da política institucional de gestão tecnológica e de inovação. Projeto apoiado pela FAPESB, o NIT prevê na sua estrutura a criação e implantação de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, o que demonstra o caráter institucional da ITCP-UEFS.

Em 2002, com a participação de professores do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, foi implantado na UEFS um Núcleo da REDE UNITRABALHO com o objetivo de integrar a universidade e os trabalhadores para o desenvolvimento de projetos que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida e trabalho, entretanto, o núcleo não se consolidou e encontra-se inativo no momento. A implantação da Incubadora de Cooperativas Populares deverá reintegrar a UEFS na Rede Unitrabalho.

4. Metodologia

4.1 1ª ETAPA

Institucionalização do Grupo de Trabalho formado por professores, funcionários, estudantes da UEFS, representantes do Território de Identidade e representante do Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia CETEB.

4.2 2ª ETAPA

Elaboração do projeto para a construção da ITCP/UEFS.

ATIVIDADES:

2 Capacitação o Grupo de Trabalho através de leituras, participação em oficinas e visitas técnicas, nas questões sobre associativismo, cooperativismo e economia solidária para a elaboração do projeto da ITCP/UEFS

3 Estudo das potencialidades e demandas do Território (mapeamento dos prováveis empreendimentos incubáveis), formação de um Banco d e Dados.

4 Sensibilização da comunidade acadêmica e externa para a importância da ITCP/UEFS como via de integração da UEFS com a sociedade, assim como de fomentar a adesão livre e

voluntária de prováveis grupos sociais beneficiários, através de seminários, comunicações escritas, comunicações on-line, reuniões com núcleos e/ou grupos de pesquisa e extensão, visitas a empreendimentos solidários, encontros com organizações da sociedade civil e poder público contínuo.

d) Levantamento dos potenciais parceiros internos (professores, técnicos-administrativos, núcleos de pesquisa, estudantes) formação de cadastro dos atores envolvidos no processo de criação e implementação da ITCP/UEFS.

e) Realização de oficinas, seminários e outros eventos visando a capacitação dos parceiros internos nas questões sobre associativismo, cooperativismo e economia solidária.

f) Elaboração do Projeto da ITCP/UEFS:

Corpo normativo da incubadora composto:

1.Estatuto;

2.Regimento:

2.1. Rotinas administrativas;

2.2 Critérios de Seleção de grupos a serem incubados;

2.3 Critérios de seleção de participantes dos projetos de incubação;

2.4 Procedimentos de incubação.

3. Plano de sustentabilidade

4. Plano de comunicação

5. Definição de áreas prioritárias

6. Organização da infraestrutura física e de materiais da ITCP/UEFS, incluindo o cadastramento de Laboratórios e salas especiais que poderão ser utilizadas no processo de incubação 10 meses, a saber:

6.1 Espaço físico provisório para desenvolvimento das atividades administrativas da Incubadora

6.2 Mobiliário e equipamentos necessários para as atividades administrativas

6.3 Projeto arquitetônico e de engenharia das instalações definitivas da incubadora a ser construída com recursos a serem captados.

3.5. 3ª ETAPA

a) Apresentação do Projeto da ITCP/UEFS e aprovação pelas instâncias superiores da UEFS.

b) Lançamento de Edital para bolsistas da ITCP.

c) Lançamento de Edital de Incubação.

d) Início das Atividades da ITCP/UEFS instâncias de deliberação e respectivos procedimentos.

4.4 Mecanismos Gerenciais de Execução da Incubadora

A estrutura organizacional da ITCP voltar-se-á para a práxis da extensão universitária na medida em que sistematiza e (re) elabora o conhecimento tanto acadêmico quanto população concretiza a troca mútua de conhecimentos e experiências diferenciadas entre cooperados e alunos no trabalho conjunto para a construção das cooperativas.

Através da adoção dos princípios da autogestão difundidos nas cooperativas populares sua perspectiva de incubação far-se-á diretamente junto às cooperativas e grupos atendidos, em seus locais de trabalho, assim como, no interior da própria ITCP.

A estrutura Gerencial de Execução da ITCP prevê a existência de três níveis hierárquicos sendo o Coletivo dos Monitores (estudantes da graduação e da pós-graduação) responsáveis pela execução dos projetos, o Conselho Orientador, formado por docentes e técnicos da UEFS, de vários departamentos, que coordenarão as Equipes de Incubação e a Comissão de Acompanhamento e Avaliação formada por 3 representantes indicados por cada um dos atores envolvidos: Contratante, ITCP e Cooperativas, e que deverá se reunir mensalmente para avaliar o andamento do projeto.

As Equipes de Incubação da ITCP serão formadas, cada uma, por alunos de graduação e/ou pós-graduação, que serão os responsáveis, em conjunto, pelo trabalho de assessoria e de formação, com responsabilidades compartilhadas e ênfase em suas respectivas áreas de conhecimento: gestão e planejamento econômico, produção e tecnologia, processos pedagógicos, dinâmica das relações organizacionais, saúde e meio ambiente vinculando as ações de incubação aos setores ou cadeias produtivas priorizados durante o processo de seleção e definição dos grupos populares e seus respectivos empreendimentos de economia solidária.

4.5 Áreas de Gerenciamento da ITCP-UEFS

a) Gestão e Planejamento Econômico - responsável pela elaboração e execução do plano denegócios, estudos de viabilidade, formação de preços, prospecção de mercados, organização da contabilidade, marketing etc.

b) Produção e Tecnologia - responsável pela organização do processo produtivo a partir dosprincípios da incubação, identificação e pesquisa de insumos e de maquinário adequados,

motivação para a inovação de produtos e processos, pesquisa em tecnologias apropriadas e socialmente adequadas, organização das rotinas de decisão na produção etc.

c) Processos Pedagógicos - responsável pela assessoria aos processos de for mação (oficinas ecursos), motivação para a alfabetização e para a escolarização formal, busca de acessibilidade à informática pelos cooperados, construção de processos internos de educação cooperativa etc.

d) Dinâmica das Relações Organizacionais - responsável pela regularização jurídica e dosregistros internos da Cooperativa: formas e rotinas de decisão, construção de laços de solidariedade, resolução de conflitos, dinâmicas interpessoais etc.

e) Saúde e Meio Ambiente- Prevenção às doenças e acidentes do trabalho e formação integralpara proteção da saúde (higiene, alimentação, comportamento saudável, prática do lazer etc.).

O processo de assessoramento e acompanhamento das cooperativas populares ocorrerá em três fases distintas:

Pré-incubação - As Equipes de Incubação vão elaborar um diagnóstico da situação dos grupos oucooperativas, bem como estabelecem vínculos que permitem aos cooperados compreender a forma de funcionamento da ITCP e as características da Equipe que atuará junto a eles. Este mútuo reconhecimento tem como resultado um Plano de Incubação que estabelece: 1. objetivos e atividades no longo prazo; 2. objetivos e atividades no curto prazo; 3. responsabilidades da Equipe e da Cooperativa e 4. formas de avaliação permanente do desenvolvimento do plano.

Paralelamente, a Equipe atua assessorando a estruturação da cooperativa nas três esferas (gestão, produto e processo).

Incubação - Inicia-se a partir do Plano de Incubação aprovado pela Equipe e pelo Empreendimentoincubado. Nessa etapa são estabelecidas rotinas de assessorias conjuntas e assessoria pontual das áreas contempladas pela ITCP (planejamento econômico, produção e tecnologia, processos pedagógicos, dinâmica das relações humanas e saúde e meio ambiente).

Ao final de cada etapa, a Equipe e a Empreendimento incubado laboraram um relatório parcial, com o registro das atividades, dos resultados alcançados e com uma avaliação do desempenho do conjunto (Equipe e Cooperativa). Então, o plano de incubação deverá ser revisto (refeito), em todos os seus aspectos, à luz dos resultados alcançados na etapa concluída. Além da avaliação realizada entre a Equipe e o Empreendimento incubado, haverá o monitoramento geral do andamento do projeto realizado pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação.

Desincubação - A ITCP irá se desligando gradativamente do Empreendimento incubado. Nessafase a questão tecnológica tangencia todas as áreas, pois o conceito de tecnologia é expandido, além de buscar desenvolver e implantar tecnologias que visem à adequação sociotécnica.

5. Resultados Esperados com a Execução do Projeto

Espera-se ao final do projeto que a Universidade Estadual de Feira de Santana tenha implantada uma Incubadora de Cooperativas Populares composta de:

a) Equipe gestora da incubadora consolidada a partir da equipe executora deste projeto. A equipe gestora será responsável pelas áreas de Gerenciamento: Gestão e Planejamento Econômico, Produção e Tecnologia, Processos Pedagógicos, Dinâmica das Relações Organizacionais e Saúde e Meio Ambiente ou outra Área de Gerenciamento que venha ser definida no processo de implantação da Incubadora.

b) Corpo normativo da incubadora composto:

- Estatuto

- Regimento, composto de:

- Rotinas administrativas;
- Instâncias de deliberação e respectivos procedimentos;
- Critérios de Seleção de grupos a serem incubados;

  Critérios de seleção de participantes dos projetos de incubação;

  Procedimentos de incubação;

5.10 Plano de sustentabilidade;

5.11 Plano de comunicação;

5.12 Definição de áreas prioritárias;

5.13 Espaço físico provisório para desenvolvimento das atividades administrativas da Incubadora;

5.14 Projeto arquitetônico e de engenharia das instalações definitivas da incubadora a ser construída com recursos a serem captados;

5.15 Mobiliário e equipamentos necessários para as atividades administrativas

5.16 Recursos humanos necessários para desenvolvimento das atividades administrativas;

5.17 Cadastro de Docentes, Servidores Técnico Administrativos, Estudantes, programas internos, grupos de pesquisa, núcleos e projetos para atuarem nos projetos de incubação de acordo com as áreas prioritárias estabelecidas;

5.18 Programa permanente de formação e sensibilização interna da comunidade universitária para a integração da Universidade e Comunidade no âmbito d a Economia Solidária;

5.19 Cadastro de empreendimentos associativos populares do Território Portal do Sertão;

5.20 Cadastro de ONGs do Território Portal do Sertão.

6. Impactos da Incubadora

a) Inserção social dos grupos constituintes dos empreendimentos incubados por meio da elevação das condições de cidadania e consciência política;

b) Aumento da renda dos grupos constituintes dos empreendimentos incubados permitindo a melhoria da sua situação econômica e das relações com a sociedade;

c) Desenvolvimento econômico local e regional;

d) Recursos Humanos capazes de atender à demanda dos grupos/empreendimentos solidários - público alvo da ITCP/UEFS;

e) Fortalecimento de parcerias entre Universidade e comunidade por meio da introdução nos programas institucionais da UEFS, de forma indissociada em nível de pesquisa, ensino e extensão, os princípios e objetivos da Economia Solidária;

f) Articulação das iniciativas locais já existentes e integração de propostas em curso e futuras proposições no âmbito da Economia Solidária;

g) Sensibilização de estudantes para a participação em projetos de interesse social;

h) Fortalecimento das ações institucionais de extensão;

i) Percepção, por parte da comunidade externa, da opção institucional da UEFS em desenvolver ações que atendam aos interesses econômicos e sociais dos setores mais desprotegidos procurando atender demandas sociais e reforçar a organização popular, qualificando a sua extensão, ensino e pesquisa;

j) Consolidação de um espaço para realização de trabalhos por parte dos docentes e discentes com a articulação do tripé ensino-pesquisa-extensão;

k) Espaço para o trabalho de alunos bolsistas visando ao desenvolvimento de estágios possibilitando, assim, a experimentação em termos práticos do conhecimento teórico;

7. Perspectiva do Número de Empreendimentos a serem Incubados

O levantamento das potencialidades da UEFS no que se refere a professores responsáveis por projetos de pesquisa e de extensão e alunos envolvi dos nesses projetos interessados em assumir o trabalho de incubação indicará a capacidade de atendimento da Incubadora.

No entanto, já está definido que, tão logo se encerre o processo de implantação da Incubadora, pretende-se incubar um grupo (COOPERMASOL).

Acreditamos ser possível incubar pelos menos dois empreendimentos ao mesmo tempo nos primeiros anos de funcionamento da Incubadora.

7.1 Descrição do Perfil Beneficiários da Incubação

A COOPERMASOL é formada em sua maioria por mulheres, mas, conta com a participação de homens e famílias. O seu perfil é eclético pelo seu caráter urbano sendo composto de desempregados e algumas aposentadas e pensionistas, todos moradores da periferia da cidade de Feira de Santana. Possuem arranjos econômicos familiares em fundo de quintal a exemplo da produção e venda de lanches, artesanato e desejam consolidar um trabalho coletivo através de melhor estruturação e formalização da cooperativa. A COOPERMASOL mantém vínculo com outros grupos da agricultura familiar e produtores de artesanato que fornecem matéria prima (hortaliças, legumes, grãos, carnes, polpas e guarnições, etc.) para a sua atividade finalística.

Situação do Processo de Incubação: Grupo Informal.

Atividade Econômica: Alimentação.

Número de Pessoas: 24pessoas.

Tempo de Incubação: 0 meses.

Estado: BA.

Número de Pessoas:24.

Início do Empreendimento (mês/ano):4/2007.

Município: Feira de Santana.

Descrição do Perfil Beneficiários da Incubação: Trabalhadores que já atuam em empreendimentos de economia solidária.

Identificação de Vínculo dos Grupos do Empreendimento Incubável: Pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Infra-Estrutura Disponível dos Empreendimentos:

Espaço para reuniões localizado na cidade de Feira de Santana cedido temporariamente por uma igreja evangélica local;

01 (um) freezer;

01 (uma) geladeira;

01 (um) fogão;

01 (um) forno microondas;

01 (um) batedeira;

01 (um) liquidificador.

7.2 Descrição dos Resultados Esperados

Realização de Pré-incubação do grupo que deverá constar de:

a) Reavaliação das potencialidades do grupo;

b) Realização de cursos para o desenvolvimento de habilidades básicas para todas as pessoas do grupo nas seguintes áreas: cidadania, formação básica para o associativismo, cooperativismo e economia solidária;

c) estudo de viabilidade econômica de acordo com a metodologia definida durante a implantação da Incubadora.

8. Impactos do Empreendimento

8.1 Impacto Econômico

a) Possibilidade de escoamento de produtos da agricultura familiar;

b) Regularidade da demanda exigindo regularidade na produção da matéria-prima, sobretudo dos produtos da agricultura familiar;

c) Formação, crescimento e solidificação de uma rede de produção e comercialização;

d) Eliminação de atravessadores;

e) Aproximação das relações campo cidade ao aproximar a agricultura familiar de uma cooperativa de produção urbana;

f) Possibilidade de formalização do empreendimento com impacto na economia local e regional;

g) Aumento da renda dos participantes do empreendimento;

h) Sustentabilidade do empreendimento.

8.2 Impacto Social

a) Inserção social dos participantes do empreendimento através, entre outros, da formalização das relações de trabalho e suas decorrências, educação, qualificação técnica, acesso a equipamentos e programas públicos, elevação das condições de cidadania e consciência política;

b) Melhoria geral do padrão de vida dos participantes do empreendimento;

c) Potencialização da troca de saberes, cultura e respeito à diversidade proporcionada pela relação campo-cidade.

8.3 Impacto Ambiental

a) Melhoria no gerenciamento dos resíduos originados no processo de produção dos alimentos;
b) Menor comprometimento das condições adequadas de fertilidade, conservação e contaminação do solo bem como da poluição hídrica, devido ao uso de produtos da agricultura familiar que tradicionalmente faz uso de práticas ambientalmente responsáveis.

8.4 Impacto com foco em tecnologias sociais

a) Desenvolvimento e ou adequação de tecnologia de incubação apropriada às especificidades do empreendimento;

b) Aporte tecnológico ao processo de produção melhorando o produto e a produtividade.

9. Mecanismos de Transferência de Resultados

a) Um dos mecanismos principais de transferência de resultados será o próprio processo de incubação dos empreendimentos. A implantação da ITCP UEFS se constituirá em um amplo processo de formação e consolidação de uma equipe treinada para o trabalho com os empreendimentos solidários além de uma infra-estrutura apropriada sendo esta estrutura e conhecimento disponibilizados à comunidade ao longo dos processos de incubação;

b) Programas e projetos gerais de extensão da UEFS;

c) Apropriação por parte dos projetos de pesquisa e dos cursos de graduação e pós-graduação de preceitos da Economia Solidária podendo, inclusive, proporcionar a inserção de disciplinas nos currículos visando à formação de profissionais comprometidos com a realidade social;

d) Publicações;

e) Realização de seminários, workshops, palestras, oficinas.

10. Equipe executora

Membro	Área	Maior Titulação	Instituição	Carga Horária	Função no Projeto
Alline Silva de Oliveira	Administração	Bacharelado - Em curso	Empresa Júnior - UEFS	8	Membro da equipe vinculado ao NIT e às empresas Juniores
Aurea Chateaubriand Andrade Campos	Saneamento Ambiental	Mestrado	Departamento de Tecnologia - UEFS	8	Membro da equipe Vinculado a área de Meio Ambiente
Genival Corrêa de Souza	Infra-Estrutura de Transportes	Doutorado	Pró-Reitoria de Extensão - PROEX -UEFS	20	Coordenador geral do projeto, vinculado à área de produção e tecnologia; interlocutor junto ao projeto do Núcleo de Inovação Tecnológica da UEFS; representante institucional da UEFS no projeto da Incubadora
Gilton Alves Aragão	Economias Agrária e dos Recursos Naturais	Mestrado	Departamento de Ciências Sociais Aplicadas - UEFS	8	Membro da equipe vinculado a área de gestão e planejamento econômico
Jucineide Gonçalves Moreira	Administração Pública	Graduação	Pró-Reitoria de Extensão - PROEX - UEFS	8	Membro da equipe vinculado à área de dinâmica das relações organizacionais
Maria de Lourdes Albuquerque de Souza	Administração de Setores Específicos	Mestrado	Departamento de Ciências Sociais Aplicadas - UEFS	8	Membro da equipe Membro da equipe vinculado a área de dinâmica das relações organizacionais
Sônia Lima de Carvalho	Estudos Sociais	Mestrado	Departamento de Ciências Humanas e Filosofia	8	Membro da equipe Membro da equipe vinculado a área de processos pedagógicos
José Raimundo Oliveira Lima	Ciências Econômicas	Mestrado	Departamento de Ciências Sociais Aplicadas	8	Membro da equipe Membro da equipe vinculado a área de gestão e planejamento econômico

Acácia Batista Dias	Sociologia	Doutorado	Departamento de Ciências Humanas e Filosofia	8	Membro da equipe Membro da equipe vinculado as áreas de dinâmica das relações organizacionais e de processos pedagógicos. Vinculada ao NIT.

11. Infra-Estrutura Disponível na UEFS para Implantação da Incubadora

11.1 Recursos Humanos

A UEFS possui 762 docentes sendo 278 Doutores, 346 Mestres, 121 Especialistas e 17 Graduados, com regime de trabalho assim distribuído: 396 professores em regime de dedicação exclusiva, 344 em regime de 40 horas semanais e 22 em regime de 20 horas.

11.2 Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu

A instituição tem 13 Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em funcionamento, os programas: Botânica (M/D), Biotecnologia (M/D), Zoologia (M), Recursos Genéticos e Vegetais (M), Saúde Coletiva (M), Engenharia Civil e Ambiental (M), Desenho, Cultura e Interatividade (M), Literatura e Diversidade Cultural (M), Modelagem em Ciências da Terra e do Meio Ambiente (M), História (M) correspondem a programas institucionais.

11.3 Grupos de Pesquisa

Os grupos de pesquisa da UEFS cadastrados no CNPq e certificados pela instituição somam 109 grupos, distribuídos nas diversas áreas do conhecimento.

11.4 Projetos de pesquisa

Quanto aos projetos cadastrados Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação registra-se o total de 344, dos quais cerca de 46,0% possui financiamento externo, entre os quais são ressaltados:

1. Bioprospecção e uso sustentável de espécies vegetais nativas da Caatinga e Semi-Árido Nordestino: tolerância a estresses e produto naturais (Financiamento CNPq);

2. Estudo da Biodiversidade do Semi-Árido: modelo p ara o Desenvolvimento Biotecnológico e Bioprospecção. (Financiamento FAPESB/CNPq);

3. Investigação da produção de enzimas, de interesse em alimentos, por microorganismos isolados do semi-árido baiano (Financiamento CNPq/MCT/FAPESB);

Avaliação do Comportamento Físico-Mecânico de Argamassas Recicladas de RCD (Financiamento CNPq);

4. Biorremediação de Solos Contaminados (Financiamento FINEP);

5. Aplicação de fungos na degradação de resíduos industriais. (Financiamento FAPESB);

6. Potencial Apícola/Meliponícola da Vegetação da Estação Biológica de Canudos, Microrregião Nordeste da Bahia: Pólen e Abelhas (Financiamento FAPESB);

7. A sustentabilidade do artesanato de fibras da Região do Sisal da Bahia através do estabelecimento de métodos convencionais de propagação e por Micropropagação de Caroá. (Financiamento CNPMF/COOPERAFIS/AGRUFBA);

8. Sistema de Banco de Dados para Gestão Ambiental e Bioprospecção no Bioma Caatinga (Financiamento FAPESB);

9. Desenvolvimento do uso da energia solar para a secagem e a refrigeração de alimentos, e o bombeamento de água. (Financiamento FAPESB);

10. Implantação de Laboratório para desenvolvimento e estudo da qualidade de derivados do leite de cabra: queijos, leite, fermentados e sorvetes. (Financiamento FAPESB);

11. Estilista digital: uma solução para criação de moda e confecção baseada em esboços. (Financiamento FAPESB);

12. Observatório de Segurança Alimentar em Feira de Santana (Financiamento FAPESB);

13. Desenvolvimento e Padronização do Processo de Defumação do Camarão Canela 14. Proveniente do lago de Pedra do Cavalo, Bahia. (Financiamento FAPESB);

15. Desenvolvimento de materiais cimentícios contendo resíduos da indústria cerâmica. (Financiamento FAPESB);

16. Laboratório de Biotecnologia de cacau e chocolate. Sub-Projeto: Melhoria do aroma de chocolate, por tratamento enzimático, em amêndoas d e cacau que sofreram fermentação incompleta. (Financiamento FAPESB);

17. Avaliação e Aperfeiçoamento das Cisternas de Placas Utilizadas no Semi-árido para Armazenamento de Água da Chuva. (Financiamento FAPE SB);

11.5 Laboratórios

A UEFS possui um amplo complexo de laboratórios nas diversas áreas do conhecimento, cita-se, a seguir os laboratórios da área de tecnologia com amplo potencial de apoio aos trabalhos da ITCP-UEFS.

O LABOTEC I possui uma área construída de cerca de 1413 m2, onde estão alocados oito laboratórios de ensino, pesquisa e extensão do curso de Engenharia Civil: Ressalta-se que o Laboratório de Materiais de Construção é acreditado pelo INMETRO (ACREDITAÇÃO Nº CRL 0205, DATA INÍCIO: 29/12/2005) para avaliação de materiais de construção e certificado pela Rede Baiana de Metrologia e Ensaios (CERTIFICADO Nº 005, DATA DE INÍCIO: 17/06/2005). Esta infra-estrutura certificada permite a prestação de serviços para o setor da construção civil de Feira de Santana e Região, bem como uma ampla linha de desenvolvimento de tecnologias inovadoras para o setor de construção.

O LABOTEC II foi inaugurado em junho de 2006, possuindo uma área construída de 2.826,98 m2, em dois pavimentos. Neste prédio estão alocados os quinze laboratórios de ensino e pesquisa do curso de Engenharia de Alimentos. Esses laboratórios estão equipados para atendimento específico de cada área de processamento de alimentos (frutas e derivados; leite e derivados, carnes e derivados; cereais e panificação), bem como para as análises (físico-química, sensorial e microbiológica) dos alimentos. Esta infra-estrutura possibilita o desenvolvimento de projetos específicos na área de alimentos, tanto como uma incubadora de empresas de base tecnológica como para inovação do setor produtivo.

PROJETO: IMPLANTAÇÃO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UEFS

ORÇAMENTO CONSOLIDADO	Valor
DESPESAS CORRENTES	
BOLSA PROJETO (FAPESB)	45.000,00
DIÁRIAS/ALIMENTAÇÃO/HOSEDAGEM	26.460,00
SERV. DE TERCEIROS / P. JURÍDICA	6.300,00
PASSAGENS (Aéreas/Terrestres)	17.510,00
MATERIAL DE CONSUMO NACIONAL	7.872,00
TRANSPORTE (Despesas com deslocamento)	1.600,00
TOTAL DE DESPESA CORRENTE	**104.742,00**

DESPESAS DE CAPITAL	
OUTROS MATERIAIS PERMANENTES NACIONAIS	**18.920,00**
EQUIPAMENTO NACIONAL	**39.290,00**
TOTAL DESPESA DE CAPITAL	**58.210,00**
TOTAL GERAL	**162.952,00**

Orçamento Específico da Incubadora			
DESPESA CORRENTE			
SERV. DE TERCEIROS / P. JURID.			
Descrição	**Qtd.**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total**
Canetas personalizadas para realização de 02 seminários	400	R$ 3,50	1.400,00
Confecção de bolsas/pastas personalizadas para realização de dois seminários	400	R$ 6,00	2.400,00
Confecção de blocos personalizados para realização de dois seminários	400	R$ 1,00	400,00
Confecção de folder (colorido) para realização de dois seminários	500	R$ 1,00	500,00
Confecção de cartaz (colorido) para realização de dois seminários	100	R$ 2,00	200,00
Contratação de buffet para para realização de dois seminários	2	R$ 700,00	1.400,00
TOTAL			**6.300,00**
PASSAGENS (Aéreas/Terrestres)			
Descrição	**Qtd.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
Passagens terrestres para participação de 5 membros da equipe executora na Oficina de Incubação (Salvador)	30	R$ 17,00	510,00

Passagens aéreas para participação da equipe no Seminário Nacional do Proninc	5	R$ 1.000,00	5.000,00
Passagens aéreas para participação em cursos de capacitação	5	R$ 800,00	4.000,00
Passagens aéreas para visitas técnicas à incubadoras	10	R$ 800,00	8.000,00
TOTAL			**17.510,00**
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO NACIONAL			
Descrição	**Qtd.**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total (R$)**
Borracha bicolor	200	R$ 0,25	50,00
Quadro branco magnético	1	R$ 130,00	130,00
Pincel atômico para quadro branco	100	R$ 2,75	275,00
Apagador para quadro branco	10	R$ 3,50	35,00
Pastas suspensas tamanho ofício	100	R$ 0,60	60,00
Papel Ofício A 4	200	R$ 10,00	2.000,00
Tonner impressora HP Laserjet 3050 (12 A)	18	R$ 220,00	3.960,00
Memória flash portátil tipo pen drive 8GB	5	R$ 220,00	1.100,00
Caneta esferográfica	280	R$ 0,35	98,00
Cavalete para flip-chart	2	R$ 55,00	110,00
Lápis grafite	200	R$ 0,27	54,00
TOTAL			**7.872,00**
DIÁRIAS / ALIMENTAÇÃO / HOSPEDAGEM			
Descrição	**Qtd.**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total (R$)**
Hospedagem para equipe executora realizar visitas técnicas a incubadoras	20	R$ 130,00	2.600,00
Hospedagem para 5 membros da equipe executora participar da oficina de incubação (Salvador)	75	R$ 130,00	9.750,00
Hospedagem para equipe executora participar do Seminário Nacional do Proninc	15	R$ 130,00	1.950,00
Refeições para 5 membros da equipe executora participar da Oficina de Incubação (Salvador)	150	R$ 25,00	3.750,00
Hospedagem para equipe executora participar de cursos de capacitação	25	R$ 130,00	3.250,00
Refeições para participação no Seminário Nacional do Proninc	30	R$ 25,00	750,00
Refeições para equipe executora realizar visitas técnicas a incubadoras	40	R$ 25,00	1.000,00
Refeições para equipe executora participar de cursos de capacitação	50	R$ 25,00	1.250,00

TOTAL			**24.300,00**
TOTAL DE DESPESA CORRENTE			**55.982,00**
DESPESA DE CAPITAL			
OUTROS MATERIAIS PERMANENTES NACIONAIS			
Descrição	**Qtd.**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total**
Arquivo vertical com 4 gavetas	2	R$ 350,00	700,00
Mesas para computador	3	R$ 200,00	600,00
Cadeira giratória	3	R$ 150,00	450,00
Cadeira de escritório	3	R$ 50,00	150,00
Ventilador de pé	2	R$ 100,00	200,00
Mesas de Escritório	3	R$ 300,00	900,00
Estante de aço com quatro prateleiras	1	R$ 100,00	100,00
Cadeira acolchoada para mesa de reunião	10	R$ 300,0 0	3.000,00
Mesa de reunião	1	R$ 1.200,00	1.200,00
TOTAL			**7.300,00**
EQUIPAMENTO NACIONAL			
Descrição	**Qtd.**	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total**
Impressora HP Laserjet 3050	1	R$ 1.000,00	1.000,00
Filmadora portátil	1	R$ 2.000,00	2.000,00
Projetor LCD ultraportátil	1	R$ 5.000,00	5.000,00
Câmera fotográfica digital	1	R$ 1.500,00	1.500,00
Aparelho DVD	1	R$ 400,00	400,00
Aparelho Microsystem	2	R$ 400,00	800,00
Bebedouro (gelágua)	1	R$ 700,00	700,00
Estabilizador No-break	1	R$ 700,00	700,00
Estabilizador	3	R$ 80,00	240,00
Computador com gravador de CD	3	R$ 2.000,00	6.000,00
Notebook	2	R$ 3.500,00	7.000,00
TOTAL			**25.340,00**
TOTAL DE DESPESA DE CAPITAL			**32.640,00**

Bolsas FAPESB				
Modalidade	**Atribuições**	**Valor Mensal**	**Nº de Meses**	**Valor Total (R$)**
Inovação Tecnológica 3	Planejar supervisionar as ações referentes à execução do projeto da incubadora e dos empreendimentos. Acompanhar todas as metas do projeto	R$ 1.800,00	18	32.400,00

Iniciação Tecnológica 1	Atividades de pesquisa relacionadas ao projeto	R$ 350,00	18	6.300,00
Iniciação Tecnológica 1	Desenvolvimento de atividades de pesquisa relacionadas ao projeto	R$ 350,00	18	6.300,00
Total de bolsas FAPESB				**45.000,00**

Contrapartidas da Instituição Proponente

RECURSOS HUMANOS			
Pessoal do quadro efetivo da Instituição			
Descrição	**Quantidade**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
Pagamento parcial de salário de professor (horas)	4896	R$ 35,00	171.360,00
Pagamento parcial de salário de técnico universitário	576	R$ 20,00	11.520,00
Total			**182.880,00**
Descrição	**Quantidade**	**Valor Unit**	**Valor total**
BOLSA EXTENSÃO	2	R$ 12.600,00	**25.200,00**
INFRA-ESTRUTURA			
Descrição	**Quantidade**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
Espaço Físico			
Sala com 48 m2	2	R$ 60.000,00	120.000,00
TOTAL			**120.000,00**
Total de Contrapartidas			**328.080,00**

Orçamento do Empreendimento Incubável
Empreendimento COOPERMASOL Cooperativas em rede de Mãos Solidárias

DESPESA CORRENTE			
TRANSPORTE (Despesas com deslocamento)			
Descrição	**Qtd.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
Viagens para visita de técnicos da Incubadora ao Empreendimento Pré-Incubado	12	R$ 50,00	600,00
Viagens de membros do Empreendimento para participar de atividades de formação	2	R$ 500,00	1.000,00
TOTAL			**1.600,00**

DIÁRIAS / ALIMENTAÇÃO / HOSPEDAGEM			
Descrição	**Qtd.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
Alimentação para membros do Empreendimento participarem de atividades de formação	144	R$ 15,00	2.160,00
TOTAL			**2.160,00**
OUTROS MATERIAIS PERMANENTES NACIONAIS			

Descrição	Quantidade		Valor Unit.	Valor Total
Panelas de alumínio de 20 quilos	4		R$ 70,00	280,00
Panelas de alumínio de 40 quilos	4		R$ 100,00	400,00
Panelas de alumínio de 60 quilos	4		R$ 120,00	480,00
Panelas de pressão de 7 litros	4		R$ 60,00	240,00
Panelas de pressão industrial de 10 l	4		R$ 270,00	1.080,00
Panelas industrial de 20 l	4		R$ 300,00	1.200,00
Frigideiras pequenas	10		R$ 20,00	200,00
Frigideiras grandes	10		R$ 40,00	400,00
Frigideiras grandes	10		R$ 60,00	600,00
Panelas médias	10		R$ 40,00	400,00
Bacias grandes de cozinha para trato de legumes	6		R$ 10,00	60,00
Conjuntos de facas para carnes	5		R$ 30,00	150,00
Conjuntos de facas para legumes	5		R$ 10,00	50,00
Tigelas fundas vidro	120		R$ 4,00	480,00
Pratos rasos transparentes	120		R$ 4,00	480,00
Dúzias de talheres tramontina	10		R$ 18,00	180,00
Dúzias de colheres	10		R$ 9,00	90,00
Conchas inox	10		R$ 6,00	60,00
Escumadeiras grandes	10		R$ 6,00	60,00
Garfos grandes para carnes	10		R$ 6,00	60,00
Pratos para sobremesas	120		R$ 4,00	480,00
Garfos para sobremesa	10		R$ 15,00	150,00
Facas para sobremesa	10		R$ 15,00	150,00
Dúzias de colheres para sobremesa	10		R$ 15,00	150,00
Conjuntos para café ou chá	120		R$ 8,00	960,00
Conjuntos de cafezinho	120		R$ 3,00	360,00
Travessas inox	10		R$ 50,00	500,00
Panelas grandes de barro	10		R$ 50,00	500,00
Panelas médias de barro	10		R$ 25,00	250,00
Panelas pequenas de barro	10		R$ 10,00	100,00
Tigelas de barro para servir	50		R$ 5,00	250,00
Panelas para muqueca	10		R$ 30,00	300,00
Dúzias copos de 100 ml	10		R$ 12,00	120,00
Dúzias copos de 300 ml	10		R$ 18,00	180,00
Dúzias copos de 400 ml	10		R$ 22,00	220,00
TOTAL				**11.620,00**
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES				**15.380,00**
DESPESA DE CAPITAL				
EQUIPAMENTO NACIONAL				
Descrição	**Qtd.**		**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total**
Espremedor de laranja industrial	2		R$ 200,00	400,00
Liquidificador industrial	2		R$ 300,00	600,00

Fogões de 6 bocas	4	R$ 1.200,00	4.800,00

Coifas de 8 lugares com rodas	4	R$ 1.200,00	4.800,00
Computador com gravador de CD	1	R$ 2.000,00	2.000,00
Impressora HP Laserjet 3050	1	R$ 1.000,00	1.000,00
Mesas para computador	1	R$ 200,00	200,00
Cadeira giratória	1	R$ 150,00	150,00
TOTAL			**13.950,00**
TOTAL DE DESPESA DO EMPREENDIMENTO			**29.330,00**

JUSTIFICATIVA DO ORÇAMENTO

Despesas de Capital

Orçamento da Incubadora

Os equipamentos serão utilizados para consolidação da incubadora no que se refere à sua estruturação física e administrativa.

Orçamento do Empreendimento

Os equipamentos serão utilizados na consolidação da infra-estrutura administrativa, de produção e comercialização de alimentos produzidos pelo grupo COOPERMASOL

Despesas Correntes

Orçamento da Incubadora

As despesas correntes serão necessárias para financiar as atividades de implantação da incubadora quanto à sua estruturação física, capacitação da equipe executora, realização de seminários para sensibilização interna e consolidação dos instrumentos normativos da Incubadora.

No que se refere à Oficina de Incubação (Salvador), o orçamento prevê a participação de 5 (cinco) membros da equipe.

Orçamento do Empreendimento

As despesas correntes são necessárias para assegura r a participação dos membros do grupo nas atividades de formação e, no que se refere a *Outros Materiais PermanentesNacionais*, para equipar a unidade de produção e a comercialização de alimentos.

ANEXO D – Projeto da Feira de Economia Popular e Solidária da UEFS elaborado pela IEPS em articulação com agentes do território Portal do Sertão

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade

Estadual de Feira de Santana - UEFS

Proposta para Implantar uma "Feira de Comercialização e Divulgação dos Produtos da Agricultura Familiar e da Economia Popular Solidária no Espaço da UEFS", em 2011.

Feira de Santana, Novembro de 2010

“A área de extensão vai ter no futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de facto, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no *curriculum* e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação activa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.” (SANTOS, 2004. p 73)

1. Apresentação

O referido documento visa a argumentar, por meio da caminhada da Incubadora de Empreendimentos da Economia Popular Solidária da UEFS, à necessidade de implantar uma

“Feira de Comercialização e Divulgação dos Produtos da Agricultura Familiar e da Economia Popular Solidária no Espaço da UEFS”

O “Projeto de implantação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UEFS”, foi resultado de concorrência ao Edital 007/2008, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, de apoio a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários Modalidade A - Incubadoras Universitárias.

A consolidação desta estrutura de Incubadora na UEFS foi gerida e acolhida pela Pró - Reitoria de Extensão e pelo Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT. Durante o período de implantação o projeto foi cadastrado na Extensão pela resolução do CONSEPE 150/2010

“Implantação da Incubadora Tecnológica de Cooperativa Populares da UEFS” e na Pesquisa pela resolução do CONSEPE 116/2010.

As experiências de incubação de cooperativas populares nos Campi de Universidades têm se apresentado como uma forma efetiva de qualificar o conhecimento produzido nestas, a partir de demandas reais da sociedade, consolidando, assim, a relação entre ensino, pesquisa e extensão, entre a Universidade e a sociedade contribuindo, no que cabe ao universo acadêmico, para a melhoria das condições de vida das classes populares, sobretudo de grupos que vivem os mais diversos contextos de desigualdade.

O Projeto da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Feira de Santana insere-se na perspectiva do desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias sociais alinhadas ao viés da economia solidária entendendo-a como um caminho de resistência e de experiências voltadas à consolidação de um novo modo de produção e organização do trabalho, logo, da sociedade, dando ênfase à mobilização e fortalecimento das organizações sociais locais que trabalham de modo cooperativo, associativo e autogestionário, estando em processo inicial ou já consolidado. Outra perspectiva é que visa à criação de um espaço que articule e redimensione o conhecimento produzido na UEFS legitimado por demandas concretas do seu entorno, tornando acessível todo o conhecimento técnico e científico à comunidade geral, e, especificamente, aos empreendimentos solidários populares incubados, alicerçados em processos político-educativos direcionados à conquista da autonomia destes, além da reinvenção da própria Universidade.

Tem como finalidades principais:

K. Estimular a geração de trabalho e renda através da reaplicação da tecnologia social de incubação dos empreendimentos econômicos solidários;

L. Realizar processos de incubação através de ações de transferência e apropriação de tecnologia e métodos de gestão relacionados com as dinâmicas da produção do conhecimento e geração de tecnologias sociais;

M. Promover a articulação de redes sócio-econômicas de produção, comercialização e consumo impulsionando o desenvolvimento local e regional;

N. Possibilitar aos empreendimentos econômicos solidários o acesso a tecnologias que agreguem valor ao produto/serviços;

O. Implementar metodologias comunitárias participativas, estimulando a cooperação entre universidades, instituições de pesquisa, organizações públicas ou privadas, cooperativas ou outras organizações.

2. Breve Contextualização

Tanto no Nordeste, quanto em outras regiões do Brasil, temos em diferentes estilos e formas vastos exemplos de experiências de comercialização e divulgação, que evitam o atravessador e expõem os produtos da agricultura familiar, orgânicos, agroecológicos e da economia solidária.

No espaço das universidades destacamos as feiras que acontecem na Universidade Federal de Santa Maria/RS, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB/Campus I) que foram instituídas em diferentes momentos e viabilizam a comercialização de produtos da agricultura familiar e da economia solidária.

Pode-se dizer da vivência da Feira da Agricultura Familiar – FAF em Governador Valadares/MG em que às sextas-feiras, há mais de 10 anos, 20 barracas são expostas em uma das ruas do centro deste município, com produtos oriundos de assentados da reforma agrária, da agricultura familiar e economia solidária, da produção de grupos do espaço urbano. A FAF foi concretizada como política pública dentro do Orçamento Participativo da Prefeitura deste município em parceria da ONG, Centro Agroecológico Tamanduá/CAT e com a Cooperativa Regional de Economia Solidária da Agricultura Familiar Agroecológica – CRESAFA . Destaca-se neste processo de criação e de gestão desta feira pel@sagricultor@s, ser realizada por uma associação que regula os critérios de participação, organização e gestão daquele evento no território.

Algumas redes fazem suas feiras, a exemplo da Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária no Rio Grande do Norte que é uma articulação de trabalhador@surban@s e rurais que buscam manter os preceitos afirmados na organização da luta pela transformação do mundo, da agroecologia, do feminismo e da economia solidária para a produção, seguido na comercialização chegando até o consumo. Esta Rede além de manter um espaço fixo de

divulgação e comercialização em Mossoró, aos sábados, agricultor@s assentados e da agricultura familiar em três barracas vendem os mais variados produtos desde o mel, carne de caprinos, verduras etc.

Dentro do Estado da Bahia pode-se visualizar a Feira de Produtos Orgânicos em Irecê, - que nasceu do trabalho do Grupo de Apoio Resistência Rural e Ambiental - GARRA, trabalhando a agroecologia e a educação ambiental. A feira acontece mensalmente, há mais de 20 anos, com a presença de agricult@res, com cinco barracas, ou mais, e com diversidade de produtos.

No Território Portal do Sertão têm a existência de propostas variadas desde os sistemas tradicionais de feiras, mais próximo às nossas idéias existem a "Feira Regional da Mandioca" em Irará, promovida pelo Sindicato d@sTrabalhd@res Rurais e Feira do Semi-Árido promovido pela UEFS, e que inclui em sua programação uma feira dos produtos da região. A

A História de Feira de Santana está ligada a criação de gado e a instalação de currais, principal característica de seu povoamento, com surgimento posterior de uma feira livre. Atualmente as feiras existentes neste município são miscelâneas de feirantes. Desde os tradicionais que circulam em feiras de vários municípios, alguns fixos e outr@spequen@sagricultor@s, que vendem a sua produção semanalmente. A moeda entra como principal instrumento de troca e não há uma distinção entre feirantes tradicionais e agricultor@s feirantes, bem como se a comercialização é advinda da produção da agricultura familiar com suas peculiaridades ou da agricultura irrigada ou produzido com agroquímicos - adubos, herbicidas e pesticidas - e via atravessadores.

Nesta década destacamos os esforços do governo Federal para ampliar ações que fortaleçam a Economia solidária no Brasil, a exemplo da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES – que foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto n° 4.764, de 24 de junho de 2003, fruto da proposição da sociedade civil. Em consonância com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego, tem o objetivo de viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

No Estado da Bahia contamos com a criação da Superintendência de Economia Solidária, vinculada a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), que em sua estrutura deve concretizar a política estadual de economia solidária – Programa Bahia Solidária - e outras ações como o Centro Público de Economia Solidária e o Projeto Estadual de Incubadoras de Empreendimentos de Economia Solidária.

As Políticas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Conab - Companhia Nacional de Alimentos, que propicia a aquisição de alimentos de agricultor@s familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. O PAA é implementado por meio de cinco modalidades, em parcerias com a Conab, governos estaduais e municipais, e a Lei 11.947 de 2009**,** que determina a garantia de que 30% dos produtos consumidos por alun@s da rede pública sejam oriundos da agricultura familiar é uma estratégia para os municípios adquirirem em suas regiões os produtos cultivados localmente.

Justificativa

A implementação das políticas neoliberais nos países da América Latina nos anos 90 trouxe como resultados fatos indiscutíveis, entre eles, a piora acentuada das condições de emprego e de acesso à renda por parte dos mais pobres, e a conseqüente concentração da renda e da riqueza em todo o continente. Dentre outras conseqüências foi possível detectar ressurgimento de formas associativas de produção e consumo seja nas cidades ou nas áreas rurais como resposta parcial dos movimentos sociais à crise ou simplesmente como busca de alternativas de sobrevivência (CRUZ, 2006).

O aparecimento dessas formas diversificadas de economia solidária tais como cooperativas populares, associações de produtores e consumidores, clubes de trocas, recuperação de fábricas falidas por seus próprios trabalhadores, ocupações de terra e produção coletiva etc. levou as universidades a questionamentos que originaram formas diversas de atender direta e imediatamente aos interesses econômicos e sociais dos setores mais desprotegidos pela crise, buscando direcionar os poucos recursos para projetos que buscassem ao mesmo tempo atender demandas sociais e reforçar a organização popular, dando origem às Incubadoras Universitárias de Cooperativas populares (CRUZ, 2006).

A partir da criação da ITCP/COPPE-UFRJ, iniciada em 1996 as experiências de incubação de cooperativas populares nos Campi de Universidades têm se apresentado como uma forma efetiva de qualificar o conhecimento produzido nestas, a partir de demandas reais da sociedade, consolidando, assim, a relação entre a extensão e a pesquisa e contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, sobretudo de grupos mais necessitados.

A Universidade deve estreitar a sua relação com a comunidade que a cerca e, mais ainda, buscar a transformação efetiva das condições de vida da sua população. A Universidade precisa sair dos seus muros e desmistificar o conceito de que só nela é possível produzir conhecimento. É preciso desmistificar também um outro conceito: o de que a extensão se constitui apenas na difusão do conhecimento produzido através da pesquisa. Não resta dúvida de que ao se fazer extensão se produz também conhecimento.

Na gestão atual a Pró-Reitoria de Extensão vem implementando uma política de aproximação mais significativa e profunda com a comunidade, sobretudo através do Comitê de Desenvolvimento do Território de Identidade Portal do Sertão. Entre as várias atividades destaca-se a ativa participação da UEFS na implantação do Centro Público de Economia Solidária, proposta do Governo Estadual através da SETRE. As atividades em parceria com o Território Portal do Sertão têm revelado uma elevada demanda por apoio a empreendimentos associativos de Economia Solidária que em quase a totalidade das vezes deixam de ser atendidos por falta de uma estrutura formal que congregue professores, estudantes e funcionários das diversas áreas do conhecimento para ações no âmbito da Economia solidária.

Argumentamos em nossas propostas que a UEFS possui um amplo potencial em diversas áreas do conhecimento - centenas de pesquisadores, milhares de estudantes e funcionários, núcleos e projetos de pesquisa e extensão e outros programas internos além de uma ampla infra-estrutura de laboratórios que podem ser direcionados para o atendimento de demandas no âmbito da Economia Solidária.

Acreditamos que se poderá envolver 10% deste público para consumir produtos oriundos de práticas de produção sustentáveis e de experiências de comercialização que evite preços abusivos e a figura do atravessador. A estrutura desta Incubadora de Empreendimentos Populares deverá servir como um agente que direcione e potencialize todos estes recursos e ajude a definir e consolidar uma concepção de Extensão que reflita o verdadeiro papel da Universidade

Paralelamente, a consolidação de ambientes institucionais que concretizem ações relacionadas à temática, a UEFS tem oportunizado seu espaço, a exemplo de grupos produtivos que participaram das Feiras do Semi-Árido ou em eventos pontuais, na experiência em 2010 da Cantina do VII, das vendedoras de beiju, de acarajé oportunidade que tem possibilitado a divulgação e comercialização de produtos da Agricultura Familiar e da Economia Solidária na UEFS.

4. Metodologia

A caminhada de implantação da Incubadora ocorre concomitantemente a incubação do grupo Cooperativa em Rede Mãos Solidárias (Coopermasol) -, se constituem em espaços permanentes de ação/reflexão/ação, por meio de uma relação dialógica.

Uma das principais estratégias vem sendo a realização de reuniões regulares/freqüentes que contemplaram o seguinte:

- Realização de estudos para apropriação de temáticas como Extensão Universitária, Economia Solidária, Autogestão, Tecnologia Social, Gênero, Etnia, Inclusão Social, Sustentabilidade e Educação Popular e outros temas que venham a subsidiar a construção dos instrumentos normativos da incubadora;

- Construção dos instrumentos normativos da Incubadora;

- Definição de ações concernentes à incubação da Coopermasol que prevê a realização de diagnóstico e de um estudo de viabilidade econômica – a partir das abordagens próprias com as quais se trabalha com grupos de economia solidária.

Norteamos os trabalhos de implantação da Incubadora, e todo o trabalho de incubação, pelos princípios da educação popular. Por conseguinte, nas reuniões da Equipe Executora, serão privilegiadas as deliberações coletivas, no que se refere à proposição das pautas, ao planejamento, à definição dos rumos dos trabalhos. Ainda, conforme preconiza a educação popular, dar-se-á importância ao registro das reuniões, numa perspectiva da qual não podemos abrir mão: do registro como experiência, conforme Kátia Faria de Aguiar (AGUIAR, 2009) [1].

[1] Comunicação escrita – Elementos de reflexão – equipe de registro. Curso de Extensão em Viabilidade Econômica e Gestão Democrática de Empreendimentos Associativos – Turma 10 – Período: 26 a 30/01/2009 (I Módulo) e 23 a 27/03/2009 (II Módulo).

Acreditamos que a metodologia para a ação desta Incubadora e a convivência com a experiência de uma "feira de divulgação e comercialização", possibilitará relacionar nossa prática a outros saberes como sugere Boaventura de Souza Santos:

> **"A Ecologia dos Saberes são um conjunto de práticas que promovem uma nova convivência activa de saberes no pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, se podem enriquecer nesse dialogo. Implica uma vasta gama de acções de valorização, tanto do conhecimento científico, como de outros conhecimentos práticos, considerados úteis, cuja partilha por pesquisadores, estudantes e grupos de cidadãos serve de base à criação de comunidades epistêmicas mais amplas que convertem a Universidade num espaço público de interconhecimento onde os cidadãos e os grupos sociais podem intervir sem ser exclusivamente na posição de aprendizes.** (SANTOS, 2004 pp.77/78)

Ao conspirar para a concretização deste conjunto de práticas, "uma feira de divulgação e comercialização dos produtos da Agricultura Familiar e da Economia solidária" possibilitará que grupos possam vivenciar os princípios da Economia Solidária, principalmente a autogestão e indiretamente implicará na transição de uma produção familiar sem preocupação com práticas sustentáveis e o meio ambiente para uma produção familiar com práticas agroecológicas e de comércio justo.

CC. O Curso de Extensão em Gestão de Cooperativas na UEFS e seus Desdobramentos

Breve Histórico para Implantar A "Feira De Comercialização e Divulgação dos Produtos da Agricultura Familiar e da Economia Popular Solidária no Espaço da UEFS".

A equipe de execução do projeto de implantação da Incubadora vem perseguindo as metas descritas acima e sendo parceira na concretizando de outras ações correlatas. Neste sentido a UEFS se envolveu na elaboração da estrutura e na realização do Curso de Extensão em Gestão de Cooperativas, abrigando uma turma. O curso aconteceu entre os meses de novembro de 2009 e março de 2010 teve esta duração, pois foi estruturado em quatro módulos com duração de 4 dias por módulo. A seleção contemplou a representação de 19 grupos (Associações, Cooperativas) de quatro territórios do Estado: Portal do Sertão, Chapada, Bacia do Jacuípe e Sisal.

A concepção deste curso veio das parcerias entre a Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Universidade Estadual da Bahia – UNEB, Universidade Estadual da Sudoeste da Bahia - UESB, Universidade Federal do Recôncavo - UFRB, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Secretaria de Agricultura - Superintendência da Agricultura Familiar- SEAGRI/SUAF, União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil - UNISOL e União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES.

Como resultado deste processo de formação cinco participantes membros de associações do município de Coração de Maria e Conceição do Jacuípe articularam a multiplicação deste curso no município de Coração de Maria – BA. Esta multiplicação nas comunidades só foi possível, devido a uma articulação que possibilitou conseguir recursos do FAT/Ministério do Trabalho e

Emprego, via União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES.

Acreditamos que o curso de Extensão em Gestão de Cooperativas contribuiu enquanto referência para concretizar a proposta teórico-metodológica do curso de "Iniciação ao Cooperativismo", em Coração de Maria. Outra contribuição, somatória para a concretização desta proposta foi a do Plano Setorial de Qualificação Social e Profissional em Economia Solidária – PLANSEQ - "Curso de Estratégias do Cooperativismo"[2], do Ministério do Trabalho voltado para a Economia Solidária. O PLANSEQ se concretiza em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Uma terceira contribuição foi o fato de alg@nsdest@s participantes terem sua formação voltada para a permacultura e a agricultura orgânica.

A Incubadora de Empreendimentos da Economia Solidária da UEFS - por ser uma das parcerias foi convidada pelo grupo de agricult@res a observar e dentro do possível contribuir com a participação de membros nos encontros de formação e na infraestrutura (de equipamentos e materiais didáticos).

A formação foi planejada dentro de uma estrutura de seis módulos por comunidade, com três dias por módulo. Então, teve-se em cada comunidade 24 encontros regulares e os encontros de sensibilização. Os 80 participantes do curso são oriundos das comunidades de Água Branca, Cana Brava, Cordeiro e Mangalô deste município. Durante os meses de abril a agosto de 2010 foram realizados os seis encontros, referentes a proposta. Salientamos que ao final de cada módulo se realizou uma "feira de tocas", totalizando 24 feiras no final.

A partir da experiência destas feiras o grupo vem solicitando o apoio e o espaço UEFS para divulgação e comercialização dos produtos da agricultura familiar e da economia solidária em seu espaço. Passos que só posteriormente, com representantes do curso de "Iniciação ao Cooperativismo" e da Incubadora pode-se concretizar, e para isto, realizaram-se três reuniões para a construção do desenho da "feira na UEFS "e listagem dos produtos existentes para a divulgação e comercialização. (lista de presença e relatórios em anexo)

Acreditamos que a experiência com a "Feira mensal", no espaço da UEFS poderá estabelecer uma relação permanente com o campus da universidade e toda comunidade acadêmica. Temos como um dos objetivos da Incubadora esta preocupação com o território e desenvolvimento local deste. Inserida no Território de Identidade Portal do Sertão a Universidade Estadual de Feira de Santana tem o compromisso social de vincular-se às demandas deste e auxiliar na promoção de ações que garantam sua sustentabilidade.

[2] A denomina "Estratégias do Cooperativismo" foi a nominação do curso pela União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES

· **Eixo da proposta elaborado conjuntamente por agricultor@s e representantes da**

Incubadora UEFS sobre a "Feira De Comercialização e Divulgação dos Produtos da Agricultura Familiar e da Economia Popular Solidária no Espaço da UEFS".

Objetivos

5 Divulgar e escoar os produtos da agricultura familiar, valorizar os mesmos, saindo do atravessador e possibilitando o não desperdício

Critérios de participação

g) Representar uma instituição ou um grupo

h) Agricultores familiares com produção limpa

i) Artesão e artesãs Evitar apresentar produtos envenenado, industrializados e customizados

j) Deve participar produtores e produtoras que irão levar os produtos sem o atravessador

k) Evitar pessoas que queiram participar do espaço somente visando ao lucro, sem compromisso ou responsabilidade

Sobre a Feira

3. Desenho/planta

Desenho circular
20 barracas em círculo/por grupo de produção

4. Quando?

.

Março	Abril	Maio	Junho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
18/03	16/04	13/05	03/06 17/06	19/08	16/09	14/10	18/11	16/12

A sugestão é ser uma vez por mês, às sextas-feiras ou adequar ao calendário de eventos da UEFS.
Local: Na Alameda dos oitis

Produtos

Frutas/Laranja, limão, coco, graviola, lima, acerola, banana,
Verduras/folhosas/hortaliças – brócolis, salsa, agrião, couve,
Mudas/ alfazema, graviola,
Feijão e milho
Artesanato de cipó

Acarajé, pé-de-moleque,
Leite, coalhada e bolos
Bolachinha de goma, aipim com carnes (boi, bode, galinha e porco)
Batatas
Derivados da mandioca - farinha, goma, puba, tapioca, beiju.
Milho, feijão gandu, de corda, fava, magalô
Ervas medicinais
Licores e polpas – agricultura familiar
Artes e cultura
Mel

1.3 Deslocamento

Organizar fundo para manter transporte
Articular parcerias institucionais – prefeituras, EBDA, Sindicatos
Aluguel de transporte
Outros gastos: passagem, alimentação dos/as feirantes

1.4 Divulgação

Boca-a-boca, rádio; reuniões, cartazes, folder
Panfletos, em sala de aula
Reportagem na TV Olhos d'água
Carro de som

1.5 Mobilização de grupos/parceiros

Buscar parcerias, inicialmente, com prefeituras, mandatos, secretarias de governo
Palestras, seminários e reuniões
Contribuição de terceiros
Criar comissão deste grupo e reunir no território para definição da feira – Fórum Territorial de Economia solidária, com o Centro Público de Economia solidária, com a CATRUFS e a UNICAFES

Responsabilidades

Feirante e Grupos

Apresentar os produtos, marcar presença e dar continuidade Ocupar o espaço com as mercadorias
Dividir equipe para organização e uso do espaço
Cuidar dos produtos apresentados e manter a produção limpa
Cumprir os compromissos assumidos
Armar as barracas e os produtos
É dever dos/as feirantes e interessados participar das reuniões sobre a organização e estruturação da Feira.
Organizar grupos/associação das pessoas da feira (estatuto próprio)

1.6 Responsabilidades da Universidade Estadual de Feira de Santana

Feira de Comercialização e Divulgação dos Produtos da Agricultura Familiar e da Economia Popular Solidária no Espaço da UEFS		
Objetivos	**Solicitação a UEFS**	**Quantidade/Valor**
Contribuir com a divulgação da feira junto à estudantes, professores e funcionários - Infraestrutura da UEFS	Matéria na TV Olhos D água	Uma matéria por Feira
	Divulgação via net	Na página e por correio eletrônico
	Impressão de panfletos	1000/ R$ 0,45 = R$ 450,00
	Rádio	
	Viagem de intercâmbio para conhecer a experiência da Feira no espaço da UFPB (Campus I)	Deslocamento, alimentação e hospedagem e de 25 agricultor@s e membros da Incubadora durante 3 dias
Liberar e manter o espaço interno da UEFS para a realização da "Feira de Divulgação e Comercialização de produtos da Agricultura Familiar e da Economia Solidária	Limpeza do local	Uma pessoa por Feira
	Alimentação para os/as feirantes	50 (café e almoço) = R$ 250,00
	Segurança do espaço	Uma pessoa por Feira
	Espaço para guarda de Equipamentos	20 barracas

2 Fórum baiano territorial de Economia solidária e Centro Público de Economia solidária

Articulação, divulgação e ampliação de espaços para a feira
Barracas

Sugestões:
Grupos culturais locais (convidados)

Contato com os diretórios acadêmicos, diretório central dos estudantes e com o SINTEST, ADUFS, NENUEFS, DCE e os diretórios Acadêmicos - DA
Ver agenda de principais eventos da UEFS.

Por fim o grupo que virá concretizar a ação da feira solicita este apoio, sabendo dos desafios para a viabilização financeira e de gestão da proposta, principalmente no que concerne criar um público consumidor regular, aspecto que levará um tempo para acontecer, por isto, enfatiza que as parcerias serão fundamentais, inclusive para a UEFS.

2. Referências Bibliográficas

BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunca. VARANDA, Ana Paula de Moura. (Organizadores) **Tecnologia Social, Economia Solidária e Políticas Públicas.** Rio de Janeiro: FASE:IPPUR,UFRJ, 2009

CRUZ**,** Antônio Carlos Martins**. A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como uma resposta ao desemprego.** São Paulo–SP, Editora Contexto, 2000.

GUIMARAES, Gonçalo. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. **In: SINGER, Paul e SOUZA André Ricardo. Economia Solidária no Brasil: a autogestão como uma resposta ao desemprego.** São Paulo–SP, Editora Contexto, 2000

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade.** São Paulo: Cortez,2004.

Pró-Reitoria de Extensão da UEFS. "**Projeto de implantação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UEFS"**, aprovado pela da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, Edital 007/2008.

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA da Conab - Companhia Nacional de Alimentos, capturado em 22 de novembro de 2010, HTTP://www.mds.gov.br/.

DANTAS, Isolda. **A Construção da Economia Feminista na Rede Xique-Xique deComercialização Solidária.** Revista Agriculturas - v. 2–nº 3 - outubro de 2005.